



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 036 - TERÇA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Exedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 40ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 31 DE MARÇO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 11, de 2008. 7292

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2007. 7292

1.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 66/2008, de 27 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2004 (nº 5.535/2005, na Câmara dos Deputados). 7292

Nº 67/2008, de 27 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006 (nº 7.630/2006, na Câmara dos Deputados). 7292

Nº 68/2008, de 27 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2006 (nº 1.099/2007, na Câmara dos Deputados). 7292

1.2.3 – Pareceres

Nº 209, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2007 (nº 2.334/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, *que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências*. 7293

Nº 210, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2008 (nº 969/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, *que dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências*. 7311

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 122, de 2007, e 9, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 7315

1.2.5 – Ofício do Ministro de Estado das Cidades

Nº 2.304/2008, de 6 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.437, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. 7315

1.2.6 – Aviso do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Nº 82/2008, de 18 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.484, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes. 7315

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 349, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, *solicitando licença para tratamento de saúde no período de 31 de março a 12 de abril do corrente ano*. 7315

Nº 350, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, *solicitando licença para tratar de interesses particulares, por 110 (cento e dez) dias, a partir do dia 13 de abril do corrente ano*. 7315

1.2.8 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, *que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo*. 7315

1.2.9 – Mensagem do Presidente da República

Nº 58, de 2008 (nº 137/2008, na origem), de 25 do corrente, *submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Jorge José Frantz Ramos, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali*. 7317

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Comentários a artigo da jornalista Lúcia Hippolito, acerca da

preparação para um terceiro mandato presidencial. Questionamentos sobre os graves inconvenientes da inclusão de um mandato de cinco anos, que implicaria na realização de três eleições a cada quatro anos. 7331

SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Posicionamento contrário à Medida Provisória nº 415 e ao Projeto de Lei 2.737/08, que disciplinam o consumo de bebidas alcoólicas. 7335

1.2.11 – Leitura de Ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nº 15, de 2008, de 19 do corrente, solicitando providências para substituir os Volumes IV e VI da Redação Final do Projeto de Lei nº 30, de 2007 – CN, uma vez que se trata de inexatidão material nos referidos volumes da redação final oferecida por aquela Comissão, devido a erro gráfico, cuja correção não importa em alteração no sentido da matéria, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno. 7338

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Republicação da redação final do Projeto de Lei nº 30, de 2007 – CN, bem como o envio dos referidos volumes retificados à Presidência da República. 7338

1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ NERY – Importância das conquistas democráticas do ano de 1968 para a história do Brasil. 7339

SENADOR NEUTO DE CONTO – Comentários sobre o relatório apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos, pelo Senador Francisco Dornelles, referente à reforma tributária no país. 7344

SENADOR JOSÉ SARNEY – Esclarecimentos para contestar matéria publicada na imprensa, ligando a penhora da casa do presidente do Banco Santos ao veto a dois artigos da Lei nº 8.009, que dispõe sobre a impenhorabilidade da casa própria e dos instrumentos de trabalho, por motivo de dívida. 7346

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Questionamentos sobre o anúncio da retomada das obras do Porto de Luiz Correia. 7348

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Protesto pela operação que está sendo preparada pela Polícia Federal na Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. 7352

SENADOR MÃO SANTA – Reflexão sobre a imagem do Legislativo e comentários sobre a entrevista concedida pelo Presidente Garibaldi Alves Filho à Revista *Veja*, desta semana. 7364

SENADOR PAPALÉO PAES – Comentários a respeito da situação política no País. 7368

1.2.14 – Leitura de requerimento

Nº 351, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de solidariedade à Sra. Yolanda Pulecio, mãe, e família de Ingrid Betancourt, ex-candidata à Presidência da Colômbia, seqüestrada pela guerrilha da Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, em 2002. Usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. 7372*

1.2.15 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Defesa de adoção de medidas para apuração de responsabilidades no episódio do dossiê sobre gastos no governo FHC. Observações acerca da reportagem da Revista *Veja*, a respeito do “dossiê” sobre as contas do ex-Presidente FHC. 7373

SENADOR JOÃO PEDRO – Registro da participação de S. Exª no Seminário Internacional sobre Pesquisas na Amazônia, realizado no Equador. .. 7379

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Preocupação com situação dos servidores do exterritório de Rondônia. 7380

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Comentário sobre aprovação popular ao governo Lula, em pesquisas divulgadas pelo Ibope e Instituto DataFolha. 7384

SENADOR SIBÁ MACHADO – Destaque para dados positivos da economia e expansão da classe média, segundo reportagem da revista *Veja*. 7387

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR – Apelo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2007, que dispõe sobre a cooperação das forças armadas com ações sociais civis e a assistência social aos moradores de rua. 7392

SENADOR PAULO PAIM – Emoção com homenagem recebida dos amigos por ocasião de seu 58º aniversário, em Canoas-RS. 7395

SENADOR SIBÁ MACHADO – Leitura de nota do Partido dos Trabalhadores em solidariedade à Ministra Dilma Rousseff. 7403

1.2.16 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comemoração em razão dos dados positivos da economia, apresentados em pesquisa do PNAD. 7404

1.2.17 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 1º, com Ordem do Dia anteriormente designada. 7405

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – CONVÊNIO

Nº 10, de 2008, entre si fazem o Senado Federal e o Banco Daycoval S/A. 7416

SENADO FEDERAL

**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 53ª LEGISLATURA**

**4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES**

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

**9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-
LAMENTAR**

**10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

**11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO
PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS
ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

**13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL**

**14 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO NACIONAL**

Ata da 40ª Sessão Não Deliberativa, em 31 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Paulo Paim e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 11, de 2008**, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que *dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e revoga a Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2007**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que *altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, para determinar a manutenção preventiva das redes de drenagem pluviais*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, ofícios do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 66/8/PS-GSE

Brasília, de março de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.535, de 2005, do Senado Federal (PLS nº 212/04 na Casa de Origem), o qual “Denomina Ordem do Mérito das Comunicações

Jornalista Roberto Marinho a Ordem do Mérito das Comunicações.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

OF. Nº 67/8/PS-GSE

Brasília, 27 de março de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei 7.630, de 2006, do Senado Federal (PLS nº 236/06 na Casa de Origem), o qual “Institui o dia 13 de agosto como o Dia Nacional do Campo Limpo.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

OF. Nº 68/8/PS-GSE

Brasília, 27 de março de 2008

Assunto: Comunica envio de PL. à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 1.099, de 2007, do Senado Federal (PLS nº 208/06 na Casa de Origem), o qual “Institui o dia 4 de dezembro como o Dia Nacional do Perito Criminal.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 209, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2007 (nº 2.334/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.

Relator: Senador **José Agripino**

I – Relatório

O Projeto de Lei sob exame, de autoria do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, cria cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, no Estado do Mato Grosso (art. 1º), e cargos em comissão e funções comissionadas no mesmo Quadro de Pessoal (art. 2º).

De acordo com o art. 3º, as despesas decorrentes da criação dos referidos cargos e funções correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região no Orçamento Geral da União.

A medida é justificada com o argumento de que a evolução tecnológica, aliada ao surgimento de novas especialidades na formação de profissionais na área de informática, fez com que o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal, definido em 1992, tenha se tornado insuficiente para acompanhar e manter os serviços atualmente já instalados e os exigidos pela sociedade em geral. O desenvolvimento da informática faz crescer a responsabilidade dos servidores na busca de disponibilização de informações confiáveis e seguras aos jurisdicionados, tarefa que exige dedicação integral no que se refere ao horário normal de trabalho, o que torna necessário o trabalho também nos fins de semana.

Por essa razão, o projeto tenciona criar os cargos mencionados, lembrando a justificação que os recursos humanos pretendidos na proposição encontram respaldo na edição da Lei nº 9.957, de 2000, que introduziu o rito sumaríssimo nas causas com valor de até 40 salários mínimos. A justificação cita ainda a Emenda Constitucional nº 20, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho.

O Projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados com Substitutivo, oferecido pela Comissão de

Trabalho, de Administração e Serviço Público daquela Casa, para ajustá-lo à alteração introduzida pela Lei nº 10.475, de 27 de julho de 2002, e ao art. 9º da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, que transformaram as funções comissionadas FC-7, FC-8, FC-9 e FC-10 das carreiras do Poder Judiciário, nos cargos em comissão CJ-1, CJ-2, CJ-3 e CJ-4, respectivamente. Assim, na verdade estariam sendo criadas 32 funções comissionadas e 3 cargos em comissão.

A mesma Comissão acrescentou ao art. 1º do projeto a expressão “no Estado do Mato Grosso”, para especificar o ente federativo onde fica o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

A Comissão de Finanças e Tributação daquela Casa opinou pela adequação orçamentária e financeira do projeto, bem como do Substitutivo apresentado, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto.

II – Análise

O projeto se compatibiliza com as normas constitucionais relativas à disciplina da matéria, a ser regulamentada por lei ordinária, à competência do Congresso Nacional para sua análise (art. 48, inciso X, da Constituição), e à iniciativa privativa do Tribunal Superior do Trabalho para assuntos dessa natureza, conforme determina o art. 96 da Constituição, no seu inciso II, letra **b**.

Por outro lado, não padece a iniciativa de vícios de inconstitucionalidade sob o prisma material. Não fere cláusula pétrea nem dissente dos princípios gerais concernentes às funções do Poder Judiciário.

Não há dúvida quanto ao grande mérito da proposição, que se traduzirá, se transformada em lei, em grande serventia para os jurisdicionados, que poderão contar com pessoal qualificado para a ideal disponibilização das informações, tão importante no mundo de hoje.

Assim, consideramos o projeto oportuno e conveniente, além de perfeitamente adequado aos ditames constitucionais e jurídicos.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2007, tendo em vista sua constitucionalidade, juridicidade, e, quanto ao mérito, sua oportunidade e conveniência.

Sala da Comissão, 26 de março de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 122 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/03/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR: <i>Sen. José Agripino</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)¹	
SERYS SLHESARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPPLY <i>Eduardo Supply</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ²
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas Vasconcelos</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir Santana</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE) <i>Marco Maciel</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3. JOSÉ AGRIPINO (RELATOR) <i>José Agripino</i>
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ³
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁴	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Pêres</i>	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 14/02/2008

¹ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

² Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

³ Vaga cedida pelo Democratas;

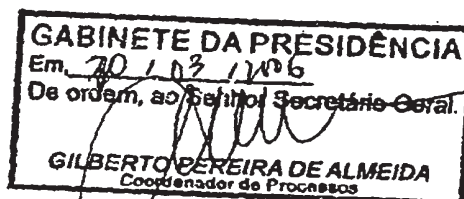
⁴ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Ofício nº 037 /GP

Brasília, 20 de março de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **ALDO REBELO**
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Senhor Presidente,



Em cumprimento ao disposto no artigo 88, inciso IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópia da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei nº 2.334/2003, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.

Atenciosamente.



Ministro **NELSON JOBIM**
Presidente

CLASSE: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS.
PROCESSO Nº : 119/2005.
REQUERENTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO.
REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.
RELATOR: CONSELHEIRO JOAQUIM FALCÃO.

EMENTA

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS – PROJETO DE LEI Nº 2334-A/2003, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E FUNÇÕES COMISSIONADAS NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS – ANÁLISE DE MÉRITO DO PROJETO, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO IV DO ARTIGO 88 DA LEI Nº 11.178/2005 (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS) – VOTO PELA APROVAÇÃO PARCIAL DO INDIGITADO PROJETO DE LEI, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO TRIBUNAL DE MELHORIA DE SUA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO ÂMBITO DO JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS DE REVISTAS, REESTRUTURANDO, AINDA, O QUADRO DE PESSOAL DA DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA DAR O SUPORTE NECESSÁRIO DE INFORMÁTICA AOS RELEVANTES PROJETOS SOCIAIS DO TRIBUNAL DE INTERIORIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA, COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO POR MEIO DE VARAS DO TRABALHO ITINERANTES E DE INCLUSÃO DIGITAL DOS TRABALHADORES DE BAIXA RENDA POR INTERMÉDIO DA VARA DA CIDADANIA.

ACÓRDÃO

Acordam os Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, sob a presidência do Excelentíssimo Ministro NELSON JOBIM, por unanimidade, em cumprimento ao disposto no inciso IV do art. 88 da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), manifestar-se parcialmente favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 2.334-A/2003, que cria cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília-DF, 07 de março de 2006.

Conselheiro JOAQUIM FALCÃO
Relator

RELATÓRIO

O Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, por meio do OF.TST.GDGCA.GP.Nº 454, encaminhou a este Conselho Nacional de Justiça, para fins de análise e emissão do parecer de mérito a que alude o inciso IV do art. 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 11.178/2005, a cópia do Projeto de Lei nº 2.334-A/2003, de autoria daquele Tribunal Superior, que dispõe sobre a criação de 09 (nove) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 14 (catorze) cargos de provimento efetivo de Técnico Judiciário, 02 (dois) cargos comissionados nível CJ-3, 01 (um) cargo comissionado nível CJ-2, 04 (quatro) funções comissionadas nível FC-5 e 28 (vinte e oito) funções comissionadas nível FC-3 no Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

Consta da justificativa apresentada para o projeto que “[...] com o objetivo de se realizar uma completa reestruturação na área de informática, justifica-se a criação de 23 (vinte e três) cargos de provimento efetivo específicos da área, bem assim de 31 (trinta e uma) funções comissionadas. Faz-se, também, necessário, a criação de mais 4 (quatro) funções comissionadas, com o intuito de motivar os servidores ao desempenho das atividades inerentes ao Recurso de Revista, a fim de que se preste auxílio ao Gabinete da Presidência, atualmente responsável por essa tarefa”¹.

Registrou, ainda, o Tribunal Superior do Trabalho, que “[...] os recursos humanos pretendidos nesta proposição encontram ainda justificativa na Edição da Lei nº 9.957/2000, que introduziu o rito sumariíssimo para as causas com valor de até quarenta salários mínimos, e a Emenda Constitucional nº 20, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho”.

Os autos foram encaminhados para a douta Comissão Técnica deste Conselho, instituída pela Portaria nº 336, de 29 de setembro de 2005, que se manifestou parcialmente favorável à aprovação do indigitado projeto de lei, opinando pela criação dos 23 cargos efetivos sugeridos, “tendo em vista a possibilidade de dotar o Tribunal de quantitativo de pessoal que possa fazer frente às modernizações tecnológicas...”².

No que concerne à criação de cargos em comissão e funções comissionadas, no entanto, a referida Comissão Técnica se posicionou contrária à aprovação do projeto, uma vez que “....a motivação dos servidores para o desempenho das atividades inerentes ao Recurso de Revista não pode ser mensurada apenas com a destinação de funções comissionadas e não há elementos que justifiquem a criação das respectivas FCs; não são apresentadas ações de melhoria, que muito contribuiriam para a vislumbrada motivação profissional; o cumprimento da Lei nº 9.957 e da Emenda Constitucional nº 20 não depende de cargos em comissão e de funções comissionadas.”

O Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região apresentou informações complementares, justificando a necessidade da criação dos cargos comissionados e das funções comissionadas previstas no projeto, tendo em vista

¹ - vide justificativa de fl. 06.

² - vide parecer de fl. 57.

que, com o significativo aumento do volume de trabalho nos últimos anos, o Tribunal se viu compelido a criar, por meio da Resolução Administrativa nº 90/2005, a Assessoria de Recurso de Revista, sacrificando cargos e funções de outras unidades administrativas do Tribunal.

Destacou, ainda, o Tribunal, a imperiosa necessidade de melhoria do suporte tecnológico prestado às Varas do Trabalho localizadas no interior do Estado, já que a estrutura do setor de informática do Tribunal se concentra basicamente na sede localizada em Culabá, tornando difícil e dispendioso o deslocamento de servidores visando à solução dos problemas apresentados.

Asseverou que os cargos e funções criados pelo projeto destinam-se, ainda, a suprir a necessidade de suporte tecnológico a ser prestado as 18 Varas Itinerantes instaladas desde 1997, que atendem nos municípios de Alto Araguaia, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Canarana, Guarantã do Norte, Juara, Lucas do Rio Verde, Marcelândia, Nova Mutum, Nova Xavantina, Peixoto de Azevedo, Querência, Ribeirão Cascalheira, Sapezal e Vila Rica, desempenhando importante missão de combate às práticas de trabalho escravo na região.

Sustenta, ademais, que o incremento no quadro visa o atendimento da demanda de pessoal necessário à implantação do Projeto da Vara Cidadã, que pretende contribuir para implantar nas Varas do Trabalho espaço público destinado à promoção do programa de inclusão digital da população menos favorecida, em especial, da classe trabalhadora e dos alunos das escolas públicas, fornecendo-lhes, ainda, conhecimento sobre a Justiça do Trabalho e noções de cidadania, promovendo a democratização de acesso às ferramentas de desenvolvimento e sistemas operacionais de códigos abertos, disponibilizando espaço físico dotado de equipamentos com acesso à internet.

É, em síntese, o relatório.

VOTO

O Projeto de Lei nº 2334-A/2003, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 2334-A/2003 - PROPOSTA ORIGINAL			
SETOR DO TRIBUNAL	CARGOS EFETIVOS	FUNÇÕES COMMISSIONADAS	CARGOS COMMISSIONADOS
Assessoria de Recurso Revista	Nenhum	03 FC-3	01 CJ-3

Diretoria de Tecnologia da Informação	09 Analistas Judiciários 14 Técnicos Judiciários	04 FC-5 25 FC-3	01 CJ-03 01 CJ-02
TOTAL	09 Analistas Judiciárias 14 Técnicos Judiciários	04 FC-5 28 FC-3	02 CJ-03 01 CJ-02

A Comissão Técnica instituída pela Portaria nº 336, de 29 de setembro de 2005, manifestou-se parcialmente favorável à aprovação do indigitado projeto de lei, opinando pela criação dos 23 cargos efetivos sugeridos, *"tendo em vista a possibilidade de dotar o Tribunal de quantitativo de pessoal que possa fazer frente às modernizações tecnológicas...."*.

No que concerne à criação de cargos em comissão e funções comissionadas, no entanto, a referida Comissão Técnica manifestou-se contrária à aprovação do projeto, uma vez que *"....a motivação dos servidores para o desempenho das atividades inerentes ao Recurso de Revista não pode ser mensurada apenas com a destinação de funções comissionadas e não há elementos que justifiquem a criação das respectivas FCs; não são apresentadas ações de melhoria, que muito contribuiriam para a vislumbrada motivação profissional; o cumprimento da Lei nº 9.957 e da Emenda Constitucional nº 20 não depende de cargos em comissão e de funções comissionadas."*

Após análise minuciosa dos autos, penso que o projeto merece ser parcialmente aprovado, em uma amplitude um pouco maior do que a sugerida pela douta Comissão Técnica.

Justifico o meu posicionamento.

O incremento no quadro de pessoal previsto no Projeto de Lei nº 2334-A/2003 visa a atender a duas unidades administrativas do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região: 1) a Presidência, com a criação de uma Assessoria de Recurso de Revista; 2) a Diretoria de Tecnologia da Informação, com ampla e profunda reestruturação do setor.

Analisarei, de forma individualizada, cada uma dessas unidades e suas reais necessidades de aumento de pessoal.

A) Assessoria de Recurso de Revista

O Projeto Original propõe a criação de 03 (três) FC-3 e 01 (uma) CJ-3 para atender à demanda de pessoal da recém criada Assessoria de Recurso de Revista, porquanto houve um significativo aumento do volume de trabalho nos últimos anos.

A Comissão Técnica do Conselho sustenta que “[...] não foram identificados elementos contundentes que justifiquem o incremento da estrutura administrativa”.

Os números e os dados disponíveis corroboram essa conclusão do parecer técnico apresentado pela assessoria do Conselho Nacional de Justiça.

Com efeito, desde a sua criação em 08/06/92, o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região apresentou a seguinte variação de processos recebidos e julgados no 2º Grau:

23ª Região - Mato Grosso

Processos Recebidos e Julgados de 1993 a 2004

Ano	Recebidos	Julgados
2004	4.327	4.549
2003	4.195	3.682
2002	3.073	3.324
2001	3.428	3.713
2000	3.477	3.436
1999	3.728	3.725
1998	3.223	3.010
1997	3.417	3.990
1996	4.869	3.663
1995	2.841	2.991
1994	3.324	2.103
1993	2.654	2.406
Total	42.358	40.592

* Fonte: TST - www.trt.gov.br

Em termos gráficos, temos o seguinte:



A análise dos dados deixa entrever um discreto aumento no número de processos recebidos e julgados no âmbito do TRT da 23ª Região nos últimos dois anos (2003/2004), estando a capacidade de solução de demandas do Tribunal deveras compatível com a carga de trabalho imposta.

Embora não existam ainda dados estatísticos disponíveis sobre o último ano de 2005, quando ocorreu o aumento da competência da Justiça do Trabalho em face da Emenda Constitucional nº 45/2004, o certo é que não há qualquer demonstrativo convincente do alegado "aumento significativo de trabalho".

A reforçar essa certeza, os Relatórios Gerais Estatísticos da Justiça do Trabalho, confeccionados pelo Tribunal Superior do Trabalho, referentes aos anos de 2003 e 2004, apresentam a seguinte realidade do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região quanto ao número de recursos enviados àquela Superior Instância:

Ano	Recursos Revista	Recursos Ordinários	Remessa de Ofício	Agravo Instrumental	Total
2003	120	119	0	387	626
2004	324	21	0	492	837

* Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho – TST – Ano Base 2003 - Tabela 3.3.9, p. 122;
Relatório Geral da Justiça do Trabalho – TST – Ano Base 2004 - Tabela 3.3.9, p. 167.

Vê-se que a correlação entre o número de processos julgados pelo TRT da 23ª Região e os efetivamente recorridos para o Tribunal Superior do Trabalho não chega a ser preocupante:

Ano	Processos Julgados	Processos Recorridos TST	Recorribilidade
2003	3.682	626	17%
2004	4.549	837	18,4%

Por outro lado, levando-se em consideração que nas remessas de ofício não há, por parte do Tribunal Regional, qualquer juízo prévio de admissibilidade recursal, e que nos recursos ordinários o juízo prévio de admissibilidade se restringe à análise dos pressupostos extrínsecos de cabimento (tempestividade, interesse, legitimidade, recolhimentos etc), o que demanda análise meramente superficial e objetiva, temos que a efetiva carga de trabalho anual da Assessoria de Recurso de Revista do TRT da 23ª Região foi, nos anos de 2003 e de 2004, a seguinte:

Ano	Processos Analisados (RR e V)	Carga de Trabalho Semanal
2003	507	9,38
2004	816	15

* Metodologia de Cálculo: número de processos / 12 meses / 4,5 semanas

O TRT da 23ª Região, com a reestruturação administrativa levada a efeito por meio da Resolução Administrativa nº 90/2005, já dispõe, segundo as informações complementares prestadas, dos seguintes cargos comissionados e funções comissionadas em sua unidade de Assessoria de Recurso de Revista:

Assessoria de Recursos de Revista - Comissionados		
Cargos Comissionados	Funções Comissionadas	Total
01 CJ-3	03 FC-05 01 FC-03	05 Cargos/Funções Comissionados

Ora, considerando-se a efetiva carga de trabalho semanal da Assessoria de Recursos de Revista do TRT da 23ª Região, tem-se que o número de servidores comissionados é deveras satisfatório para atender à demanda, não sendo necessária a criação de novas funções comissionadas para *"motivar os servidores ao desempenho das atividades"*.

Cumprе ressaltar que embora tenha o TRT da 23ª Região alegado que sacrificou cargos e funções de outras unidades administrativas para criar a sua Assessoria de Recursos de Revista, não restou demonstrado nos autos que a readequação administrativa levada a efeito por meio da Resolução Administrativa nº 90/2005 tenha causado algum comprometimento ou desfalque sério na área administrativa, mostrando-se satisfatória e adequada a atual distribuição de CJs e FCs entre as mais diversas unidades daquela Corte de Justiça.

Concordo, assim, plenamente com a análise empreendida pela douta Comissão Técnica, no sentido da absoluta ausência de justificativa válida a amparar a pretensão de se criar cargos e funções comissionadas para atender à Assessoria de Recursos de Revista.

B) Diretoria de Tecnologia da Informação

O Projeto Original propõe a criação de 09 (nove) cargos efetivos de Analista Judiciário, 14 (catorze) cargos efetivos de Técnico Judiciário, 01 (um) cargo comissionado nível CJ-3, 01 (um) cargo comissionado nível CJ-2, 04 (quatro) funções comissionadas nível FC-5 e 25 (vinte e cinco) funções comissionadas nível FC-3.

A douta Comissão Técnica manifestou-se favorável à criação dos 23 cargos efetivos sugeridos, *“tendo em vista a possibilidade de dotar o Tribunal de quantitativo de pessoal que possa fazer frente às modernizações tecnológicas....”*.

Entendeu, porém, que em relação à criação de cargos em comissão e funções comissionadas, não há elementos convincentes nos autos que justifiquem a pretensão.

Esclareço, desde logo, que a análise técnica realizada pela douta Comissão restou um tanto quanto prejudicada, face à ausência, na época da elaboração do parecer, dos dados e informações complementares necessários para a devida compreensão da realidade do TRT da 23ª Região.

É que o ofício encaminhado pela Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Justiça ao Diretor-Geral do Tribunal Superior do Trabalho solicitando as referidas informações complementares apenas chegou ao efetivo conhecimento do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região no final do mês de dezembro/2005, sendo respondido em 13 de fevereiro de 2006, quando o parecer da Comissão Técnica já estava concluído e juntado aos autos.

Nas informações complementares prestadas, o TRT da 23ª Região, alicerçado nas suas necessidades atuais³, apresenta três novas justificativas para o incremento de seu quadro de pessoal na Diretoria de Tecnologia de Informação: a) a imperiosa necessidade de melhoria do suporte tecnológico prestado às Varas do Trabalho localizadas no interior do Estado, já que a estrutura do setor de informática do Tribunal se concentra basicamente na sede localizada em Cuiabá, tornando difícil e dispendioso o deslocamento de servidores visando à solução dos problemas apresentados; b) suprir a necessidade de suporte tecnológico a ser prestado as 18 Varas Itinerantes instaladas desde 1997, que atendem nos municípios de Alto Araguaia, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Canarana, Guarantã do Norte, Juara, Lucas do Rio Verde, Marcelândia, Nova Mutum, Nova Xavantina, Peixoto de Azevedo, Querência, Ribeirão Cascalheira, Sapezal e Vila Rica, desempenhando importante missão de combate às práticas de trabalho escravo na região; e c) atender à demanda de pessoal necessária à implantação do Projeto da Vara Cidadã, que pretende contribuir para implantar nas Varas do Trabalho espaço público destinado à promoção do programa de inclusão digital da população menos favorecida, em especial, da classe trabalhadora e dos alunos das escolas públicas, fornecendo-lhes, ainda, conhecimento sobre a Justiça do Trabalho e noções de cidadania, promovendo a democratização de acesso às ferramentas de desenvolvimento e sistemas operacionais de códigos abertos, disponibilizando espaço físico dotado de equipamentos com acesso à internet.

Esses argumentos novos justificam, a meu pensar, uma conclusão diversa da apresentada pela douta Comissão Técnica do CNJ, embora sem a dimensão integral perseguida no projeto de lei original.

Ninguém ousa contestar que o aperfeiçoamento tecnológico na área de informática é indispensável e essencial para que um Tribunal realize a

³ - As justificativas do Projeto de Lei em análise foram elaboradas com base na realidade do ano de 2003, que não correspondem, segundo o TRT da 23ª Região, às necessidades do ano de 2006, quando a competência da Justiça do Trabalho restou alargada com a EC nº 45/2004, aumentando também a área de atuação dessa Justiça Especializada no Estado do Mato Grosso e a complexidade dos serviços de informática naquele Tribunal.

entrega da prestação jurisdicional de forma célere, cumprindo os atuais comandos do inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição.

Dotar, portanto, a Diretoria de Tecnologia da Informação de um quadro de pessoal adequado e suficiente para fazer frente às modernizações tecnológicas é medida que se impõe, justificando-se plenamente, como assentado pela douta Comissão Técnica do CNJ, a criação dos 09 (nove) cargos efetivos de Analista Judiciário e dos 14 (catorze) cargos efetivos de Técnico Judiciário.

Ressalto que pelos dados estatísticos coletados pelo excelso STF por ocasião da realização do "Seminário Justiça em Números", ano base de 2003, bem como pelos dados estatísticos colhidos por este Conselho Nacional de Justiça no ano de 2005, referentes ao ano base de 2004, o TRT da 23ª Região possui índice de pessoal do quadro efetivo por 100.000 habitantes abaixo da média nacional instituída para toda a Justiça do Trabalho:

Pessoal do Quadro Efetivo da Justiça do Trabalho por 100.000 habitantes		
Ano	Média do TRT 23ª Região	Média Nacional
2003	12,75	16,07
2004	13,60	16,90

* Fonte: Indicadores Estatísticos Justiça em Números – STF – Ano Base 2003 – item 1.8.
Relatório Anual – Conselho Nacional de Justiça – Ano Base 2004 – item 1.8 – p. 166 .

Assim, e levando-se em conta, ainda, a dimensão territorial do Estado de Mato Grosso – cerca de 906.806,90 Km² ⁴ -, o aumento do quadro efetivo de servidores, para possibilitar um melhor suporte de informática nas 13 (treze) Varas do Trabalho instaladas no Interior e nas 18 (dezoito) Varas do Trabalho Itinerantes, além do relevante projeto social da Vara da Cidadania, encontra-se plenamente justificado.

Resta analisar, porém, a questão da necessidade de criação dos 02 (dois) cargos comissionados e das 29 (vinte e nove) funções comissionadas constantes do projeto de lei também para a Diretoria de Tecnologia da Informação.

A Comissão Técnica, por não dispor de maiores dados, na época opinou pela rejeição de tal criação.

Os dados complementares apresentados pelo TRT da 23ª Região revelam que a referida Diretoria de Tecnologia da Informação atualmente é composta por 03 (três) Núcleos⁵ e por 06 (seis) Seções.

O Secretário da Diretoria de Tecnologia da Informação exerce um cargo comissionado nível CJ-03.

O servidor responsável por cada um dos três Núcleos é gratificado com uma função comissionada nível FC-06.

O servidor responsável por cada uma das seis Seções também é gratificado, percebendo uma função comissionada nível FC-05.

⁴ - Dimensão territorial maior, portanto, que os territórios somados da França, Reino Unido e Portugal.

⁵ - Núcleo de Sistema de Informação; Núcleo de Redes e Infra-estrutura e Núcleo de Gestão de Dados.

A Diretoria de Tecnologia da Informação dispõe, ainda, de 07 (sete) funções comissionadas nível FC-03 para atender ao seu quadro de pessoal específico.

Como se vê, a estrutura atual é satisfatória para o quadro de servidores existente no Tribunal e nas Varas do Trabalho da Capital, não se justificando a criação de mais um cargo comissionado CJ-03 e muito menos de um outro cargo comissionado CJ-02 para a referida unidade, quando o único Diretor de Tecnologia da Informação do Tribunal, repita-se, já exerce um cargo comissionado de nível CJ-03.

No que concerne à criação das funções gratificadas para atender às necessidades de suporte na área de informática das Varas do Trabalho do interior do Estado, penso ser razoável referendar, em parte, a proposta do projeto de lei, criando a seguinte distribuição de funções:

Função	Nível da Função Comissionada
Chefe da Seção Avançada de Informática no Interior	01 FC-05
Assistente de Informática de Vara do Interior	13 FC-03
Assistente de Informática de Vara Itinerante	02 FC-03
TOTAL	01 FC-05 15 FC-03

Essa criação de funções atenderia ao interesse maior do Tribunal de lotar, em cada uma das 13 Varas do Trabalho do Interior, um servidor capacitado para resolver *in loco* os problemas da área de informática, reduzindo os custos com os deslocamentos dos servidores da sede e obtendo-se eficiência e celeridade na solução dos problemas mais urgentes.

A atividade desses servidores seria coordenada por uma chefia de seção avançada no interior, mantendo o indispensável elo com a Diretoria que fica situada na sede do Tribunal em Cuiabá.

Seriam destinadas, ainda, estrategicamente, outras 05 (cinco) funções gratificadas de nível FC-03 para atender aos interesses das 18 (dezoito) Varas Itinerantes que atuam no interior, suprimindo eventual necessidade de suporte em informática, caso a Vara do Trabalho mais próxima não possa ceder o seu assistente de informática para atender a uma necessidade mais premente.

Destaco que esse objetivo de melhorar o atendimento da área de informática nas Varas do Trabalho instaladas no interior do Estado do Mato Grosso dificilmente será atingido sem a aprovação do presente projeto de lei, porquanto, segundo os dados complementares apresentados pelo TRT da 23ª Região, a grande maioria daquelas Varas do Trabalho possui apenas 01 cargo comissionado CJ-3 (exercido, obviamente, pelo Diretor de Secretaria), 02 (duas) funções comissionadas nível FC-3 (exercidas, presume-se, pelo Adjunto do Diretor de Secretaria e pelo Assistente do Juiz) e 01 (uma) função comissionada FC-2 (exercida, presume-se, pelo Secretário de Audiência), não existindo funções

disponíveis para atrair pessoal mais qualificado para atender à área de informática naquelas unidades.

Merece ser realçado, ademais, que de acordo com os dados estatísticos elaborados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo "Justiça em Números" do STF e do Conselho Nacional de Justiça, o TRT da 23ª Região, nos últimos dois anos, tem feito um louvável esforço de investimento no setor de informática, projeto administrativo estratégico que há de ser coroado com a reestruturação do quadro de pessoal do referido setor, como proposto no PL nº 2.334-A/2003. A título ilustrativo, cabe mostrar dois demonstrativos de gastos e de investimentos em informática realizados por 05 (cinco) Tribunais Regionais do Trabalho que possuem movimentação processual similar ao do TRT da 23ª Região:

ANO DE 2003			
Tribunal	Movimentação Processual	Gasto com Informática	% do Orçamento de 2003 Investido
13ª Região – PB	20.433	R\$ 1.326.087,00	1,05%
16ª Região – MA	17.635	R\$ 443.370,00	0,97%
24ª Região – MS	16.900	R\$ 734.962,00	1,26%
23ª Região – MT	16.269	R\$ 611.206,00	1,24%
21ª Região – RN	15.962	R\$ 610.270,00	0,85%
Média Nacional de Gastos – 2003		R\$ 1.716.136,00	
Percentual Nacional de Orçamento Investido – 2003			0,96%

* Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho – TST – Tabela 4.2.3.1 – fl. 171

Indicadores Estatísticos Justiça em Números – STF – Ano Base 2003 – item 1.12.

ANO DE 2004			
Tribunal	Movimentação Processual	Gasto com Informática	% do Orçamento de 2004 Investido
16ª Região – MA	18.615	Indisponível	Indisponível
23ª Região – MT	18.065	R\$ 814.016,00	1,01%
13ª Região – PB	16.645	R\$ 769.765,00	0,49%
21ª Região – RN	16.388	R\$ 490.554,00	0,59%
24ª Região – MS	15.773	R\$ 1.109.196,00	1,53%
Média Nacional de Gastos – 2004		R\$ 2.051.530,00	
Percentual Nacional de Orçamento Investido – 2004			0,96%

* Fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho – TST – Ano Base 2004 – Tabela 4.2.3.1 – fl. 219

Relatório Anual 2005 – Conselho Nacional de Justiça – Ano Base 2004 – item 1.12 – fl. 176.

Resta analisar, por fim, o impacto orçamentário da proposta.

Segundo a Comissão Técnica, o impacto anual na folha de pagamento, se aprovado na íntegra o PL 2.334/2003, seria da ordem de R\$ 2.566.141,98 (dois milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta e um reais e noventa e oito centavos), conforme demonstrativo abaixo:

PL 2.334/03	TRT 21ª Região							
	NÍVEL	VALOR	Quant.	IMPACTO MENSAL+ PSS	IMPACTO ANUAL	13º SALÁRIO	1/3 CONST. FÉRIAS	TOTAL DO IMPACTO
	Analista	3.724,27	9	40.892,48	490.709,82	40.892,48	13.630,83	545.233,13
	Técnico	2.229,84	14	38.085,67	457.028,01	38.085,67	12.695,22	507.808,90
	CJ-3	6.901,68	2	16.840,10	202.081,19	16.840,10	5.613,37	224.534,66
	CJ-2	6.071,16	1	7.406,82	88.881,78	7.406,82	2.468,94	98.757,54
	FC-05	3.434,43	4	16.760,02	201.120,22	16.760,02	5.586,67	223.466,91
	FC-03	2.121,65	28	72.475,58	869.706,77	72.475,58	24.158,52	966.340,85
	TOTAL							

Pela proposta sugerida em nosso voto, esse impacto seria da ordem de R\$ 1.730.127,88 (um milhão, setecentos e trinta mil, cento e vinte e sete reais e oitenta e oito centavos), conforme demonstrativo abaixo:

PL 2.334/03	TRT 23ª Região							
	NÍVEL	VALOR	Quant.	IMPACTO MENSAL+ PSS	IMPACTO ANUAL	13º SALÁRIO	1/3 CONST. FÉRIAS	TOTAL DO IMPACTO
	Analista	3.724,27	9	40.892,48	490.709,82	40.892,48	13.630,83	545.233,13
	Técnico	2.229,84	14	38.085,67	457.028,01	38.085,67	12.695,22	507.808,90
	CJ-3	6.901,68	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CJ-2	6.071,16	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FC-05	3.434,43	1	4.190,00	50.280,08	4.190,00	1.382,70	55.866,73
	FC-03	2.121,65	18	46.591,38	559.096,56	46.591,38	15.375,16	621.218,12
	TOTAL							

Esse impacto financeiro corresponde a 2,16% (dois vírgula dezesseis por cento) do total de orçamento gasto pelo TRT da 23ª Região no ano de 2004 (R\$ 80.208.131,00), estando plenamente tutelado nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando que, globalmente, a análise da Receita Corrente Líquida (PLOA-2006) demonstra que a Justiça do Trabalho possui margem de crescimento de mais de 5,2 bilhões de reais na dotação de pessoal⁶.

⁶ - Conforme item 5, do parecer da Comissão Técnica de fl. 57.

Em conclusão, Sr. Presidente, voto pela aprovação parcial do Projeto de Lei nº 2.334-A/2003, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, para que sejam criados 09 (nove) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 14 (catorze) cargos de provimento efetivo de Técnico Judiciário, 01 (uma) função comissionada nível FC-5 e 18 (dezoito) funções comissionadas nível FC-3 no Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

É como voto.


Conselheiro JOAQUIM FALCÃO
Relator

CLASSE: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS.
PROCESSO Nº : 119/2005.
REQUERENTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO.
REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.
RELATOR: CONSELHEIRO JOAQUIM FALCÃO.

VOTO DIVERGENTE

Senhor Presidente,

Não obstante o costumeiro brilhantismo do voto proferido pelo eminente Conselheiro Joaquim Falcão, dele ousou divergir, para aprovar, na íntegra, o Projeto de Lei em análise.

De efeito, conforme se depreende da justificativa apresentada ao projeto de lei, a criação das 31 (trinta e uma) funções comissionadas propostas visa *"realizar uma completa reestruturação na área de informática"*, sendo necessária, ainda, *"a criação de mais 4 (quatro) funções comissionadas, com o intuito de motivar os servidores ao desempenho das atividades inerentes ao Recurso de Revista, a fim de que se preste auxílio ao Gabinete da Presidência, atualmente responsável por essa tarefa"*.

Criar, com a estrutura de pessoal completa e adequada, a Assessoria de Recurso de Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, atende ao interesse maior da célere e rápida entrega da prestação jurisdicional, filtrando com maior eficiência os recursos endereçados ao colendo Tribunal Superior do Trabalho, órgão de cúpula do Judiciário Trabalhista com carga de trabalho bem acima do razoável.

É bem verdade que, como dito pelo eminente Conselheiro Relator, o TRT da 23ª Região já possui uma estrutura de pessoal compatível para essa Assessoria de Recurso de Revista, mas tal estrutura foi montada por meio de remanejamento de funções gratificadas e de cargo comissionado da Presidência do Tribunal, comprometendo outras áreas da Administração.

A criação desse setor específico no âmbito do Tribunal, como propõe o projeto, fortalece e incentiva a profissionalização dos servidores na área de assessoria em recursos de revista, evitando que a estrutura administrativa respectiva sobreviva às custas de improvisos e de remanejamentos administrativos momentâneos.

No que concerne à criação das funções gratificadas para a Diretoria de Tecnologia da Informação, penso ser imprescindível melhorar o suporte tecnológico prestado às Varas do Trabalho localizadas no interior do Estado, incentivando projetos sociais importantes mantidos pelo TRT da 23ª Região, como as varas itinerantes e a implantação do Projeto da Vara Cidadã, que pretende contribuir para implantar nas Varas do Trabalho espaço público destinado à promoção do programa de inclusão digital da população menos favorecida, em especial, da classe trabalhadora e dos alunos das escolas públicas, fornecendo-lhes, ainda, conhecimento sobre a Justiça do Trabalho e noções de cidadania, promovendo a democratização de acesso às ferramentas de desenvolvimento e sistemas operacionais de códigos abertos, disponibilizando espaço físico dotado de equipamentos com acesso à internet.

Em conclusão, Senhor Presidente, voto pela aprovação integral do Projeto de Lei nº 2.334-A/2003, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, pedindo vênias ao eminente Conselheiro Relator Joaquim Falcão.



PAULO SCHMIDT
Conselheiro

CERTIDÃO DE JULGAMENTO**PEDIDO DE PROVIDÊNCIA Nº 119.****RELATOR: CONSELHEIRO JOAQUIM FALCÃO.****REQUERENTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO.****REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

“O Conselho, em cumprimento ao disposto no art. 88 da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), por maioria, manifestou-se favorável à aprovação integral do Projeto de Lei nº 2.334/2003, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências, nos termos do voto divergente do Excelentíssimo Conselheiro Paulo Schmidt. Vencidos, em parte, os Excelentíssimos Conselheiros Joaquim Falcão (relator), Marcus Faver, Douglas Rodrigues, Germana Moraes, Ruth Carvalho e Paulo Lobo, que se manifestavam parcialmente favoráveis à aprovação do projeto de lei em epígrafe. Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Conselheiro Nelson Jobim (Presidente). Plenário, 14 de março de 2006”.

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Antônio de Pádua Ribeiro, Vantuil Abdala, Marcus Faver, Jirair Aram Meguerian, Douglas Rodrigues, Cláudio Godoy, Germana Moraes, Paulo Schmidt, Eduardo Lorenzoni, Ruth Carvalho, Oscar Argollo, Paulo Lobo, Alexandre de Moraes e Joaquim Falcão.

Ausentes, justificadamente, o Procurador Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Sousa, e o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Roberto Antônio Busato.

Brasília-DF, 14 de março de 2006.


Analista Judiciário

Maria Cristina G. Botelho Costa
Analista Judiciário

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício n. 037/GP, de 20/03/2006, do Conselho Nacional de Justiça, encaminhando cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida em relação ao mérito do Projeto de Lei n. 2.334, de 2003, do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.*

Em 20 / 4 / 2006.

À vista da manifestação do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 88, inciso IV, da Lei n. 11.178, de 20 de setembro de 2005, determino a retomada da tramitação do Projeto de Lei n. 2.334, de 2003, do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.


ALDO REBELO
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:
.....

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
.....

Art. 96. Compete privativamente:

.....
II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:
.....

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)
.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.
.....

LEI Nº 9.421, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Vide Lei nº 11.336, de 2006

Revogado pelo Lei nº 11.416, de 2006

Cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.
.....

LEI Nº 9.957, DE 12 DE JANEIRO DE 2000

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista.
.....

LEI Nº 10.475, DE 27 DE JUNHO DE 2002

Revogado pelo Lei nº 11.416, de 2006

Texto para impressão

Altera dispositivos da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, e reestrutura as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.
.....

LEI Nº 11.416, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.
.....

PARECER Nº 210, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2008 (nº 969/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 9, de 2008, (na origem, nº 969, de 2007), de iniciativa do Presidente da República, tem por objetivo disciplinar a transferência e inclusão de presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima, tanto nos casos de

execução da pena (presos condenados), quanto nos de prisão provisória, no interesse da segurança pública ou do próprio preso.

O PLC estabelece que a decisão sobre a admissão do preso, condenado ou provisório, será do juiz federal da seção ou subseção judiciária em que estiver localizada a unidade prisional federal. No caso de preso condenado, o juiz federal será competente, também, para as atividades jurisdicionais de execução penal, enquanto o preso permanecer no estabelecimento federal; tratando-se de prisão provisória, o juiz de origem continuará competente para o processo e respectivos incidentes, incumbindo ao juiz federal a fiscalização da prisão.

A legitimidade para requerer a transferência é conferida ao Ministério Público, à autoridade administrativa e também ao próprio preso.

A instrução dos autos do processo de transferência será disciplinada em regulamento. Não obstante, o PLC estabelece regras de tramitação do feito que cuida da transferência do preso para estabelecimento federal, até a efetiva admissão, se for o caso, oferecendo até mesmo alternativa para o caso de rejeição do pedido de transferência.

A inclusão do preso em estabelecimento penal federal de segurança máxima será excepcional e por prazo determinado. O período de permanência será de até 360 dias, e poderá ser renovado, a pedido do juiz de origem, observados os requisitos da transferência.

Por fim, o PLC prescreve que a lotação máxima do estabelecimento penal federal de segurança máxima não será ultrapassada.

Esta Comissão, nos termos do art. 101, II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é regimentalmente competente para apreciar a matéria, que trata de direito processual penal e penitenciário.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no âmbito desta Comissão.

II – Análise

Preliminarmente, cabe mencionar que a matéria está adstrita ao campo da competência da União para legislar sobre direito processual penal e penitenciário, conforme dispõem o art. 22, I, e 24, I da Constituição Federal. Além disso, o Presidente da República tem legitimidade para iniciar o processo legislativo, conso-

ante disposição do art. 61, **caput**, combinado com o art. 84, inciso III, ambos da Carta Republicana.

Quanto à substância, o PLC nº 9, de 2008, afigura-se constitucional; também não se vislumbra qualquer vício de juridicidade ou de técnica legislativa.

No mérito, temos que a modificação proposta é conveniente e oportuna.

O PLC regula a transferência e a inclusão de preso em estabelecimento penal federal, seja por razões de segurança pública, ou em virtude da própria condição do preso. Com isso, preenche um lacuna observada no sistema legal, pois as normas vigentes no ordenamento jurídico brasileiro admitem, tão-somente, a possibilidade de cumprimento da pena em presídios federais, sem, contudo, disciplinar sobre os procedimentos necessários para o ingresso de presos nesses estabelecimentos.

Cabe observar que o art. 86 da Lei nº 7.210, 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), admite que as penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de uma unidade federativa podem ser executadas em estabelecimento de outra. Além disso, o § 1º desse artigo prevê a possibilidade de construção de presídios federais, em local distante da condenação, para recolher os condenados, quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso.

No mesmo sentido, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), estabelece, no art. 3º, que “A União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública”.

Apesar dessas disposições, a lei carece de regras que regulem o recolhimento de presos aos estabelecimentos penais federais.

Por todo o exposto, entendemos que o projeto colabora para o aperfeiçoamento da legislação, é oportuno e conveniente.

III – Voto


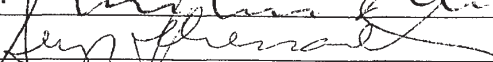
Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2008.

Sala da Comissão, 26 de março de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 9 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/03/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  <i>Sen. Sérgio Silveira</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)¹	
SERYS SLHESSARENKO (RELATORA)	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYCY	3. CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ²
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas Vasconcelos</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir Santana</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE) <i>Marco Maciel</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ³
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁴	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Pêres</i>	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 14/02/2008

¹ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

² Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

³ Vaga cedida pelo Democratas;

⁴ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

.....

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

Institui a Lei de Execução Penal.

.....

Art. 86. As penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma Unidade Federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União.

~~§ 1º A União Federal poderá construir estabelecimento penal em local distante da condenação para recolher, mediante decisão judicial, os condenados à pena superior a 15 (quinze) anos, quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio condenado.~~

§ 1º A União Federal poderá construir estabelecimento penal em local distante da condenação para recolher os condenados, quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio condenado. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

.....

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

.....

Art. 3º A União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com referência aos **Pareceres nºs 209 e 210, de 2008**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, Ofício do Ministro de Estado das Cidades que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES

– Nº 2.304/2008, de 6 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.437, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – As informações foram encaminhadas, em cópias, à Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, Aviso do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

– Nº 82/2008, de 18 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.484, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – As informações foram encaminhadas, em cópias, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 349, DE 2008

Requeiro, nos termos do disposto no Art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratamento de saúde, no período de 31 de março a 12 de abril do corrente ano, conforme Laudo Médico anexo.

Sala das Sessões, 31 de março de 2008. – Senador **Cícero Lucena**, PSDB/PP.

REQUERIMENTO Nº 350, DE 2008

Requeiro, nos termos do disposto no Art. 43, II do Regimento interno do Senado Federal, licença para tratar de interesses particulares, por 110 (cento de dez) dias, contados à partir do dia 13 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, 31 de março de 2008. – Senador **Cícero Lucena**, PSDB/PB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, Projeto de Lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2008

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O inciso III do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“Art. 2º

Parágrafo único.

.....

III –

.....

e) incentivo, pelo Poder Público, de ações para promover o empreendedorismo e estabelecer linhas de crédito orientadas especificamente para pessoas com deficiência.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, em seu art. 2º determina que ao Poder Público cabe assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive os direitos ao trabalho e à previdência social.

No mesmo artigo, o item III, que trata da formação profissional e do trabalho, determina o apoio governamental à formação profissional, a orientação profissional, a inserção no mercado de trabalho público e privado, e a criação e manutenção de empregos destinados às pessoas com deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns.

A partir da Convenção 159, de 1983, da Organização Mundial do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho passou a ser discutida e implementada em vários países.

No Brasil, os dispositivos da convenção estão contemplados em vários instrumentos legais, sobretudo na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. O art. 93 dessa lei estabelece que as empresas com 100 ou mais empregados estão obrigadas a preencher de 2% a 5% de seus cargos com pessoas reabilitadas ou com deficiência. Seu § 1º estipula que a dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

Dessa forma, a legislação brasileira busca proteger e incentivar o ingresso no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, mas, até o momento, não comporta fórmulas para incentivar o empreendedorismo entre os componentes desse grupo.

Embora a conquista do emprego seja relevante, do ponto de vista econômico e social, vale lembrar que os deficientes também podem e devem ser incentivados a desenvolver suas próprias empresas, contribuindo assim tanto para seu processo de inclusão social e crescimento econômico, quanto para o desenvolvimento do País.

Certo da necessidade de incentivar o empreendedorismo entre as pessoas com deficiência do Brasil e da importância social de tal iniciativa, apresento este projeto de lei e espero contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Sala de Sessões, 31 de maio de 2008. — Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989

Regulamento

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à Previdência Social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no **caput** deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

(...)

III – na área da formação profissional e do trabalho:

Convenção OIT nº 159 de 20-6-1983

Diário Oficial da União de 21-6-1983

Abrangência Internacional

Tema: Emprego e profissão

Subtema: Reabilitação profissional

Convenção sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Regulamento

Vide texto compilado

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Normas de hierarquia inferior

Mensagem de veto

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I – até 200 empregado.....2%;
- II – de 201 a 500.....3%;
- III – de 501 a 1.000.....4%;
- IV – de 1.001 em diante.....5%.

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, Mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 58, DE 2008

(Nº 137/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Jorge José Frantz Ramos, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Os méritos do Senhor Jorge José Frantz Ramos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de março de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 70 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de março de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Jorge José Frantz Ramos, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **currículum vitae** do Senhor Jorge José Frantz Ramos que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

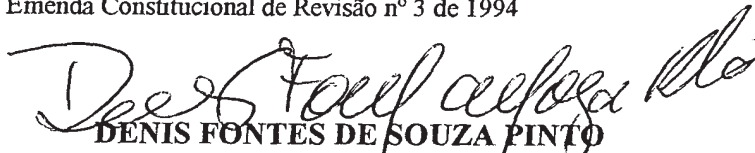
Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO***CURRICULUM VITAE*****CONSELHEIRO JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS**

CPF.: 22488626104

ID.: 8118/MRE

10/10/1955	Filho de Mário Manoel Schlemm Ramos e Lygia Emília Frantz Ramos, nasce em 10 de outubro, em União da Vitória/PR
28/11/1980	Direito pela Universidade de Brasília/DF
21/01/1981	CPCD - IRBr
16/12/1982	Terceiro Secretário em 16 de dezembro
01/03/1983	Divisão de Passaportes, assistente e Chefe, substituto
01/01/1985	Departamento Consular, assessor
13/09/1985	Embaixada em Bogotá, Terceiro e Segundo Secretário
30/06/1987	Segundo Secretário em 30 de junho
17/02/1989	Embaixada em Bonn, Segundo Secretário
01/03/1992	Divisão da Europa I, assessor
01/06/1994	Agência Brasileira de Cooperação, Gerente de área
11/07/1995	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
22/12/1995	Primeiro Secretário em 22 de dezembro
27/12/2000	Conselheiro em 27 de dezembro
14/08/2001	Consulado-Geral em Milão, Conselheiro
07/03/2005	Embaixada em Estocolmo, Conselheiro
23/06/2007	CAE - IRBr, A Constituição de 1988 e a geração de apátridas de origem brasileira a partir da Emenda Constitucional de Revisão nº 3 de 1994


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Oriente Próximo e Ásia

Departamento da África
Divisão da África – I
Embaixada do Brasil em Abidjã

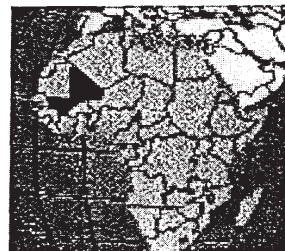
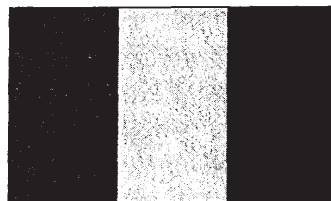
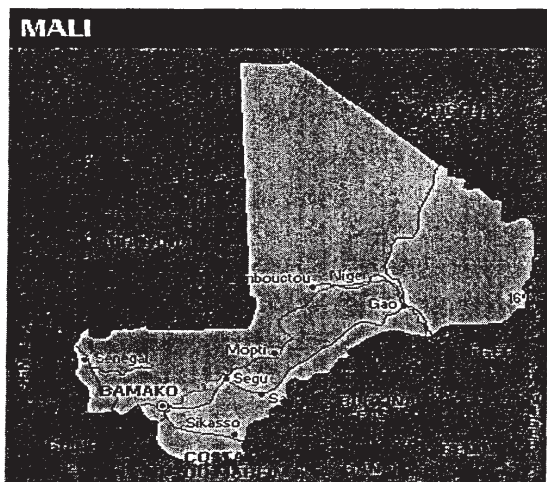
MALI

Março 2008

MAÇO BÁSICO
OSTENSIVO

1. Dados Básicos
2. Composição do Governo e Partidos Políticos
3. Dados Biográficos
4. Economia Interna
5. Economia Externa
6. Política Interna
7. Política Externa
8. Relações com o Brasil

DADOS BÁSICOS



REPÚBLICA DO MALI
(Antigos Sudão Francês e República Sudanesa)

Área: 1.241.238 km²

População: 11.995.402 habitantes (Julho 2007)

Taxa de crescimento anual da população: 2,681% (Julho 2007). Residem na Côte d'Ivoire cerca de 3,5 milhões de malienses

Capital: Bamaco

Divisão Administrativa: 8 regiões (Gao, Kayes, Kidal, Kouli Kora, Kopti, Segou, Sikasso, Tombouctou)

Moeda: F CFA (Franco da Comunidade Financeira Africana)

Produto Interno Bruto (PIB) nominal: US\$ 6,936 bilhões (estimativa 2007)

Renda per Capita (PPP): US\$ 1.200

Taxa de Mortalidade Infantil: 105.65/1000

Expectativa Média de Vida: 49,51 anos

Taxa de Alfabetização: 46,4% da população adulta

Língua Oficial: Francês. O Bambara, entretanto, é a língua mais falada no país (80% da população)

Grupos Étnicos: Mandê: 50% (Bambara, Malinke, Soninke); Peul: 17%; Voltaic: 12%; Songhai: 6%; Tuareg e Moor: 10%. Outros: 5%

Força de Trabalho: 3,93 milhões (estimativa de 2001). A agricultura e a pecuária constituem 80% das atividades econômicas. Indústria e serviços constituem 20% das atividades econômicas.

Religião: islâmica: 90%; cristã: 1%; e animista: 9%

Data Nacional: 22 de setembro

3 DADOS BIÔGRÁFICOS

3.1 PREDISSENTE DO MALI

Amadou Toumani Touré

- Touré é Presidente da República do Mali desde 8 de junho de 2002, tendo nascido no dia 4 de novembro em Mopti (Na 5ª Região do Mali).
- O atual Presidente maliense freqüentou escolas primárias em Mopti, Tombouctou e Sofara. Fez seus estudos secundários na Escola Normal Secundária de Badalabougou, em Bamako, de 1966 a 1969.
- Atraído pelos assuntos militares, ele fez de sua formação profissional uma matéria quase permanente: entre 1969 e 1972, foi aluno-oficial na Escola Militar Interarmas (EMIA) de Kati no Mali; entre 1974 e 1975, freqüentou a Escola Superior das Tropas transportadas a Riazan, na URSS; em 1978, estudou no Centro Nacional de Treinamento Comando (CNEC), em Mont Ouis, França; entre 1989 e 1990, freqüentou a Escola Superior de Guerra Interarmas (17ª e 42ª Promoções) em Paris; chegou ao posto de General-de-exército em 1º de outubro de 1996.
- Em 26 de março de 1991, Amadou Touré comandou a operação militar que pôs fim aos 23 anos de poder de Moussa Traoré. Foi eleito, no mesmo dia, Presidente do Comitê da Reconciliação Nacional (CRN) e posteriormente Presidente do Comitê de Transição para a Salvação do Povo” (CTSP), entidades que comandaram a transição para a democracia. As primeiras eleições no novo regime tiveram como vencedor o Presidente Alpha Konaré.
- Em maio de 2002, após dois mandatos de Konaré, Touré elege-se Presidente. Em abril de 2007, com mais de 70% dos votos, o General reformado obtém a reeleição.

3.2 PRIMEIRO-MINISTRO

Mobido Sidibé

- Estado civil: Casado e pai de cinco filhos;
- Nasceu em 07 de novembro de 1952 em Bamako.

Formação

- Doutor em Ciências Penais e Criminais 1983 (Aix-en Provence, França);
- Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) em Teoria Política, 1983 (Reims, França);
- Diploma em Estudos Aprofundados (DEA) em Ciência Penal e Criminal, 1979 (Aix en Provence);
- Diploma da Escola Nacional de Polícia, 1977 (Bamako, Mali);
- Mestre em Direito Público, 1976 (Perpignan, França);
- Certificado de Direito dos Conflitos Armados, 1985 (San Remo, Itália);
- Diploma de pára-quedista (1977);
- Diploma da Arma nº1 (1978).

Funções Ocupadas

- Secretário Geral da Presidência da República com status de Ministro (2002);
- Ministro dos Assuntos Exteriores do Mali (1997-2002);
- Ministro da Saúde, da Solidariedade e dos Idosos (1992-1997);
- Diretor de Gabinete do Presidente do Comitê de Transição pela Saúde do Povo (CTSP), Chefe de Estado, com status de Ministro (1991-1992);
- Diretor de Gabinete do Ministro da Segurança Interna (1991);
- Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (1989-1991);
- Comissário de Polícia temporária do aeroporto de Bamako-Sénou, Divisão de Exploração ao Direito Nacional da Polícia, chefe do departamento do gabinete do Ministro da Defesa Nacional (1984);
- Brigada de Investigações Criminais, Comissário da Polícia junto ao primeiro destacamento de Bamako (1978).

Período de 1992-2002

- Presidente do Conselho Administrativo da Organização de Coordenação para a Cooperação na luta contra as Grandes Epidemias;
- Presidente do Conselho de Ministros de Assuntos Estrangeiros da CEDEAO (1999-2001);
- Presidente do Conselho de Mediação da CEDEAO (1999-2001);
- Presidente das reuniões ministeriais conjuntas CEDEAO-UEMOA (2000 e 2001);
- Presidente da Conferência de Ministros de Assuntos Estrangeiros da Organização da Conferência Islâmica (2001/2002);
- Presidente do Grupo Ad Hoc da OUA cargo do Ato Constitucional da União Africana (2000);
- Presidente da sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mandato do Mali (2000-2001).

3.3 MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Moctar Ouane

- Nasceu em 11 de outubro de 1955 em Bidi (Mali).

Estudos

Bacharelado em letras

Licenciatura em Direito Público pela Universidade de Dakar

Mestrado em Relações Internacionais

Diploma da Escola Nacional de Administração (França)

Carreira

- 1982: Ingressou na carreira pública;
- 1982-1986: Conselheiro Técnico do Secretário Geral do Governo;
- 1986: Chefe da Divisão de Acordos e Convênios Internacionais ao Ministério das Relações Exteriores;
- 1986-1988: Conselheiro Diplomático do primeiro-ministro;
- 1988-1990: Chefe de Gabinete do Ministro-Secretário Geral da Presidência da República;
- 1990-1991: Conselheiro diplomático do Presidente da República;
- 1991-1992: Conselheiro diplomático do Chefe de Estado, Presidente do Comitê de Transição pela Salvação do Povo (CTSP);
- 1992: Conselheiro diplomático do primeiro-ministro;
- 1992-1993: Escola Nacional de Administração (Paris);
- 1994-1995: Conselheiro político do Ministro das Relações Exteriores;
- 1995-2002: Embaixador, representante permanente de Mali junto às Nações Unidas;
- 2003-2004: Embaixador Diretor da Cooperação Internacional;
- Maio 2004: Ministro das Relações Exteriores e da Cooperação Internacional.

Experiência profissional

- Professor de Direito Constitucional da Escola Nacional de Administração, Bamako (1982-1989);
- Membro da Delegação de Mali em numerosas negociações com o Banco Mundial e do BAD
- Membro da delegação do Mali às várias sessões da ONU, OUA do Movimento dos não aliados, do OCI e etc;
- Vice-presidente da quinquagésima sessão ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas (1995);
- Chefe da delegação do Mali na quinquagésima terceira, quinquagésima quarta e quinquagésima quinta sessões da Comissão de Direitos do Homem da ONU (1996-1998);
- Vice-presidente do Comitê de Descolonização da ONU (1997-1999);
- Vice-presidente da Comissão de Desarmamento da ONU (1999);
- Presidente do Grupo CEDEAO da ONU (2000-2001);
- Presidente do Grupo islâmico da ONU (2001);
- Membro das Missões do Conselho de Segurança na República Democrática do Congo (maio de 2000 e maio de 2001) e em Serra Leoa (outubro de 2001);
- Presidente do Conselho de Segurança (setembro de 2000 até dezembro de 2001);

4 – ECONOMIA INTERNA

Com uma renda per capita de apenas US\$ 1.200, o Mali constitui, ao lado do Burkina Faso, um dos países mais pobres do mundo.

2. No entanto, ao contrário do seu vizinho, o Burkina Faso, o Mali dispõe de duas vantagens essenciais para o desenvolvimento de sua produção agrícola, que constitui a base de sustentação de sua economia. Conta com terras férteis em sua fronteira com a Guiné, bem como com importantes recursos hidráulicos. O país, entretanto, encontra-se em acentuado processo de desertificação (65% de sua área está em deserto ou semideserto). A atividade econômica está concentrada na área ribeirinha irrigada pelo rio Níger.

3. A economia maliense se ressentiu do fato de ser o Mali, como o Burkina Faso, um país sem acesso ao mar, com uma população rural de baixíssimo nível de educação com modesta atividade industrial, incluída aí a agroindústria. Com efeito, o país inteiro conta com um limitado número de indústrias de pequeno e de médio porte.

4. O país é essencialmente agrícola, com produção de subsistência de milho, amendoim e sorgo. Suas maiores riquezas são, em ordem decrescente, o algodão, metais preciosos (ouro e diamantes), pecuária e pesca. Assim, é na cultura do algodão que o Mali encontra sua “mola propulsora” em termos de atividade econômica.

5. Em 1993, o Mali conquistou a posição de primeiro produtor de algodão da África Ocidental. Em 2003, a produção alcançou em torno de 500.000 toneladas. O algodão representa metade das receitas de exportação do país e emprega aproximadamente 3,5 milhões de pessoas, ou seja, quase um terço de toda a população do país.
6. Em termos de jazidas minerais, o Mali se destaca pelas suas reservas de bauxita, de manganês e de minério de ferro. No entanto, a falta de acesso ao mar e as distâncias dificultam sua efetiva exploração.
7. Nesse quadro de reservas pouco exploradas, o Mali tem na produção de ouro, cuja exploração e comercialização são inteiramente controladas por empresas estrangeiras de diferentes nacionalidades (principalmente francesas), sua rubrica mineral mais
8. A fim de desenvolver a exploração mineral, o Código de Minas do país foi revisto em 1992 e passou a oferecer garantias para os operadores privados do setor, simplificando as formalidades para sua implantação e diminuindo a tributação sobre a atividade.
9. Tal estratégia cobrou relevância em função da baixa dos preços internacionais do algodão.
10. Em outras palavras, se a década de 80 representou o desenvolvimento da cultura do algodão, a década de 90 foi a da exploração e comercialização do ouro.
11. Outro importante fator na geração de recursos para o país reside, igualmente a exemplo do Burkina Faso, nas remessas financeiras que seus cidadãos, residentes no exterior, principalmente na Côte d'Ivoire, transferem regularmente para Bamako.
13. Com efeito, somente a Costa do Marfim conta com cerca de 3.500.000 de malienses em seu território, em grande parte empregados na agricultura e no comércio informal.
14. A exemplo dos demais países integrantes da Comunidade do F CFA, Bamako aposta na liberação de sua economia, por meio da privatização de suas empresas estatais, buscando uma melhoria de sua produtividade e competitividade econômica. O Mali procura, no

receituário do FMI e do Banco Mundial, uma solução para a fragilidade de sua estrutura econômica.

15. Para sua sobrevivência econômica, o Mali talvez seja um dos raros países da comunidade internacional que conta com a ajuda de um grupo de países e instituições, neste caso intitulado “Amis du Mali” e organizado pela França e pelo Banco Mundial. Seu objetivo é procurar proporcionar a Bamako a necessária ajuda financeira para que o país possa enfrentar seus inúmeros problemas de ordem econômica, política e social, assim como sua capacidade de sobreviver como um Estado politicamente organizado.

5 – ECONOMIA EXTERNA

Em 2006, a dívida externa do Mali correspondia à soma de US\$ 2,8 bilhões, de difícil pagamento, tendo em vista os resultados de sua modesta balança comercial.

2. No triênio 2004-2006, suas exportações e importações alcançaram os resultados seguintes (em milhões de dólares):

	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>
Exportações FOB:	US\$ 328	US\$ 247	US\$ 155
Importações CIF:	US\$ 1.884	US\$ 2.062	US\$ 1.165

3. Os principais mercados para suas exportações são: China, Tailândia, Itália, Bangladesh e França. Para as importações, são França, Senegal, Costa do Marfim, África do Sul e China. O Mali importa pouco do Brasil, açúcar, papel e material médico.

4. Diante desse quadro de difícil situação financeira, o Governo do Mali tratou de negociar com o FMI e o Banco Mundial um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), promovido pelas autoridades de Bretton Woods.

5. Os principais objetivos do PAS consistem prioritariamente em restabelecer os grandes equilíbrios macro-econômicos, reduzir os desequilíbrios financeiros, aumentar a produção agrícola, promover a iniciativa privada e melhorar a capacidade de gestão do setor público.

6. Em suma, trata-se do receituário clássico do modelo de crescimento e de enxugamento promovido pelo FMI e pelo Banco Mundial.
7. Por ser considerado um dos PMA (Países Menos Avançados), e pelo histórico recente de considação da democracia, o Mali se beneficia de importantes ajudas internacionais, acordadas em condições bastante suaves, ou seja, doações e empréstimos a juros bem abaixo da média do mercado internacional.
8. Em contrapartida aos empréstimos concedidos pelos diferentes organismos internacionais, o país compromete-se a enxugar sua máquina administrativa e cortar salários de seus funcionários públicos.
9. A exemplo do Burkina Faso, as perspectivas de crescimento de sua economia interna e externa permanecem bastante modestas.

6 – POLÍTICA INTERNA

Desde sua independência, o Mali tem passado por várias crises políticas. Com efeito, desde 1960 até 1991, o Mali foi sempre governado por regimes autoritários, que tinham como base ideológica partidos políticos únicos, quase sempre de cunho marxista e estatizante.

2. No período de 1960 a 1968, ocupou o poder o Presidente Modibo Keita, sendo que o partido que lhe dava sustentação política era a “União Socialista”.
3. Em seguida a Modibo Keita, ascendeu ao poder um Comitê Militar de Libertação Nacional, que governou o país de 1968 a 1976.
4. Em meio a convulsões políticas e sociais, de intensidade e violência variadas, o referido Comitê Militar foi, por sua vez, substituído pela “União Democrática do Povo Maliense” (UDPM), liderada pelo então Presidente Moussa Traoré, que havia ascendido ao poder por meio de golpe militar.

5. O Presidente Moussa Traoré governou o país de 1976 a 1991, ocasião em que foi derrubado por um golpe militar, dirigido pelo atual Presidente maliense, General Amadou Toumani Touré.
6. Os fatores que explicam a derrubada de Moussa Traoré, em 26 de março de 1991, podem ser buscados no grave quadro econômico e social do país. Tanto no plano econômico como no social, o país se encontrava à beira de um colapso. Tentativas de reforma empreendidas no sentido de uma liberalização de sua economia, de uma flexibilização das estruturas estatais e de mudança na praticamente falida gestão tecnocrática, não conseguiram produzir os resultados buscados, provocando amplo descontentamento popular, sobretudo junto à população urbana.
7. A grande seca que castigou o país, no período de 1983 a 1984, a pobreza generalizada e amplos indícios de corrupção terminaram por esgotar o regime do Presidente Moussa Traoré.
8. Na noite de 25 de março de 1991, ao término de cinco dias de manifestações e de revoltas generalizadas, o Presidente Moussa Traoré, que era também General do Exército do Mali, foi, em companhia de sua esposa, preso. Em seguida, e, juntamente com outros altos funcionários do seu Governo, o ex-Presidente Traoré foi condenado à pena capital, por “crimes contra a ordem econômica”. Foi, entretanto, posteriormente libertado.
9. No dia 31 de março de 1991, foi constituído um “Comitê de Transição para a Salvação do Povo” (CTSP), composto por 25 membros, sendo 15 civis e 10 militares, chefiado pelo atual Presidente, General Amadou Toumani Touré.
10. Entre seus membros civis, contavam-se representantes de várias associações políticas, anteriormente colocadas na ilegalidade pelo regime liderado por Moussa Traoré, tais como o “Comitê Nacional de Iniciativa Democrática” (CNID), a “Associação de Alunos e Estudantes” (AEEM), e, sobretudo, a “Associação pela Democracia no Mali” (ADEMA).
11. Diante de um tecido econômico em frangalhos e constantes desordens populares, o “Comitê de Transição para a Salvação do Povo” (CTSP) tratou de organizar um novo Código

Eleitoral, que, imediatamente, fez surgir, em menos de seis meses de sua promulgação, 45 (quarenta e cinco) partidos políticos.

12. Graças à ajuda internacional acordada para financiar a organização das eleições e à promulgação de uma nova Constituição em 14 de fevereiro de 1992, o país assistiu pela primeira vez, desde sua independência, à realização de eleições municipais, estaduais e presidenciais.

13. As eleições que tiveram lugar em março de 1992 consagraram a vitória da “Associação pela Democracia no Mali” (ADEMA), posteriormente transformada em partido político.

14. Com efeito, a ADEMA logrou obter 76 (setenta e seis) das 116 (cento e dezesseis) cadeiras no Parlamento, e, por ocasião das eleições presidenciais, seu candidato, Alpha Oumar Konaré, obteve a vitória.

15. Depois de dois mandatos exercidos por Konaré, as eleições presidenciais de maio de 2002 deram vitória ao General, já reformado, Amadou Toumani Touré, que venceu com 64,35% dos votos sem estar vinculado a qualquer partido político. O Governo de Touré é de coalização nacional, o que representa uma esperança para a estabilização política e o soerguimento econômico do Mali. Touré beneficia-se, além do seu prestígio interno, de sua reputação junto à comunidade e às organizações internacionais.

17. Na eleição presidencial de abril de 2007, Touré conseguiu a reeleição com 71,2% dos votos, seguido pelo Ex-Primeiro Ministro Ibrahim Keita, com 19,2%.

7 – POLÍTICA EXTERNA

Apesar de sua estrutura política interna, baseada na existência de partidos políticos de cunho estatizante, a política externa do Mali sempre foi, desde sua independência, pragmaticamente favorável ao Ocidente, mantendo relações privilegiadas com a França, a exemplo dos demais países membros da Comunidade do F CFA.

2. Com exceção do período em que foi Presidente Moussa Traoré, que procurou adensar as relações políticas e econômicas do Mali com o bloco socialista, principalmente com a ex-União Soviética e com a China, o país era tido, em matéria de política externa, como um exemplo de pragmatismo, em que se destacava sua busca por uma melhor integração regional.

3. No que se refere à sua busca por uma melhor integração e coordenação regionais, a existência da dissidência tuaregue, no interior de suas fronteiras, fez com que o Mali tivesse um diálogo tenso com a Líbia, a quem acusava de dar proteção aos rebeldes tuaregues. Entretanto, existem hoje relações estreitas entre o Mali e a Líbia.

4. A exemplo dos demais países membros da Comunidade do F CFA, o Mali espera do Ocidente, e, em especial da França, a necessária ajuda financeira para contornar os graves problemas sociais e econômicos, que sempre enfrentou.

5. Não se pode deixar de registrar, finalmente, o êxito da candidatura, em 2002, do ex-Presidente Alpha Oumar Konaré, ao cargo de Presidente da Comissão da União Africana, o que significou um maior prestígio para a imagem do Mali não só no quadro regional africano mas também na esfera internacional. Vale lembrar, no particular, que Konaré foi eleito numa acirrada disputa com Amara Essy, ex-Embaixador da Costa do Marfim no Brasil e que dirigia interinamente a UA por ocasião da referida eleição, da qual desistiu nos momentos finais por saber que Konaré alcançaria um número maior de votos.

8 - RELAÇÕES COM O BRASIL

A missão diplomática do Mali em Washington e a Embaixada do Brasil em Abidjan cuidam, respectivamente, das cumulatidades em termos do relacionamento bilateral. Em outubro de 2007, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou a abertura de Embaixada em Bamako, ainda não instituída.

2. Vale frisar que o comércio brasileiro com a África Ocidental cresceu exponencialmente: entre 2002 e 2007, passou de cinco bilhões para quinze bilhões de dólares, nos dois sentidos. A Embaixada em Bamako poderá funcionar como base para o aumento e diversificação do intercâmbio comercial com o Mali. São muitas as oportunidades para aproximação neste campo. A relação comercial com o Brasil é crescente, tendo aumentado mais de 200% no

período de 2004 a 2006 e chegou à ordem de US\$ 16 milhões. As exportações malienses dependem quase que exclusivamente do algodão (98,4% de US\$ 4,5 milhões), enquanto que o Brasil exporta principalmente açúcar, leite em pó e outros alimentos, papel e material médico.

3. O Mali é integrante, juntamente com o Burkina Faso, o Chade e o Benin, do grupo de produtores de algodão conhecidos como Cotton-4 (“os quatro algodoeiros”), países africanos responsáveis pela Iniciativa Setorial do Algodão, na OMC, que luta contra os subsídios agrícolas das grandes potências no que se refere a essa cultura. Missão composta por Ministros desses países visitaram o Brasil em maio de 2007, quando frisaram a importância da cooperação Sul-Sul, em especial com países como o Brasil, para a redução das assimetrias internacionais.

4. O Brasil já atua em conjunto com o Mali na área da saúde, principalmente com relação à produção de vacinas. Há, ademais, um projeto de cooperação trilateral na área de saneamento básico no país africano, com a participação das prefeituras de Diadema (Brasil) e Montreuil (França). A cooperação trilateral envolve ainda perspectivas de produção de biocombustíveis no Mali, a partir da planta “pourghère”.

5. A abertura da Embaixada brasileira em Bamako possibilitará o aprofundamento dos projetos de cooperação em curso. Permitirá ainda a ampliação da cooperação em segmentos como : industrialização do algodão e da cana-de-açúcar, produção pecuária, intercâmbio cultural, aprimoramento do ensino técnico e superior, intercâmbio esportivo, e combate à desertificação.

6. O Brasil e o Mali estabeleceram relações diplomáticas em 1962. No que se refere a acordos entre os dois países, há um Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, assinado em Brasília em 7 de outubro de 1981, e promulgado no Brasil pelo Decreto 99.711, de 21 de novembro de 1990.

7. Em 1996, o então Primeiro-Ministro Ibrâhim Keita visitou o Brasil. Em agosto de 2006, esteve em pauta a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, Moctar Ouane.

Aviso nº 175 – C. Civil

Em 25 de março de 2008

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Jorge José Frantz Ramos, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, que, como orador inscrito, terá direito a vinte minutos para seu pronunciamento. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Francisco Dornelles, como orador inscrito.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, Srs. Senadores Francisco Dornelles, Paulo Paim e Mão Santa; Sr^{as} e Srs. Senadores, a cientista política Lúcia Hippolito, sempre arguta e perspicaz, observou, em recente artigo, que “Para sepultar as suspeitas de que esteja patrocinando a aprovação de um terceiro mandato, o Presidente Lula deu ordem ao Presidente do PT para retomar as negociações para substituir a reeleição por um mandato de cinco anos para os presidentes da República”.

A seguir observou, também com muito bom senso, Lúcia Hippolito: “Tudo muito bom, tudo muito bem. Mas há um pequeno detalhe. O sistema político é como uma mesa: se você corta uma perna, o móvel fica inteiramente desequilibrado.

Senão, vejamos. Reeleição e duração de mandato são escolhas de cada país. Os Estados Unidos têm mandato de quatro anos, com direito a uma única reeleição. Já no México, o mandato é de seis anos, sem direito à reeleição”.

Mais adiante, ela enumera exemplos de muitos outros países. Significativamente, o *Estado de S. Paulo*, na edição de ontem, traz matéria assinada por Marcelo de Moraes e Vera Rosa, dizendo que a Base de

Apoio ao Governo articula mandato de cinco anos sem reeleição, de alguma forma confirmando aquilo que já dissera dias atrás a cientista política por mim citada.

A matéria começa dizendo que “o Governo e a cúpula do PT intensificaram as articulações com o PMDB para aprovar em 2009 o fim da reeleição e o mandato de cinco anos para presidente, governadores, prefeitos e parlamentares”.

Sr. Presidente, algo que sempre tenho presente é que o fato de operarmos mudanças não significa necessariamente que essas mudanças representem verdadeiros avanços. Isso me faz lembrar uma observação do escritor Vargas Llosa, contida em obra intitulada **Peixe na Água** – um livro autobiográfico –, que nunca se pode afirmar que chegamos ao fundo do poço, pois poço não tem fundo. O que significa dizer, trocando em miúdos, que, se não tivermos cuidado, podemos piorar.

O tema relativo ao mandato de cinco anos para presidente e governador parece empolgar certos segmentos da política brasileira, inclusive integrantes do Congresso Nacional, como vimos nas matérias recentemente editadas.

Desejo destacar, Sr. Presidente, que o nosso País já viveu no passado essa nefasta experiência. Daí a necessidade de recordarmos os graves inconvenientes e repercussões sabidamente adversos a exigir um exame acurado da lógica do modelo de calendário eleitoral adotado na Constituição de 1988, que vai fazer, em outubro deste ano 20 anos de existência. Não vou aludir aos 40 anos em que vivemos sob a égide da Constituição de 1891, a primeira Constituição republicana, que estipulou a criação das legislaturas em três anos, mesmo período dos mandatos de deputados federais, em contraste com os mandatos senatoriais de nove anos e os presidenciais de quatro anos, vedada, neste último caso, a reeleição.

Sr. Presidente, vou ater-me ao período que se convencionou chamar de República Liberal, sob o regime da Constituição de 18 de setembro de 1946, que foi uma Constituição que vigorou até 1967. Como é notório, as eleições convocadas pelo Presidente Getúlio Vargas, ainda no decorrer do Estado Novo, visou, segundo dispunha a Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, a escolha de 286 Deputados e 42 Senadores, sem que fosse estipulada a data do pleito, só estabelecida em 2 de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei nº 7.585, de 28 de maio.

É bom lembrar que, à época, o Congresso havia sido dissolvido em 1937 e até 1945 o Presidente legislava através de decretos-leis. Esse decreto-lei que acabei de citar, mais do que fixar o calendário do pleito, serviu de Código Eleitoral para as eleições que se

feririam em dezembro daquele ano. Deposto o Presidente Vargas, em 29 de outubro, coube a seu substituto, o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares, assumir o poder e dirimir as dúvidas que a convocação de eleições suscitaria. A principal delas referia-se à natureza e ao caráter dos mandatos a serem conferidos aos novos Parlamentares, após dez anos sem eleições e oito de vigência do chamado Estado Novo.

Com fundamento na decisão adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, em face de consulta formulada pelo então PSD – Partido Social Democrático, o Presidente José Linhares baixou, em 12 de novembro de 1945, menos de um mês antes do pleito, a Lei Constitucional nº 13, cujo art. 1º dispunha: “Os representantes eleitos a 2 de dezembro de 1945 para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão no Distrito Federal, sessenta dias após as eleições, em Assembléia Constituinte, para votar, com poderes ilimitados, a Constituição do Brasil”.

Duas semanas depois, novo Ato, a Lei Constitucional nº 15, ratificou a anterior, reiterando serem ilimitados os poderes dos Senadores e Deputados Federais a serem eleitos em 2 de dezembro, ressaltando, porém, “a legitimidade da eleição do Presidente da República”. Prescreveu também o citado diploma legal que: 1) enquanto não fosse promulgada a Constituição do País, o Presidente, eleito simultaneamente com os Constituintes, exerceria “todos os poderes da legislatura ordinária e de administração que couberem à União, expedindo os atos legislativos que julgar necessários”; 2) “o período presidencial do Presidente eleito a 2 de dezembro de 1945 e a duração da legislatura eleita na mesma data serão os que forem estabelecidos pela Assembléia Constituinte na Constituição para os Presidentes e legislaturas futuras; 3) “Ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral incumbe instalar a Assembléia Constituinte e presidir a sessão seguinte, para a eleição do Presidente da Assembléia que lhe dirigiria os trabalhos”.

Faço essa digressão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para comprovar que o imprevisto dos fatos políticos ocorridos entre a convocação das eleições em 28 de maio de 1945 e a deposição do Presidente Vargas em 29 de outubro, explicitou a precariedade do calendário eleitoral adotado pela Constituinte, mostrando, assim, a procedência do julgamento do Professor Samuel Huntington, segundo o qual “o tempo é o único fator incontrolável da política”.

Para evitar a diferença de duração entre os mandatos de cinco anos do Presidente da República e de quatro anos dos Deputados Federais, o art. 2º das Disposições Transitórias da Constituição estabele-

ceu que os Deputados Constituintes e os Senadores Federais que viessem a ser eleitos, para completar o número de três, previsto no art. 60 da Constituição, excepcionalmente, coincidiriam com o do Presidente da República, isto é, seria também de cinco anos na primeira legislatura, terminando em 31 de janeiro de 1951. O problema da falta de coincidência, agravada pela fixação dos mandatos dos Governadores de quatro anos em alguns Estados e de cinco anos em outros, iria surgir a partir da segunda legislatura.

Abro um parêntese para lembrar que, à época, o Brasil tinha apenas 21 Estados. Dez Estados tinham Governadores com mandatos de quatro anos. Pará, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Mato Grosso, Minas Gerais, Guanabara, Paraná e Santa Catarina. E onze Estados tinham Governadores com mandatos de cinco anos: Amazonas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Dentro dessa análise histórica, convém ser destacado que o art. 11 das Disposições Transitórias da Constituição determinava que as eleições estaduais realizar-se-iam “no primeiro domingo após cento e vinte dias contados da promulgação deste Ato”, o que ocorreu em 19 de janeiro de 1947, juntamente com a escolha do terceiro Senador. Estabeleceu, ainda, o prazo de quatro meses para que os Constituintes estaduais promulgassem as respectivas Constituições. Com essa decisão, além das eleições federais de 2 de dezembro de 1945, o eleitorado foi chamado às urnas, sucessivamente, em 19 de janeiro de 1947, para escolher os constituintes estaduais e os governadores, e naquele mesmo ano e em 1948 para eleger prefeitos e vereadores nos Estados e no Distrito Federal. Foram, portanto – é extremamente importante realçar isto –, três pleitos em dois anos sucessivos, o que não foi bom para o País.

Entre as Constituições de 1946 e 1967, o País se viu submetido a um calendário eleitoral que comportava mandatos presidenciais e de alguns Governadores de cinco anos e outros de quatro, de Senadores de oito, de Deputados Federais e Estaduais de quatro e de Prefeitos e Vereadores com a mesma duração.

O mesmo ocorreu na vigência da Constituição de 1967 e da Emenda nº 1, de 1969, unificando-se, porém, a duração dos mandatos dos Governadores em quatro anos. Sob o regime militar, a supressão das eleições diretas para a escolha do Presidente da República, de Governadores, de Prefeitos das capitais, dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional e dos localizados em faixa de fronteira reduziu drasticamente o direito de sufrágio. Mas nem por isso se racionalizou a sucessão dos pleitos eleitorais,

na medida em que, para assegurar a coincidência das eleições, a Emenda nº 22, de 29 de junho de 1982, prorrogou até 1988 os mandatos dos Prefeitos e Vereadores eleitos em 1982. Certamente, V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, se lembra desses fatos.

Essa fase, como se vê, constituiu um período de sucessivas improvisações e de freqüentes medidas destinadas a corrigir constantes imperfeições, gerando insegurança jurídica e institucional.

Foram notórios os recursos casuísticos, como a adoção da sub-legenda para a escolha de Senadores depois da eleição de 1974 e a verticalização obrigatória entre candidatos de um mesmo Partido, no pleito de 1982, que a criatividade popular procurou superar com a instituição do denominado “voto camarão” e até mesmo a prorrogação de mandatos municipais, a que já aludi.

Com a Constituição de 1988 e a fixação de nova data para as eleições, terminamos, finalmente, por adotar o atual calendário, cuja lógica se baseia na realização de eleições a cada dois anos, separando as eleições gerais dos pleitos locais, recurso graças ao qual, como, aliás, salienta o cientista político Professor Otaciano Nogueira, nem se municipalizam as eleições nacionais e regionais, isto é, as eleições para Presidente da República e Governadores, nem se federalizam os pleitos municipais. Trata-se do mesmo modelo aplicado há mais de dois séculos na democracia que possui o maior colégio eleitoral do mundo ocidental, os Estados Unidos da América do Norte.

Este ano a Constituição americana está completando 221 anos de sua promulgação e não sofreu nenhuma descontinuidade em todo o processo histórico, o que levou um dos Presidentes da República, Ronald Reagan, a afirmar que as eleições nos Estados Unidos se repetiam há mais de dois séculos sem nenhuma interrupção, e poucos países do mundo poderiam talvez apresentar um feito de tão pujante democracia.

Então, Sr. Presidente, devo dizer que incluir um mandato presidencial de cinco anos nesse modelo implica realizarmos três eleições a cada quatro anos, o que vai gerar os mesmos inconvenientes sob os quais vivemos no regime da Constituição liberal de 1946, em que a sucessão de pleitos...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Ouço V. Ex^a daqui alguns minutos.

... em que a sucessão dos pleitos levava sempre ao aumento vegetativo do eleitorado e à progressiva diminuição do número de votantes.

Gostaria de fazer outra observação, Sr. Presidente: além do inconveniente de termos praticamente

eleições todos os anos, o que não é bom, porque o País ficará sempre dominado pelo fator eleitoral, também significam muitas despesas e não somente com a mobilização da justiça eleitoral, dos partidos políticos etc. As despesas ocorrem também em função da propaganda em rádio e televisão, que, embora se diga gratuita é paga, ou seja, é supostamente gratuita.

Além de chamar a atenção para esses inconvenientes do mandato de cinco anos, lembro algo que considero muito grave. Se formos olhar as grandes crises institucionais brasileiras, a partir da segunda metade do século XX, vamos verificar que isso foi causado por esse calendário.

Vou dar três exemplos. O suicídio de Getúlio Vargas ocorreu, talvez, em função de dificuldade crescente no seu relacionamento com o Congresso Nacional. A agravar tudo isso, tínhamos, como disse há pouco, eleições de Governadores com mandatos de quatro anos e de cinco anos. O fato dessa dificuldade de relacionamento levou Getúlio Vargas a cometer o gesto extremo de suicidar-se, que tanto comoveu o País.

O segundo argumento nesse quadro, Sr. Presidente, diz respeito à renúncia de Jânio Quadros, uma hipótese totalmente diferente. Jânio Quadros, quando tomou posse na Presidência da República, encontrou um Congresso constituído, que a ele fazia oposição. Depois de aproximadamente sete meses de exercício do mandato, o Presidente recorreu a um gesto extremo, o de renunciar, talvez até para obter poderes para conseguir executar seu programa de Governo. Em virtude de dificuldades de relacionamento com um Congresso não escolhido ao mesmo tempo da sua eleição, renunciou, o que trouxe uma crise institucional no País e o desdobramento, na instituição de um parlamentarismo de ocasião, que não vingou, pelas circunstâncias do momento.

O último argumento que exponho neste momento diz respeito ao *impeachment* do Presidente Fernando Collor. S.Ex^a foi eleito em 1989 e tomou posse em 1990.

A seguir, em outubro de 1990, houve eleição para membros do Congresso Nacional, que tomaram posse em 1991. Esse Congresso estava em franca divergência com o Presidente, que, ao ser empossado, acabara adotando uma série de medidas de repercussão negativa na sociedade brasileira, inclusive o confisco de ativos. Tudo isso levou novamente a um impasse entre o Presidente da República e o Congresso Nacional.

Estou exemplificando com esses três episódios para mostrar que devemos ter cuidado em alterar o calendário eleitoral, pois, já no passado, essas mudanças, quando não adequadamente pensadas e refletidas, levaram a impasses. .

Além disso, Sr. Presidente, temos que considerar, além do interesse da comunidade e dos cidadãos, a necessidade de racionalização dos custos eleitorais, a despeito da informatização do sistema, com despesas crescentes e renúncias fiscais volumosas que vêm crescendo progressivamente em decorrência da chamada propaganda supostamente gratuita.

A democracia brasileira, tantas vezes testada e tantas vezes vítima, requer, de nossa parte, ponderação, equilíbrio, serenidade e, sobretudo, a consciência de mantermos a racionalidade do calendário eleitoral, essencial para o seu aperfeiçoamento e vital para a sua consolidação.

Enfim, precisamos consolidar as nossas instituições, e, para isso, é fundamental termos um bom, adequado e correto calendário eleitoral.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo da necessidade de manter o calendário eleitoral vigente, que, ao contrário do que aconteceu na época da Constituição de 1946, assegure a realização de pleitos a cada dois anos e permita que as eleições de Presidente da República e Governadores de Estado e do Distrito Federal ocorram concomitantemente com a escolha dos membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e da Câmara Distrital, e as eleições para Prefeitos se façam simultaneamente com as das respectivas Câmaras Municipais.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Gostaria de, ao encerrar, dizer que considero fundamental que mantenhamos o calendário eleitoral que estamos praticando, sob pena de colocar o País novamente em crises, muitas das quais de repercussões muito negativas para a estabilidade institucional brasileira e para a consolidação das nossas práticas democráticas.

Ouçó o nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, eu e todo o País sabemos que V. Ex^a é proibido, é decência. V. Ex^a governou este País quase cem vezes, substituindo o Fernando Henrique Cardoso. Um exemplo. Mas atentai bem, tenho respeito por V. Ex^a como jurista, mas quero dar um ensinamento a V. Ex^a. Sou médico-cirurgião, o Papaléo é cardiologista. Mas vou dizer aqui que o cirurgião, ô Mozarildo, aprende onde, como e quando operar. Se ele não souber a noção exata do quando, ele perde quase todos os doentes. Quero advertir V. Ex^a: planejamento que não se segue de ação de nada vale. Isso é de um filósofo: Spencer. Mas vou lhe dizer o seguinte: eu nunca vi – eu não sei a idade do senhor; eu tenho 65 anos – a zorra moral-eleitoral deste País. Aquela zorra dos vereadores, que meteram justiça, botando dificuldade

para tirar vantagem. Está uma zorra tão gritante. A zorra dessas ONGs, com dinheiro fácil, comprando... Eu sou testemunha. Eu vim do Piauí, eu vi! Rapaz, eu nunca vi um negócio desses. Nunca dantes... Olha que, na sua revolução, o senhor estava lá, tinha homem sério, honesto, como está aí, campeã. Mas o nosso Presidente da República, que eu disse: o dia mais triste foi aquele da TV Pública, em que cassaram nossas palavras. Fiz aí e disse... O Garibaldi, para mim, é um irmão camarada. Mas disse! Agora, eu quero louvá-lo pela entrevista que ele deu à *Veja*. E eu quero adverti-lo sobre aquilo que eu disse do cirurgião, do “quando”. Pode estar passando o tempo dessa reforma, porque a molecagem que está aí, a corrupção eleitoral, V. Ex^a sabe. Então, Garibaldi, só queria atentar para o que ele está dizendo aqui. “O Senador disse que o Parlamento está agonizante e que muitos políticos usam mandatos apenas em proveito próprio”. É o Presidente de nosso Congresso. Mas atentai bem a esta aqui. Ô, Papaléo, pense! Correto. Ah, eu critiquei aquele da TV, não é? Cassaram a minha palavra. Mas eu quero louvar... Ele é um homem puro, como você, simplório. Olha o que ele disse, advertindo o Brasil, o Judiciário, o Luiz Inácio. Pergunta da *Veja*, Mozarildo: “Analista diz que a imagem péssima do Legislativo, principalmente em razão dos casos de corrupção, tem atraído cada vez mais pessoas desqualificadas para a política. O senhor concorda com isso?” E o nosso grande Presidente. É a verdade. Estamos em um descalabro. Não sou pessimista. Vi a sua Igreja católica corrompida, lá no tempo da Idade Média, da Inquisição. Vendiam lugares no céu. Veio Lutero e melhorou. Vi a Itália do Renascimento, outro dia, cheia de corrupção, de mafiosos. Veio a Campanha das Mãos Limpas. Está na hora de V. Ex^a. Eu e Papaléo meditamos sobre uma vida sofrida e de decência, de médico, com a decência de nossa profissão. O que diz Garibaldi? “A política hoje é o seguinte: quem já entrou sem dinheiro tenta sobreviver, mas quem é liso não tem mais vez. Só vão entrar os endinheirados ou quem está atrás de mais dinheiro”. Pois V. Ex^a acelere, pelo amor de Deus. Apendicite, se não operarmos logo, dá abscesso, peritonite, septicemia e causa a morte. Aí está a urgência da reforma. E isso vem muito da ética que V. Ex^a representa. E tem moral. Mas do jeito que está, desculpe-me, eu tenho 65 anos e já passei por vários regimes, mas nunca vi tanta bandalheira e imoralidade na legislação eleitoral.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, concluirei já.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Agradeço. Gostaria de fazer um breve aparte dada a relevância do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Peço a compreensão do Senador Eduardo Suplicy. O Senador Marco Maciel já teve a concessão, por parte da Mesa, de mais dez minutos sobre o tempo. Peço que V. Ex^a conclua.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não. Só gostaria de dizer, Sr. Presidente, em relação à manifestação do Senador Mão Santa, que não li a entrevista do Presidente Garibaldi Alves Filho, mas não quero deixar de registrar que achei muito positivo o fato de ele haver convocado uma sessão do Congresso para apreciação de vetos. Estávamos com 1.070 vetos pendentes de apreciação e avançamos. Espero que S. Ex^a prossiga nessa caminhada, como também no que diz respeito a reduzirmos o número de medidas provisórias que têm praticamente trancado a pauta do Senado e da Câmara, tirando, conseqüentemente, a possibilidade de o Congresso ter a sua agenda legislativa.

Vou atender o apelo de V. Ex^a, Sr. Presidente. Encerro aqui o meu discurso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Serei brevíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Excelência, deixe-me...

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – É porque há outros oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Deixe-me fazer uma justificativa muito justa: o Senador Marco Maciel está há 30 minutos na tribuna, temos outros Senadores, inclusive o próximo Senador, o Senador Francisco Dornelles, já foi anunciado há algum tempo, tem outros compromissos...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu prometo ser brevíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– ... e necessita fazer o seu discurso.

Após a palavra do Senador Francisco Dornelles ou durante, V. Ex^a pode fazer o aparte, para não perderemos a seqüência do tempo.

Quanto à entrevista do Presidente desta Casa, sugiro a todos os Senadores e Deputados que leiam com muita atenção porque é uma entrevista muito lúcida, realista e muita coisa que está dentro dos nossos corações e que muitos de nós não têm coragem de dizer, ele disse. O Senador Garibaldi Alves Filho disse muitas verdades sobre o que está acontecendo não só no Congresso, mas no Executivo, que está dando um grande mau exemplo para todos nós.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo enviou ao Congresso a Medida Provisória nº 415

e o Projeto de Lei nº 2.733, em caráter de urgência, procurando disciplinar o consumo de bebidas alcoólicas, com efeitos sobre o vinho e a cerveja.

Entendo, Sr. Presidente, que o Estado deve agir com a maior severidade em relação àqueles que dirigem embriagados. Deve aplicar punição rigorosa, aumentar as penalidades, agilizar os procedimentos de perda de carteira de motorista, ampliar a fiscalização por amostragem nas estradas, com maior uso do bafômetro.

Entretanto, as medidas impostas pelo Governo vão gerar problemas para as médias e pequenas empresas comerciais, prejudicar o mercado publicitário, afetar a renda e o emprego de grande número de pessoas, sem alcançar os objetivos visados.

Veja, por exemplo, Sr. Presidente, a situação de um ônibus de turismo chegando a um restaurante, em área até mesmo urbana, cortada por estrada federal. Os turistas que não estão dirigindo não poderão beber um vinho ou uma cerveja. O motorista poderá continuar no ônibus com a bebida que trouxe de casa.

Na verdade, Sr. Presidente, a punição prevista na Medida Provisória nº 415 atinge aqueles que não dirigem, sem alcançar os que dirigem embriagados.

Existe ainda a situação das estradas federais que atravessam cidades, e onde atualmente até os supermercados estão proibidos de vender vinhos e cervejas.

Com o Projeto de Lei nº 2.737/2008, o Governo Federal pretende restringir a publicidade de cerveja, de vinho e de outras bebidas de baixa graduação. Não existe relação entre publicidade e aumento de consumo do vinho e da cerveja. A publicidade é uma maneira de posicionar as marcas e garantir a preferência do consumidor.

A Organização Mundial da Saúde, Sr. Presidente, não referenda a restrição de publicidade como uma política eficaz para o combate ao consumo nocivo de álcool. Em 2005, aprovou resolução sobre o tema, reconhecendo que ainda faltam estudos científicos para comprovar a eficácia dessa política.

Não podemos iludir a sociedade recorrendo a medidas ineficazes para enfrentar uma questão complexa. O que realmente funciona para diminuir os efeitos negativos do consumo indevido de bebidas alcoólicas – repito eu, Sr. Presidente – é fiscalizar e punir quem dirige após beber, é punir a venda de bebidas para menores de 18 anos, é intensificar a fiscalização nas estradas com base em amostragem sobre maior número de motoristas, é intensificar o uso do bafômetro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao fazer esses comentários, eu gostaria de fazer um apelo ao Governo para intensificar a fiscalização com o obje-

tivo de punir, de forma rigorosa, aqueles que dirigem embriagados.

Mas desejo, de forma antecipada, mostrar o meu posicionamento contrário à aprovação dessas duas medidas propostas às quais me referi, por entender que elas afetam, de forma negativa, o mercado de trabalho e agridem aqueles que desenvolvem atividades produtivas, principalmente na área do comércio e da publicidade, sem qualquer efeito em relação aos objetivos pretendidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Francisco Dornelles, V. Exª me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Já foi encerrado o discurso do Senador Dornelles.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas depende da sensibilidade política de V. Exª. V. Exª é um homem de alta sensibilidade.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Darei os apartes, com o maior prazer, ao Senador Mão Santa e ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Foi concedido o aparte pelo Senador Dornelles.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Dr. Dornelles, V. Exª significa muito para este País, mas muito mesmo. Ninguém sintetiza Minas Gerais melhor do que V. Exª. Na história política, todos temos a imagem daquele que se imolou pela democracia: Tancredo Neves. Assim como Deus chamou Pedro e deu as chaves do céu, ele chamou V. Exª e deu as chaves do cofre do Brasil. Então, esse é um gesto de confiança. E isso é importante. Mas eu vi e sei que isso não resolve. Nós somos os pais da Pátria e temos que estar preparados. Durante a lei seca dos Estados Unidos, foi quando proliferou a bandidagem, o Al Capone enriqueceu nessa época. Don Vito Corleone nunca foi pego por venda de bebida. Quanto mais contrabandeava, mais poderosa era a máfia. Um promotor o pegou por sonegar imposto. Isso não vai resolver nada, mas está levando muitas famílias à desgraça. Na minha cidade, a BR passa a uns 20 quilômetros. O melhor clube da sociedade entre duas cidades, Parnaíba e Luís Correia, é o Country Clube. Pois bem, eu passei este fim de semana lá. Fui à praia e voltava para comer uma feijoada quando vi que o clube havia fechado. Então, está aí. Eu queria que V. Exª induzisse... Eu diria como Frederico da Prússia, que queria comprar um moinho, e o caboclo lhe disse “não”. Quando perguntado se não sabia com quem estava falando, o homem respondeu: “Eu não lhe vendo porque o moinho foi do meu avô, passou para o meu pai, e agora eu cuido dele”. O rei, então, disse: “Você sabe com quem está falando? É com o Rei Frederico da Prússia”. O homem, então,

disse: “Vossa Majestade não vai levar o moinho. Ainda há juízes em Berlim!” Então, que se diga: “Ainda há juízes em Brasília”. Que V. Exª, com a sua experiência, induza os presidentes de associação comercial a pedir liminar – há muitos juízes que estão concedendo – para salvar esse pessoal, que trabalhava, que vivia com dignidade. Muitos deles estão endividados nos bancos. Então, a presença de V. Exª – eu me antecipei –, mas V. Exª é o comandante, o general, que faça uma lei boa e justa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Mão Santa, concordo com V. Exª. Considero essa medida – aliás, eu não havia tocado nesse ponto – totalmente inconstitucional. Em meu Estado, o Rio de Janeiro, o Judiciário, mais uma vez, tem feito uma intervenção importante, concedendo um grande número de liminares que permitem que essas empresas continuem funcionando.

Como eu disse, a medida proposta pelo Governo, tanto na medida provisória como na lei específica, promove uma punição contra aqueles que nem dirigem e deixam realmente o motorista sem fiscalização.

De modo que acho importante que o Governo faça uma melhor fiscalização, que responsabilize aqueles que dirigem embriagados, mas que não tomem medidas contra pessoas que nem dirigem, afetando o nível de renda, de emprego, um grande número de entidades comerciais.

Ouçó V. Exª, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Dornelles, V. Exª comentou comigo que ia fazer esse pronunciamento, eu lhe disse que fazia questão de apartear-lo. Eu acho que a intenção do Governo foi das melhores, Senador Dornelles – sei que V. Exª concorda comigo. A grande questão que tenho percebido é que, em todas as rodovias do Rio Grande do Sul, há uma indignação muito grande de todos os setores com estabelecimento às margens da estrada. Eu, sinceramente, acho que essa medida provisória tem que ser alterada. Mas eu começaria perguntando por que então a gente não proíbe todo tipo de propaganda pública. Aí, sim, você vai para um processo educativo, uma vez que a propaganda não permite incentivar pessoas a optar pela bebida alcoólica, como foi feito com o cigarro. Eu acho que nós tínhamos que ter um processo de educação que permitisse as pessoas entenderem o tanto que é prejudicial para a saúde o álcool e o quanto ele contribui também para os acidentes de trânsito. Mas a forma como foi elaborada a medida, simplesmente proibindo o comércio de agir nessa linha, eu acho que lembra a lei seca dos Estados Unidos, que deu no que todos nós sabemos. Por isso, acho que nós vamos ter que fazer um debate muito fraternal, equilibrado e

tranquilo sobre esse tema. Claro que os acidentes de trânsito preocupam a todos nós, mas, nem por isso, vamos tirar os carros de circulação. Então, é preciso que pensemos, no meu entendimento, em um processo de educação que permita as pessoas perceberem o quanto a bebida alcoólica faz mal. Simplesmente proibir, de forma radical, não vai contribuir em nada, na minha avaliação, para evitarmos aquilo que todos nós queremos, ou seja, que as pessoas não bebam exageradamente e que, assim, caminhão, ônibus, automóvel, qualquer veículo, enfim, se torne um instrumento de morte. Por isso, cumprimento V. Ex^a, que traz ao Plenário a reflexão dessa matéria, como o fez recentemente o Senador Mão Santa. Meus cumprimentos pela reflexão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Paulo Paim, agradeço muito a V. Ex^a o aparte que acaba de fazer.

Sr. Presidente, honra-me muito o aparte do Senador Paulo Paim.

A medida partiu de uma premissa falsa, errada. Em alguns países, como os Estados Unidos, os bares situados perto das auto-estradas ou nas auto-estradas não podem vender bebidas alcoólicas. Mas as estradas não atravessam as cidades. Aqui, há estradas atravessando as cidades. Por exemplo, na cidade de Sapucaia, no Rio de Janeiro, os supermercados estão proibidos de vender bebidas alcoólicas. Os clubes não podem vender bebidas aos seus associados.

Concordo plenamente com V. Ex^a quanto à importância de uma campanha educativa mostrando os efeitos negativos do álcool, estabelecendo limitações, chamando a atenção para o uso indevido e abusivo do produto. Mas o caminho adotado está errado, pois não vai ter nenhum efeito sobre o consumo, já que está punindo pessoas que nem dirigem e muitas vezes não está intensificando a fiscalização em relação àqueles que dirigem embriagados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Eduardo Suplicy, por favor.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Francisco Dornelles, V. Ex^a faz uma observação a respeito da medida provisória relativa à questão das bebidas alcoólicas. Recordo um ponto correspondente a essa questão e que se relaciona à publicidade, que avalio também deve ser objeto de reflexão por parte do Congresso Nacional. Nós sabemos, porque lemos diariamente, que os meios de comunicação têm presença muito forte na publicidade de empresas de bebidas alcoólicas. Mas, da mesma maneira que se restringiu tão significativamente a publicidade do fumo há alguns anos no Brasil e em quase todos os países, considera-se adequado que haja uma limitação no que

diz respeito à publicidade das bebidas alcoólicas que vêm no sentido também de desestimular o uso indevido, exagerado das bebidas alcoólicas. Não se trata de proibir que pessoas tomem vinho, cerveja, pinga, cachaça, uísque ou o que quer que seja. Mas é importante termos consciência de que, quando se fez a vedação da publicidade do fumo, cogitou-se... Entre os Senadores que aqui concordaram que essa seria uma proposta adequada estava a Senadora Heloísa Helena; eu próprio tinha uma proposta baseada muito na sugestão do meu querido amigo e publicitário Carlito Maia, segundo a qual, para cada tempo despendido em publicidade com respeito ao fumo ou à bebida alcoólica, haveria também a publicidade, com igual grau de qualidade, para a advertência, a informação à população sobre os males que poderiam causar à saúde das pessoas. Eu apresento este assunto no momento em que V. Ex^a traz aqui uma reflexão sobre as bebidas alcoólicas e a questão relativa à tributação, porque avalio que são temas conexos, os quais gostaria de trazer à nossa reflexão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Sr. Presidente, para encerrar, eu apenas digo a V. Ex^a que eu concordo plenamente com o Senador Paim de que, para esse assunto, cabia uma campanha publicitária para que as pessoas tivessem noção exata das consequências do uso exagerado de bebidas alcoólicas ou do cigarro.

V. Ex^a, Senador Suplicy, conhecedor profundo de matérias financeiras e tributárias, sabe que são um problema muito complexo medidas para restrição do consumo de alguns produtos de procura inelástica. V. Ex^a sabe que existe um caso clássico de um Ministro da Fazenda que assumiu um ministério em um país do Caribe e, muito preocupado com o consumo da aguardente, aumentou o imposto de consumo, e a consequência foi a redução do consumo do leite. O marido chegou em casa e disse: “Olhem, subiu o preço da cachaça. Vocês vão ter de consumir menos leite”.

De modo que restringir o consumo de bebidas inelásticas através de determinadas medidas precisa ser examinado com muito cuidado.

A campanha educativa tem efeitos mais positivos que a proibição de publicidade, proibição em determinados programas de televisão. Considero extremamente violenta essa proibição para estabelecimentos comerciais situados em determinados locais. O Governo tem que fazer uma campanha grande contra aqueles que dirigem embriagados, mas essa proibição por ele estabelecida não atinge os objetivos visados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Pres. nº 15/2008/CMO

Brasília, 19 de março de 2008

Assunto: Solicita providências para substituir o Volume IV e VI da Redação Final do Projeto de Lei nº 30/2007 – CN (PLOA/2008).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência que foram impressos incorretamente os Volumes IV e VI da Redação Final ao Projeto de Lei nº 30/2007 – CN (PLOA 2008), encaminhados a esta Comissão no último dia 17 de março, o que não espelha as votações ocorridas tanto na CMO como no plenário do Congresso Nacional.

No Volume IV, não foi impresso o detalhamento das Unidades Orçamentárias 53.202 – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e 53.203 – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, conforme Quadro Síntese da página 629.

No Volume VI, embora também arrolado no Quadro Síntese constante da página 21, deixou de ser listado o detalhamento da programação das seguintes Unidades Orçamentárias: 20.205 - Companhia Docas do Ceará – CDC, 20.206 – Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, 20.207 – Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA, 20.208 – Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, 20.210 – Companhia Docas do Pará – CDP, 20.211 – Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e 20.212 – Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN.

Assim, reencaminho a Vossa Excelência os referidos volumes com as devidas correções, a fim de que os impressos reproduzam as votações ocorridas com fidedignidade.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração. – Senador **José Maranhão**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Uma vez que se trata de inexatidão material nos volumes IV e VI da Redação Final oferecida pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização devido a erro gráfico, cuja correção não importa em alteração do sentido da matéria, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno, a Presidência determina a repub-

licação da referida Redação Final do **Projeto de Lei nº 30, de 2007–CN**, bem como dos referidos volumes retificados à Presidência da República.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas queria, com a gentileza de V. Exª, fazer uma observação sobre o pronunciamento do Senador Marco Maciel, que fez uma análise de grande importância sobre o procedimento de eleições no Brasil. Quero dizer que, tendo ouvido com atenção os seus argumentos de que aquilo que está na Constituição brasileira foi bem formulada pelos Constituintes, parece-me adequado, sim, que tenhamos um período de governo de quatro anos para Prefeitos, Governadores e Presidentes da República. Avalio que se for para se terem mandatos de presidente por mais tempo que ele possa ter a oportunidade da alternância e não o direito de reeleição.

Eu, Senador Marco Maciel, votei contrariamente ao direito de reeleição; se puder aqui fazê-lo outra vez, assim optarei. V. Exª aqui examina a sugestão formulada por alguns, de mandatos de cinco anos. Creio que se iria criar uma situação de dificuldade porque hoje está bem ordenada a alternância, a cada dois anos, entre as eleições nacionais para Governadores, para a Assembléia Legislativa e para o Congresso Nacional; e depois, como ocorrerá neste ano, as eleições para prefeitos e vereadores. Na minha avaliação, tem sido extremamente saudável a experiência de haver eleições, com o exercício da democracia por meio do seu ponto maior que é a realização das eleições a cada dois anos. É algo que se proporciona aos brasileiros, em termos de oportunidade de expressarem seus sentimentos.

No que diz respeito ao argumento de que algumas pessoas, às vezes, dizem que quatro anos é um tempo muito exíguo, quero aqui expressar – V. Exª, como Vice-Presidente da República, tem bem a noção do tempo adequado – que, na minha avaliação, quando um governante tem a noção clara do que deseja, avalia e coloca como plano para a Nação o que deve ser feito, quatro anos é um bom tempo para realizar isso. Ele assume o mandato com grande apoio da população pelo processo de eleições diretas e livres em nossa Nação. É claro que aí está a sua responsabilidade em dialogar com o Congresso Nacional para efetivar as medidas que se dispõe a fazer.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – V. Exª me concede um breve aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Permita-me citar um só exemplo de alguém que V. Ex^a sabe muito bem que se preparou tanto para a realização de algo, que efetivamente conseguiu realizá-lo em menos tempo até do que quatro anos. V. Ex^a sabe de quem estou falando. É um ser humano diferente de muitos de nós, é claro. Só para citar o exemplo, Jesus Cristo se preparou por 30 anos para fazer muito bem o que desejava, bastaram três anos para que ele conseguisse fazê-lo, e a sua obra está aí por mais de dois mil anos com os seus efeitos e cada vez mais forte. Só pretendi citar um exemplo de que, quando se sabe claramente o que se deseja, quatro anos é tempo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Marco Maciel, permito a V. Ex^a fazer uso da palavra pela ordem.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pela ordem.

Com revisão do orador.) – Muito obrigado.

Então, pela ordem, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, eu gostaria de dizer ao nobre Senador Eduardo Suplicy que fico satisfeito em ouvir que sua posição é coincidente com a minha – que, aliás, é referendada também pela experiência, porque, desde a Constituição de 1988, estamos praticando esse sistema com grandes ganhos para maturidade política do nosso povo.

Nós votamos bienalmente. Há, entretanto, exercícios cívicos periódicos de eleições. Ao mesmo tempo, evitamos que ocorram eleições praticamente todos os anos. E, mais do que isso, há também um custo financeiro relativamente elevado, sem contar o fato de que o calendário eleitoral deve, como praticamos agora, fazer coincidir a eleição do Presidente com a do Congresso Nacional, sob pena de riscos que afetem a governabilidade.

Enfim, é bom que o Presidente seja eleito com o Congresso; que o Governador seja eleito com a sua respectiva Assembléia Legislativa; que o Prefeito, como acontece, com a Câmara Municipal. O que evita, às vezes, conflitos que ocorrem em função de o Legislativo haver sido eleito em período distinto do Executivo federal, dos Executivos estaduais e dos Executivos municipais.

Então, cumprimento V. Ex^a por essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador José Nery, que, como orador inscrito, terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Depois do Senador Nery, V. Ex^a me concede a palavra pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a, no momento adequado.

Peço a compreensão dos Senadores no uso da palavra pela ordem, porque hoje, dia de sessão não deliberativa, cada Parlamentar pode fazer uso da tribuna por 20 minutos; ou seja, reduz-se o número de Parlamentares a usar a tribuna por causa da dilatação do tempo. Por conseguinte, o uso da palavra pela ordem deve ser de caráter extremamente respeitável ao Regimento Interno. Então, peço que os Srs. Senadores tenham a devida compreensão porque, só agora, às 15 horas, o terceiro orador inscrito vai fazer uso da palavra.

Tem a palavra o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o

seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Srs. Senadores, Sr.^{as} Senadoras, o ano de 1968 foi marcante para a história do País e do mundo. Mobilizações estudantis e populares colocavam em cheque a ditadura militar no Brasil. No dia 28 de março daquele ano, era assassinado no restaurante Calabouço, do Rio de Janeiro, o estudante paraense Edson Luís de Lima Souto, secundarista e filho de uma humilde família do meu Estado. Foi mortalmente ferido por uma bala disparada por um soldado da Polícia Militar do Rio de Janeiro integrante da tropa de choque, que invadiu o local na repressão às manifestações estudantis.

Passaram-se quarenta anos. Como socialista e democrata, não poderia deixar de marcar a passagem desse importante episódio, ao mesmo tempo em que manifesto minha solidariedade aos familiares de Edson Luís, tanto aqueles que residem no Pará como aqueles que, porventura, permaneceram no Rio de Janeiro.

O ano de 1968 deixou marcas permanentes na história das lutas sociais e políticas pelo mundo. Foi o ano em que Martin Luther King foi assassinado na cidade de Memphis, no Tennessee, por uma fascista, branco e racista, que, de forma covarde, tirou a vida do líder que pregava a paz e a concórdia entre brancos e negros. Seu nome, porém, entrou para a história como o símbolo da luta contra a intolerância e o racismo nos Estados Unidos e no mundo.

Registro que foi em 1968 que os estudantes franceses ocuparam as ruas e ergueram barricadas em Paris e nas principais cidades da França em luta e mobilização contra as políticas conservadoras de Charles de Gaulle. Os estudantes receberam o apoio de diversas categorias de trabalhadores e de outras entidades representativas da intelectualidade e de setores de vanguarda do mundo artístico e cultural, fazendo com que o Governo recuasse de suas políticas repressivas contra o movimento estudantil francês.

Em 1968, houve a ofensiva do exército popular no Vietnã e das forças guerrilheiras do Vietcong contra o exército invasor norte-americano naquele país do sudeste da Ásia. Apesar de o Presidente Lyndon Johnson ter promovido a escalada da guerra e enviado milhares e milhares de jovens soldados ao Vietnã, onde muitos deles perderam a vida nos campos de batalha, e de ter ordenado o criminoso bombardeio de Hanói pela mais mortífera arma de guerra de que dispunha os Estados Unidos, que foram os superbombardeiros B-52, o povo vietnamita resistiu e começou a virar o quadro da guerra a seu favor, até que, em 1975, os norte-americanos saíram corridos daquele país e sofreram a mais humilhante derrota militar e política de que se tem notícia na história.

Foi em 1968 que o Brasil assistiu à Passeata dos Cem Mil, que seguramente foi o maior ato de resistência e de mobilização contra a ditadura militar, realizado nas ruas centrais do Rio de Janeiro, e que teve como centralidade a luta pelo fim da ditadura militar e por liberdades políticas.

Foi o mais contundente protesto contra a ditadura e contra o assassinato do estudante paraense Edson Luís. A passeata reuniu estudantes, populares, intelectuais, artistas, líderes estudantis, entre outros, e destacava-se entre eles o líder estudantil Vladimir Palmeira, que fazia discurso de combate à ditadura e foi um dos principais líderes estudantis à época.

O meu objetivo era fazer tão-somente uma homenagem ao estudante paraense Edison Luís, pela passagem dos 40 anos de seu brutal e covarde assassinato pelas forças da ditadura. Porém, é preciso que a nação nunca se esqueça da importância das conquistas democráticas alcançadas em muitos anos de lutas e de sacrifícios de gerações de brasileiros, inclusive daqueles que deram a própria vida para que hoje pudéssemos, livremente, utilizar essa tribuna e relemburar os fatos de 1968.

Não poderia deixar de registrar que foi em 1968 que as tropas soviéticas, apoiadas pelo chamado Pacto de Varsóvia, invadiram a Tchecoslováquia, reprimindo violentamente a população em Praga, colocando fim ao sonho de uma via democrática ao socialismo naquele país, que era o que os manifestantes exigiam em todo o país. Não era, como a União Soviética alegava, um movimento de retorno ao capitalismo, e sim a implantação de um novo modelo de socialismo, com a participação popular e o fim da burocracia estatal, opressora e policialesca.

Tivemos um episódio que trouxe profundo mal-estar ao Congresso Nacional, que foi a cassação do então Deputado carioca Márcio Moreira Alves, por ter feito um

discurso criticando a ditadura. Depois desse episódio, aconteceram muitas outras cassações políticas.

Para encerrar 1968, em 13 de dezembro, o então general Costa e Silva, presidente escolhido pela Junta Militar, decreta o AI-5, o famigerado Ato Institucional nº 5, pelo qual cassa todas as poucas liberdades que ainda existiam e fecha de vez o regime, iniciando feroz perseguição a todo e qualquer opositor.

Durou dez anos a vigência desse instrumento de exceção. Foi o período mais triste da história do Brasil. Opositores foram eliminados, o Congresso foi fechado, Deputados foram cassados por denunciarem os crimes da ditadura, a tortura foi institucionalizada em vários setores das Forças Armadas e em vários órgãos policiais do País. Vivemos um Estado de Sítio, a partir de 1968, mesmo não tendo sido oficialmente decretada sua vigência.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero registrar, ao lembrar a memória, a história e a luta de Edson Luís de Lima Souto, que o Governo Popular de Belém, dirigido, no período de 2000 a 2004, pelo ex-Prefeito, professor Edmilson de Brito Rodrigues, construiu em Guamá, popular bairro da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, a Escola Edson Luis de Lima Souto, de ensino fundamental, uma forma de homenagear Edson Luís como símbolo daquela luta, da revolta da juventude, principalmente dos estudantes, contra os horrores da Ditadura.

Ao lembrar essa iniciativa do Governo Edmilson Rodrigues, em Belém, gostaria também de dizer que a família de Edson Luís foi indenizada com o valor de R\$130 mil. Foi o suficiente para comprar uma casa para sua mãe, Dona Maria, que tem hoje tem 84 anos de idade, mas passa, evidentemente, por muitas privações. Razão por que, Sr. Presidente, Papaléo Paes, Dona Maria de Lima Souto, ao ir ao Rio de Janeiro participar dos eventos pela memória de Edson Luis, na última semana, fez questão de reivindicar – a meu ver, de forma justa e necessária – uma indenização que, de fato, garanta melhor qualidade em seus últimos dias de vida, tendo em vista sua idade já avançada. Dirigi esse pedido ao Governo Federal, especialmente ao Ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

O Ministro respondeu-lhe, afirmando sua impossibilidade de atender o pleito, tendo em vista a família já ter sido agraciada com uma indenização por conta do assassinato de Edson Luis, indenização que se revelou insuficiente para a sobrevivência digna da família de Edson Luis. O Sr. Ministro Paulo Vannuchi disse da impossibilidade do atendimento desse pleito, mas dirigiu um apelo à Governadora Ana Júlia, do Pará, ao qual me somo, no sentido de que o Governo do Pará envie

um projeto de lei à Assembléia Legislativa, concedendo uma pensão à família de Edson Luis de Lima Souto, como parte do compromisso do Estado brasileiro para reparar aquele bárbaro crime, a vida ceifada de quem, na verdade, não fazia outra coisa senão reclamar pelo justo direito, pelas liberdades democráticas, àquela época cerceada pela ditadura, quando qualquer reunião, qualquer manifestação era vigiada, as pessoas, os dirigentes, os militantes, os opositores do regime eram tratados como inimigos mortais que deveriam ser abatidos, eliminados, exilados e cassados.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Nery, V. Ex^a traz um assunto importante para a tarde de hoje, ao tratar sobre esse momento da vida do nosso País. Eu queria lembrar ainda que ouvi de um militar – que foi um dos protagonistas dos episódios daquela época – argumento de que a força do poder do momento exigiu os seus métodos e que havia, no Brasil e na América do Sul, uma campanha que justificava esses métodos. E a gente, às vezes, fica vivendo experiências ainda hoje, como é o caso de Cuba, cujos métodos alguns acham que não se justificam. A Guerra Fria fez com que a democracia norte-americana financiasse essas campanhas em vários lugares do mundo, o que ocorreu no Chile, no próprio Brasil, no Uruguai, no Paraguai. O que podemos dizer sobre o que foi a ditadura de Franco na Espanha, o que foram as idéias e os métodos de Adolf Hitler e de tantos outros que usam dessas campanhas de retirar a liberdade das pessoas e até o seu direito de viver? Como alguns disseram, guerra é guerra, mas acho que o Brasil tem de insistir em que o nosso caminho não é esse. Nosso caminho é o da democracia, o do debate das idéias, mas com forte respeito à pessoa, à individualidade da pessoa. Portanto, ao falar das liberdades individuais, temos de deixar de lado essas paixões e voltar a reafirmar, para que o Brasil e o mundo nunca mais tenham que se utilizar desses métodos de sacrifício de pessoas para imposição de determinado poder. V. Ex^a está de parabéns. Agradeço por ter me concedido o aparte.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço, Senador Sibá Machado, pelas suas considerações e as incorporo ao meu pronunciamento, com a clara consciência e convicção de que esses fatos vivenciados em 1968, ou a partir de 1964, que tanto prejuízo causaram à democracia e às liberdades democráticas, não mais se repitam no nosso País. Mas também é verdade que, por ser parte da nossa história, triste, evidentemente, devemos lembrá-los, sem saudade alguma, mas como parte da nossa luta e reafirmação da luta de todos os brasileiros e brasileiras para que o País jamais venha a vivenciar aqueles momentos tão trágicos.

Reconheço, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o *flashback* não trata de tudo que aconteceu naquele ano. Porém, quis prestar minha homenagem aos familiares de Edson Luis pela tragédia de que foram vítimas naquele fatídico 28 de março, esperando que nunca mais nosso País tenha uma ditadura militar.

Eu queria fazer também referência ao livro do brilhante jornalista e escritor Zuenir Ventura, que escreveu **1968 – O Ano que não Terminou**, tendo em vista que muitas daquelas bandeiras que foram erguidas nas ruas, que muitas daquelas barricadas da luta política efervescendo no País, de norte a sul, em manifestações gigantescas, especialmente de estudantes e de trabalhadores, pelo fim da ditadura, foram um marco fundamental na definição e na divulgação de idéias e de propostas que, ainda hoje, são muito presentes e atuais.

Portanto, ao fazer essa homenagem à memória de Edson Luis, lembramos esse registro brilhante do jornalista e escritor Zuenir Ventura, que retrata, com muita fidelidade, os fatos e os episódios que marcaram aquela quadra histórica.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Nery,...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Concedo, com bastante satisfação, o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a recorda momentos dos anos 60, após a instalação do regime revolucionário, mas eu quero dizer aqui – e o Rio de Janeiro está representado muito bem por Dornelles – que o País tem de prestar homenagem a um momento que Deus me permitiu presenciar. Papaléo Paes, Flávio Cavalcanti levava para o Maracanã, o ano inteiro, as melhores músicas. Eu estava lá, acompanhando umas médicas residentes – eu não sou bom de música, não. Aí ganhou *Sabiá*, de Tom Jobim e Chico Buarque. Mas o povo aclamava porque queriam que ganhasse a música de Geraldo Vandré. Esse é que foi o ícone da redemocratização. Eu me lembro, Dornelles, no Maracanãzinho, ele pegou a cadeira de pau e o violão e disse: minha gente, a vida não se resume a festivais. O júri está ali para julgar e eu estou aqui para cantar. Vamos cantar: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer.” Esse foi o hino da redemocratização que nós, estudantes, cantamos. Eu era Médico residente, Senador. Esse foi o hino nacional número dois, o da redemocratização. Então, eu quero que V. Ex^a também veja como incluir entre esses homenageados o Geraldo Vandré, autor do hino da redemocratização, que tem hoje mais de quarenta anos. E para motivar essa moci-

dade estudiosa que está apática e que o seu Governo está desvirtuando das liberdades estudantis.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Mão Santa, sem dúvida, a sua lembrança de Geraldo Vandré, compositor e músico que cantou *Para Não Dizer que Não Falei de Flores*, que de fato se tornou o hino nacional da resistência democrática e popular daquele período, a qual motivou a manifestação de rebeldia da juventude do nosso povo contra aquele estado de coisas. É uma lembrança e uma justa homenagem a quem também se rebelou com a arte e com o que ela pode proporcionar em termos de apreciação...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ...da realidade que o Brasil vivia. Sem dúvida, lembrar Geraldo Vandré neste momento significa lembrar todos os artistas que com sua criação, na música, no teatro, no cinema, nas mais diversas formas de expressão da arte, foram capazes de lutar e resistir para que nós hoje pudéssemos ter o grau de liberdade política de que disfrutamos no País.

É bom lembrar que há pouco mais de 20 anos fazer um pronunciamento com o teor do que estou fazendo aqui hoje, se eu fosse Parlamentar à época – e muitos o foram e enfrentaram o poder de então – eu poderia sair da tribuna do Congresso preso e algemado.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço um pouco mais de tempo para que possamos concluir, não sem antes conceder um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador José Nery, permita-me solicitar a V. Ex^a que não conceda mais apartes porque o seu tempo já foi esgotado. E que concederei mais dois minutos para V. Ex^a concluir seu discurso.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Papaléo Paes, desculpe-me V. Ex^a na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pois não.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Eu tenho profundo respeito pela condução dos trabalhos, quando V. Ex^a está dirigindo à Mesa, assim como o tenho pelos demais colegas. Mais parece marcação. Eu sei que, muitas vezes, vou além do tempo regimental permitido, mas aqui V. Ex^a há de convir comigo – e eu gostaria de reconhecer a forma democrática como V. Ex^a dirige os trabalhos – e pedir que, como se trata de um tema da história recente do nosso País, a gente pudesse aqui dialogar e conceder aparte a alguns colegas Senadores. Eu sei que o próximo orador é o Senador Neuto

de Conto. Tenho certeza de que contaria com S. Ex^a para eu pudesse estender-me mais uns cinco a dez minutos, de modo que eu pudesse receber os apartes daqueles que desejam apartear.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Está determinado o seguinte: V. Ex^a não será tolhido de fazer uso da palavra. V. Ex^a terá os dois minutos já concedidos para fazer uso da palavra. Todos os temas aqui discutidos são de muita importância. Inclusive, esse deverá ser discutido ainda hoje, por se tratar do dia 31 de março. Então, peço a sua compreensão.

O Senador Eduardo Suplicy já está completamente consciente da contribuição que dará aos demais oradores inscritos, para que nós possamos ouvir de V. Ex^a, o autor do grande tema trazido por esta Casa, a conclusão devida, sem querer atropelar este momento final do seu discurso. V. Ex^a, a partir de agora, terá mais dois minutos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, queria conceder o aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Insisto que V. Ex^a me conceda mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Vou decidir, então, como Presidente. O aparte concedido ao Senador Eduardo Suplicy será descontado do seu tempo e não lhe darei acréscimo nenhum, se for o caso. V. Ex^a fará a opção democrática.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Exatamente. A opção democrática é conceder aparte ao Senador Eduardo Suplicy e voltar a esta tribuna para discutir essas regras. Há colegas aqui que, numa mesma sessão, falam 50 vezes, interrompem a sessão 200 outras. Sei que não está correto, mas até que seja estipulado aqui, de forma clara e transparente, o cumprimento do Regimento, vamos ter de tratar esta questão com certa rebeldia a fim de que o Regimento seja cumprido. Sei que V. Ex^a tem a obrigação de cumprir o Regimento. Entendo qual é o papel do Presidente e tenho profundo respeito por todos os que estão na direção dos trabalhos: o senhor, o Senador Mão Santa, o Senador Garibaldi Alves.

Gostaria de conceder um aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, embora seja descontado do meu tempo. Mas sei que o Presidente vai ser condescendente e me concederá mais um ou dois minutos. Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Nery, enalteço a homenagem que V. Ex^a faz a Edson Luiz, estudante que deu sua vida à defesa da liberdade e dos direitos da cidadania. Felizmente, depois de 44 anos, neste 31 de março, estamos vivendo um período de liberdade de expressão, de realização de eleições livres e diretas; todos os municípios brasileiros

hoje vivem um momento de escolha de seus candidatos. Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador José Nery, pela homenagem que faz neste 31 de março.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy, apesar de eu ter elaborado um pronunciamento para reverenciar a memória de Edson Luiz de Lima Souto, estudante paraense assassinado em 28 de março de 1968, eu não poderia deixar de registrar a passagem do dia de hoje: 31 de março. Foi nesse dia ou na madrugada de 1º de abril de 1964 que tanques e tropas do Exército marcharam contra o Governo democrático do então Presidente João Goulart e implantaram 21 anos de uma ditadura sangüinária, com perseguição e mortes a todos que ousaram lutar contra o totalitarismo e a falta de liberdade naquele período.

Às vezes, quando nos referenciamos à passagem deste dia e falamos de suas trágicas e tristes conseqüências para a história recente de nosso País, alguns setores das Forças Armadas e políticos conservadores, principalmente aqueles que representam os velhos setores golpistas contra-atacam dizendo que o País iria mergulhar na anarquia, na baderna e no comunismo. Nada mais falso e sem sustentação do ponto de vista histórico. Talvez o Brasil tivesse dado um grande salto em sua história rumo ao progresso social e ao desenvolvimento econômico, se as chamadas reformas estruturais ou reformas de base tivessem sido implantadas no Governo de João Goulart.

O que os setores conservadores não admitiam naquele momento e que lutam contra até hoje são as reformas nos setores mais importantes da vida nacional. Quero falar da reforma agrária, da reforma educacional, da reforma tributária, das reformas de base que de fato...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Nery, eu vou-lhe dar mais um minuto, lembrando que o Regimento Interno não serve para ninguém fora desta Casa. Ele serve para proteger os nossos direitos aqui, os direitos dos Senadores, e a mais ninguém. É por isso que nós usamos o Regimento como uma forma de tentar equilibrar os direitos aqui, porque sabemos que Senadores que têm mais tempo de Casa, mais experiência, sempre têm alguma prerrogativa de tempo a mais do que outros, o que não pode. Isso eu sinto também porque eu sou novato na Casa. Mas, por eu ser novato na Casa, eu procuro respeitar com mais rigor esse Regimento, porque me incomoda quando outros Senadores passam a ter mais tempo do que nós. Então, estamos nos protegendo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Papaléo Paes. E aqui invoco o princípio fundamental da Constituição: “Todos são iguais perante a lei.” Aqui dentro também. O problema é que alguns querem ser mais iguais do que outros. Então, compreendo perfeitamente e estou de acordo com o senhor para o cumprimento do Regimento. Agora, é preciso uma vigilância para que todos façam o mesmo.

O que os setores conservadores, como eu dizia, Sr. Presidente Papaléo, não concordam são essas reformas – e não as aceitam – que, de fato, poderiam ter contribuído para o Brasil se transformar, nas últimas três décadas, realmente numa verdadeira democracia, garantindo igualdade de condições nas diversas políticas sociais e na gestão pública a todos os brasileiros. No entanto, fomos privados de escolher nossos representantes pelas eleições diretas.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Fomos privados da contribuição de milhares e milhares de intelectuais, de pesquisadores, que tiveram de deixar o Brasil e servir no exterior por conta da perseguição.

Portanto, na data de hoje, 31 de março de 2008, 44 anos após aquele trágico 31 de março de 1964, queremos reverenciar e homenagear a memória de todos e todas que lutaram por liberdades democráticas.

Gostaríamos muito que o Governo do Presidente Lula – ele mesmo, como eu e tantos, produto da luta da resistência popular e democrática – abrisse os arquivos da ditadura...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... os arquivos em que estão registrados todos os malfeitos, os crimes que foram cometidos contra cidadãos brasileiros. Que os arquivos do Estado brasileiro sejam abertos às famílias dos perseguidos, ao Congresso e a toda a sociedade como forma, sim, de sepultarmos aquele momento tão trágico em nossa história e de continuarmos a construir um Brasil mais livre, mais justo e mais digno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço, Senador José Nery, registrando, só para que não haja nenhuma insinuação de perseguição contra V. Ex^a, que nós fomos condescendentes até demais. Demos a V. Ex^a onze minutos além do tempo necessário.

Mas quero aqui deixar o meu protesto também, pois vemos que há, na mesma sessão, um disparate

de tempo de um Senador para outro. Na minha opinião, este Regimento, que é para dar direitos iguais aqui, deveria ser obedecido por nós, porque, se não obedecermos a ele, somos nós que o estamos infringindo e prejudicando outros colegas, não tendo nenhuma razão de reclamar quando chegar o nosso momento de reclamar. Só para ficar registrado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL - PA) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Parabéns pelo seu discurso.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL - PA) – Obrigado, Senador Papaléo Paes. Quero pedir desculpas ao Senador Neuto de Conto, próximo orador, e dizer que me somo a V. Ex^a para cobrar o cumprimento do Regimento, pedindo que, se possível, fosse registrado, nesta mesma sessão de hoje, quantos minutos cada um aqui vai extrapolar do tempo a que tem direito.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Presidente Papaléo Paes, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, manifestei-me, na semana passada, que o momento que vive o País e o momento que vive nossa Casa, nosso Senado da República, está a exigir de nós uma agenda positiva, um momento de proposições. Essa é a expectativa que tem a sociedade brasileira.

A nossa Constituição, em seu art. 52, inciso XV, atribui ao Senado avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. Baseada nesse artigo, a Comissão de Assuntos Econômicos, à qual pertencço, no dia 12 de abril de 2007, constituiu uma subcomissão temporária para tratar da reforma tributária do País. Coube ao eminente Senador Tasso Jereissati a Presidência e ao eminente Senador Francisco Dornelles a Relatoria.

Sr. Presidente, após um ano, em inúmeras reuniões, em inúmeras audiências públicas, em que ouvimos autoridades municipais, estaduais e federais, em que ouvimos autoridades dos segmentos tributários da Pátria, o eminente Senador Francisco Dornelles, na última quinta-feira, dia 27, apresentou um relatório importante, significativo, que hoje está nas colunas dos grandes jornais do País: *O Estado de S. Paulo*, a *Gazeta Mercantil*, o *Jornal do Brasil*. Parece-nos que estamos dando um passo importante para fazer a nossa tão sonhada reforma tributária.

Chamou o Senador Francisco Dornelles de “um desenho”, um desenho propositivo, para que, no debate nesta Casa e com o País, com todos os segmentos, as federações, as associações e a sociedade em geral, possamos produzir uma proposta clara, aberta, que examine a estatística fiscal e estimule a arrecadação e a situação que advirão de cada esfera de governo e de entes federados. Só então passar-se-á à redação do texto constitucional e legal.

Ora, é uma proposta que abre o debate primeiramente nesta Casa. Ele nos trouxe alguns dados fantásticos. O Banco Mundial analisou 177 países para saber quanto se gasta para administrar, nas empresas, os tributos. Em vinte e três deles, passa-se de 500 horas por ano. Mas no Brasil, o campeão, gasta-se 2.600 horas para administrar a tributação nas empresas padrão.

O mais próximo é a Nigéria, com 1.120 horas de trabalho. No Japão, gasta-se 350; no Chile, 316; no Reino Unido, 106, e na Suíça, somente 63 horas/ano para administrar a carga tributária dentro de uma empresa padrão.

É lógico que nos traz inúmeros dados de importância muito grande. Um deles é o cadastro único. Serão adotados cadastros únicos de contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, de caráter nacional, compartilhados com o Fisco do Município, do Estado ou da União. O princípio da anterioridade é aplicado: nenhum tributo pode ser criado ou majorado sem que a respectiva lei tenha sido aprovada pelo Poder Legislativo até 30 de junho do exercício anterior.

Srs. Senadores, tivemos um fato agora, neste mês. O Governo nos mandou em dezembro o Orçamento com a CPMF, que aqui foi derrotada. Conseqüentemente, levaram-se mais 60 dias para que se modificasse todo o Orçamento e aqui aportasse o novo Orçamento sem a CPMF, ajustando todas as contas do Governo.

Ora, se tivéssemos a legislação já no mês de junho, não só o Governo para montar os seus orçamentos, mas principalmente as empresas poderiam administrar o seu futuro, com uma lei forte e precisa que está para ser constituída.

A nota eletrônica já é usada em alguns Estados, mas ela virá, sem dúvida nenhuma. Além de certamente acessar uma quantidade muito maior de contribuintes, vai ser transparente, e haverá transparência tributária, porque ela vai dar ao consumidor, àquele que comprou a mercadoria a oportunidade de saber quanto de tributo está embutido nos preços que está pagando junto com a mercadoria.

O Supersimples, que certamente foi uma pequena reforma que aprovamos e que está em vigor, deverá e será mantido na proposta do Senador Dornelles,

porque ela dá a oportunidade, sem dúvida nenhuma, também de incluir toda a pequena e média empresa no Supersimples.

O Regime de Base Presumida, também uma forma simplificada e principalmente para o pequeno e médio empresário, era também de uma importância muito grande.

Agricultura. Neste momento estão trabalhando, principalmente na Comissão de Agricultura do Senado e na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, para que se busque uma forma de renegociar as dívidas dos produtores que perderam pela intempérie, agricultores que perderam pelo câmbio, agricultores que perderam pelo preço de suas safras, pois precisam de uma oportunidade, de um alongamento de seus débitos, para que possam honrar seus compromissos junto às áreas que os financiaram.

A agricultura terá um capítulo especial. A agricultura terá que ter um capítulo - e o tem na proposta - para que possa alimentar os 180 milhões de brasileiros e para que possa haver uma cesta básica na Nação isenta de qualquer tributo. Proposta aplaudida, meu caro e eminente Senador Dornelles, que, com toda a sua sensibilidade, com o conhecimento que tem do País, com a proposta que nos traz, dá a esse segmento da produção primária, que hoje não só alimenta os 180 milhões de brasileiros, esse segmento que alimenta 36% da exportação brasileira, esse segmento que alimenta um terço do PIB nacional, esse segmento que, nos últimos cinco anos, exportou tanto quanto a sobra da balança comercial no Brasil, sem dúvida também acrescida pela isenção da cesta básica.

O novo Código Tributário Único, Srs. Senadores, para que aí se coloquem todas as leis, toda a lei tributária... Que ele possa oferecer à Nação, num único documento, a simplicidade, a maior rapidez e a maior contribuição. Também nesse Código Tributário, sem dúvida, diz Dornelles, eminente Senador, temos que ter um único capítulo na Constituição, para que nele possa estar incluído tudo aquilo que se deve pagar pelo nosso comércio.

Concedo o aparte, com muita alegria, ao eminente Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Neuto de Conto, em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a que é muito importante trazermos um tema dessa magnitude para o debate nesta Casa. Nas tantas vezes que já tentamos, no Congresso Nacional, tratar deste assunto, nunca conseguimos chegar a contento a um entendimento com os Entes da Federação e os setores que dizem respeito ao setor empresarial brasileiro – os mais interessados no assunto. Mas V. Ex^a, de maneira muito didática, aborda o que foi

o resultado de um ano de trabalho da Subcomissão que está tratando dessa reforma tributária, muito bem conduzida pelo Presidente Senador Tasso Jereissati e relatada pelo brilhante Senador Francisco Dornelles. Não participei da Subcomissão, mas, pelo pouco que acompanhei, fiquei encantado com o trabalho que vi. Primeiro, gostaria de dizer que essa proposta que nasce no Senado Federal não tem nenhum interesse de competir com qualquer outra idéia que esteja tramitando no seio do Congresso. Mas é muito importante que a gente vá afunilando sobre os interesses. O que eu queria acrescentar às palavras de V. Ex^a é que, no momento em que se pensa em todo esse conjunto de legislação sobre a tributação do País, precisamos minimamente dar maior velocidade à nossa economia; segundo, colocar transparência na forma de arrecadação, fazendo justiça na hora da receita e fazendo justiça na hora da distribuição. Há a questão do fim da informalidade ou, pelo menos, de se reduzi-la ao máximo, para que muito mais pessoas possam contribuir com as receitas da União, podendo, assim, fazer uma desoneração do volume da carga por aquilo que já disse o Senador Francisco Dornelles, pelo seu custo de implementação e de execução. Por último, fazer, minimamente, a valorização dos Entes Federados. A coisa que mais me chama atenção é o papel do Município, porque, dos 5.561 Municípios brasileiros, nós temos seguramente, pelos dados do IBGE de 2003 e 2004, cerca de 1.200 a 1.300 Municípios que chegam a, no máximo, 1% do PIB nacional. Então, são Municípios que ainda não têm a menor chance de sobrevivência nos moldes atuais. Assim, se transferirmos o Simples, se transferirmos uma qualidade das receitas dessa gama de micro e pequenas empresas – das quase sete milhões de empresas registradas no Brasil, cerca de seis milhões são empresas em ambiente familiar, micro e pequenas empresas... Ou seja, são aquelas que envolvem a massa salarial muito alta do País e aquelas que envolvem a massa de emprego em maior volume. Portanto, acho que V. Ex^a acertou muito em trazer nesta segunda-feira esse assunto, e esperamos que, doravante, o Senado Federal se debruce com maior vigor sobre isso. Já de antemão, peço ao nosso Senador Dornelles que nos dê a graça de visitar o Estado do Acre, para que possamos iniciar um grande e qualificado debate sobre esse tema, começando pelos Estados menores, como é o caso do Estado do Acre. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Sou eu quem agradece a importante intervenção de V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Gostaria somente, antes de encerrar, de falar também sobre a isenção das terras da Marinha. Quanto à

forma de laudêmios, está contemplada a sua isenção nessa proposta, porque, realmente, nessa costa imensa em que se encontra o Brasil, essa tributação tem trazido muitos empecilhos para o desenvolvimento de toda a costa brasileira.

Em síntese, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposta é criar um único e amplo imposto nacional sobre valor adicionado, o IVA Nacional. Será cobrado pelos Estados, recolhido integralmente na origem e com arrecadação nacional, pertencente à União e aos Estados e Distrito Federal. A quota federal será uma porcentagem equivalente à participação dos impostos e contribuições da União na receita do IVA Nacional. A quota estadual será a participação do ICMS nessa mesma receita. A arrecadação será alocada diretamente à União e aos Estados pela rede bancária, sem transitar pelos cofres do Estado em que for arrecadada. No caso da quota estadual, uma pequena parte pertencerá ao Estado de origem, e a maior parcela será alocada a todos os Estados, segundo o índice de participação no consumo final das mercadorias e serviços sujeitos ao imposto e apurados prioritariamente pelo IBGE. Nos três primeiros anos de cobrança do novo imposto, a alocação da quota estadual será igual à da atual arrecadação do ICMS.

Aqui poderíamos continuar a falar por longo tempo, Sr. Presidente, citando a união dos impostos - vários impostos como o IPI, o ICMS, o PIS, a Cofins - num único tributo, reunindo num único imposto nacional e reservando à Nação, é lógico, impostos compulsórios, como o da importação e exportação, inclusive taxas de financiamentos, que deverão ficar para a União, para os momentos estratégicos do País.

Com isso, cumprimento a todos quantos nos deram a oportunidade da escuta, e quero dizer a V. Ex^a que, antes de encerrar, ouço...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não quero aparte, mas falar pela ordem depois.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Então, encerro, cumprimentando e agradecendo a oportunidade da tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a pelo cumprimento rigoroso do tempo estabelecido no Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É interessante, Sr. Presidente.

O Senador José Nery fez um retrospecto histórico e me acho no dever, que representamos o Piauí nesses momentos difíceis, por isso somos apaixonados, de falar um pouco.

Nós, em batalha sangrenta, expulsamos os portugueses; nós votamos em Rui Barbosa quando ele não quis continuar o militarismo na campanha civilista; na Ditadura de Vargas, não aceitamos um tenente, colocamos um médico, Leônidas Melo. E, nessa Ditadura, o Piauí teve grandeza. Ortega y Gasset: ‘O homem é o homem e suas circunstâncias’. Atentai bem.

Escreveram naquela página que o Nery descreveu, 31 de março, 44, mas o professor Sarney é que é o pai da Pátria, da História e da democracia.

Mas a bem verdade é que o Piauí saiu-se com grandeza: Petrônio Portela foi um ícone da redemocratização. Eu estava do lado quando os canhões... E ele disse, diante de uma reforma do Judiciário: “É o dia mais triste da minha vida”. Carlos Castelo Branco, o jornalista piauiense mais bravo da História do Brasil. João Paulo dos Reis Velloso, sendo a luz para o progresso que houve, sem uma indignidade, uma imoralidade e uma corrupção. Evandro Lins e Silva libertando os presos políticos. E, acompanhando a luta de Sarney, também tinha lá o nosso piauiense no dia “D” da redemocratização. V. Ex^a fazendo chapa com Tancredo Neves. No dia “D”, o piauiense Flávio Marcílio sabia que ia ser derrotado, mas deu a sua contribuição.

Quero dizer que, se eu defendi até a participação da Gyselle, tenho que defender esses homens que, naquele período, engrandeceram a nossa Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ser breve. Quero dizer que, quando fui Presidente da República, tivemos oportunidade de editar uma lei que considero um dos maiores avanços sociais do País: a impenhorabilidade da casa própria, isto é, aquela casa que é da família, que pertence à entidade familiar, não pode ser penhorada por motivo de dívidas. É o chamado **homestead**.

Logo depois que foi editada, alguns setores ligados a associações bancárias questionaram, perante o Supremo Tribunal Federal, a inconstitucionalidade dessa lei, argumentando que não podíamos isentar bens, de qualquer natureza, de serem penhorados por dívida. Mas o Supremo Tribunal Federal decidiu que a lei então editada – Lei nº 8.009 – era absolutamente constitucional.

Quantas vezes, Sr. Presidente, ao longo da minha vida, depois que deixei a Presidência, eu tenho

testemunhado pessoas que me encontram e – às vezes, chorando – me agradecem por esse instituto sem o qual elas teriam perdido a sua casa, a casa da família, aquele bem onde residem, que é o único bem que possuem.

Nessa mesma lei nós colocamos a impenhorabilidade dos instrumentos de trabalho, ou seja, não se pode penhorar aquilo com que a pessoa ganha o seu pão de cada dia. Essa proteção foi também um avanço extraordinário dessa lei.

O jurisconsulto Saulo Ramos, agora no seu livro fantástico **O Código da Vida**, que é **best-seller** no País, teve a oportunidade de contar o que foi a luta para que se pudesse colocar esse instituto à disposição do povo brasileiro. Pois bem, ao longo do tempo, aqueles setores que estão sempre querendo criar novas áreas para ganhar muito dinheiro têm tentado derrubar esse instituto. E o que ocorreu? Numa das leis que vieram aqui para o Congresso, colocaram, como muitas vezes ocorre, um dispositivo no qual essa proteção era praticamente destruída. Por quê? Porque eles limitavam a apenas mil salários mínimos o valor do bem, da casa própria, que não podia ser penhorado. Com isso, era uma maneira de se destruir esse instrumento, principalmente num momento em que há um *boom* imobiliário no País e que setores interessados querem fazer aquilo que fizeram nos Estados Unidos, o negócio das hipotecas.

E com isso o que tem acontecido? É que, com essa restrição, as pessoas que vão emprestar dinheiro, os bancos ou outras instituições de crédito, elas têm o cuidado, sabendo que há uma lei no sentido de que não se pode jamais penhorar aquele bem de família, bem como os instrumentos que pertencem ao trabalho.

Por outro lado, Sr. Presidente, nessa mudança da lei que foi introduzida aqui foi colocado um outro dispositivo no qual se podia penhorar 40% também dos salários das pessoas que trabalhavam. O que ocorreu? Eu vim a esta Tribuna e – defendendo a lei que fiz quando Presidente da República e considerando que é uma das maiores conquistas sociais do povo brasileiro – fiz um apelo ao Presidente Lula para que vetasse esses dois artigos que tinham passado aqui no Congresso quase que secretamente, quase que clandestinamente, porque ninguém soube, o assunto não foi discutido, pois estavam embutidos dentro de um outro projeto esses dois dispositivos.

Agora, Sr. Presidente, foi feito um movimento de novo para que, no exame dos vetos colocados pelo Presidente, esse veto fosse derrubado. Entre 400 vetos que existiam por examinar, somente esse foi motivo de uma campanha de imprensa, de sites de internet para que pudesse ser derrubado. Isso mostra que há algu-

ma coisa por trás disso, Sr. Presidente. Duas coisas se conjugam: uma, esses grandes interesses financeiros em torno do assunto; outra é, sem dúvida, o fato de que a luta no Maranhão determinou que fosse contratada uma firma exatamente destinada a destruir a honra das pessoas para divulgar no Brasil inteiro notícias negativas a meu respeito.

E o que ocorreu? Ontem, o **Correio Braziliense** – e eu lamento que ele tenha sido mal informado, com informações que não eram exatas, e também o jornalista Hugo Braga, que é um bom profissional, também foi mal informado – e vários sites, inclusive editados em Portugal através dos milagres da internet, disseram que isso era apenas um movimento meu para que o ex-Presidente do Banco Santos não tivesse a sua casa penhorada em virtude dessa lei.

Sr. Presidente, além de isso ser uma injustiça, é uma coisa pela qual ficamos revoltados.

Primeiro, porque, se essa lei que veio para cá fosse para evitar a penhora da casa do Presidente do Banco Santos, ele teria sido premonitória: ela foi mandada para o Congresso antes de o Banco Santos sofrer intervenção. Então, essa lei não era destinada a evitar que a casa do Presidente do Banco Santos fosse penhorada.

Ao contrário, Sr. Presidente, a casa do Presidente do Banco Santos foi penhorada, ela não era bem de família, ela pertencia a firmas e a lei não atinge pessoas jurídicas. Portanto, ela está penhorada ou seqüestrada, não existe nada disso.

Entretanto, foi divulgado para quê? Para que se pudesse, através disso, dizer que o Congresso estava procurando fazer uma coisa pessoal e, de outra maneira, eles continuam tentando aquilo que eles têm perseguido durante tanto tempo, que é destruir o instituto da proteção, da impenhorabilidade da casa própria.

Eu quero advertir, aqui, ao Senado Federal, quero advertir também à Câmara dos Deputados, para que todos nós sejamos vigilantes, para que esse instituto não seja – por interesses inconfessáveis – destruído, porque será destruir um dos maiores avanços que nós conseguimos em matéria social no Brasil.

Era isso que eu tinha que esclarecer ao Senado.

E, ao mesmo tempo, quero lamentar a desinformação. Como é que colocaram na mão de um jornalista, de um jornal tão importante, desinformações dessa natureza, protegendo, isso sim, interesses que estão a serviço da abertura do mercado de hipotecas, do **boom** imobiliário, para que se possa, então, destruir esse instrumento, numa ação a serviço do capitalismo selvagem, que é esse de encontrar todas as portas para procurar ganhar dinheiro?

Eram essas as palavras e a advertência que eu quero deixar, aqui, no Senado Federal e, ao mesmo tempo, pedir desculpas ao próprio Senado, por tratar assunto de natureza pessoal. Mas achei também que era meu dever, sobretudo para resguardar o Correio Braziliense e o jornalista Hugo Braga, pelos quais tenho grande respeito e apreço e que naturalmente foram vítimas, nesse caso, de informações que não são verdadeiras.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador José Sarney, agradecemos a V. Ex^a as palavras proferidas porque realmente chamam a atenção para uma grande conquista que a sociedade obteve no seu Governo: a impenhorabilidade da casa própria. V. Ex^a, com muito conhecimento e sabedoria, trouxe-nos essa importante mensagem, que serve para nós, Parlamentares, tomarmos o devido cuidado com a questão da análise dos vetos e não cometermos, por inadvertência, o erro de derrubar o veto do Presidente da República, que foi resultado de um pedido do Presidente Sarney, mostrando a necessidade absoluta de mantermos essa lei.

V. Ex^a disse que veio tratar de um assunto pessoal. Muito pelo contrário, V. Ex^a, uma figura nacional de grande expressão neste País, precisa, sim, denunciar essas questões, principalmente as injustiças feitas por causa da má informação e que levam um homem público de reconhecimento mundial como V. Ex^a a ter que dar explicações, principalmente em questão como essa, que considero extremamente graciosa: colocar uma situação tão importante para a população brasileira como se fosse uma questão pessoal de V. Ex^a. Isso é inadmissível.

É preciso que os jornais, que têm influência na opinião pública, prestem muita atenção, primeiro, para não cometerem injustiça; depois, para não ficarem em situação de nós termos que julgar como ridícula notícia como essa veiculada contra V. Ex^a.

Mas V. Ex^a goza da credibilidade da Nação. Com certeza, quando usou da palavra hoje, defendeu o povo brasileiro no tocante ao direito do povo brasileiro à impenhorabilidade da casa própria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que as minhas primeiras palavras sejam de solidariedade e apreço ao Presidente José Sarney, que acaba de prestar esclarecimentos que acho até desnecessários, pela biografia e pela luta de S. Ex^a.

Qualquer pai de família, qualquer cidadão comum sabe o que é o bem de família, sabe o que é a inalienabilidade de uma residência, de um lar. De forma que acho que V. Ex^a, ao propor a lei, não viu o maior. A intenção de V. Ex^a, exatamente compreendida por toda a Nação, foi a de atingir aqueles que só têm um bem, aqueles que fazem daquele bem o seu único meio, mas cujos desacertos, os desajustes familiares muitas vezes levam a família, como se diz lá no nosso Nordeste, a ficar no olho da rua. V. Ex^a, com a sensibilidade social de nordestino e, acima de tudo, de quem presidiu o País, sabe muito bem a importância desse dispositivo legal.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero falar hoje aqui um pouco de uma notícia altamente positiva, Presidente Sarney, que vi no Piauí, neste final de semana.

Na quinta-feira, estive em Parnaíba e Luís Correia uma comitiva presidida pelo Governador Wellington Dias, com a presença do Ministro Pedro Brito. Foram anunciar a retomada das obras do Porto de Luís Correia.

Sabe V. Ex^a a importância daquele porto para o meu Estado e para a região. É um sonho que vem de Epitácio Pessoa, e esteve alguns anos paralisada. Nos governos militares, quando o piauiense Reis Velloso era Ministro do Planejamento, as obras foram reiniciadas, e uma injeção de US\$80 milhões, à época, para lá foram destinados e investidos.

O porto avançou. Cerca de 70% a 80% da sua estrutura básica foi feita, faltando a complementação. Tivemos paralisações, por vários motivos, ao longo dos anos. De 10 anos para cá, numa tentativa, penso eu, bem-intencionada, houve a cessão do porto por parte do Governo Federal para o Governo estadual e, por consequência, do Governo estadual para uma empresa privada de nome Inace.

Essa empresa assumiu o porto com o compromisso de terminá-lo e de colocá-lo em funcionamento; mas, durante todo o período em que esteve administrando o porto, nada foi feito. Pelo contrário, permitiu invasões; não corrigiu com a dragagem o assoreamento, que é constante e natural, e a obra ficou completamente paralisada. Agora, tenta-se novamente a retomada do que será para nós uma obra de muita importância, evidentemente, complementada por outras obras subseqüentes.

Chegando a Teresina, vi as declarações desproporcionais aos fatos e, como Senador da República, com responsabilidade, não somente contestei alguns dados como também tive o cuidado de ir ao local para conferir – porque foi noticiada, naquele instante, a liberação de R\$12 milhões, com o anúncio de que, no

final de 2009, a obra estaria pronta; com a obra pronta, o Piauí poderia receber, segundo os jornais, navios de grande e de pequeno porte, atendendo inclusive ao Estado da Bahia.

Senador José Sarney, a pior coisa do mundo é o homem público não ter os pés no chão. Seria espetacular se fosse verdade. Quando eu me dirigi para Luís Correia, eu tinha a certeza de que encontraria a mínima possibilidade de poder comemorar também a inauguração, nem que fosse somente da primeira etapa, ao final de 2009.

Por maior boa vontade, por maior desejo que os homens públicos tenham, vai uma diferença muito grande entre querer e poder. O fato de o Governador ter baixado um decreto dando por findo o contrato com a Inace não significa que o contrato esteja acabado. O decreto determina, por parte do Estado, o seu rompimento, mas para que os recursos federais sejam alocados é preciso, em primeiro lugar, que não haja nenhuma pendência jurídica. E o explorador – explorador no termo exato – eventual do porto, a empresa Inace, terá que desistir de qualquer ação futura num acordo com o Estado, que também terá que assumir o compromisso de não mover contra ela nenhuma ação para que possa se dar um destrato sem traumas.

Como sabemos que esse estaleiro não foi sério, a minha cautela é de que, para assinar esse processo, ele exigirá indenizações. Em um contrato geralmente bem elaborado por juristas refinados, existem cláusulas que comprometem as partes. Se, por um lado, o Estado diz que o contratante não cumpriu os seus compromissos legais, cabe à outra parte dizer a mesma coisa. O que precisamos evitar é uma pendência jurídica que adie, por muito tempo, uma decisão sobre a matéria.

Ao querer saber o que há de fato concreto com relação ao estaleiro – a imprensa e depois a confirmação simples de uma lacônica afirmação –, uma autoridade do Piauí, um secretário vai, segunda-feira ou terça-feira, a Fortaleza falar com o empresário que, então, vai concordar. As coisas não são bem assim. Demora algum tempo.

Vamos admitir que, na melhor das hipóteses, tudo dê certo. Parabéns! Vamos para a segunda etapa. O projeto, segundo declarações, está sendo modificado para ser feito em etapas. Ora, para ser modificado, um novo projeto de engenharia deverá ser concebido, o que demanda tempo.

Do contrário, vamos ficar com receio de que seja algo arrumado e de que há, avançada, a preparação do projeto na calada da noite, sem que ninguém saiba e, portanto, sem nenhuma garantia legal de processo licitatório para tal.

Quero ser bem claro para poder ajudar o Governo do Estado. Quero ajudar com a convicção de que as divergências políticas passam e o interesse do Estado, esse, sim, é permanente. Feito o projeto, temos de ir para o processo licitatório. As soluções “de boca” são fáceis. Há uma afirmação de que chamarão o Batalhão de Engenharia e Construções, que, segundo se sabe por declarações dos seus comandantes e engenheiros, está completamente esgotado de possibilidade de novas obras, principalmente agora que é o carro-chefe na transposição do São Francisco. Mas vamos admitir que, num esforço, o Batalhão aceite, o que seria muito bom; eles têm tecnologia para trabalho de engenharia submersa, uma técnica especializada que não é feita de afogadilho. E os militares são bem responsáveis para aceitar obra desse porte. Vamos admitir que aceitem. Temos a concorrência da própria obra, que tem de ser feita. Se o Batalhão recebê-la, tudo bem; mas, se não tiver condições, terá de repassar. Como se dará esse repasse? O Batalhão assumirá a responsabilidade de escolher a bel-prazer uma empresa ou passará por um processo de escolha, por uma triagem licitatória, como é o comum para isso?

Estou falando dessas questões para que não se coloque na cabeça do piauiense esta falsa imagem da inauguração em 2009.

Tem mais outra coisa, Senador Sarney. O calado desse porto é de nove metros. Vamos admitir que, para começar, sete metros seja o suficiente. Ao longo do tempo, houve assoreamento e hoje o calado – estudo de 2001 – está oscilando entre 2,5 metros e 3,5 metros.

É um trabalho demorado, caríssimo, mas que precisa ser feito. É mais um empecilho. O Governador acrescenta que, para isso, vai fazer funcionar, no mesmo período, a ferrovia que liga Luís Correia a Teresina. Aliás, quero lembrar, e o Senador Mão Santa lembra sempre bem esse caso, essa ferrovia foi prometida ao então Senador e hoje Deputado Alberto Silva há pelo menos três anos. Nada se fez.

Hoje, quem passa em Luís Correia, na antiga linha de ferro, vê que os dormentes, os trilhos foram tirados, e que, na maioria do seu trajeto, algumas casas, de boa qualidade inclusive, foram construídas. Sabemos todos nós que linha de trem não pode ser modificada e trem não faz curva ao bel-prazer de cada um.

Outro problema: a área de armazenagem e de estrutura de manobra do porto foi invadida. Cerca de quatrocentas casas hoje estão construídas; e mais grave: ruas, calçadas; energia elétrica, instalada; serviço de água, pronto; orelhões, funcionando. É outro impasse para ser resolvido.

Senador José Sarney, com o maior prazer escuto V. Ex.^a.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Quero solidarizar-me com V. Ex.^a. Em primeiro lugar, solidarizar-me com o Piauí por ter homens como V. Ex.^a, que honra a sua bancada e defende aqui os seus interesses conjuntamente com o Senador Mão Santa, permanentemente vigilantes dos interesses daquele Estado. Quero dizer que temos uma luta muito grande pelos portos do Nordeste. O porto de Itaqui levou cem anos para que fosse construído. A mensagem de Duque de Caxias à Assembléia do Maranhão, no tempo da Balaiada, em 1840, falava da necessidade da construção do porto de Itaqui. Com Suape em Pernambuco também foi a mesma coisa. Lembro-me de que, jovem, candidato a Deputado Federal, passava pela Parnaíba, e a grande aspiração era o porto de Luís Correia, o porto para o Piauí. Pela falta de um porto no Piauí, a nossa querida cidade de Parnaíba, que também considero querida de minha parte, começou a murchar o esplendor que teve no passado. O porto de Luís Correia, portanto, é uma necessidade que não precisa ser demonstrada; porque, evidentemente, depois de tantos anos, tem apenas de ser realizada imediatamente. V. Ex.^a mostra como as representações políticas são importantes, porque mantêm permanentemente vivas as reivindicações que muitas vezes são esquecidas ao longo de gerações. Vamos, portanto, ajudar o Piauí a ter o seu porto, o porto de Luís Correia, realmente difícil, mas hoje existe tecnologia capaz de resolver os problemas o mais rápido possível. V. Ex.^a tem a nossa solidariedade. Fico muito feliz só em lembrar que o porto de Luís Correia agora vai, uma vez mais, retomar o seu caminho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex.^a. Como conhecedor profundo do Piauí, como amigo inclusive de Parnaíba, reconhecido por todos, V. Ex.^a sabe que aquela cidade, aquela região, perdeu indústrias importantes exatamente pela falta de segurança de um porto. E V. Ex.^a, no seu aparte, faz-me lembrar de outro dado importante. Na minha estréia como Senador, no meu primeiro ano de Senado, com a colaboração e a ajuda de V. Ex.^a, fizemos, conjuntamente, uma emenda para alocação de recursos para o gasoduto. Aquele gasoduto que iria ligar, ou vai ligar, o Ceará, o Piauí e o Maranhão, importante e fundamental para a nossa região. E até hoje esses recursos, embora destinados, não foram liberados.

Ora, não quero que o povo do Piauí tenha seguidas frustrações. Daí o porquê da minha preocupação. Minha preocupação, Senador Sarney e Senador Mão Santa, é no sentido de ajudar. Mas quero fazê-lo com fatos concretos, e não com sonhos que frustrarão os piauienses, como foram frustrados com o anúncio pre-

citado de uma propaganda barata e irresponsável há anos, quando se dizia “O Piauí agora vale”, e se prometia para o ano de 2005 vinte mil empregos, resultado da instalação, pela Vale do Rio Doce, da exploração do níquel na região de Capitão Gervásio Oliveira, no sul do Piauí. Fazer com que possamos acreditar que o porto de Luís Correia sirva de porto para a Bahia é um sonho, é uma quimera! Nós não temos estrada de ferro? A Transnordestina, que poderia ser complementada com ramais próprios, seria uma alternativa dessa natureza, mas sabemos que não será feita nesse tempo e esses ramais só poderão ser iniciados depois.

A outra alternativa seria a navegabilidade do rio Parnaíba, que teria de começar pela construção das eclusas e depois pela recuperação do seu leito asso-
reado pelo tempo, porque no Brasil é assim: se faz a transposição de alguns rios e se deixam os outros rios morrerem.

O rio Parnaíba é um patrimônio de nossos Estados, Senador Sarney, ele não pode morrer na sua nascente, como vem acontecendo. É um processo criminoso de esquecimento contra um rio que tem uma importância muito grande, não só no comércio mas também na economia do nosso Estado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concederei a V. Ex.^a o aparte em um minuto.

Mas o Ministro – e o Senador Mão Santa precipitou-se, porque será citado aqui por mim por dever de justiça – foi ao Piauí anunciar os R\$12 milhões, fazer esse proselitismo todo, quando nem ele nem o Governador tiveram a consideração de dizer que o Senador Mão Santa, numa atitude de desprendimento para com o Governador, do qual é adversário, mas de amor ao Piauí, encaminhou uma emenda de sua responsabilidade no valor de R\$17.895.200,00, exatamente para o porto de Luís Correia.

Se eles têm esses R\$12 milhões, juntam-se com os R\$17 milhões, vai dar um bom dinheiro, mas, se esses R\$12 milhões já estão embutidos nos R\$17 milhões do Senador Mão Santa, é apropriação indébita, juntando-se com a ingratidão.

De qualquer maneira, por prática de boa vizinhança, nada custava se fazer referência à atitude e ao gesto do Senador, que é parnaibano, mas é piauiense, e, com sentimento dos dois estágios, fez a destinação desse recurso. Procederam de maneira miúda com relação ao recurso que consegui aqui, paralisando a sessão deste Senado – V. Ex.^a sabe disso – para as escadas magirus. O Governador agora anuncia que, em agosto, as escadas chegarão da Finlândia e não tem a consideração nem sequer a gentileza de di-

zer como essa emenda nasceu e como esse recurso chegou. Diz apenas: foi um entendimento meu e do Governo Federal.

Ouç o Senador Mão Santa, com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, está aí a razão da forte liderança do nosso Piauí. V. Ex^a é vigilante, atuante e um homem de grande visão do futuro. O Presidente José Sarney falou que o porto dele, Papaléo, tinha cem anos; o nosso começou com Epitácio Pessoa, é bem próximo. Mas ele avançou com o Ministro João Paulo dos Reis Velloso, Senador Heráclito Fortes. Segundo informações – eu era Deputado Estadual –, o sonho era 14m o calado; aí, quando foram inaugurar, tinha 6,5m. Agora, V. Ex^a diz que o assoreamento está maior. Mas, Presidente Sarney, V. Ex^a fez o que eu teria feito. Se eu tivesse sido Presidente, ou o Heráclito, nós tínhamos feito primeiro o porto de Luís Correia. E V. Ex^a fez o de Itaqui – aquele fabuloso porto, o único que se liga à Europa, para Rotterdam, por navio. O senhor se lembra do livro de Erasmo de Rotterdam, *Elogio da Loucura*. Mas não é o caso, não. Eu queria dizer que vi Getúlio Vargas, Sarney, em agosto de 1950, discursar no coreto da praça: “Se eleito, vou fazer o porto de Amarração”, que é o povoado. E José Alves de Abreu, não sei se o senhor conhece, um poeta, Deputado Federal, eleito pelo Piauí, em um de seus escritos, diz o seguinte...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Filho de um ex-governador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Filho de ex-governador. Então, Heráclito, é um discurso bonito que eu li. Ele disse que compara a morte a um naufrágio. Um poeta, como o Presidente Sarney. Então, ele queria que essa morte dele, o naufrágio, fosse lá nos verdes mares bravios. Aí, ele faria um esforço para ver as luzes do porto de Luís Correia. Mas, Heráclito, a nossa objetividade... Está aqui o Presidente Sarney. Ele é conhecido apenas como o homem que fez a transição democrática na paz e no amor, sem morte. Mas ele fez as ZPEs. Presidente Sarney, vai acabar, agora, no dia 20, a validade de Parnaíba. Então, coloquei aí para despertar esses 17, porque o porto é fundamental, a ferrovia... A ZPE, nós estamos para perder. Aquele sonho! E, Heráclito, na minha concepção, aquele porto, eu sei que vai ser pequeno em relação ao de Itaqui, que é um dos maiores do mundo, mas, Papaléo, serviria, pelo menos, para um terminal de combustível.

Se a gasolina do País, o gás, o óleo, o combustível é o mais caro do mundo – Luiz Inácio não aprende isso com Chávez, mas deveria –, o de Parnaíba é o mais caro porque vem de Fortaleza ou de São Luís para Teresina. Nesse ponto é preciso um terminal de

combustível, o que baratearia o combustível mais caro do mundo. Então, Heráclito, começo a acreditar que V. Ex^a é aguerrido, é lutador e nós, juntos, vamos lutar para a realização daquele sonho de José Auto de Abreu, que, comparando a morte com um naufrágio, faria um esforço para ver as luzes do porto de Luís Correia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero finalizar dizendo que tomei uma decisão anteontem, lá em Teresina. Vou convidar para uma audiência pública, para falar sobre o porto, o Governador do Estado e o Ministro Pedro Brito, que é filho de Piracuruca. Sua família morou em Parnaíba, ele tem recordações fantásticas de sua infância e responsabilidades com essa obra. Não podemos, de maneira nenhuma, desperdiçar essa oportunidade.

Hoje, três Deputados do PT – esses prestadores de serviço, uns são petistas, outros chegam na última hora para prestar serviços – fizeram algumas críticas a mim na Assembléia. Vou responder a dois. Um deles é o homem do Bolsa– Família lá em Teresina e que teve uma votação fabulosa. Mas vou responder ao Líder do PT na Assembléia, com quem já tive algumas rugas eleitorais, mas eu quero elogiá-lo neste momento. Ele é um grande economista, viu, Senador Sibá?

É aquele que fez a primeira eleição gastando R\$ 20 mil, e a segunda, trezentos e tanto. Não comeu, não bebeu, não dormiu, não gastou, não pagou imposto. Fantástico! Melhor do que o Palocci e o Mantega juntos, se fosse Ministro da Fazenda. Sabe multiplicar os pães sem a necessidade do milagre. Mas ele foi muito justo e solidário. Aliás, Senador Sarney, foi quem primeiro, no Senado da República, falou em caixa dois, falou em mensalão, num depoimento que deu aqui. Naquela época todos nós éramos bem-intencionados com o Governo, ninguém acreditou. Mas os Anais registram o fato.

O Deputado João de Deus propõe uma audiência pública na Assembléia do Estado do Piauí. É a mesma coisa que faço no Senado da República. Aqui não pode e lá pode. Só não entendo por que isso. Inclusive vou convidar o líder João de Deus para vir aqui esclarecer. Prometo a ele que não falarei sobre as suas prestações de conta em campanha, que ele fique absolutamente tranquilo. Eu quero falar sobre o porto de Luís Correia, e ele, como líder e bom economista, poderá contestar os números. Será o terceiro convidado, pela responsabilidade e pela atitude positiva que teve em propor essa audiência. E que ele fique certo, juntamente com seus outros companheiros, de que a minha intenção é construir, mas construir de maneira segura.

Senador Mão Santa, o que quero que não aconteça com o porto é o que ia acontecer com os fun-

cionários do Banco do Estado do Piauí. Fizeram um acordo de cessão para o Banco do Brasil e não se preocuparam com os funcionários daquela instituição. Um governo dirigido por sindicalistas – é a república sindical do Piauí –, e todos iam deixar a ver navios os servidores. Foi preciso que tomássemos uma atitude de adiamento para que pudéssemos inserir no acordo um dispositivo, por meio de um artigo, que assegurasse aos funcionários do Banco do Estado garantias para eles e seus familiares.

O porto eu quero que saia. Eu não quero é sofrer, mais uma vez, decepção e frustração. Senador, prometeu que faria cinco hidrelétricas no Piauí, no nosso velho Parnaíba, um rio que não é apenas do Piauí, mas também do Maranhão; um rio nacional porque nasce em Goiás. Esqueceu-se de falar com os outros Estados. Ficou apenas no sonho. Agora jogou para as PPPs, e Deus sabe quando isso se tornará realidade.

Como o tempo está passando na janela tal qual passou Carolina, espero que o Wellington recupere esse tempo perdido e faça promessas concretas. Se é a primeira etapa, como disse Mão Santa, para atender à demanda de combustível no Estado e barateá-lo, já é um grande avanço. Agora, não me venha com megalomania de dizer que o porto vai servir a grandes e médios navios, inclusive ao Estado da Bahia. A não ser que queiram transportar de avião, do centro de produção da Bahia, a soja – não sei – do cerrado. Vamos ver. É questão de preço, de ajuste. Eu não sei essa engenharia do Governador Wellington. Ele agora veio da Europa, passou quinze dias estudando tecnologia, inclusive como colocar na posição normal a Torre de Pisa. Pode ser que ele traga também a tecnologia de trazer de avião, ou quem sabe de que maneira, essa soja da Bahia.

Tenho certeza de que o Governador Jaques Wagner, que é seu colega de Partido, irá ficar muito feliz e aliviado por não ter de resolver esse problema, porque o Piauí, solidariamente, vai resolvê-lo.

Por fim, quero apenas fazer um registro de um minuto. Estive, Mão Santa, na sexta-feira, na cidade de Piracuruca – cidade com a qual tenho uma ligação fantástica desde o primeiro momento da minha vida pública –, onde participei da inauguração de uma estação rodoviária.

Sabe V. Ex^a, Senador Sarney, que a melhor impressão que se tem de uma cidade na chegada é a sua porta, uma rodoviária fantástica, bonita. E os que se despendem também saem com aquela imagem da limpeza, do atendimento e, acima de tudo, de uma administração honesta, como é a do nosso Alcides Cardoso.

Estive lá – na companhia do Deputado Wilson Brandão e do Deputado Júlio César – com o ex-prefeito Raimundo, com a Dr^a Lívia, que é a Secretária, e com os Vereadores. E quero, daqui, dar os meus parabéns à Piracuruca pelo modelo de administração que optou: uma administração voltada para a comunidade, para o povo. E vemos, pela fisionomia de cada um dos filhos daquela terra, a satisfação que eles demonstram pelo acerto que fizeram nas urnas.

Que continue sempre assim.

No mais, que os companheiros do Governo do Piauí me perdoem: a minha posição é de criticar, mas quero criticar para construir. Se o Governador Wellington Dias realmente botar o porto para funcionar em 2009, baixarei a cabeça humildemente e agradecerei dizendo: pelo menos, até que enfim, uma vez V. Ex^a honrou o que prometeu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Mão Santa, também como orador inscrito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu fiz, em agosto do ano passado, desta Tribuna, uma denúncia de que a Polícia Federal, atendendo a orientação do Ministério da Justiça, a pedido da Fundação Nacional do Índio, estaria preparando uma verdadeira operação de guerra no meu Estado. Por alguma razão, essa operação foi adiada, até porque nem o Governo do Estado concordou em ceder, por exemplo, policiais militares ou da Polícia Civil, para ajudar a Polícia Federal nesse trabalho, nem as Forças Armadas também concordaram em dar apoio logístico para essa operação.

Agora, o que se fez? A Polícia Federal, primeiramente, deslocou para Roraima uma quantidade enorme de ônibus, de funcionários, e montou uma base num prédio da extinta Conab, em Roraima – ou Cobal. Hoje, já começa algumas ações, inclusive com a prisão do Prefeito de Pacaraima, Município que tem uma parte localizada dentro da reserva, mas outra parte localizada dentro de outra reserva. A situação, Sr. Presidente, é de verdadeira guerra lá dentro.

O jornal **O Estado de S.Paulo** publicou, com destaque de primeira página: Raposa Serra do Sol, conflito com data marcada.

Tem aqui a fotografia de dois índios na capa do jornal e depois: “Polícia Federal chega a Raposa Serra do Sol para tirar não-índios da reserva”. “Operação Upatakton pode mobilizar até 500 homens para expul-

sar comerciantes e arroteiros de área em Roraima". Primeiro, Sr. Presidente, é pena...

E na outra página temos: "Tuxauas se sentem como novos guardiões da fronteira". "Cansado de brigar com autoridades indígenas, o último grande comerciante branco do Mutum foi embora". Mutum é uma cidade na fronteira com a Guiana.

Então, Sr. Presidente, essa demarcação, nós a contestamos desde o início, e lamentavelmente o Presidente Lula não honrou o compromisso que assumiu com as Bancadas de Roraima na Câmara e no Senado. Inspirado inclusive por ele, quando era Líder do Governo o Deputado Aldo Rebelo, houve uma comissão externa na Câmara e outra no Senado para apresentar ao Presidente solução que resolvesse a questão da demarcação de forma pacífica.

Ambas as comissões, a da Câmara relatada pelo ex-Deputado Lindberg Farias e a do Senado relatada pelo Senador Delcídio Amaral, apresentaram um relatório igual, porque não havia como ser diferente depois de terem andado por lá, ouvido os índios e os não-índios.

Mesmo assim, o Presidente demarcou contrariamente a todas as sugestões dadas. Isso implica, Sr. Presidente, retirar daquela área 458 moradores. Não são apenas comerciantes e arroteiros, são 458 famílias. Quem diz isso é a própria Funai, que identificou esses moradores e que, inclusive, fez, unilateralmente, a avaliação das benfeitorias de forma miserável e até indigna. Mas dessas 458 pessoas, algumas já saíram mesmo, porque não agüentaram mais a pressão; outras, estão ainda querendo permanecer, porque, primeiro, não foram indenizadas, e, segundo, não concordam com a indenização.

Mas o Governo Federal já fez duas operações: na primeira, gastou mais de R\$1 milhão; na segunda, gastou R\$1.223 milhão. Foram duas operações: a primeira de intimidação; e a segunda de revista de todas as propriedades. E agora, essa terceira – para a qual, com certeza, vão ser gastos muito mais de R\$4 milhões – é para quê? Para expulsar brasileiros. E de que área, Sr. Presidente? De uma área de fronteira com a Venezuela e com a Guiana, encaixada dentro de uma área que a Venezuela chama de "zona de reclamação" – quer dizer, uma área que a Venezuela não reconhece como sendo da Guiana, uma área que é de litígio.

Aqui, até para o pelotão do Exército ser construído foi preciso ir à Justiça, porque nem o Ministério Público concordava que se construísse uma unidade militar lá.

Para completar esse episódio – eu acabei de receber a informação de que o Prefeito da cidade foi preso – a Polícia Federal está fazendo esse terrorismo.

Eu gostaria muito de apelar, aqui, para que o Diretor-Geral da Polícia Federal orientasse seus homens lá localizados, para que agissem dentro da lei, com respeito e dignidade pelas pessoas que estão lá. Há um processo nas mãos do Ministro Carlos Ayres Britto para ser julgado, que pode, inclusive, a qualquer momento, sair suspendendo essa operação.

Então, está se gastando dinheiro à-toa. Enquanto está morrendo gente de dengue, porque falta dinheiro, porque o Governo não aplicou dinheiro, o Governo esbanja dinheiro nisso aqui: muito mais de R\$3 milhões em três operações. Para quê? Para expulsar pessoas de bem.

Eu, inclusive, tive contato com a Associação dos Excluídos dessa Reserva, pessoas humildes, Sr. Presidente. E sempre misturo aqui os arroteiros, porque dá-se aquela idéia de que é fazendeiro rico contra indiozinho. E, diga-se de passagem, a maioria dos índios que estão lá não concordam com isso.

E, para complementar essa história, o Ministério Público Federal de Roraima recomendou ao Deputado Federal Márcio Junqueira que não fosse a essa região. Recentemente, o Ministro Mangabeira Unger foi a Roraima para uma visita à região em avião do Exército. Iria a uma reunião que estava sendo promovida pelo Conselho Indígena de Roraima, uma das instituições existentes no local. Pois bem, o General-Comandante da Brigada de Roraima foi proibido de ir àquela reunião. General-Comandante da Brigada de Roraima! A que ponto chegamos! O Ministério Público Federal recomenda que o Deputado Federal, que é uma autoridade federal, não entre na área. O General-Comandante da Brigada do Estado não pode entrar na área. Então, estamos diante de quê? De um verdadeiro território autônomo dentro do País. Até a recente Declaração Universal dos Direitos dos Indígenas, aprovada na ONU, proíbe que as Forças Armadas entrem nas áreas indígenas, contrariando a nossa Constituição. Felizmente, esse acordo terá que ser aprovado no Congresso. Eu não acredito que o Congresso vá aprovar um acordo que fere a nossa Constituição. Se o aprovar, o Supremo terra que derrubá-lo, porque realmente é um absurdo, é uma afronta! A não ser que de fato o Governo Federal esteja querendo considerar essas áreas como autônomas, como se fosse aqui um novo Kosovo, como aconteceu na Iugoslávia.

Então, quero aqui protestar mais uma vez contra essa atitude radical do Governo Lula que não está levando em conta os princípios elementares de Direito, nem mesmo o decreto que prevê a indenização e o reassentamento dessas pessoas que são forçadas a sair de lá.

E eu quero aqui pedir ao Ministro da Justiça que faça valer a lei, que não use de forças. Quero inclusive me deslocar ao Estado para acompanhar novamente essa operação. Vou pedir a designação formal da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na condição de Presidente da Subcomissão da Amazônia, porque não posso concordar que sejamos tratados como na época da Cortina de Ferro ou na época dos regimes mais retrógrados quando se retiravam populações de um lugar para outro. E se tem que retirar, se isso estiver dentro da lei, que se faça de acordo com a lei. O que não pode é haver esse tipo de truculência. É muito fácil para um policial federal que está com uma ordem administrativa fazer essas coisas e depois ir embora do Estado, deixando as pessoas passando necessidades, como está acontecendo lá. Dessas 458 famílias, só 160 foram indenizadas mal e porcamente. E dessas somente umas 90 foram reassentadas.

Então, é preciso que haja clareza. Eu vou até apelar ao jornal **O Estado de S. Paulo**, que publicou a matéria, para que faça uma ida lá, e acompanhe de perto essa questão. Eu tenho os dados inclusive, fornecidos pela Funai e pelo Incra. Não são dados feitos por mim, não. Não são, como se está dizendo aí, só comerciantes e arroteiros, não. São 458 famílias que tiveram, inclusive, bisavós que moraram lá, avós que nasceram lá, pais que nasceram lá, mas que já não agüentam mesmo ficar lá. Se for para sair, que eles saiam como brasileiros respeitados. Eu quero só lamentar que, estando o Brasil atravessando uma epidemia de dengue, uma epidemia de febre amarela, o Governo não aplique dinheiro na saúde, mas tenha dinheiro para fazer esse tipo de operação.

Eu espero que haja o mínimo de respeito. E eu vou estar amanhã com o Ministro Carlos Ayres Britto – pois pedi outra audiência –, com quem estive há uma semana alertando que essas coisas poderiam acontecer, para que ele julgue rapidamente os processos que estão com ele, inclusive um que é o pedido de uma liminar para que seja sustada essa operação e que as pessoas de lá sejam retiradas – se é que têm de ser retiradas, se assim a justiça entender – dentro da lei, de maneira justa.

Eu quero requerer, Sr. Presidente, que os documentos que aqui tenho, referentes à operação Upatkon 3, bem como a matéria publicada no Jornal **O Estado de S. Paulo**, sejam transcritos na íntegra, como partes integrantes do meu pronunciamento, porque realmente amanhã nós teremos de mostrar que essa história foi escrita, não com a omissão do Senador Mozarildo; que ela foi feita não com a con-

vência do Senador Mozarildo. Eu, desde o princípio, venho batalhando, primeiramente, por uma solução pacífica e, agora, por uma solução digna para as pessoas.

No meu Estado, 8% da sua população é indígena. Eles são Prefeitos, Vereadores, funcionários públicos... Aliás, a maior comunidade está na capital, Boa Vista. Eles moram lá. Hoje, o Estado já tem 50% da sua área designados para as reservas indígenas. Então, não são reservas para índio! Para que são essas reservas? São reservas que, por sinal, coincidentemente, casam como uma luva – uma se superpõe à outra – com as reservas minerais do Estado. Essas reservas minerais – com minérios que não são somente ouro, diamante, cassiterita; são urânio, titânio, nióbio, minerais de terceira geração – estão hoje completamente dentro das reservas indígenas. O que menos tem nas reservas indígenas são índios, mas tem muito minério, por coincidência.

Então, mais uma vez, quero registrar o meu protesto pelo desrespeito que está sendo praticado contra a população do meu Estado e pela insensibilidade e conivência do Presidente Lula em relação a essa situação. O Presidente Lula disse, várias vezes, ao ex-Governador Ottomar, que já faleceu, e a nós, da Bancada do Estado no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, que não faria essas coisas sem combinar conosco. Mas ele está combinando com todo mundo, menos conosco, que representamos o Estado de Roraima. Mais uma vez, deixo o meu protesto como roraimense e como representante do meu Estado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Of. SF nº 2.032/2005

Em 24 de agosto de 2005

Senhor Senador,

Tenho a honra de enviar a V. Exª cópia do Aviso nº 1.779/2005, de 19 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando as informações repassadas àquele Ministério pelo Departamento de Polícia Federal, em resposta ao Requerimento nº 527, de 2005, de autoria de V. Exª e do Ex^{mo} Sr. Senador Augusto Botelho.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Siqueira Campos**, 4º Secretário, no exercício da Primeira-Secretaria.

Aviso nº 1.779 – MJ

Brasília, 19 de agosto de 2005

Assunto: Resposta ao Requerimento de Informação nº 527/2005 dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti

Senhor Primeiro-Secretário,
Em resposta ao Requerimento de Informação nº 527/2005, de autoria de S. Ex^{as} os Senadores Augusto

Botelho e Mozarildo Cavalcanti, referente ao Ofício nº 1.649 (SF), de 19 de julho de 2005, encaminhamos a essa primeira-secretaria as informações constantes dos registros este Ministério, que nos foram repassadas pelo Departamento de Polícia Federal.

Respeitosas saudações, – **Márcio Thomaz Bastos**, Ministro de Estado da Justiça.

URGENTE**FAX Nº 002/2005/DASP/CGDI****Brasília/DF, 27 de julho de 2005.**

De: CGDI/DIREX/DPF
Fax: (61) 3311-8173


Para: DPF FABIOLA – SR/RR
Fax: (95) 621-1534

Quant. de Páginas: Esta
Assunto: INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÃO UPATAKON
Anexo(s): 01 – memo nº 1329 GM/ASPAR

Mensagem:

Conforme contato telefônico mantido nesta data, encaminho em anexo solicitação de informações quanto ao efetivo e custos para operação UPATAKON, encaminhada pela mesa do Senado Federal.

Respeitosamente,


Luciano Soares Leiro
Agente de Polícia Federal
SEINC/DASP/CGDI/DIREX

Ofício nº 03296/2005-DEINST/SR/DPF/RR


Bom Vista, 28 de julho de 2005.

A Sua Senhoria o Senhor
LUCIANO SOARES LEIRO
Agente de Polícia Federal
SEINC/DASP/CGDI/DIREX/DPF
SAS 06 Lotes 09/10
Brasília - DF

Assunto: Resposta do fax nº 002/2005- DSD/CGDI/DIREX/DPF.
Senhor Agente,

Por meio deste, informo que não foi possível realizar ligações interurbanas para algumas localidades devido a manutenção do sistema da Telemar. A respeito do fax, informo que foram utilizados 210 (duzentos e dez) telefones na Operação UPATAKON. No que tange aos custos da Operação, comunico que foram pagos pelo órgão central em Brasília.

Atenciosamente,


FABIOLA PRADO PIOVESAN
Delegada de Polícia Federal
DEINST/SR/DPF/RR

DO: APF LUCIANO

AO: Chefe do DASP/CGDI/DIREX

Ref.: Protocolo 08001.004450/2005-96

INFORMAÇÃO

Conforme despacho nº 1715/05-CGDI/DIREX, contatei a DPF FABIOLA, chefe da DELINST/SR/RR, a qual me repassou os dados existentes nos arquivos da operação UPATAKON. Salientou que maiores dados poderiam ser obtidos com DREX anterior, DPF OSMAR, o qual foi removido para a SR/BA. Não obstante, não obtivemos êxito em localizá-lo já que se encontra de férias.

Segue em anexo planilha feita com base nas informações prestadas pela SR/RR e pelo planejamento inicial da operação feito em 05.05.2004.

Vale salientar ainda que os custos são relativos somente à Polícia Federal, visto que outros órgãos também participaram da operação.

É a informação.

Brasília, 02 de agosto de 2005.

**Luciano Soares Leiro
Agente de Polícia Federal
Matr. 10329**

PLANILHA DE CUSTOS - OPERAÇÃO UPATAKON**DURAÇÃO: 19 DIAS (17.04 À 07.05.05)**

CUSTO	QUANTIDADE	REFERÊNCIA Preço médio	TOTAL R\$
Policiais	210	Diária R\$ 116,82	466.111,00
Combustível - 23 veículos	13.000 litros	Diesel R\$ 1,71	22.230,00
Material operacional			8.000,00
TOTAL			496.341,00

* Para o transporte dos policiais foram utilizadas aeronaves da FAB

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 4928/2005 –DIREX/DPF.**Brasília-DF, 05 de agosto de 2005.****REFERÊNCIA:**

Memorando nº 1327 - GM/ASPAR, de 21/07/2005.
Ofício nº 1649 - SF, de 19/07/2005.
Protocolo nº 08001.004450/2005-96.

ASSUNTO:

Solicita informações a respeito de número de participantes e custos da Operação Patakön.

INTERESSADO:

ASPAR/GM/MJ.

DESPACHO:

Instruído com as informações prestadas pela CGDI/
DIREX.

ENCAMINHE-SE ao GAB/DG para conhecimento e providências.


ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS
Delegado de Polícia Federal
Diretor Executivo

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIREÇÃO-GERAL**

Despacho nº: 5.221 – DG/DPF

Brasília/DF, 10-8-2005

Referência: Memorando nº 1.329 – GM/ASPAR, de 21-7-2005

Ofício nº 1.649 (SF), de 19-7-2005

Prot. 08001.004450/2005-96

Assunto: Solicita Informações a Respeito de Número de Participantes e Custos da “Operação Patakon”.

Interessado: Paulo Pires de Campos – Assessor Especial do Ministro da Justiça

De ordem, devidamente instruído pela Diretoria Executiva, restitua-se à Assessoria Parlamentar do

Ministério da Justiça para conhecimento. – **Maria do Socorro Santos Nunes Tinoco**, Delegada de Polícia Federal, Chefe de Gabinete.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 517, DE 2006**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Justiça, Márcio Tomaz Bastos, informações sobre gastos com pessoal, diárias, combustíveis, alimentação, aluguel de ônibus, deslocamentos e manutenção com a participação do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, na operação denominada “U-Patakon II”, no Estado de Roraima.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2006. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Ofício nº 10745 -GM/Aspar-MD

Brasília, 25 de novembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**
Senado Federal
70165-900 - Brasília - DF

Assunto: Operação “Upatakon”



Senhor Senador,

1. Em atenção ao Ofício nº 568/2005/GSMCAV, de 19 de setembro de 2005, por intermédio do qual Vossa Excelência solicita relatório das atividades e de ocorrências registradas durante a execução da Operação Upatakon, incumbiu-me o Senhor Ministro da Defesa de participar ao nobre Senador o seguinte:

a. Em abril de 2005, o Presidente da República decidiu empregar a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal no Estado de Roraima com o objetivo de evitar possíveis conflitos advindos da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRTS);

b. Em consequência, a Superintendência da Polícia Federal de Roraima desencadeou a "Operação Upatakon", no período de 16 de abril a 10 de maio de 2005, para o cumprimento daquela determinação presidencial;

c. Como missão deste Ministério, o Comando do Exército prestou apoio logístico à "Operação Upatakon", realizando atividades de transporte, montagem de barracas, alimentação, comunicações e inteligência;

d. Em 26 de abril foram disponibilizadas duas (2) aeronaves de asa rotativa para apoio, tendo o Comando Militar da Amazônia deslocado para o Estado de Roraima uma aeronave HM 3-Cougar e um HA-1 Esquilo, que realizaram sessenta e nove (69) horas de voo em apoio às atividades da Operação;

e. Dentre as diversas missões realizadas pelas tripulações das aeronaves pode-se destacar o resgate dos reféns da Polícia Federal na Comunidade Indígena (CI) do FLEXAL/RR e o apoio a Comissão Externa do Senado que visitou algumas CI na TIRTS, logo após o encerramento da citada operação da Polícia Federal;

f. Ainda em 26 de abril, com a escalada de manifestações incitando ao descumprimento da decisão presidencial de homologação da demarcação contínua da TIRTS e a sinalização do emprego iminente das Forças Armadas em ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), foi determinado que tropa da Brigada de Infantaria Pára-quedista ficasse em condições de ser transportada para a região. Em 2 de maio foi desmobilizada em razão da redução do nível de tensão na área.

g. Além da estrutura logística e de comando e controle em Boa Vista, para apoiar os policiais federais bem como as aeronaves e suas tripulações, foram estabelecidas seis (6) bases de apoio em locais cujas distâncias variam de 40 a 300Km das organizações militares de origem; para isso foram empregados duzentos e cinquenta (250) homens com viaturas, material de acampamento e de comunicações, de Organizações Militares da 1ª Brigada de Infantaria de Selva;

h. O total de recursos gastos pelo Comando do Exército na "Operação Upatakon" foi de R\$ 727.363,00 (setecentos e vinte e sete mil trezentos e sessenta e três reais), conforme discriminado na planilha anexa, complementando os gastos da 1ª Brigada de Infantaria de Selva informados no Ofício nº 8144-GM/Aspar-MD, de 6 de setembro de 2005, dirigido ao Primeiro-Secretário do Senado Federal, em resposta ao Requerimento de Informação nº 526/2005, de autoria de Vossa Excelência e do Senador Augusto Botelho;

2. Por oportuno, informo a Vossa Excelência que outros dados sobre as atividades e as ocorrências registradas durante a operação poderão ser obtidos no Ministério da Justiça.

Respeitosamente,


IVAN CAVALCANTI GONÇALVES
Chefe da Assessoria

Anexo ao ofício nº 10745-GM/Aspar-MD, de 25 /11/2005

RECURSOS GASTOS NA OPERAÇÃO "UPATAKON"

ORGANIZAÇÕES MILITARES (1)	GASTOS POR ELEMENTO DE DESPESA - ED (2)						TOTAL
	339015	339030	339033	339039	339047	449052	
Cmdo CMA	-	1.000,00	-	-	-	3.000,00	4.000,00
4ª Cia Intlg	-	3.000,00	-	-	-	-	3.000,00
12ª Cia PE	-	2.000,00	-	-	-	2.000,00	4.000,00
3ª Cia F Esp	-	4.000,00	-	-	-	2.000,00	6.000,00
1ª Cia Com SI	-	6.000,00	-	-	-	-	6.000,00
12ª Cia Gd	-	2.000,00	-	-	-	2.000,00	4.000,00
4º BAvEx	-	3.000,00	6.000,00	-	-	10.000,00	19.000,00
Cmdo 12ª RM	-	1.000,00	-	-	-	2.000,00	3.000,00
Pq R Mnt /12	-	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Cmdo 1ª Bda Inf SI	-	164.000,00	-	2.500,00	500,00	12.000,00	179.000,00
1º BIS	-	27.000,00	-	800,00	160,00	500,00	28.460,00
Cmdo Fron Roraima/7º BIS	-	68.500,00	-	300,00	60,00	4.000,00	72.860,00
DMAvEx(HV)	-	381.000,00	-	-	-	-	381.000,00
Cmdo Bda Inf Pqdt	-	3.125,00	-	-	-	-	3.125,00
25º BI Pqdt	-	1.300,00	-	-	-	-	1.300,00
26º BI Pqdt	1.670,00	2.200,00	3.248,00	-	-	-	7.118,00
20º B Log Pqdt	-	500,00	-	-	-	-	500,00
TOTAL	1.670,00	674.625,00	9.248,00	3.600,00	720,00	37.500,00	727.363,00

LEGENDA (1)	
ORGANIZAÇÕES MILITARES	ESPECIFICAÇÃO
Cmdo CMA	Comando do Comando Militar da Amazônia
4ª Cia Intlg	4ª Companhia de Inteligência
12ª Cia PE	12ª Companhia de Polícia do Exército
3ª Cia F Esp	3ª Companhia de Forças Especiais
1ª Cia Com SI	1ª Companhia de Comunicações de Selva
12ª Cia Gd	12ª Companhia de Guardas
4º BAvEx	4º Batalhão de Aviação do Exército
Cmdo 12ª RM	Comando da 12ª Região Militar
Pq R Mnt /12	Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar
Cmdo 1ª Bda Inf SI	Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva
1º BIS	1º Batalhão de Infantaria de Selva
Cmdo Fron Roraima/7º BIS	Comando de Fronteira - Roraima e 7º Batalhão de Infantaria de Selva
DMAvEx(HV)	Diretoria de Material de Aviação do Exército (Hora de voo)
Cmdo Bda Inf Pqdt	Comando da Brigada de Infantaria Pára-quedista
25º BI Pqdt	25º Batalhão de Infantaria Pára-quedista
26º BI Pqdt	26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista
20º B Log Pqdt	20º Batalhão Logístico Pára-quedista
LEGENDA (2)	
ELEMENTO DE DESPESA (ED)	ESPECIFICAÇÃO
339015	Diárias de pessoal militar
339030	Material de consumo
339033	Passagens e despesas com locomoção
339039	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
339047	Obrigações tributárias e contributivas
449052	Equipamentos e material permanente



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**Nº 519, DE 2006**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Defesa, Waldir Pires, informações sobre gastos com pessoal, diárias, combustíveis,

alimentação, aluguel de ônibus, alimentação, deslocamentos e manutenção com a participação do Exército Brasileiro, na operação denominada "U-Patakón II", no Estado de Roraima.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2006. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Raposa: Índios tocam fogo em ponte e arrozeiros ocupam base da PF

Da Redação

A reportagem da Folhaweib recebeu informações agora a pouco, que manifestantes que apóiam o Conselho Indígena de Roraima (CIR) colocaram fogo na ponte do igarapé Araçá, no Surumu.

Por outro lado, manifestantes que apóiam os arrozeiros fecharam ao acesso à vila de Surumu e colocaram tratores, viaturas, pneus e colheitadeiras na estrada.

Esses manifestantes também ocuparam a escola Padre José de Anchieta, local que seria usado pela Polícia Federal como base da operação Upatakón 3, considerada ilegal pelos manifestantes visto que não houve decisão judicial sobre a reserva.

O ESTADO DE S. PAULO

Planalto vai tirar Dilma da vitrine eleitoral

Para baixar a pressão, ministra deixa de aparacer como a predileta de Lula:

●●● É grande a tensão na Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, relata o enviado especial Roldão Arruda. O motivo foi a decisão da Polícia Federal de desocupar os não-índios: pequenos agricultores, comerciantes e um grupo de grandes produtores de arroz. Distribuídos em 194 comunidades na reserva, os tuxaua prometem lutar se a ação da PF fracassar. ● PÁGS. A14 e A15

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu afastar a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, da cena eleitoral, informa Vera Rosa. A exposição excessiva da "mão do PAC" como favorita de Lula foi considerada um erro pelo Palácio do Planalto, por ter atingido tanto a oposição quanto o fôlego amigo nas fileiras do PT. Em cada inauguração de obra, o presidente vinha mostrando empenho em testar a possibilidade de Dilma ser candidata à sucessão presidencial de 2010. Isto será evitado enquanto durar a crise aberta pela

revelação de gastos irregular com cartões corporativos do governo. Dilma está na mira CPI dos Cartões e agora é acusada de ter patrocinado um dossiê sobre despesas efetuadas por Fernando Henrique Cardoso quando presidente. Na tentativa de reduzir a pressão contra a ministra, o Planalto deve encontrar alguém para punir pelo vazamento do dossiê. Os petistas acreditam que a CPI, quando receber as informações sobre gastos oficiais nos últimos dez anos, produzirá um "farto material de confronto". ● PÁGS. A4

PF chega à Raposa Serra do Sol para tirar não-índios da reserva

Operação Upatakón pode mobilizar até 500 homens para expulsar comerciantes e arrozeiros de área em Roraima

Roldão Arruda
ENVIADO ESPECIAL
BOA VISTA

Aumentou nos últimos dias a tensão criada em Roraima pela demarcação, três anos atrás, da reserva Raposa Serra do Sol – uma área contínua de 1,7 milhão de hectares, situada acima da linha do Equador, na fronteira do Brasil com a Venezuela. O motivo foi a decisão da Polícia Federal de pôr em andamento a Operação Upatakón – destinada a retirar da reserva os últimos ocupantes não-índios que ainda estão lá: pequenos proprietários rurais, alguns comerciantes e um grupo de grandes e influentes produtores de arroz. Estes últimos prometem resistir à ação policial.

Durante a semana, o coordenador nacional do setor de defesa institucional da Polícia Federal, delegado Fernando Segóvia, realizou várias reuniões a portas fechadas em Boa Vista, capital do Estado. Conversou com representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente e Justiça, além de procuradores federais e representantes da Força de Segurança Nacional. Ele também se encontrou em duas ocasiões com líderes indígenas. No início da noite de quinta-feira, um avião da PF desembarcou na cidade um grupo de 40 agentes, recrutados no Amazonas, no Acre e em Rondônia. Foi o primeiro de uma série. Segundo Segóvia, mais desembarques

serão feitos nos próximos dias. Ele não informou quantos homens vai mobilizar – entre agentes da Polícia Federal e da Força de Segurança – nem a data da expulsão dos não-índios. Em Boa Vista comenta-se que serão 500 homens e o desenlace deve ocorrer antes do dia 15 de abril – data do terceiro aniversário da assinatura do decreto de homologação da reserva pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os pequenos produtores e comerciantes, os primeiros da lista de "visitas" da força especial, não devem opor resistência. Após receberem indenização pelas benfeitorias realizadas nas áreas onde estão instalados, serão removidos para assentamentos do Instituto Nacio-

nal de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Mas entre os rizicultores a disposição é outra. Para Paulo César Quartiero, espécie de porta-voz do grupo e feroz opositor da criação da reserva em área contínua, se eles saírem agora não conseguirão mais voltar.

ESTRATEGISTA

A impressão que ele passava em conversas na semana passada era a de um estrategista que sabia que esse encontro seria inevitável e vinha se preparando para ele. Até treinava. No início deste mês, quando algumas centenas de líderes indígenas – os tuxauas – se reuniram em uma assembleia na comunidade indígena do Surumu, a 9 quilômetros da Fazenda Depósito, uma das propriedades de Quartiero no interior da Raposa, ele logo suspeitou: a reunião seria apenas um pretexto para os índios marcharem e invadirem seus pastos e arrozais.

Imediatamente ele se preparou para receber os possíveis invasores. De acordo com suas informações, contratou em

Manaus, a cerca de 740 quilômetros de Boa Vista, pela BR-174, um grupo de ex-policiais militares para servirem como seguranças na fazenda. “Vieram de lá para cá em dois ônibus”, contou. Nas duas entradas da fazenda ele também armou barricadas com sacos de pedra e areia e arame farpa-

Área de 1,7 milhão de hectares é disputada por produtores de arroz

do. Numa das entradas pôs uma plaina – implemento usado para preparar a terra dos arrozais – com o intuito de impedir a entrada de carros. “Cheguei até a minar uma parte do terreno”, disse.

Por cima dessa barreira, Quartiero colou pequenas bandeiras do Brasil – para demarcar a idéia de que nessa guerra ele é o nacionalista, e o governo, o entreguista. “Quem está por trás da criação das terras

índigenas, manipulando os índios, são ONGs internacionais, a serviço de nações estrangeiras.”

O confronto não ocorreu. Mas as barreiras e as bandeiras continuam lá. Esperando os índios. Ou a PF.

DESINTRUSÃO

O tom é belicoso nos dois lados. Os índios já tinham avisado as autoridades federais que, se elas não tomassem providências até o fim deste mês, eles mesmos fariam a desintrusão dos brancos. “Já foram três anos de humilhações e situações de desrespeito em nossa própria casa. Cansamos de esperar, e se o governo não agir agora nós vamos lutar. Sabemos morrer, mas também sabemos matar”, disse ao Estado o tuxaua Dionito José de Souza.

Ao 39 anos, com nove filhos e uma neta, ele é coordenador-geral do Conselho Indigenista de Roraima, uma entidade mais influente no Estado: “Quando era pequeno e ia para escola de brancos, me castigavam todas as vezes que eu falava na minha língua, o macuxi. Levava 12 palmatórias em cada mão e depois ficava ajoelhado no milho e com os abraços abertos em cruz, para aprender que não devia falar macuxi. Hoje não é mais assim. Os índios querem retomar sua cultura, dirigir seu destino. Não podemos fazer isso com estranhos dentro de casa.”

RESISTÊNCIA

Quartiero acha que pode resistir com o apoio da população – que seria em sua maioria contrária à constituição da reserva em área contínua, impedindo a existência de pequenos enclaves, que poderiam abrigar centros de produção agrícola e até pequenas cidades. Ele também acredita que tem a simpatia das Forças Armadas na região – que não estão oficialmente envolvidas na Operação Upatkon, apesar de constituírem a organização federal mais presente no Estado, com pelotões distribuídos por vários pontos das áreas indígenas, especialmente os mais próximos das fronteiras.

“O Exército é nacionalista,

patriota, e seus dirigentes discordam dessa política de demarcação de terras indígenas, que está criando uma espécie de nação índia, que vai de Roraima à Cabeça do Cachorro, no Amazonas, englobando toda a chamada Calha Norte”, diz Quartiero.

SEMINÁRIO

Na terça-feira, enquanto o delegado Segóvia desembarcava em Boa Vista para os preparativos da operação, Quartiero seguia em direção oposta. Foi para o Rio, participar de um seminário do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres), realizado no Clube de Aeronáutica, com o seguinte tema: “Amazônia, cobiçada e ameaçada.” Um dos palestrantes do seminário, o coronel da reserva Gélcio Augusto Barbosa Fregapani, ex-chefe da Abin em Roraima, chegou a tratá-lo como uma espécie de exemplo de resistência na Amazônia.

Apesar das deferências, Quartiero não ficou até o fim do seminário. Ainda na terça-feira embarcou para Brasília, onde o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) havia acabado de tomar uma decisão favorável a ele: devolveu-lhe o cargo de prefeito de Pacaraima, que ele havia perdido um ano atrás, acusado de corrupção eleitoral. O caso ainda deverá ser julgado pelo Supremo, mas Quartiero prepara-se para assumir a prefeitura nos próximos dias.

Nos arredores de suas propriedades, correm boatos de que ele pretende destruir pontes e até uma balsa de acesso à área, para impedir a chegada dos militares. Comenta-se também que deve realizar protestos no centro da capital, quando os policiais entrarem em ação.

Pacaraima é um município pobre, com cerca de 8 mil habitantes, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Está situado dentro de área indígena e, legalmente, deve desaparecer, assim como as fazendas de seu prefeito, nas quais ele cria gado e planta 4.500 hectares de arroz e outros 1.300 de soja.

Por enquanto ele e os índios esperam o próximo movimento da operação do delegado Segóvia. ●

Na serra, índios montam barreira e assumem território

...O território da Raposa Serra do Sol se divide entre grandes planícies, com vegetação rasteira e

boas para pastagem e lavouras, e área de serras, recortadas por estradas íngremes e precárias, que levam à divisa com a Guiana. Aos poucos, os índios, a maioria do grupo macuxi, estão aprendendo a controlar a área.

Na comunidade Arabadá, na região serrana, eles montaram uma barreira, na qual se revezam voluntários vindos de toda a vizinhança. Um cartaz na barreira diz: “Fiscalizamos entrada de bebida alcoólica, campanha eleitoral nas comunidades indígena, materiais

de garimpo, furto de gado, tráfico de combustível e drogas. Está de acordo com a Constituição Federal, a lei maior do Brasil.”

Entre suas principais preocupações estão frear o consumo de bebidas alcoólicas e a presença de garimpeiros. ● R.A.

Tuxauas se sentem como novos guardiões da fronteira

Cansado de brigar com autoridades e indígenas, último grande comerciante branco de Mutum foi embora

BOA VISTA

O último grande comerciante não-indio do vilarejo de Mutum, um sujeito chamado Pedro Gaúcho, foi embora de lá na semana passada. Cansou de brigar com as autoridades e os índios. O tuxaua Faustino Pereira da Silva, de 46 anos, comemorou. Para ele foi mais um passo para os índios assumirem plenamente o controle daquela região de montanhas, à margem do Rio Mau, na divisa entre o Brasil e a Guiana. Embora grupos de militares brasileiros passem por ali regularmente, eles se sentem como os novos guardiões da fronteira.

Mutum - nome de um pássaro que não se encontra mais por ali - já foi uma movimentada vila de garimpeiros, com quase 2 mil pessoas. Vinham de todas as partes do Brasil e também da Guiana em busca de ouro e diamante, que até os anos 90 eram encontrados por ali quase à flor do solo.

Quando a reserva Raposa Serra do Sol foi criada, Mutum ficou dentro dela e os não-índios tiveram de sair. Aos poucos, os índios que viviam nos arredores foram chegando, instalando-se nas casas abandonadas e estabelecendo novas regras: desestimulam o garimpo, vetam a venda de bebida alcoólica nos bares, aninham as pessoas a manter lavouras de subsistência.

JOGO

Ali hoje vivem 189 pessoas. Na quarta-feira, no horário do jogo entre Brasil e Suécia, as ruas ficaram desertas: estava quase todo mundo na frente da TV.

O clima ainda não é dos mais

tranquilos. Recentemente, 12 casas foram queimadas por dois índios guianenses, que estão presos em Boa Vista. Acre-

Dinheiro provém quase totalmente de aposentadorias e Bolsa-Família

dita-se que o ato de vandalismo tenha sido encomendado.

Um dos antigos donos de bares da vila instalou-se do outro lado do Rio, que pode ser facilmente atravessado de canoa. Lá ele vende bebida alcoólica e também equipamentos para mineração - atividade que continua intensa na região, especialmente no território guianense. "Tem parente nosso que sai daqui, vai beber lá e volta pra arranjar confusão aqui", reclama Faustino.

BOLSA-FAMÍLIA

O dinheiro que circula em Mutum (e em todas as 194 comunidades da reserva) provém quase integralmente de aposenta-

dorias rurais e do Bolsa-Família. Uma pequena parte sai das mãos de índios que insistem em garimpar.

Entre os tuxauas, porém, ouve-se cada vez mais falar em projetos de auto-sustentação, como a piscicultura, o cultivo de frutas, a intensificação da pecuária. O Conselho Indigenista de Roraima tem procurado apoio para esses projetos em ONGs, especialmente do exterior. Atualmente a entidade já tem parceria com sete ONGs. • ROLÃO ARRUDA, ENVIADO ESPECIAL

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, por permuta com o Senador Papaléo Paes.

Alegando problema de uma provável dengue, o Senador Mão Santa teve a minha concessão para trocar de posição na lista de chamada.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Papaléo Paes, que preside esta reunião de segunda-feira, 31 de março, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, eu fiz, desta tribuna, um pronunciamento contra o nosso querido Presidente Garibaldi Alves, dizendo que aquela sessão em que passou a televisão pública foi a mais feia a que assisti no Parlamento durante esse período de cinco anos e três meses em que estamos aqui.

Hoje, porém, quero render uma homenagem por uma reflexão do nosso Presidente. S. Ex^a voltou a encarar a esperança.

Atentai bem, Papaléo! Ernest Hemingway, que morreu lá na sua Cuba, mas que é de Key West, nos Estados Unidos, uma ilhazinha próxima, diz, em seu livro **O Velho e o Mar**, que “a maior estupidez é perdermos a esperança”. Ele ainda vai além, dizendo que “o homem não é para ser derrotado; ele pode ser até destruído”. Então, o Presidente Garibaldi nos deu a esperança.

Revista **Veja**, páginas amarelas, com Garibaldi. Só o essencial. Ele foi um homem de muita coragem e realista.

“O Legislativo não é mais uma voz da sociedade nem uma caixa de ressonância. Está meio sem função”, disse o Presidente do Congresso. O Senador disse ainda que o Parlamento está agonizando. V. Ex^a, Senador Papaléo, é médico de UTI. “O Congresso está na UTI”, é a frase dele. V. Ex^a sabe bem o que é isso. “... e que muitos políticos usam o mandato apenas em proveito próprio”, diz o Presidente do nosso Congresso.

Papaléo, isso é o que grifei. Mozarildo, olha a gravidade! Aliás, eu e o Papaléo representamos a pureza da política. Nós saímos da nossa profissão, e eu não sei nem como se faz título de eleitor. Nunca mandei, nunca comprei, e estou aqui. Papaléo também foi Prefeitinho e Senador.

A democracia acabou. Já era. Tenho 65 anos. Ô Paim, a democracia acabou! É um **tsunami** de falta de decência, de ética, de moralidade, de corrupção. Aliás, deixamos Rui Barbosa ali e não vamos tirá-lo dali, porque ele disse:

“De tanto ver triunfarem as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver

crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.

Chegou esse dia. Ô homem sábio! Olha, nós não conversávamos sobre isso na semana passada? Sim, dois médicos, com a pureza de médico, ele lá do Amapá, e eu do meu Piauí, de uma Santa Casa.

Nunca vi antes tanta corrupção, tanta malandragem, tanta bandidagem. Tenho 65 anos e um bocado de quilômetros enfrentados.

Papaléo, o que diz o nosso Presidente?

“A maioria dos Parlamentares segue a lógica de votar com o Governo, liberar as emendas, emplacar um cargo para um aliado e colher os dividendos nas eleições seguintes. Os políticos se contentam com isso sem saber que fazem um mal danado ao Legislativo.”

É um desabafo do nosso Presidente.

E olhem essa, que considere a mais importante. Papaléo, é aquilo que nós dizíamos. É grave o momento. Estamos aqui porque somos a última esperança deste País. Está tudo corrompido. Tudinho. Conheço a malandragem, ouço a voz rouca das ruas, vejo. Deus me deu preparo e discernimento. Só estamos aqui porque não há mais, não, pois aqui é a última resistência da malandragem que está aí.

“Veja: Analistas dizem que a imagem péssima do Legislativo, principalmente em razão dos casos de corrupção, tem atraído cada vez mais pessoas desqualificadas para a política. O senhor concorda com isso?”

Aí vem a resposta de Garibaldi, o puro, aquele que conheci, meu irmão camarada. No dia em que ele fraquejou e ficou tonto, porque a pressão foi grande, eu disse que foi o dia mais triste. Aí passou aquela imoralidade de tevê aqui, que passa mesmo. Ali nem se fala.

Luiz Inácio falou que a Câmara tinha trezentos picaretas, naquele tempo que ele passou lá. Hoje eu acho que tem mais. Aqui passou também no rolo. Olhem o que diz Garibaldi: “A política hoje é o seguinte: quem já entrou sem dinheiro tenta sobreviver; mas quem é liso não tem mais vez”.

Quem é liso não tem mais vez! Acabaram-se os rui barbosas. Acabaram-se! Quem é liso não tem mais vez. “Só vão entrar os endinheirados ou quem está atrás de mais dinheiro”. A maior imoralidade que nós...

O Paim é um cabra macho. A esse aí o Lula não dá muita vez, não. Por que ele não bota o Paim nas pesquisas? Ele bota uma mulher que nunca foi nem

síndica. Mãe do PAC... Nunca foi síndica, nunca ganhou uma...

Esse Paim... Eu sei a sua biografia e sei a dele. Eu não sei se você vai gostar, mas eu vou contar mesmo, porque a verdade tem que ser dita. Paim é líder, não digo igual, mas acho que ele é até melhor. Igual ao Lula: operário, não sei o quê, ferroviário. Foi lá, sindicato... Aí teve um rolo nesse sindicato. E eles queriam levar tudo... São Paulo é poderoso, nós sabemos. Aí, a turma do Rio Grande do Sul, a turma da Guerra dos Farrroupilhas, a turma do Bento Gonçalves, do Lanceiro Negro, disse: "Fica aí, nós vamos embora". Aí o Paim retirou o Brasil. Ficou o Luiz Inácio, mas...

Ele não sabe que eu sei isso. Eu sei das coisas. É que eu não estava aqui. Aí o Luiz Inácio amadureceu, mandou chamar o Paim, e botou ele secretário. Ele foi secretário da CUT, não é verdade? Então, é a luta do trabalho, que defende...

Então, é a luta do trabalho, que defende... Mas por que não bota o Paim? Porque essa mulher não vai para lugar nenhum. Botem Mão Santa e ela na pesquisa – eu desafio. Façam em qualquer Estado. Eu tenho uma luta, eu tenho uma carreira. Não é mole, não. Eu tenho 42 anos de médico-cirurgião, fui prefeitinho, deputado e governador. Bota!

Porque, aí, ela não sobe; aí, ele fica. E ele vai forçar um terceiro mandato.

Paim, eu já o alijeí.

Meu irmão do Piauí, eu disse que ele evoluiu muito, mas eu tenho muitos quilômetros de livro. O Luiz Inácio disse que uma página dá uma canseira. Olha, é por isso que estou aqui. Hitler, **Mein Kampf**, está aqui todos os dias. Não conseguindo aqui, porque aqui não consegue, um plebiscito para o terceiro...

Eu vou dizer logo a análise: aqui tem 35 machos e mulheres também no meio que são iguais àqueles 300 de Esparta. Vocês assistiram ao filme "Trezentos de Esparta", agüentando a Grécia contra a Pérsia, o Xerxes, e os homens ali? Eu te digo: isso jamais passa num meio legal. Luiz Inácio... Mas eu tenho mais... que ele. Não passa. Por quê?

Está aí o Sarney. O Sarney tem cinco votos que conheço. É a filha, os três do Maranhão e aquele do Amapá. Com aqueles 35, boa noite, precisa de dois terços para mudar, fazer um plebiscito, mudar a Constituição. Sarney, eu conheço mais do que tudinho aí. Ele é vizinho do Maranhão, o avô dele... Eu vi esse Sarney indo dormir na Parnaíba. Não são cinco votos que ele tem? São seis? Jamais o Sarney entra numa canoa dessa. Eu estou dizendo. Não precisa ninguém estar me dizendo, não. Eu conheço a personalidade dele. Por quê? Porque ele ficou para história como quem redemocratizou, fez a transição.

Na hora que... Tem não! Nesse pau aí, não pense não, porque ele tem a história, a biografia dele. Ele não vai. Então, não tem.

Só tem uma maneira: está em Caxias, fazendo comício. O povo, os sem-terra, os do Bolsa, os aloprados, os 25 mil nomeados, os ministros que não trabalham, as rádios, a televisão, o povo pressionarem: Lula de novo. Porque, aqui, não passa.

Estou abrindo... dele, não. Eu sei interpretar. Esses 35... Você vê alguma possibilidade de a turma abrir? E o Sarney? Conheço a biografia dele, ele é ali do Maranhão. Ele não vai. Então, ele tem cinco, seis votos aqui. Aqui, não passa! Por isso estamos aqui.

Então, só tem um jeito: está em comício, agorinha.

Quem é que viu isso? Atentai bem e estude! Eleição sempre teve. Os Presidentes... É campanha pá, pá, pá, dia e noite, dia e noite. Não tem nem Cristo. Deus descansou um dia. É todo o tempo! Hoje mesmo está ali, em Caxias, com o Governador do PMDB, fazendo, na Baixada Fluminense, campanha. Não existe isso. Se fôssemos nós, éramos presos.

Agora, aqui é complicado. Posso dizer. Aqui é complicado. Mas essa é a verdade. Campanha, pá. Televisão. Tem a BRN, a Televisão Brasil, agora ganhou outra nova, é jornal, é Hora do Brasil, cinco mil quentinhas, oito mil quentinhas, é transporte, é passagem.

Agora, ô Sibá, quero ajudá-lo e ao Luiz Inácio. Eu gosto dele. E aqui é o meu papel ajudar. Eu votei nele em 94. Está aqui.

Foi como Hitler fez, o Goebbels enganou o Hitler – é o Duda Mendonça. Aí, o Hitler associou. Ele ia partir para uma cidade, ele tinha três mil soldados, o Goebbels no rádio, na imprensa: lá vai Hitler com 10 mil. Rapaz... ali na Europa. Ele ia com cinco: lá vai Hitler com 20 mil. Aí, ele... É o Luiz Inácio. Pensa que tá...

Ô, Sibá, vamos para o debate qualificado? O que é importante num governo? Tenho minhas limitações. Norberto Bobbio sabe mais do que eu, escreveu. Senador vitalício na Itália. O que Norberto diz? O mínimo que se tem que exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Brasileiros e brasileiras, temos essa segurança? Lá onde moro, no Piauí, não se enterra mais nem defunto, porque tinha aquele costume, aquela tradição de, quando um familiar morria, passar a noite... Outro dia, fui lá com a Adalgisa, cheguei lá... Não, ele morreu às cinco horas, e enterramos às cinco e meia, porque, de noite... Teve um aqui... Assaltaram um defunto, tiraram o sapato. Isso é no Brasil todo. Teresina é pacata, cristã. O Brasil está uma violência.

A educação. Meus amigos, estou aqui porque este País teve governo. Papaléo, onde é que você estudou?

Escola pública, competente, faculdade; e eu também. Há faculdade privada de medicina que cobra R\$4 mil por mês, algumas R\$3 mil, outras R\$3,5 mil, R\$3,2 mil. Eu botei a mais cara para dar impacto.

Não vou citar, porque o dono é até meu amigo, lá no Nordeste – R\$4 mil reais por mês.

Pessoal do Bolsa-Família, como os filhos de vocês serão doutores, médicos? O Senador Papaléo Paes foi, de graça. Eu também, na Universidade do Ceará.

Então, hoje é isso. Cada vez mais se distanciam. Não acredito. Acredito em Deus, acredito no amor que constrói a família, acredito no estudo. Eu acredito. O estudo leva à sabedoria. Está no Livro de Deus: a sabedoria vale mais do que ouro e prata. Acredito.

Não acredito nesse negócio de não trabalhar. Não acredito, Luiz Inácio. Não acredito. Eu só vou crer... Política só se faz de duas maneiras no Brasil. Uns que querem receber dinheiro... Eu não recebo, porque não vou mais. Já tenho 65 anos, uma aposentadoria de médico e só tenho uma mulher, Adalgisinha. Então, não vou receber agora. Não vão me levar, mas, tenho minhas crenças. O trabalho. Deus não disse: comerás o pão com o suor do teu rosto? É uma mensagem aos governantes.

O apóstolo Paulo, mais severo, disse: quem não trabalha não merece ganhar para comer.

E o Rui? Por que ele está aí?

E o Senador Paulo Paim, ali, com a coragem dele, trabalhador, que representa.

O Rui: a primazia tem que ser do trabalho e do trabalhador. Ele vem antes, ele quem fez...

É nisso que acredito. E não vejo...

Agora, está aqui o perigo. Mas a segurança está aí.

Rapaz, tem um “bicho” aqui bom do Piauí, o Moisés. Moisés é um caricaturista bom desse jornal. Graças a Deus, esse empresário é rico, porque tudo o governo compra. E esse daí é rico. Lá tem dois jornais de empresários ricos, que são independentes.

Moisés: Rio de Janeiro, pum, pum, pum... Bala. Aí, tem o Cristo Redentor... Aí, tem... Ridículo! Ridículo: negócio de soldado para matar o mosquito.

O Ministro da Defesa enganou o Luiz Inácio. É aquele que fez o discurso: “Não se queixe; não se desculpe; não se explique. Aja ou saia, o que importa é resultado”. Mas o discurso não era dele; o discurso era de Benjamin Disraeli, Primeiro-Ministro da Rainha Vitória. É... Aprenda! Então, aí, o Luiz Inácio aceitou. Ele enganou foi o Luiz Inácio. A mim, não!

Esse negócio de soldado? “Vou dar 400 soldados para acabar o dengue”? Ô, Mozarildo, isso é uma ofensa a nós. Nós somos médicos. Soldados?

Olha aqui a gozação do Moisés: tudo com bala, e eles estão é com dengue. Estão todos com dengue aqui. Militar para matar mosquito com bala, com fuzil, com não-sei-o-quê?

Ora, vamos colocar os sanitaristas, os médicos sanitaristas, convocar... Aí, ficam dizendo que é o prefeito. O governador e o ministro... A cena mais ridícula que eu já vi em saúde. Eu fui governador e tinha era prefeito quando eu... Eu acusar um prefeito de ser culpado? Eu tinha de ir lá e ajudar. Esse homem aí é uma vítima, o César... Não é do meu Partido, não! Mas eu nunca vi isso. O ministro diz: “É o prefeito”. Perderam o senso. Tem é que somar o time e agir. Agora, um time que não ganha de um mosquitinho? Eu não creio! Oswaldo Cruz ganhou. Fidel Castro ganhou. Não tem dengue lá, não. O Chávez doido ganhou. Não tem dengue lá. Aqui? Ele mesmo disse...

Mas não é aí não. Segurança. Teresina. Olhe aí Papaléo, olhe aí a desgraça. O jornal: “Calazar mata igual à dengue em Teresina”. Bota aí, grandão, chefe, do jeito que for, para o Mercadante, para a Ideli. Bote como um **outdoor**. Um jornal de Teresina: “Calazar mata igual à dengue em Teresina”. Está aqui a reportagem. Olhem o cachorrão com calazar. É o barbeiro nas casas de palha. Vejam o bichão aqui. “Calazar mata igual à dengue”.

Então, estão enganando. Dizem que o homem tem 80. Como é que pode? Se a segurança – me responda – está no pau? Onde anda o povo quer saber. Se a saúde está no pau – e está aqui –, se voltou a tuberculose, se voltou a rubéola? Rubéola em nós, homens, não tem problema: a gente pega uma virose. Mas em mulher, o filho já nasce monstro. Está aí. A tuberculose voltou, o calazar...

Paim, foi Deus que o botou aí! Olhe uma foto que tirei aqui! Olhem a indecência. Bote aí, por favor. Essa aqui é a revista **Época**. Olhem a indignidade. Bote bem grande. Olhem a indignidade. Está aqui um rapazinho – olhem a cara dele –, um jovem, que tem Síndrome de Down, com dengue, tomando soro em um depósito de remédios.

Como é que pode ter aquela pesquisa: o maior governador da história do mundo, como? Quem é o culpado disso? Sou eu? Não, fui culpado quando era o Prefeitinho de Parnaíba, quando era Governador do Piauí. O culpado é Vossa Excelência, Luiz Inácio. Não vá na onda, não. Em administração, Henri Fayol determinou: unidade de comando e unidade de direção. É ele. Como? Com desastre na segurança, na educação e na saúde. Como é que pode? Eles estão fazendo igual ao Goebbels. Aí o Lula... Eu não quero, Deus me livre, que ele fique... Sou maior...

Tem aqui uma coisa interessante. Olha aí, mentira, só vou ler para V. Ex^a ver a mentira. E a gravata vermelha é daqui. O Paim é gente boa, graças a Deus se livrou, mas a gravata vermelha diz... Quer dizer, a turma está entrando por aí, os sem-terra são mais fortes que o Exército, as margaridas são mais fortes do que a Marinha e a Aeronáutica, que só tem 10% dos aviões voando. Essa é a realidade, eu sou Senador da República.

Mas olha aqui, só isso para terminar. Mozarildo: “Resulta da própria natureza das coisas que no volume da mentira está uma razão para ela ser mais facilmente acreditada, pois a massa popular, nos seus mais profundos sentimentos, não sendo má consciente e debilmente, é menos corrompida, e devido à simplicidade de seu caráter é mais freqüentemente vítima das grandes mentiras do que das pequenas”.

Isso eu faço com todo o respeito, com toda a colaboração para que ele não caia aí. É para ele ouvir o Senado. Eu votei nele em 1995.

Mais adiante, Zezinho: “é um fato também que da mais descarada mentira sempre fica alguma coisa, verdade esta que todos os grandes artistas da mentira e suas quadrilhas conhecem muito bem e dela se aproveitam da maneira mais infame”.

Então, é isso. Uma mentira repetida, repetida se torna verdade. Ô Paim, vamos para o debate qualificado. Vou encerrar. Agradeço. Mas é o seguinte... E tem até a vermelha.

Agora, Paim, queremos que o Lula... Estão dizendo só a verdade. Estão fazendo como o Goebbels, do Hitler, fez. Aí foi o perigo. Eu sou o maior, sou o super-Deus, eu vou... E não era verdade.

Paim, V. Ex^a já foi ao México? Eu fui, mas esqueci o nome do bicho. Quando você for, tem lá, no palácio, o general. Isso que eu passava ao Luiz Inácio – vou encerrar e agradecer ao Papaléo, que me cedeu e quer um aparte –, mas eu esqueci o nome do general. Foi lá o General do México. Ô Luiz Inácio, é para Vossa Excelência que viaja para lá com aqueles passeios: entre lá e procure. Está escrito. O General do México disse: “eu prefiro um adversário que me diga a verdade do que um aliado bajulador, puxa-saco, que só me traz a mentira”. Então, é essa a reflexão.

Paim, o Luiz Inácio já lhe chamou para ouvir tudo: como vai a segurança, como vai a educação, como vai...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele me convidou para ir com ele ao Rio Grande, onde vai ter um pólo naval, com dois milhões de reais...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Parabéns, Luiz Inácio! Parabéns!

Olhe, ele talvez tenha... mas aquilo foi melhor. Você e aquele momento de tensão pelo Rio Grande do Sul. Aí você saiu secretário. O povo, não: “Nós só formamos a chapa se o Paim for o secretário”.

E V. Ex^a está aqui há quantos anos, Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou aqui há 22 anos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aquilo era quando o Paim era menino. Então, ele está mais sábio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fizemos um acordo: o Meneghelli foi presidente, e eu fui secretário-geral.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Rapaz, eu votei nele. Convide-me para ir ao Rio Grande do Sul comer um churrasquinho com o Luiz Inácio, um arroz a carreteiro, um vinho... Tem nada, não. Eu quero que acertem.

Então, essas são as palavras, os dados...

Quanto a V. Ex^a, eu acho que ele deveria nomear V. Ex^a como o Richelieu dele. Richelieu foi o Primeiro-Ministro da França durante 17 anos e deixou o Cardeal Mazzarino, e a França gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade”.

Então, muito agradecido.

Luiz Inácio, essa é a verdadeira contribuição. Não se iluda, estão lhe enganando: o País vai mal na saúde, na segurança e na educação.

Se aqui é um País, como o Rui disse, onde se ri de tudo, não vão rir de uma pesquisazinha... Se assaltam bancos, se matam, se roubam... Ah, rapaz...

Então, é mentira! Olhe os dados da educação, que é o básico. Não vou reclamar, mas com V. Ex^a eu acho que o Luiz Inácio vai começar a acertar, porque está no Livro de Deus: “Diga-me com quem andas e eu dir-te-ei quem és”.

Agora ele escolheu a boa companhia do Paulo Paim.

Papaléo, você não pediu o aparte? Eu citei V. Ex^a um bocado.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, queria apenas fazer uma solicitação a V. Ex^a, uma vez que vou fazer uso da palavra. Em consequência do seu discurso, eu, que trouxe um discurso para ler, não vou lê-lo, mas apenas comentar alguns assuntos extremamente importantes relacionados ao seu discurso. V. Ex^a é um homem culto, preparado e inteligente. Se todos prestassem atenção nas mensagens que V. Ex^a entrega a todos nós durante os seus discursos, realmente, muitos estariam de consciência pesada, outros muito arrependidos e outros até mudando sua maneira de ser. Então, quero parabenizá-lo e,

já que temos muita afinidade, pedir que V. Ex^a aguarde o meu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu agradeço. Nós somos companheiros, nós somos aqueles lisos: ninguém roubou, ninguém tem mensalão, ninguém tem cartão. Nós somos aqueles lisos a que o Garibaldi se referiu.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

Em seguida, falará como Líder o Senador José Agripino.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse anteriormente, eu trouxe uma matéria, um discurso bem reflexível para pronunciar, hoje, aqui no Senado Mas, escutando o Senador Mão Santa e lendo notícias desse fim de semana, resolvi fazer alguns comentários a respeito da situação política deste País, que me preocupa muito.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, quero transmitir os meus pêsames à Senadora Serys Slhesarenko, extensivos a toda a família, pelo falecimento do pai da nossa querida Senadora, Sr. João Maria dos Santos, ocorrido no dia 30.

Quero, então, registrar aqui oficialmente os meus pêsames à família da Senadora Serys Slhesarenko.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo, se V. Ex^a me permitir, eu gostaria que os pêsames que V. Ex^a está encaminhando neste momento a nossa querida Senadora Serys sejam também da Presidência, da Mesa e de todos os Srs. Senadores.

Meus cumprimentos a V. Ex^a pela lembrança. Sinto-me contemplado na fala de V. Ex^a.

Um abraço à Senadora e a todos os familiares.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Aproveitando a ocasião, Senador Papaléo Paes, porque tomei conhecimento de imediato pelo Senador João Pedro, quero também apresentar meu voto de pêsames à Senadora e prestar a nossa solidariedade e homenagem póstuma ao pai de S. Ex^a. Obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a também.

Realmente a Senadora Serys é muito querida por todos nós. Estamos prestando essa homenagem

póstuma ao pai de S. Ex^a, falecido no último dia 30, transmitindo os nossos pêsames à família.

Mas, Sr. Presidente, antes de começar o meu pronunciamento, eu quero lembrar que a nossa Subcomissão de Saúde estará, amanhã, realizando uma audiência pública às 10h30, que vai contar com a presença do Secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, com o Presidente do Conselho Nacional de Saúde, com o Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde e de outras pessoas importantes para debater os temas.

Mas eu queria a presença do Senador Mão Santa, aqui, mas tenho certeza de que S. Ex^a está nos escutando. Primeiramente, quero, mais uma vez, lamentar a falta de boa informação que deu como consequência aquela verdadeira, eu digo, ridícula notícia, publicada em determinado jornal contra o Senador José Sarney, relacionada à questão da impenhorabilidade da casa própria. Realmente, é até triste nós sabermos que a imprensa é capaz de veicular uma notícia tão ridícula quanto essa.

Depois via, na última quinta-feira ou sexta-feira, Senador José Agripino, a maneira como o nosso Presidente da República – ao qual o Senador Mão Santa muito se referiu aqui – faz mais um discurso. Pela postura, pela forma de agir, o Presidente Lula nos passa a impressão de que realmente não tem o controle deste País nas mãos, não tem o controle das ações de Governo. São 40 ministérios. Em consequência disso, muitas vezes, ele pode até dizer que não sabe de nada. Realmente, Sua Excelência não tem condições de ficar todo o dia discursando e tendo conhecimento exato de tudo. O Presidente da República ele não tem que ser também o dono das rédeas, no sentido de querer ser o “papai sabe tudo”. Absolutamente. Mas ele tem que ter conhecimento das questões que se passam no seu Governo. E o nosso, com certeza, não fica fazendo esses discursos populistas que realmente chegam até a nos envergonhar porque, com esses discursos, ele nos desrespeita. É um verdadeiro desrespeito, mostrando que ele esqueceu que é o Presidente da República, que já fez suas campanhas e que, se tem de fazer alguma outra campanha, será por um terceiro mandato, pois as duas, dentro da legislação, ou seja, da Constituição brasileira, já foram cumpridas.

Então, fiquei realmente triste, triste, envergonhado, quando o Presidente da República, em uma solenidade, diz, em determinado trecho de seu discurso, o seguinte:

“Eu liguei para ele e falei: Ô Bush, o problema é o seguinte, meu filho: nós ficamos 26 anos sem crescer. Agora que a gente está crescendo, vocês vem atrapalhar, pô? Resolve

a tua crise!. Faça um Proer. Se quiser, o Brasil pode ajudar.”

Sinceramente, é triste ouvirmos isso de um Presidente da República. Se ele estiver lá com seus amigos, num churrasco, bebendo pinga, conversando fiado, está certo. Mas esse populismo não cabe neste País.

O Brasil não é uma Venezuela, que tem um Presidente à altura das suas atitudes porque está aceitando isto. O Brasil está se desenvolvendo a cada dia, tem uma cultura diferente da de outros países, que não se desenvolveram exatamente porque a intelectualidade e o povo desses países realmente pararam no tempo. Mas o Brasil não parou no tempo, o Brasil está se desenvolvendo, está evoluindo e tem uma democracia que precisa cada vez mais se reforçar, e esse reforço da democracia vem do comportamento de nós todos que representamos o povo. Então, para o Presidente da República se tornar um homem popular, popularesco, não precisa estar fazendo isso, pois já está consagrado pela luta que teve para alcançar este mandato; ele já é um homem consagrado, já está consagrado por ser um torneiro mecânico que conseguiu ser Presidente de um País como o Brasil.

Portanto, não há necessidade de, nesses momentos, ele passar a fazer do cargo que exerce, por meio de suas palavras, a usar o cargo que exerce até para nos desrespeitar; nós que somos brasileiros queremos ver o Presidente transmitindo credibilidade. Quero ver a figura do meu Presidente transmitindo credibilidade. Não precisa arrogância, não.

O Presidente esqueceu que tem que tratar do Governo dele. Quando recebe uma pesquisa que lhe dá condição de uma alta popularidade, ele usa a pesquisa para afrontar, com ar de arrogância, os seus adversários.

Então, nos dê o direito, como Oposição, de fazermos, aqui, observações; e nos dê o direito também de vir pedir que o Presidente da República tenha uma postura descontraída, como ele tem, mas mais respeitosa com o cargo que ele exerce.

Aí, Sr. Presidente...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Papaléo, V. Ex^a está saindo da tribuna?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não. Eu vou dar um aparte... Eu tive de tomar água para poder engolir o comportamento do Presidente, que, realmente é bonitinho, é legal, é como determinados políticos que passam em um boteco, onde há trinta pessoas, e cada um diz: “Pague uma aqui, pague uma ali.” É bonitinho chegar e pagar. Eu não pago. Eu coloco logo a minha condição de médico, não é? Eu digo: “Como é que eu, como médico, vou pagar bebida para você?” Eu não pago. E dizem: “Mas é bonito!” Dá para achar

graça, dá para dizer: “Olha, é legal”. Batem nas nossas costas. Mas ele tem de respeitar – e isso, nós devemos exigir – e ter uma postura de Presidente da República. Pode continuar abraçando todo mundo, batendo nas costas de todo mundo, mas não vir aqui nos deixar no ridículo ao dizer “pô” para o Bush; ao dizer resolve tua crise que nós estamos crescendo, usando o Português, principalmente da maneira que usou. Eu sei que ele faz isso só para fazer charminho, pois ele sabe falar muito bem o Português.

Depois, lemos também no jornal *O Globo* matéria cujo título diz assim: “Mais uma versão sobre dossiê”. Então, o Planalto agora admite que o relatório existe e culpa alguém que, dentro do próprio Governo, resolveu fazer o relatório para causar mal à Sr^a Dilma e ao Presidente da República. Vou ler o primeiro parágrafo:

Na tentativa de minimizar o estrago do vazamento do dossiê com gastos de contas B do ex-Presidente Fernando Henrique e diante das negativas do Tribunal de Contas da União (TCU) de que teria pedido informações sobre tais gastos, o Planalto apresentou ontem nova versão sobre o caso: admitiu, pela primeira vez, a elaboração do dossiê, mas alegando que o documento foi montado sem autorização por alguém com o objetivo de atingir a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e enfraquecer Lula, além de acirrar os ânimos entre governo e oposição. Isso aqui é ridículo! É mais uma forma de ridicularizar o povo: o Governo dizer que, dentro do próprio Governo, foi feito um dossiê por alguém que quer prejudicar o Presidente da República – que eu acho difícil de prejudicar, pois ele goza de uma popularidade muito grande na população – e a Sr^a Dilma, porque querem que ela seja candidata a Presidente da República.

Essa ação – o Ministro Gilmar Mendes disse que esse vazamento é uma verdadeira covardia – essa ação de covardia da Ministra, que é a grande responsável, sim, por esse dossiê, realmente tira o crédito dela de ser uma candidata a Presidente da República.

Quero aqui falar o seguinte: não sou contra a apuração de todo e qualquer gasto feito pelo Poder Público, feito pelos homens que fazem parte do Poder Público. Não sou contra, não. Agora, para estes casos, o uso, pelo Governo, do artifício do dossiê – que já é característico, em muitos casos o Governo usa – para inibir a Oposição... Por quê? Porque se nós fizermos a apuração das contas de cartão B, de cartão corporativo, nós vamos ver que realmente, o desastre se deu neste Governo. Até pelo tempo. O Governo Fernando Henrique teve um tempo muito reduzido para fazer uso dos cartões, e o Governo Lula, não; desbaratou, cresceu o número de ministérios, de assessores, enfim, virou uma verdadeira anarquia o uso desses cartões

corporativos que nada mais são do que a utilização do nosso dinheiro de maneira indiscriminada. Lamento muito que o Presidente da República aceite que a sua Chefe da Casa Civil venha a dar mais uma versão que seria a terceira ou quarta.

Por último, Sr. Presidente, lendo a revista *Veja*, fiquei realmente orgulhoso pelo Presidente desta Casa. O Senador Garibaldi Alves, por quem sempre tive muito respeito pelos seus posicionamentos no Senado Federal, é um homem que fala o que desejaríamos falar. Por exemplo, eu desejaria falar muito do que ele fala na matéria, mas ainda não tive a oportunidade. Coragem, eu tenho para falar. Muitos desejariam falar, mas não podem por causa de seu condicionamento político, ou seja, por causa de seu posicionamento partidário.

Quero ler para as pessoas que estão nos assistindo algumas frases destacadas na reportagem que já foram comentadas pelo Senador Mão Santa

A primeira frase em destaque é a seguinte: “O Senador diz que o Parlamento está agonizante e que muitos políticos usam o mandato apenas em proveito próprio”. Cito outra frase em destaque: “A maioria dos Parlamentares segue a lógica de votar com o Governo, liberar as emendas, emplacar um cargo para um aliado e colher os dividendos nas eleições seguintes. Os políticos se contentam com isso e, sem saber, fazem um mal danado ao Legislativo”. Concordo plenamente com o Senador Garibaldi.

Há diversos exemplos no Congresso Nacional, mas vou chamar a atenção para um grande exemplo. Quem tiver oportunidade de assistir a uma sessão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito relativa aos cartões corporativos realmente ficará com vergonha de muitos Parlamentares ali presentes. Nitidamente, vemos que muitos ali estão pagando algum favor que receberam. Aquilo não é convicção de um cidadão brasileiro, não. Todo e qualquer cidadão brasileiro participaria de uma comissão dessa com intuito de quê? “Vamos apurar. Vamos apurar.” Mas vemos que a maioria, principalmente da Câmara dos Deputados – ainda não vi nenhum Senador fazer o papelão que alguns Deputados estão fazendo –, atrapalham a reunião e portam-se de uma maneira realmente indigna de um cidadão que está representando o povo, o que nos envergonha bastante. É vergonhoso ver aquela comissão, que é um disparate.

O Governo pinta e borda da maneira que quer, porque tem a maioria. Não haveria necessidade de deixar esses Parlamentares se exporem e fazerem com que a opinião pública, a cada dia, perca mais a credibilidade em nós. O Governo pode fazer o que bem entender aqui, porque tem a maioria. O problema do Governo não é com a Oposição, porque ele

tem a maioria, mas com a sua própria base. Quando chega o momento de votar uma matéria importante, e o Governo está precisando da sua maioria, começa a briga na base. O que essa base vai querer? “Não, só voto com o Governo se eu tiver mais um cargo ou mais uma função ou mais uma vantagem, seja lá o que for”. Então, o problema é na própria base, não é a Oposição.

O Governo, tranqüilamente, se fosse sério, não permitiria aquele cenário ridículo, por exemplo, da Comissão dos Cartões Corporativos, em que parlamentares ali – coitados, tenho até pena deles – fazem a maior palhaçada, avacalhando o Congresso com seus comportamentos. Por quê? Porque se eles forem contra o Governo ou se forem a favor da legalidade, vão perder seus cargos, suas vantagens, suas emendas não serão liberadas, e assim por diante.

Então, Sr. Presidente, realmente eu louvo a coragem do Presidente da Casa, Senador Garibaldi, em expor essa situação porque é hipocrisia dizer que alguém defende o Governo com unhas e dentes diante de causas contra a sociedade. Isso é uma hipocrisia.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que não sou melhor do que ninguém. Minha vida não foi construída a peso da política partidária. Sou médico militante há 31 anos e entrei na política por acaso. Minha vida política se iniciou no Prona, porque o Dr. Enéas Carneiro me forçou. V. Ex^{as} não conviveram com ele, mas ele me forçou. Pela primeira vez, aos trinta e nove anos de idade, assinando uma ficha partidária. E olha que eu havia sido Diretor de hospital, Secretário de Saúde, quando os Governadores nos obrigavam a assinar ficha e eu não assinei. Por quê? Pelo descrédito! A mesma coisa que o povo sente, cada vez mais descrédito. Por quê? Porque as campanhas são freqüentes para cada vez mais não se acreditar nos políticos.

Então, entrei na política e, três anos depois de filiado, fui eleito Prefeito de Macapá. Por que fui eleito Prefeito de Macapá? Porque um grupo de nove partidos se uniram e queriam um nome para disputar com o candidato do Governador, uma maquina que esmagava qualquer candidato de Oposição. E o nome escolhido foi o meu. Por quê? Médico, cumpridor das minhas obrigações, funcionário público, respeitado.

Fui eleito Prefeito com 54% dos votos no primeiro turno. Quando terminou meu mandato, disse: “Não vou mais me candidatar”. Administrei a Prefeitura, não loteei com partidos políticos, ou seja, não havia um vereador que falasse: “O Papaléo me deu um cargo para eu votar no projeto dele”.

Sabe o porquê? Penso da seguinte maneira: se tenho boa intenção, faço um bom projeto. A intenção do Executivo é fazer um bom projeto. Se a Câmara, no

caso dos Vereadores, rejeitá-lo, cumpra minha obrigação. Vou dizer para o povo: “Olha, eu queria fazer isso, mas a Câmara não aceitou”. Tínhamos quinze Vereadores. Parece até que estou contando uma história furada, mas isso é uma realidade. Por quê? A maioria não é acostumada a isso. É acostumada a comprar Vereador, comprar Deputado, comprar Senador. É assim que se faz, ou com dinheiro, ou com favores, ou com cargos.

Praticamente abandonei a política em 2002. A pedido de pessoas amigas, fui eleito Senador. Fui o Senador com maior número de votos. Eu estava longe da política há seis anos. O ex-Governador, que havia tido oito anos de mandato, teve menos voto do que eu. E pergunto a vocês: por que isso? Vontade do povo.

Então, não devo meu mandato a grupo algum. Não tenho representante de bairro, não tenho ONG, não tenho organização social que venha sustentar minha votação. É o povo que me elege, e me elegeu. Então, Senador Paim, devo meu mandato ao povo do meu Estado, ao povo do Amapá. É por isso que, quando votamos a reforma da Previdência, votei porque o povo queria. Eu era do PMDB, era da base do Governo, mas não traí quem me elegeu. Quando teve a votação da CPMF, o que 80% do povo queria? Derrubar a CPMF. Votei pela derrubada da CPMF.

Então, talvez eu seja o único Senador aqui que saiu da base do Governo para a Oposição. Saí da base do Governo. Eu era do PMDB e fui para o PSDB. Por quê? Porque eu não iria me sujeitar a receber orientação partidária que não condiz com a minha formação de homem que lida no meio social há mais de 35 anos e também não queria me constranger dentro da base do Governo, votando contra o Governo. Então, decidi mudar de partido.

O que quero dizer com isso, Senador Paim? Quando o Senador Mão Santa falou que alguém escreveu que aqueles que não tinham dinheiro e se elegeram hoje podem se considerar fora da política, estou nesse barco, porque sempre fui eleito pela vontade do povo. O povo sempre me elegeu pensando no que eu poderia dar em retribuição: o trabalho social que sempre fiz, cumprir minha obrigação de funcionário público, atender meus doentes, ter responsabilidade com meus doentes. Eles podiam contar só com isso. Lógico, como Mão Santa diz, estamos no mesmo barco.

Então, se a próxima eleição for na base da grana, do dinheiro, só posso mesmo contar com Deus e com o povo, com mais ninguém.

O que é lamentável para todos que estão nos assistindo é ver que realmente quem conhece as profundezas do poder, a realidade do poder, passa a ser um eterno indignado. O eleitor escolhe em quem votar

acreditando que aquela pessoa vai honrar o voto e, de repente, ela vira-lhe as costas e vai tratar de seu lado pessoal porque é caro um voto, vai fazer a sua vida.

Confesso a vocês, ouve-se por aí que Deputados e Senadores ganham R\$100 mil, R\$120 mil por mês, isso é uma mentira. Talvez alguns até achem bom que se diga isso para justificar sua riqueza. Mas todos nós ganhamos, Deputados e Senadores, um salário bruto de um pouco mais de R\$16 mil. Cada um tem descontos diferentes. Eu ganho R\$12.030,00 por mês; é quanto ganho por mês. Não ganho hora extra.

Quanto à passagem, como vou pagar passagem para o Amapá toda semana com um pouco mais de R\$12 mil? Tem de receber da Casa, e há outras prerrogativas que temos de ter. E vamos deixar de ser hipócritas de dizer que essa movimentação toda que fazemos não gasta dinheiro.

Então, para uns é bom dizer que ganham R\$100 mil, R\$120 mil, mas não ganhamos nada além do que falei anteriormente. Aqueles que fazem riqueza com mandato – acho que Deus não vai permitir milagre – estão fazendo coisas erradas.

Por isso que digo a V. Ex^{as}, cada um de nós tem de lutar para fazer com que o povo acredite nos representantes políticos que elegeram, com que o povo avalie cada um desses políticos. E, quando ele vê um político que tem um salário proveniente de contracheque ficar rico, na próxima eleição, mesmo que não consiga provar, não vote mais nesse candidato, não vote.

Se ele não tem fazenda, não tem fábrica, não tem outro meio de subsistência, de renda, não vai ficar rico com o salário de político, não.

Então, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de fazer um desabafo, porque ultimamente quando assisto às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito que está averiguando os cartões corporativos, fico triste e desiludido ao ver o comportamento das pessoas que estão ali defendendo, com unhas e dentes, o Governo, e que, coitados, estão jogados ali para defender o seu quinhão.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Se V. Ex^a puder ler o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP)

– O Senador Eduardo Suplicy encaminhou à mesa requerimento que tive a satisfação de assinar junto, com o seguinte teor:

Com fundamento nos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Voto de Solidariedade à Sr^a Yolanda Pulecio, mãe, e família de Ingrid Betancourt, ex-candidata à presidência da Colômbia, seqüestrada pela guerrilha Forças Arma-

das Revolucionárias da Colômbia (FARC), em 2002, e apelo para que as FARC a libertem, o mais breve possível, contribuindo assim para o sucesso do acordo humanitário proposto pelo governo colombiano para a troca de reféns por rebeldes presos, acordo que também atende apelo do Presidente da França, Nicolas Sarkozy, e da Comunidade das Nações.

É o seguinte o requerimento lido:

REQUERIMENTO Nº 351, DE 2008

Com fundamento nos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro Voto de Solidariedade à Srª Yolanda Pulecio, mãe, e família de Ingrid Betancourt, ex-candidata à presidência da Colômbia seqüestrada pela guerrilha Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 2002, e apelo para que as Farc a libertem, o mais breve possível, contribuindo assim para o sucesso do acordo humanitário proposto pelo governo colombiano para a troca de reféns por rebeldes presos, acordo que também atende apelo do Presidente da França, Nicolau Sarcozy, e da Comunidade das Nações.

Justificação

A angústia da família de Ingrid aumentou no último sábado depois da divulgação de notícias alarmantes sobre o estado de saúde da refém e dos esforços para que ela seja liberada.

Conforme relatos de reféns recentemente libertos pelas Farc, a franco-colombiana, Ingrid Betancourt, que está seqüestrada desde 23 de fevereiro de 2002, sofre de leishmaniose e hepatite B, além de estar em profunda depressão.

Na quinta-feira, dia 27, o governo colombiano anunciou, por intermédio do Alto Comissário para a Paz, Luis Carlos Restrepo, a intenção de trocar rebeldes das Farc por reféns da guerrilha. O ministro do Interior e da Justiça da Colômbia, Holguín Sardi, já assinou decreto neste sentido.

O governo francês se disse disposto, nesta segunda-feira, a examinar qualquer proposta que possa facilitar uma solução para a crise dos reféns na Colômbia, inclusive receber membros das Farc. As informações sobre o estado de saúde de Ingrid Betancourt e as declarações sobre possíveis negociações para sua libertação levaram o presidente Nicolas Sarkozy a enviar um avião equipado com recursos médicos para a Guiana, pronto para dar atenção médica apropriada a franco-colombiana Ingrid Betancourt.

A Federação Internacional dos Comitês Ingrid Betancourt (FICIB) declarou-se satisfeita no domingo com a iniciativa de Sarkozy e pediu ao presidente colombiano Alvaro Uribe que interrompa "todas as ações

militares". A senadora Piedad Córdoba, da Colômbia, vem se empenhando sobremaneira nos últimos anos para que esta libertação seja concretizada.

O publicitário Juan Carlos Lecompte, marido de Ingrid Betancourt, se encontra em São Paulo a convite do presidente do Partido Verde, José Luiz Penna, onde procura apoios para a libertação de sua esposa. Nesta tarde ele está participando do programa do Jô Soares. Ele expressou a mim o seu desejo de conversar com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que também ele possa se empenhar para a realização dos passos que permitam a libertação de Ingrid Betancourt, de todos que estão prisioneiros e a instituição de instrumentos que permitam a pacificação da Colômbia com base na consecução dos princípios de justiça.

O Senado Federal assim como o Estado brasileiro tem a tradição de apoiar e trabalhar pela união entre as nações e pela solução pacífica dos conflitos. É importante que possamos nos somar e nos solidarizarmos com todas as ações que vissem a conseguir a liberação das pessoas seqüestradas pelas Farc, bem como com a reintegração de seus membros à sociedade colombiana.

Sala das Sessões, 31 de março de 2008. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP)

– Tem a palavra o Senador Suplicy, para justificar o seu requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

Para encaminhar. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, a angústia da família de Ingrid aumentou no último sábado, depois da divulgação de notícia alarmante sobre o estado de saúde da refém e dos esforços para que ela seja libertada.

Conforme relatos de reféns recentemente libertos pelas Farc, a franco-colombiana Ingrid Betancourt, que está seqüestrada desde 23 de fevereiro de 2002, sofre de leishmaniose e hepatite B, além de estar em profunda depressão.

Na quinta-feira, dia 27, o governo colombiano anunciou, por intermédio do Alto Comissário para a Paz, Luis Carlos Restrepo, a intenção de trocar rebeldes das Farc por reféns da guerrilha. O Ministro do Interior e da Justiça da Colômbia, Holguín Sardi, já assinou decreto nesse sentido.

O governo francês se disse disposto, nessa segunda-feira, a examinar qualquer proposta que possa facilitar uma solução para a crise dos reféns na Colômbia, inclusive receber membros das Farc. As informa-

ções sobre o estado de saúde de Ingrid Betancourt e as declarações sobre possíveis negociações para sua libertação levaram o Presidente Nicolas Sarkozy a enviar um avião equipado com recursos médicos para a Guiana, pronto para dar atenção médica apropriada à franco-colombiana Ingrid Betancourt.

A Federação Internacional dos Comitês Ingrid Betancourt (FICIB) declarou-se satisfeita no domingo com a iniciativa de Sarkozy e pediu ao Presidente colombiano Álvaro Uribe que interrompa “todas as ações militares”. A Senadora Piedad Córdoba, da Colômbia, vem se empenhando sobremaneira nos últimos anos para que esta libertação seja concretizada.

Há pouco mais de um mês, tive um diálogo com a Senadora Piedad Córdoba, que estava junto com a Sr^a Yolanda Pulecio, mãe de Ingrid Betancourt, e ambas fizeram um apelo para que nós, Senadores brasileiros, também nos empenhássemos nesse propósito.

O publicitário Juan Carlos Lecompte, marido de Ingrid Betancourt, com quem conversei no início desta tarde, se encontra em São Paulo, a convite do Presidente do Partido Verde, José Luis Penna, onde procura apoios para a libertação de sua esposa. Nesta tarde, participa da gravação do Programa do Jô Soares. Ele expressou-me o desejo de conversar com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que Sua Excelência se empenhe na libertação de Ingrid Betancourt e de todos que estão prisioneiros. Também solicitará ao Presidente seu apoio à instituição de instrumentos que permitam a pacificação da Colômbia com base na consecução dos princípios de justiça.

O Senado Federal, assim como o Estado brasileiro, tem a tradição de apoiar e trabalhar pela união entre as nações e pela solução pacífica dos conflitos. É importante que possamos nos somar e nos solidarizar com todas as ações que visem a conseguir a libertação das pessoas seqüestradas pelas Farc, bem como com a reintegração de seus membros à sociedade colombiana.

Agradeço ao Líder José Agripino por ter invertido comigo a ordem de falar. Assim, gostaria de informar, Sr. Presidente, que, como tenho audiência daqui a instantes com o Ministro Celso Amorim, acompanhando a Sr^a Carolina Larriera, que se encontra na tribuna de honra do Senado, pois vamos dialogar sobre Sérgio Vieira de Mello, de quem ela foi companheira.

Agradeço muito pela atenção, Senador José Agripino. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa dará o encaminhamento regimental e se soma aos encaminhamentos feitos por V. Ex^a.

Pela Liderança do DEM, com a palavra o Senador José Agripino, que convido para vir à tribuna.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei rápido. Apenas para externar, Sr. Presidente, a minha concordância, o meu apoio, o meu voto de aplauso a essa iniciativa do requerimento do Senador Eduardo Suplicy, que tem um perfil no Senado em defesa dos direitos humanos. Essa manifestação do Senador Eduardo Suplicy diz respeito ao mundo, à América Latina, ao Senado da República.

Quero assinar, se o Senador concordar, e aplaudir essa iniciativa, à qual me associo, no sentido não só da liberação dessa grande mulher, mas de todos os presos que estão padecendo, inclusive os detidos pelos paramilitares da Colômbia, que são muitos. Quero assinar esse requerimento e dizer da minha admiração pelo gesto do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se o Senador José Agripino permitir, tem a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para também fazer minhas as palavras do Senador Eduardo Suplicy e pedir a S. Ex^a para que todos nós subscrevamos o requerimento, porque é de boa iniciativa e faz jus à iniciativa do Senador e desta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com o compromisso que o Senado da República tem em relação aos direitos humanos, Senador Suplicy, esse documento será encaminhado – assumo esta responsabilidade, neste momento, e sei que o Senador José Agripino não vai discordar disso – em nome de todos os Senadores pela assinatura dos que estão aqui presentes.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de muito bom grado, cedi a primazia da fala ao Senador Suplicy, porque ele me mostrou o requerimento que pretendia ler para tornar público, à Casa e ao País, o pedido de participação do Governo brasileiro na gestão pela libertação de Ingrid Betancourt.

Evidentemente, a cessão da palavra significa a manifestação de apoio integral aos termos do requerimento.

V. Ex^a, Senador Suplicy, pode usar, se lhe convier, o apoio completo da minha pessoa e do meu Partido a essa iniciativa meritória no campo dos direitos humanos. V. Ex^a tem o direito integral de fazê-lo, sem nenhum favor por parte do meu Partido. O meu Partido, pelo contrário, associa-se por inteiro à iniciativa de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava, agora há pouco, conversando com os representantes da imprensa, os jornalistas, sobre a semana que vamos enfrentar no Congresso Nacional. A preocupação, a pergunta, a dúvida é sobre o comportamento da Oposição na reunião de amanhã da CPMI dos Cartões Corporativos.

Eu disse a eles do meu temor e das minhas preocupações. O meu temor é que nada que resulte em investigação isenta, nenhum requerimento que objetive trazer elementos de investigação será aprovado na CPMI dos Cartões Corporativos.

Eu vi o informativo da Liderança do Governo com a recomendação do voto. E até para a vinda do relatório do TCU, com os seus anexos, e com as notas fiscais que acompanham a comprovação dos gastos feitos com cartões corporativos, até para o relatório do TCU, que foi a origem de tudo, do primeiro requerimento de informações que aqui se apresentou há três anos – o primeiro requerimento teve como base elementos do TCU, o Tribunal de Contas da União, que é um órgão assessor do Poder Legislativo para a fiscalização de contas –, nem isso o Governo deseja aprovar.

A minha expectativa, Sr. Presidente, é que, lamentavelmente, a se confirmar a minha suposição, nós estaríamos participando de uma farsa, naquela CPMI, onde os votos, que já foram dados – 14 votos contra a vinda da Ministra Dilma –, para esclarecer fatos que a imprensa está divulgando com imensa clareza – vão se repetir em todos os requerimentos que impeçam a vinda de elementos esclarecedores para as investigações.

Em função disso, eu conversei com companheiros do meu Partido e pretendo conversar com companheiros de outros partidos de oposição, a começar pelo PSDB, sobre a busca de caminhos eficazes, no que diz respeito ao esclarecimento dos fatos. Porque veja V. Ex^a, Sr. Presidente, o que é que se está investigando? Há bastante tempo vem sendo entregues aqui, à própria Mesa do Senado, requerimentos de informação sobre o mau uso do dinheiro público no emprego do cartão corporativo, no pagamento de contas com o cartão corporativo.

Mais recentemente, a Ministra Matilde Ribeiro foi obrigada a pedir demissão do cargo porque o Tribunal de Contas da União, mais uma vez, mostrou que ela havia feito compras em **free shopping**, pagando a conta com cartão corporativo, pago com o dinheiro do contribuinte.

Isso e tantas outras denúncias mais que geraram a indignação da sociedade levaram o Congresso a, em uma luta renhida, conseguir instalar uma CPI mista, envolvendo Câmara e Senado, para investigar o uso do cartão corporativo pelo atual Governo, porque é no atual Governo que residem as acusações que obrigam a investigações. Não há nenhuma acusação pretérita que volte ao Governo Fernando Henrique Cardoso a luz dos refletores da investigação, da suspeita ou da denúncia.

Muito bem. A revista **Veja**, em edição de mais ou menos quinze dias atrás, traz como matéria de capa a divulgação de um dossiê que teria sido preparado com dados reunidos pelo Palácio do Planalto – é evidente que é o Palácio do Planalto que reúne os elementos todos, é ele que tem as contas, é ele que tem a condição de manipular dados que diz serem sigilosos referentes a uso de cartão corporativo.

A revista **Veja** trazia em matéria de capa uma denúncia de que havia um dossiê elaborado com o claro objetivo de intimidar a Oposição e inibir a ação oposicionista no papel que lhe cabe de investigar, denunciando o mau uso de dinheiro público quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República, incluindo aí contas da D. Ruth Cardoso.

Eu não esperava outra atitude do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem eu conheço e por quem tenho grande admiração, senão a que ele tomou de plano. Mandou uma carta que aqui foi lida pelo Líder do PSDB no Senado, Senador Arthur Virgílio, abrindo mão do que o Governo não abre. O Governo se esconde atrás do biombo do sigilo da segurança nacional, dos gastos da Presidência serem de interesse da segurança nacional. Pois Fernando Henrique tomou a iniciativa de dizer: “Não, não vejo como segurança nacional. Durante a minha gestão como Presidente, as minhas contas, as contas da minha esposa, primeira-dama do País, estão, por esta carta de autorização, abertas. Podem abrir tudo”.

Muito bem, imediatamente, após a divulgação da matéria da revista **Veja**, que incomodou a sociedade brasileira, porque, na verdade, na verdade, a revista traz é a bisbilhotice, é a prática do dolo, é o Governo dizendo que são dados sigilosos e vazando dados sigilosos; é a composição de um dossiê – e dossiê é palavra maldadada. Imediatamente, a Ministra Dilma Rousseff, que é evidentemente Chefe da Casa Civil,

o órgão institucional que controla, que tem o domínio dessas contas todas, nega a existência do dossiê no que é acompanhada pelo Ministro Tarso Genro.

Disse que não existe dossiê nenhum. E o que existe, Senador Mão Santa, é produto de uma determinação do Tribunal de Contas da União para que fossem feitos os levantamentos para instruir a CPI. Ato seguinte, o Tribunal de Contas da União, pelo Ministro Ubiratan Aguiar, disse: “Negativo, o Tribunal de Contas da União, que elaborou o relatório, não determinou compilação de elemento nenhum nem de levantamento...”

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorroguei seu tempo por mais cinco minutos, para que V. Exª fique à vontade e termine o raciocínio e a oratória tão útil ao País.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (DEM – RN) – Não determinou levantamento de elemento nenhum, nem determinou que fosse feito banco de dados que poderia ter originado esse relatório do TCU.

Em seguida a esse fato que, em qualquer Governo, seria desconcertante, matéria da **Folha de S. Paulo** diz ao País que a Drª Erenice, Secretária Executiva do Gabinete da Casa Civil, a pessoa mais importante do Gabinete Civil depois da Ministra Dilma Rousseff, seria a responsável pela elaboração do dossiê.

Duas pancadas. Uma delas: o TCU desmente o Ministro Tasso Genro e a Ministra Dilma Rousseff, principalmente a Ministra Dilma. O TCU diz que não determinou coisa nenhuma, contradizendo o que a Ministra Dilma havia afirmado, e a Srª Erenice é acusada de ter sido a autora da elaboração do dossiê. A Srª Erenice trabalha unha e cutícula com a Ministra Dilma.

Diante dessas duas evidências, o Ministro José Múcio apresenta uma terceira versão. Ficou insustentável defender que o dossiê não existia. Então, passam a admitir que não existia dossiê. Existia um banco de dados, sigilosos dados, e que teriam ensejado esses dados, que foram rapidamente compilados, sem ordem cronológica, entrando nas contas de Fernando Henrique, a elaboração do dossiê de treze folhas, que teria sido preparado, segundo José Múcio, por algum abelhudo de plantão, que teria interesse no acirramento das relações entre Governo e Oposição e que estaria interessado em prejudicar o Governo.

Você imagine só! Estaria interessado em prejudicar o Governo elaborando um dossiê que compromete o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, ato contínuo, abriu as suas contas!

O que se coloca neste momento no Palácio do Planalto é a empedernida, a encarniçada luta para preservar a imagem da candidata do Presidente Lula

à Presidência da República. “A Mãe do PAC”, “A toda-poderosa Ministra Chefe da Casa Civil”, que tem de ser preservada, como a Líder Ideli Salvatti na CPI dos cartões corporativos disse, defendendo a não vinda da Ministra à CPMI, que seria uma questão política que não se justificava nem pelos fatos do momento, nem pelos fatos de 2010. Ou seja, admitiu a candidatura de S. Exª à Presidência da República.

O que nós queremos, Sr. Presidente, é que o processo de investigação aconteça. A tônica do Palácio do Planalto neste momento é: quem vazou? Não interessa quem vazou. Não é isso que o Brasil quer saber. Não foi isso que levou Palocci a renunciar. Não foi saber quem vazou o sigilo bancário de Francenildo que levou Palocci a renunciar. Foi o ato do vazamento, da entrega das contas do caseiro Francenildo que se constituiu na prática do dolo, como o dolo é a elaboração do dossiê. Não é quem vazou!

É a constituição, é a construção do dossiê em si. Por conta de quê? Por conta da manipulação de dados tidos como sigilosos. Alguém manipulou. Quem manipulou? Quem os tinha? O Gabinete Civil da Presidência da República. Com que objetivo? Tentar intimidar a Oposição.

Houve, portanto, a manipulação de dados tidos como sigilosos, declarados sigilosos, de segurança nacional, pelo Palácio do Planalto, com o claro objetivo de inibir a Oposição e intimidar a Oposição.

Sr. Presidente, eu sou descrente de que esses fatos todos sejam esclarecidos, porque, veja bem: uma Nação que não investiga esse tipo de coisa que já provocou, em outro momento, renúncia de Ministro, como o caso, igualzinho, de Francenildo, que determinou a queda de Palocci...! É a mesma coisa essa impunidade, a prática da truculência, do uso do poder, o poder absoluto que pode fazer tudo.

O Presidente da República agora começou a absolver as pessoas antes incriminadas. Agora, ele absolveu publicamente Severino. Não sei por que, Presidente Mão Santa, ainda não absolveu...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (DEM – RN) – ...Valdomiro Diniz. Ele, que já absolveu publicamente Severino Cavalcanti, não absolveu ainda Valdomiro Diniz, Silvinho Pereira, Delúbio Soares, José Dirceu. Mas vai chegar a hora. Daqui a pouco, ele, que está em processo de canonização, vai chegar ao ponto de também isentar de culpa essas pessoas todas, porque ele está chegando à sublimação. Só que nós temos a obrigação de defender o interesse da sociedade. E vamos defender.

Na CPMI dos cartões corporativos, o escore 14 a 7 vai se constituir em um dado permanente. Eu não tenho nenhuma dúvida.

Por essa razão, Senadora Marisa Serrano, pretendo discutir com V. Ex^a e com os companheiros do PSDB, do Democratas, dos Partidos de Oposição, tomada de posição em outros fóruns. Que outros fóruns? Por exemplo, a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público.

Na minha opinião – posso estar errado, sou engenheiro, não sou jurista –, houve o cometimento de pelo menos três crimes na elaboração desse dossiê.

Na medida em que se trabalha com dados tidos como sigilosos pela Presidência da República, cometeu-se o crime de agressão ao art. 153 do Código Penal, que trata da divulgação de segredo. O art. 153 do Código Penal fala claramente em divulgação de segredo. Ou seja, os autores da elaboração do dossiê, se foi Dilma ou não, a Procuradoria-Geral da República será instada a investigar.

Houve o cometimento de um outro crime previsto no Código Penal, no seu art. 147: “Ameaçar alguém por palavra, escrito ou gesto ou qualquer outro meio simbólico de causar-lhe mal injusto e grave”. É o crime de ameaça. Ameaça pela qual Fernando Henrique Cardoso não se deixou envolver.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – E o terceiro. A Lei de Responsabilidade, no seu art. 9º, fala claramente “não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta, em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição”. Quem foi? Foi a Erenice que bisbilhotou os elementos e elaborou aquele dossiê? Quem foi que mandou a Erenice fazer isso? É ou não é a configuração de crime de responsabilidade?

Vou propor aos companheiros de Oposição que instemos a Procuradoria-Geral da República a, em defesa da sociedade, instalar o processo de investigação do crime de responsabilidade, do crime de ameaça e do claríssimo crime de divulgação de segredo, para que, se for o caso, se as evidências forem claras, se aplique a pena aos culpados, sejam eles quem forem, Ministra Dilma, ministro “a”, “b” ou “c”. Mas é necessário que a sociedade tenha a satisfação que espera, que deseje e que exige, que do Governo não vai ter. Mas que vai ter da Oposição, que está vigilante e vai cumprir o seu papel. E vai instar, sim. Vai instar lá, vai instar na CCJ, aqui no próprio plenário, vai argüir nos fóruns onde pudermos ter ouvidos que ouçam o clamor da opinião pública, porque naquele fórum não está fácil.

Se V. Ex^a me permitir, Sr. Presidente, ouço, com muito prazer, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Heráclito Fortes.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – Muito obrigada, Senador Agripino. Eu gostaria de, complementando algumas de suas idéias, dizer que esta Casa tem a obrigação de buscar a verdade. Nós, todos os Senadores, de todos os Partidos políticos, estamos aqui num trabalho árduo, e não há como escamotearmos o que é verdadeiro. A população brasileira tem o direito de saber o que acontece no País, desde que sejam atos e ações que sejam da alçada, da fiscalização e do controle desta Casa. Há certas tomadas de posição que podem ser feitas pela Presidência da CPMI e pelos seus membros, mas há outras, Senador Agripino, que têm que ser feitas por esta Casa como um todo. A desmoralização de institutos como a CPMI é muito ruim para a democracia, não só para o que pensa esta Casa, mas para a democracia...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – ... como sistema de governo, o que para nós é fundamental. Portanto, acredito que o caso, por exemplo, da não-vinda do General Félix é algo emblemático. Ele recebeu um comunicado nosso, um convite, no dia 18, mas tirou férias, que foram publicadas no **Diário Oficial** – por ser servidor público, as férias precisam ser publicadas no **Diário Oficial** –, a partir do dia 24, e viajou. Ele havia sido convidado para vir falar no dia 25, ou seja, um dia depois, Senador Agripino. Com uma semana de antecedência, ele sabia que o convite era para o dia 25. Ele podia ter atrasado suas férias por um dia para nos atender, mas não o fez. Terminam as férias, segundo o **Diário Oficial**, no dia 2, mas ele disse que só poderá comparecer depois do dia 8. Esses fatos depõem contra nós. Creio que o Ministro tinha a obrigação de atender a um convite desta Casa. Além disso, não posso também admitir que uma Ministra diga que ela tem muito mais o que fazer do que vir a uma CPMI. Isso depõe contra esta Casa, abaixa o nosso moral. Todos nós trabalhamos tanto! Não falo por mim, mas pelos 24 Deputados e Senadores que estão ali, durante cinco, seis horas, brigando, lutando, discutindo, expondo suas idéias. Não interessa que seja contra ou a favor, mas todos têm o direito de expor suas idéias, de fazer com que esta Casa procure a verdade dos fatos. Precisamos ser respeitados. Entre tantos setores e órgãos que as oposições podem procurar para a busca da verdade, encontrando os atalhos, um deles é também o engajamento desta Casa na luta pelos instrumentos para fazer valer a sua autoridade como poder da Nação. E a nossa autoridade não pode ser colocada debaixo do

tapete. Temos de lutar por ela. Nesse caso, não existe Situação ou Oposição, mas uma luta de todos para que esta Casa continue viva, respondendo aos anseios da população. Muito obrigada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a, que preside, com muita dignidade, a CPMI dos Cartões Corporativos, já começa a perceber que a base governista está lá não para investigar, mas para impedir. Espero que eu esteja errado e que amanhã, diferentemente do que se cria como expectativa, não se derrubem os requerimentos que trarão elementos de investigação efetiva.

Mas eu queria fazer um registro para V. Ex^a. A CPMI foi criada para investigar o mau uso dos cartões corporativos. No curso dos fatos, estão ocorrendo delitos mais graves ou tão graves quanto o mau uso do dinheiro público no tocante a cartão corporativo. Os dossiês, como acabei de dizer a V. Ex^a, estão sendo desmentidos; a mentira da autoridade está sendo praticada, assim como a ameaça, de uma forma que não existiu nem no tempo da ditadura; esses fatos todos que são correlatos às investigações estão mostrando a face real do Governo com o qual nós convivemos.

Agora, é como V. Ex^a diz: vamos insistir no limite máximo, vamos cumprir o nosso papel, porque é isso que espera a sociedade de V. Ex^a, de mim e do Senador Heráclito Fortes, a quem passo a palavra, com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Agripino, parabeno V. Ex^a por esse pronunciamento, onde aborda temas precisos e trata da questão objetiva que é a vocação permanente do atual Governo para formar dossiês e bisbilhotar a vida alheia. E é uma prática que não vem dando certo. O Governo, Senadora Marisa Serrano, inaugurou essa prática nos três primeiros anos de administração, forçando aqui a criação da CPI do Banestado. Vamos lembrar, Senador Sibá, como é que tudo começou. Era uma CPI para perseguir o então Presidente do meu Partido, Senador Bornhausen. Acusaram-no de ter conta e fazer remessas para Nova York. Tudo mentira! O Senador Bornhausen era embaixador em Portugal, e o Itamaraty centralizava, através do Banco do Brasil, todas as contas na agência de Nova York. Aliás, continua assim no atual Governo. Depois, apareceram contas dos companheiros dos acusadores. Depois, disseram que todo cidadão que tinha conta CC-5 era ladrão, era dono de “lavanderia de dinheiro” e outras coisas mais. O que aconteceu? Pegaram o Presidente do Banco Central, o Presidente do Banco do Brasil e o Diretor do Banco Central com contas CC-5 servindo ao atual Governo. Naquele tempo, o Governo tinha este sentimento: quando havia um fato dessa natureza, tomava providencia e tomou.

Talvez um dos poucos. Posteriormente, tivemos o famoso balaio de denúncias contra o Partido dos Trabalhadores. Aí, apareceu aquele trabalhador dedicado, aquele cearense com dólar na cueca, cujo objetivo e o produto teria sido resultado do seu trabalho e suor nas lavouras do Ceará. E por aí vai. Esse mecanismo de chantagem que o Governo faz contra a Oposição brasileira não deu resultado positivo nenhum. Tem sido, sistematicamente, um bumerangue: bate e volta, porque a verdade prevalece. Fiquei estarelecido quando vi hoje o Sr. Gilberto Carvalho, Chefe de Gabinete do Presidente que estava desaparecido há muito tempo, fazer novas ameaças. Ah... Novas ameaças. Estamos vivendo esse impasse aí exatamente porque... O que foi o dossiê montado na Casa Civil? Ameaça e chantagem a Governos passados, especificamente ao casal ex-Presidente Fernando Henrique e Dona Ruth. O Sr. Clóvis Carvalho, homem muito sereno, dizem que um homem muito religioso, muito católico, foi secretário brilhante do Prefeito Celso Daniel. Era homem de ligação entre o Celso Daniel e a cúpula do PT, não poderia estar levemente fazendo esse tipo de acusações. Os jornais comentam hoje, Senador Sibá, que, sexta-feira, ele levou um “puxavanco” de orelha do Ministro Franklin Martins por não ter acionado a tropa de choque na sexta-feira para vir aqui defender o Governo – a tropa de choque que triunfou lá na famosa Comissão, que gerou todo esse problema. Porque, de repente, transformou-se... A Ministra da Casa Civil se lançou oficialmente candidata à Presidência da República. Evidentemente, quem está na chuva é para se molhar. Lamento, Senador José Agripino, que o Governo não tenha aprendido. De dossiê em dossiê, tem proporcionado à Nação a oportunidade de se conhecer a verdade nua e crua de como atuam nos bastidores: na chantagem, na perseguição e, acima de tudo, na malversação. Vocês vão ver amanhã, brasileiros que estão me ouvindo, eles quererem blindar, na CPI das ONGs, a abertura de sigilo bancário, de contas, para que não se apurem falcaturas cometidas numa área fantástica que devia estar atuando de maneira livre em benefício do Brasil, que é o terceiro setor. Vão fazer igualzinho ao que fizeram lá na CPMI dos Cartões Corporativos. Quero até parabenizá-la, Senadora Marisa, pela maneira como V. Ex^a se comportou ali; e dizer, Senador José Agripino, que só não podemos o seguinte, uma coisa que não temos o direito de perder: o compromisso com a verdade. A atuação de V. Ex^a e a atuação da base da Oposição têm que continuar de maneira firme, denunciando, e o Brasil assistindo. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – Agradeço os apartes à Senadora Marisa Serrano e ao Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito, estou chegando do meu Estado, acabei de chegar. V. Exª fala sobre a bisbilhotice do Governo.

Sabe do que fui informado, na passagem pelo meu Estado? Que, desde dezembro, dizem até que esquemas profissionais contratados andam bisbilhotando a minha vida e que andou por lá um repórter de uma revista chamada *Caros Amigos* bisbilhotando a minha vida e fazendo perguntas. Dizem que não encontraram nada. Não vão encontrar! E que estaria para sair agora em abril uma matéria comprometendo as lideranças da Oposição, mediante esquemas contratados de bisbilhotice, de investigação. Vão ao Estado perguntar às pessoas!

Eu sei, Senador Sibá. As pessoas que foram perguntadas me disseram as perguntas que foram feitas, quem é a revista, a quem a revista é ligada, os esquemas de espionagem que existem, as suposições, as mais malucas. Então, é incrível, mas estamos vivendo um Estado policial. A ser verdade, este é um Estado policial.

Mas tudo bem. O papel que eu vou desempenhar, pessoalmente, enquanto eu for Líder do meu Partido, será o papel de, sem temor, sem medo, com a consciência de quem tem costas largas para denunciar, porque não pode ser denunciado, fazer aquilo que a sociedade quer de um Líder da Oposição: fiscalizar, denunciar, cobrar, aprimorar. O Governo governa, e a Oposição fiscaliza. E vou fazer isso até o fim. Ninguém tenha dúvida sobre isso.

Se V. Exª, Presidente, concordar, ouço, com prazer, o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O Presidente concorda com o aparte? Senador José Agripino, em primeiro lugar, gostaria de dizer o tanto que respeitamos o trabalho de V. Exª, que é um dos brilhantes Senadores desta Casa, Líder de um dos maiores Partidos da Oposição e, é claro, cumprindo as obrigações a V. Exª imputadas. Digo isso também em relação à nossa Presidente da Comissão, Senadora Marisa Serrano. Estão cumprindo exatamente os objetivos que são inerentes ao trabalho da Oposição. Mas quero dizer aqui duas coisas. Em primeiro lugar, não há nenhum “puxamento” de orelha, coisa nenhuma. Primeiro, porque acho que nenhum Ministro se coloca nesse papel, especialmente quando a gente tem um trato de tanta afinidade, de credibilidade e de confiança entre todos nós. Então, nem comigo, nem com nenhum outro Senador, não existe esse tipo de relação. O Ministro Franklin Martins é uma pessoa de extrema

confiança, admiração e respeito, pelas suas práticas e pelo comportamento que lhe é peculiar. Então, sobre o debate que foi feito aqui na sexta-feira, não temos aqui bola de cristal, e as agendas têm sido cada vez maiores, especialmente num ano como este, que tem muitos preparativos. E muitos de nós aqui têm também compromissos partidários no Estado, e é o que eu estava fazendo. Quanto ao trabalho que envolve aqui, mais uma vez, o nome do Governo, eu queria dizer a V. Exª que até desconfio se não tem alguém querendo ver o circo pegar fogo. Por que digo isso? Porque um governo que tem os números que tem, com as pesquisas da forma que estão aparecendo, acho que não há nenhum interesse de uma pessoa com sã consciência, com o juízo no lugar, de tomar iniciativa dessa natureza. Ouvi a entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, na CBN. Achei-o muito sincero, pela forma como abordou o assunto, dizendo claramente naquilo que ele achava que a CPI deveria trabalhar para regulamentar melhor essa situação, sobre aquilo que poderia ser pago e o que não poderia ser pago pelos cartões ou pela conta, seja lá qual for o mecanismo. Ouvi de Sardenberg, também, em outro comentário, falando a mesma coisa, porque tinha uma pessoa lá fazendo a pergunta se se poderiam pagar determinadas despesas ou não. Então, eu acho que o Presidente da República, no exercício do seu mandato, no cumprimento do dever, o Estado tem de pagar é tudo! Todas as despesas! Todas as despesas! Como um Ministro que estiver no cumprimento do seu dever, como qualquer servidor que disponha desse tipo de mecanismo. Com justa razão, vou dizer que a Oposição tem razão se há alguém buscando e fustigando a vida de quem quer que seja, seja a do ex-Presidente Fernando Henrique ou de qualquer outra pessoa. Não é esse o caminho, o da bisbilhotice, seja de quem nasceu. Mas não posso acreditar que o Presidente Lula tenha parado para dizer uma coisa dessa natureza e muito menos a Ministra Dilma Rousseff. O que eu posso dizer também é que da forma...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª completou 33 minutos, e eu me lembrei de Cristo, da idade de Cristo. E você, como Cristo, falou muito bem e tem obras. Cristo fez obras.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, então, já para ir concluindo, acho que o trabalho da Comissão de ir até o fim da investigação está correto. E nós precisamos evitar, apenas, o paradoxo de transformar também em uma guerra política. Acho, ainda, para concluir, que alguém quer ver o circo pegar fogo e se adiantar e prestar um serviço não pedido e não solicitado dessa natureza, e nós haveremos de coibir,

imediatamente, esse tipo de atitude. Eu agradeço a V. Ex^a o aparte que me concede.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com muito prazer, Senador Sibá.

O que me causa estranheza e até indignação é a revista *Veja*, que é uma revista que merece fé, e o jornal **Folha de S. Paulo**, que é um jornal que tem uma história neste País, como a revista *Veja* também o tem, divulgam fatos e saírem comprometendo exatamente quem não é alvo de denúncias, não teve nenhum Ministro denunciado, não teve nenhum Ministro demitido, nenhum ministro demitido, como teve a Matilde, por exemplo, que foi obrigada a deixar o Governo. Tiveram Sua Excelência e Dona Ruth, sua digníssima e honrada esposa, a vida na Presidência exposta de forma a levantar suspeitas. Suspeitas que, evidentemente, têm de ser esclarecidas. E Sua Excelência cuidou de esclarecê-las logo. O sigilo que pudesse ser solicitado, o levantamento, para que as investigações procedessem, Sua Excelência, por antecipação, ofereceu. Quem não deve não teme. É o comportamento que esperava, por exemplo, da Ministra Dilma que, diante da suspeita da divulgação do dossiê que tentava intimidar a Oposição, comprometendo as contas de Fernando Henrique – que as abriu para não haver dúvidas –, viesse aqui dar explicações. Que, quando foi citada Erenice como autora do dossiê, ao invés da abertura de uma sindicância, esta fosse suspensa de suas funções, não demitida, até que a investigação se completasse. Mas não, dizem: “Não vamos demitir a Erenice, nem vai haver demissão de ninguém. Estamos acima do bem e do mal. Quem quiser que venha de lá. Serão 14 a 7”.

Espero estar errado. Que amanhã, na reunião da CPMI, por exemplo, o requerimento que traz para a CPMI o relatório do TCU, com as notas fiscais que acompanham a prestação de contas dos gastos, seja aprovado. É o balizamento de toda a investigação. O encaminhamento de voto que já vi, por parte do Governo, é contrário. Aí ninguém quer investigar nada.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Já concluo, Sr. Presidente. Só nos cabe um caminho: arguir o Ministério Público, o Procurador-Geral da República pelo art. 9º, o da Lei de Responsabilidade; pelo art. 147, do Código Penal, Crime de Ameaça; e pelo art. 153, do Código Penal, a divulgação de segredo, para que esses fatos sejam investigados e que sejam aplicadas punições a quem for culpado.

Obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Depois dessa bela apresentação, Senador Agripino, digo que Shakespeare escreveu Hamlet e disse: “Há algo de podre no reino da Dinamarca”. Fato como esse.

V. Ex^a pede a palavra pela ordem?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Líder do PMDB, Valdir Raupp.

Ainda estão inscritos dois oradores, Senador Paulo Paim e Senador João Pedro, que estamos permutando com cordialidades trabalhistas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de me inscrever como Líder, Sr. Presidente, intercalado com os oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Orgulhosamente, vou inscrever o Líder do meu Partido, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, nobre Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E não só Rondônia aguarda, como todo o Brasil.

Com a palavra V. Ex^a, Senador João Pedro, do Amazonas. V. Ex^a também usará o tempo que for conveniente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. sem revisão do orador.) – Serei rápido, Sr. Presidente.

Na realidade, quero agradecer aos dois Senadores, Sibá Machado e Paulo Paim, com quem fiz uma permuta.

Sr. Presidente, neste início de noite nesta sessão, quero registrar que estive no Equador nos dias 26, 27 e 28 passados, a convite da Universidade Nacional de Loja e do Presidente da Unamaz...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me interromper. Esta sessão de 31 de março termina regimentalmente neste momento. Prorrogo por mais uma hora para que todos usem a palavra com tranquilidade.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Certo, Sr. Presidente.

Eu estava dizendo que, nos dias 26, 27 e 28, a convite da Universidad Nacional de Loja, da Presidência da Unamaz (Associação de Universidades Amazônicas), e do Reitor Max Gonzáles, professor, educador,

pesquisador, participei de um seminário internacional que tratava de pesquisas na Amazônia, de energia alternativa e das questões sociais dos países que compõem a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Ora, Sr. Presidente, por que fui convidado para participar desse seminário internacional? Porque apresentei, Senador Paulo Paim, no final de outubro de 2007, um projeto de lei que propõe a criação de uma universidade entre os países da OTCA, a organização dos países do Pacto Amazônico.

Apresentei essa proposta – e o Mercosul a tem; V. Ex^a defende e propõe uma universidade entre os países do Mercosul – porque, se é verdade e importante que o Mercosul crie essa instituição, é de fundamental importância para a Amazônia e para os países do Pacto Amazônico que se crie também a sua universidade.

Presidente Mão Santa, Senador do Piauí, precisamos dominar a Amazônia, precisamos conhecer a Amazônia, e só há um caminho: o do conhecimento. A melhor resposta a esse debate que é travado em nível internacional acerca da importância da Amazônia, acerca do impacto ambiental, acerca das populações que moram e vivem na Amazônia é o caminho do ensino, da pesquisa, do conhecimento.

E não basta o Brasil estudar a Amazônia. Não basta que o Peru ou o Equador estudem a Amazônia, sem que o Brasil a estude também. É preciso entender a Amazônia – esse grande bioma, ou a composição de grandes biomas, de dezenas, de centenas de biomas – como uma estratégia de importância para os povos da Amazônia. E para a humanidade também ela tem o seu papel.

Agora, é preciso dizer – e sou daqueles que frisam permanentemente isto – que a Amazônia é dos países, dos povos que a compõem. A Amazônia brasileira, em vez de ser patrimônio da humanidade, é do Brasil e pode e deve servir à humanidade, a partir de um olhar comprometido com a pesquisa, com o ensino, com o saber e com a tecnologia.

Então, a proposta da universidade que venho defendendo é no sentido de estudarmos juntos todos os países que compõem o Pacto Amazônico. Estou falando, Sr. Presidente, da Colômbia, da Bolívia, do Brasil, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela. Os países que compõem o Tratado, a OTCA.

Saí do seminário internacional com uma boa impressão de todos os pesquisadores, de todos os educadores que participaram desse evento no Equador, promovido pela Universidad Nacional de Loja. Impresão no sentido do comprometimento e do desejo inarredável dos pesquisadores em estudarem a Amazônia, de compreenderem melhor a Amazônia.

Saí de lá mais animado com a OTCA e com a Unamaz, visto que senti essas instituições se comprometerem com o presente, mas, acima de tudo, com o futuro da Amazônia.

E aqui quero falar dos povos indígenas, dos ribeirinhos, das populações tradicionais, da juventude, das mulheres e dos homens que vivem e que trabalham na Amazônia pan-americana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, quero fazer o registro da minha ausência do Senado nos dias 26, 27 e 28, por ter tido a oportunidade não só de defender o projeto que apresentei nesta Casa e que está tramitando, mas também de, nesses três dias de convivência com professores, com estudiosos, com dirigentes das universidades desses países que acabo de mencionar aqui, assistir ao comprometimento deles para com a Amazônia democrática, com a Amazônia verde, trabalhando em defesa dos seus países, respeitando a sua soberania. Acima de tudo, pude ver o comprometimento deles com o ensino e pesquisa.

É o meu registro, Sr. Presidente, sobre a minha ausência nesses três dias do Senado, mas é também o registro da minha alegria de ter participado de um seminário proporcionado pela Unamaz, que é a associação das universidades que trabalham, que vivem, que pesquisam a Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante pronunciamento, relatando a sua viagem ao Equador e o seu sonho de construir uma universidade para os interesses da Amazônia, das palavras brilhantes do Senador João Pedro, do Partido dos Trabalhadores – e isso tudo é do PT –, convidamos para usar da palavra o Líder do nosso Partido – e S. Ex^a tem prioridade – Valdir Raupp.

Ainda estão inscritos os Senadores Sibá Machado e Paulo Paim, que o Rio Grande do Sul e o Brasil aguardam como último orador inscrito nesta sessão.

V. Ex^a pode usar a palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser rápido, vou ser breve, para colaborar com os colegas que estão aí querendo fazer seus pronunciamentos também.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a recente sanção da lei orçamentária, finalmente está quase livre o caminho para o anunciado reajuste salarial dos servidores públicos que o Governo vem negociando há algum tempo com as diversas categorias deste País. Digo quase livre, Sr. Presidente, porque a matéria ainda terá que passar pelo Congresso, seja na forma de medida provisória, como foi pensado inicial-

mente, seja na forma de projeto de lei, como aventou o Governo no final da semana passada.

Esse aumento, Sr. Presidente, é justíssimo, e a atenção e o cuidado que vem recebendo por parte do Governo vêm confirmar minha percepção de que o Governo Lula, efetivamente, tem investido na valorização dos servidores públicos. Serão quase cerca de 800 mil funcionários beneficiados com reajustes que podem ser bastante substanciais, escalonados em três anos.

Sr. Presidente, recentemente, encontrei-me com representantes dos servidores do antigo Território Federal de Rondônia. Inclusive, a Diretoria está assumindo hoje à noite – a anterior que foi reeleita, pelo menos o Presidente foi reeleito –, em Porto Velho, Rondônia.

Todos conhecemos a situação complicada em que ficaram os servidores dos ex-Territórios depois de sua transformação em Estados, colocados que foram em situação desconfortável. Passaram a integrar quadros em extinção, trabalhando em situação precária, com base em convênios que poderiam ou não ser renovados. Foram colocados à margem e, na margem, acabam esquecidos e abandonados.

Agora que o Governo se prepara para conceder um reajuste mais do que esperado aos servidores públicos, temos uma oportunidade para atender antiga reivindicação dos servidores dos ex-Territórios, que pedem, reiteradamente e com justiça, sua inclusão na proposta salarial do Governo Federal. Essa reivindicação é, evidentemente, justa e clara. Não há razão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para discriminarmos esses servidores, e, se não há razão, essa discriminação não é outra coisa senão um desrespeito com essas classes.

Não podemos esquecer que esses servidores, com sua larga experiência e o vasto conhecimento que acumularam ao longo dos anos, têm desempenhado um papel fundamental na transição de Território para Estado, garantindo que os novos Estados consigam administrar, com mais eficácia, mais eficiência e tranquilidade, a conquista da maior autonomia que caracteriza seu novo **status** na Federação.

Portanto, temos para com eles uma dívida de gratidão, que infelizmente tem sido reiteradamente negligenciada. No caso específico dos servidores municipais e estaduais do ex-Território de Rondônia, hoje meu querido Estado, temos uma injustiça a mais que, incompreensivelmente, permanece. É que no caso desses servidores, contrariamente ao que ocorreu na implantação dos Estados do Amapá e de Roraima, não foi feita sua incorporação ao quadro em extinção na União.

Como sabem, há uma proposta de emenda à Constituição, de autoria da nobre Senadora Fátima Cleide, que trata da transposição dos servidores do ex-Território de Rondônia, garantindo-lhes tratamento isonômico ao que foi dado aos servidores do Amapá e de Roraima.

Sr. Presidente, sou co-autor também desta emenda, cuja autora é a Senadora Fátima Cleide, há mais de três anos. A matéria já foi aprovada aqui no Senado há mais de dois anos e se encontra ainda na Câmara dos Deputados. E eu quero ver essa PEC ser aprovada na Câmara dos Deputados o mais rapidamente possível.

Esta Casa fez a sua parte, aprovando, há algum tempo, essa PEC que se encontra atualmente na Câmara dos Deputados à espera de ser incluída na Ordem do Dia.

Aproveito a ocasião para fazer um apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, para que dê especial atenção a essa PEC, garantindo-lhe tramitação tempestiva.

Enfim, Sr. Presidente, quero aqui conclamar ao Governo para que não se esqueça da categoria dos servidores dos ex-Territórios quando for editar a norma que encaminhará ao Congresso com o reajuste dos funcionários públicos.

De minha parte, estarei preparado para trazer novamente a questão durante o debate que terá lugar neste Parlamento. Conto com o apoio dos nobres colegas para que possamos reparar qualquer injustiça que ainda prevaleça nesta matéria.

Mais uma vez, Sr. Presidente....

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo um aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Expedito Júnior.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Eu quero só cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz já na noite de segunda-feira. É uma matéria que, na verdade, merece atenção. Ela já passou por esta Casa e precisa ser votada na Câmara dos Deputados, que é a questão da transposição dos servidores do Estado de Rondônia. É uma injustiça que se faz com os servidores do ex-Território de Rondônia, porque já foi dado isso ao Amapá e a Roraima. Eu respeito a Liderança do Senador Romero Jucá; eu respeito a Liderança também do Presidente Sarney, mas nós não podemos ficar à margem de uma decisão, principalmente o Estado de Rondônia, pois nós já aprovamos a matéria aqui no Senado. Eu reconheço a PEC da Senadora Fátima Cleide, mas, neste momento – e eu já tive a oportunidade de discutir isso com V. Ex^a aqui,

na Casa –, eu acredito que nós temos possibilidade de avançar. E eu já tratei desse assunto principalmente com os Partidos de Oposição. Acho que, agora, temos condições de pedir atenção para a PEC da Senadora Fátima Cleide, principalmente neste momento em V. Exª é o Líder do maior Partido nesta Casa e aproveitando a boa vontade do Presidente do Senado, que está procurando votar os projetos que estão paralisados na Câmara dos Deputados, e, vice-versa, a Câmara dos Deputados também está priorizando alguns projetos que estão paralisados, que foram votados lá e precisam ser votados aqui no Senado. Por isso, eu gostaria de pedir a atenção, que V. Exª já está destinando, para essa matéria diante do trabalho de V. Exª e o da Senadora Fátima Cleide. Peço que nas reuniões de Liderança – e V. Exª participa de todas elas – tanto V. Exª quanto a Senadora Ideli Salvatti, do Partido dos Trabalhadores, busquem um entendimento, um acordo, aproveitando a boa vontade do Presidente desta Casa para acelerarmos a votação dessa PEC lá na Câmara dos Deputados. E, certamente, ela deverá retornar a esta Casa para aqui fazermos sua votação rapidamente. Que se busque esse entendimento, esse acordo com o Presidente Arlindo Chinaglia, a fim de que possamos ter finalmente resolvida essa novela do nosso Estado. Parabéns pelo pronunciamento que V. Exª faz na tarde de hoje.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª, Senador Expedito, que é testemunha de que já falamos por diversas vezes sobre essa matéria aqui na tribuna do Senado. Na época, aprovamos essa matéria. V. Exª ainda não estava aqui, mas tenho certeza de que estava torcendo para isto lá no Estado. Além de corrigir uma injustiça, a PEC traz a possibilidade de o Estado investir em outras áreas, com a folga que vai ter, por deixar de pagar esses servidores, passando-os para o quadro da União. Resta agora cobrar, mais uma vez, da Câmara dos Deputados que este projeto seja votado o mais rápido possível.

Sr. Presidente, se V. Exª puder me dar mais um minuto, antes de encerrar o meu pronunciamento, eu desejaria falar sobre o tema abordado pelo Senador José Agripino aqui.

Eu não acredito, sinceramente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que o ex-Presidente Fernando Henrique e a ex-Primeira-Dama Ruth Cardoso tenham cometido qualquer deslize, qualquer desvio como Presidente da República e como Primeira-Dama, assim como não acredito que o Presidente Lula e a Primeira-Dama Dona Marisa tenham feito a mesma coisa.

Há uma prerrogativa para os Chefes de Estado, tanto da Nação quanto dos Estados, de que as despesas da casa oficial, tanto do palácio quanto da residên-

cia oficial, sejam bancadas com recursos do Orçamento da União. É um direito de todo Chefe de Estado.

Também não acredito, Sr. Presidente, que a Ministra Dilma Rousseff tenha autorizado o vazamento dessas informações, como não acredito também que a Erenice Guerra, assessora, braço direito, como dizem, da Ministra, tenha feito o mesmo. Acredito mais que alguém que não tenha nenhum compromisso com o serviço público, com o respeito e a dignidade das pessoas tenha se submetido a esse papel para complicar uma situação que estava mais ou menos sob controle; mais ou menos sob equilíbrio entre Oposição e Situação. Colocaram fogo em balde de gasolina para incendiar as relações entre o Governo e a Oposição. Acredito que quem fez isso estava querendo ver o pior, querendo ver o circo pegar fogo; e não que fosse alguém ligado ao Presidente Lula, alguém ligado à Ministra Dilma nem à própria Secretária Erenice.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O meu tempo já está praticamente esgotado. Se o Presidente conceder...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Senador Mão Santa, com a generosidade dele, lhe concedeu 21 minutos...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Então dentro desses 21 minutos, nós teremos muito o que debater.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – V. Exª foi elogiar, passou para cinco minutos...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mostra que o Senador Mão Santa é generoso com o Líder do Partido dele. V. Exª mostra aqui a maneira correta de se fazer oposição e de se fazer a defesa de Governo: com equilíbrio, com moderação e, acima de tudo, com objetividade. Quero parabenizá-lo, Senador Raupp. V. Exª, no exercício da Liderança do seu Partido, prova a sua capacidade, primeiro, de conciliação e, segundo, de obtenção de resultados. O PMDB é um Partido dividido, mas V. Exª consegue, com muita habilidade, liderar a bancada dos que concordam com a posição tomada e dos que não concordam. V. Exª disse algo fantástico: não se deveria aqui bisbilhotar conta de Presidente da República, de Primeira-Dama nem de família de Presidente da República. Isso é coisa menor. Como tudo começou? Com a base do Governo querendo bisbilhotar as contas do ex-Presidente da República. E aí é um bumerangue. A primeira crise no Senado, desde que entrei nesta Casa, ocorreu quando quiseram insinuar que o Senador Bornhausen fazia re-

messas ilegais para Nova Iorque, quando, na realidade, ele era o Embaixador; quem fazia essas remessas era o Ministério das Relações Exteriores, uma vez que o Itamaraty adotava a central de recebimento e de repasse de recursos para funcionários exatamente em Nova Iorque. Essa questão do cartão corporativo derivou-se da arrogância e da prepotência com que se comportaram naquela reunião da comissão. Simplesmente não se aceitou a apuração de nada, Presidente Senador Mão Santa. Montou-se uma barreira compacta com candidatos a aloprados que, de maneira truculenta, derrotaram, por 14 a 7, as proposições que não deveriam ser partidárias, Senador José Nery, mas, sim, do interesse público. Então, começou a bravata, todos se vangloriando do massacre que tinham praticado contra a Oposição. A imprensa, no dever de informar, mostrou o que estava acontecendo no submundo, na calada da noite. Lamento que tenham colocado, Senador Sibá Machado, a Ministra Dilma Rousseff nessa questão. E o meu maior medo, confesso-lhe e repito, é que a Ministra tenha de ser substituída, porque, com certeza, vão colocar um aloprado. E, pelo que me parece, os aloprados não convivem bem com a Ministra. Esta crise é de fogo amigo, esta crise é dos que estão enciumados com a candidatura da Ministra e dos que querem ser donos da sua candidatura: os dois lados prestando desserviço. Dá nisso. Política se faz com equilíbrio e conciliação, não com arrogância ou prepotência. O modelo de V. Ex^a deveria servir para o Governo. O “carão” que o Sr. Gilberto Carvalho deu na base por não estar aqui na sexta-feira deveria ser mais constante. Ele deveria procurar conviver mais com essa base no dia-a-dia e não somente numa eventual sexta-feira, atendendo a uma determinação do Ministro maior Franklin Martins. Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado pelo aparte, Senador Heráclito Fortes. Quero crer que as coisas serão esclarecidas e chegarão ao seu devido lugar para o bem geral da Nação, do Governo e da Oposição. As coisas, quando saem atravessadas, causam um mal muito grande.

Cito aqui o exemplo do companheiro do nobre Senador Paulo Paim, o Ibsen Pinheiro, que foi injustiçado por declarações inverídicas. A imprensa, naquele momento, não checkou as informações e acabou cometendo uma injustiça muito grande com Ibsen Pinheiro, que tinha um futuro brilhante na política. Ele teve de voltar a ser Vereador do Município de Porto Alegre, para só agora voltar à Câmara Federal, mas já um tanto desgastado pelo sofrimento e pelo tempo. E agora, tardiamente, a própria imprensa, a mídia brasileira fez justiça, colocando nas capas das principais revistas e jornais que tinha cometido uma injustiça com Ibsen

Pinheiro. O valor na época publicado, R\$1 milhão, era, sim, R\$1 mil. Mil reais apareceram na conta do à época Deputado Ibsen Pinheiro. Vejam bem, depois de 15 anos foram reparar uma injustiça tão forte, tão grande cometida contra o Deputado Ibsen Pinheiro.

Por isso é que eu digo que as coisas têm que ser primeiro analisadas friamente, aprofundadas, para depois se falar ou escrever.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Da Presidência, quero me associar ao Líder Valdir Raupp e dar o testemunho do PMDB. Por dois governos, governei com Fernando Henrique Cardoso e D. Ruth Cardoso. Eu quero dar meu testemunho. Nunca votei em Fernando Henrique Cardoso. Votei em Quêrcia, do meu Partido, e, depois, por vizinhança entre Piauí e Ceará, em Ciro Gomes.

Estão dizendo que tem mãe disso, mãe daquilo; mas mãe da ética, da decência, da virtude, que é uma riqueza para nós, é D. Ruth Cardoso, mãe daquele Programa Solidariedade. Eu convivi e vi.

Nós temos de ter orgulho daquela mulher. Acho descabido o Congresso... Devíamos ter gratidão pelo exemplo que ela dá à mulher do Brasil.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra a Líder Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Gostaria de solicitar a minha inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Paim chegou aqui às 14 horas e é generoso. É o seu aniversário hoje, Paim? Pois é, ele está cedendo a vez para todo mundo.

Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Consultei o Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não foi a senhora, não. Nós chegamos às 14 horas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ele me disse que quer ficar bastante tempo falando, porque tem muitas notícias da festa de aniversário dele no Rio Grande do Sul. Então, está combinado o jogo com o Senador Paulo Paim. Por isso, gostaria de fazer a minha inscrição pela liderança do PT, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendida, de acordo com o Regimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só

para pedir a V. Ex.^a que, ao final de tudo, faça a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com a aquiescência do Senador Paim que lhe cedeu a palavra, V. Ex.^a pode usar da palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pri-

meiro, a Senadora Ideli fala pela liderança, depois, vamos ouvir o Senador Paim e, ao final, eu gostaria de ter a oportunidade de subir à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senadora Ideli, além da força do Regimento, a força da sensibilidade e do respeito dos colegas por V. Ex.^a. Todos cederam a palavra à ilustre representante do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como

Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores que ainda se encontram no plenário desta Casa, às 19h01 desta segunda-feira, iniciamos mais uma semana de trabalho, que espero seja bem mais produtivo do que tem sido nas últimas semanas.

Até para corroborar com essa perspectiva de tentativa de produção, Senador José Nery, trago alguns temas, algumas questões que efetivamente poderiam nortear os debates, a procura de aperfeiçoamento na legislação, aperfeiçoamento administrativo, para que possamos aproveitar bem este bom momento que o País está vivendo.

Em primeiro lugar, quero registrar que, além do Ibope que publicou, na semana passada, a avaliação do nosso Presidente Lula de 58% entre ótimo e bom, o Datafolha acabou confirmando essa avaliação extremamente positiva e a aprovação ao Presidente Lula, que atinge 55%. Pelo Instituto Datafolha, é um recorde. Desde que o Datafolha faz pesquisa e avaliação de atuação de governo e do Presidente da República, esse é um recorde de ótimo e bom obtido.

Sei que o Senador Paulo Paim vai tratar deste assunto, e um dos dados extremamente importantes da pesquisa do Datafolha é a subida significativa da avaliação positiva do Presidente Lula no sul do País. Foram nada mais, nada menos do que 11 pontos de crescimento positivo nessa avaliação.

Trago ainda alguns assuntos que entendo pertinentes, que efetivamente mereceriam do Senado da República um pouco mais de detalhamento, de dedicação, de debate, de busca de soluções, para que possamos, como eu já disse, aproveitar o bom momento.

Não vou me deter nas várias reportagens que saíram neste fim de semana, até porque sei que o Senador Sibá vai tratar deste assunto, sobre o impressionante crescimento da classe C, que, pela primeira vez, acaba sendo a maior classe social no nosso País. Nós superamos, felizmente, aquela situação em que

pobres e miseráveis foram historicamente a maioria no nosso País.

Então, todas as políticas de inclusão social implementadas contribuíram de tal forma que doze milhões de brasileiros deixaram as classes D e E em um ano. Volto a falar, doze milhões – não são doze mil, são doze milhões de brasileiros – deixaram as classes D e E em um único ano. Isso é um dado de mobilidade social, de ascensão social, que este País não tem na sua história. Não existe algo que se assemelhe a uma mobilidade social dessa magnitude.

Lê-se no noticiário – e inclusive está hoje nas páginas **on line** – que, segundo a Confederação Nacional da Indústria, o consumo das famílias deve disparar 7,5% este ano. Portanto, todo esse processo que faz a inclusão de nada mais, nada menos que doze milhões de brasileiros que saem das classes pobres, miseráveis e são incluídos na classe C vai ter continuidade. Está aí colocado.

Portanto, é impossível o Senado da República não se debruçar sobre esse assunto. Por que isso está acontecendo? Quais são as causas? Poderíamos acelerar mais ou não? Existem medidas legislativas necessárias a serem adotadas para que isso possa ter um significado ainda maior?

Mas, infelizmente, quero dizer que não enxergo, não vejo, não ouço esse assunto, Senador Paulo Paim, receber a importância que ele tem para milhões e milhões de brasileiros e os 81 Senadores e Senadoras na Casa darem a menor importância para esse fato.

Não fosse a ampliação da Classe C, da inclusão social, o IBGE fez a divulgação de dados do PNAD, ou seja, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios. Eu trouxe três resumos de matérias publicadas em alguns jornais. Todos dão destaque ao resultado de mais esse levantamento feito pelo IBGE a respeito da situação das famílias brasileiras. Em todas as três reportagens, tem “mas”. Elogia, realça, ressalta o avanço e tem um “mas”. Será que não deveríamos nos debruçar efetivamente, aqui no Senado, a respeito desses “mas”? Não mereceria da nossa parte um estudo, um aprofundamento, Senador Paulo Paim?

Vou fazer a leitura:

O Estado de S. Paulo: “Os rendimentos dos brasileiros que recebem programas sociais do Governo Federal cresceram 19,4% acima da inflação, entre 2004 e 2006, afirma estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada ontem.

A variação da renda foi maior que a dos lares sem programas sociais (16,9%). O IBGE também mostra, porém, em outro trabalho, baseado na PNAD, que o

avanço nos ganhos não foi seguido, no mesmo ritmo, pelo acesso à educação: dos 59,1 milhões de jovens de 0 a 17 anos, 14,29 milhões não estavam em creche nem escola em 2006. Também o trabalho infantil, apesar de cair levemente, mostrou resistência, sobretudo na faixa mais jovem fora do bolsa-família.

Portanto, é o seguinte: quem está no bolsa-família teve quase 20% de aumento de renda acima da inflação. É um dado extremamente relevante e importante. Mas a própria reportagem aponta questões que precisaríamos discutir.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por que o aumento da renda não repercute, de forma mais eficiente, mais eficaz, na redução do trabalho infantil, na melhoria da condição de saúde?

Não bastasse esse “mas” do **Estadão**, vou ler o do **Correio Braziliense**:

Pesquisa do IBGE revela que, no Brasil, 5,1 milhões de crianças e adolescentes desempenharam algum tipo de trabalho. Geraldo (nome fictício), 13 anos, lava a louça de casa em Luziânia e realiza outras tarefas que podem se transformar em exploração. O estudo revela ainda que, entre 2004 e 2006, a renda **per capita** das famílias beneficiadas por programas sociais subiu 19,5% acima da inflação.

Também o **Correio Braziliense** realça o aumento da renda significativo e coloca problemas, porque há o trabalho doméstico das crianças, que se sobrepõe, muitas vezes, até à situação de superação e de melhoria da condição de educação.

Vou ler reportagem de **O Globo**:

Bolsa Família: consumo alto, infra-estrutura baixa. Quase metade da parcela mais pobre da população com renda inferior a 1,4 salário mínimo, o equivalente a 1,8 milhão de famílias, está fora dos programas sociais do Governo Federal. Dados do IBGE mostram que os programas sociais chegam a 10 milhões de domicílios, 18,3% do total. Entre os beneficiários, a renda subiu e o consumo de eletrodomésticos também – mas o acesso à infra-estrutura está abaixo do ideal. Pela primeira vez, o IBGE pesquisou e constatou que 273 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos sofreram acidentes no trabalho em 2006. Ao todo, 1,45 milhão – praticamente uma em cada três – tem jornada de adultos, acima de 40 horas semanais.

Há mais alguns aspectos relevantes sobre o que está melhorando, mas existem problemas que precisam ser equacionados. Senador Paulo Paim, há aqui

várias questões, como política industrial, crescimento, o BNDES. Eu preparei várias questões sobre coisas importantes e positivas que estão acontecendo e que precisariam ter um aprofundamento, uma busca de soluções. Mas, infelizmente, o Senado da República se recusa – se recusa! – a tratar daquilo que afeta o cotidiano das pessoas. Recusa-se a tratar, com a mesma profundidade, daquilo que é nossa prerrogativa, sim. É nossa prerrogativa e nossa obrigação investigar, fiscalizar.

Mas a sensação que me dá é que, muitas vezes, parece-me que estou numa verdadeira delegacia de polícia e não no Senado da República, porque assuntos como estes, que envolvem milhões de brasileiros e brasileiras, resultados positivos que vêm sendo obtidos, problemas delicados que mereceriam...

Por exemplo, na questão do crescimento chinês, o jornal **O Globo** publica uma matéria importantíssima:

Apesar das dificuldades para se começar um negócio no Brasil (como carga tributária, burocracia e legislação trabalhista) alguns segmentos têm crescimento de padrão chinês. Uma pesquisa do Centro de Estudos Financeiros da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresentada ontem no seminário “Riscos e Oportunidades de Empreender no Brasil”, organizado pela FGV e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mostrou que alguns empresas cresceram mais de 50% ao ano no triênio 2004/2006.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou completar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O tempo de V. Ex^a....

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Temos setores empresariais que estão tendo crescimento superior ao tão famoso crescimento chinês, 50% ao ano. Agora, por que não se espalha por mais setores? Por que, em vez de ser 50% ao ano, não é como em algumas áreas da construção civil, por exemplo, a apresentação de projetos com crescimento de 500%, 1.500% de um ano para outro?

Porque os problemas estão aqui, ainda segundo o jornal **O Globo**:

Os números servem para desmistificar a história do “milagre asiático”. O Brasil não fica nada a dever para o crescimento chinês – disse o economista José Luiz Tejon, um dos palestrantes e professor da FGV.

Esse crescimento, segundo Tejon, é resultado da melhoria do emprego e da renda, do controle da inflação, da explosão do crédito e do “desejo” dos

brasileiros de consumir especialmente lançamentos tecnológicos.

Ele frisa que o Banco Mundial põe o Brasil entre os países com mais dificuldades para se fazer negócios.

Dados da Fecomércio mostram que mais de 90% dos novos empreendimentos morrem antes do primeiro ano de vida. Portanto, ao mesmo tempo em que temos setores crescendo 50% ao ano, 90% morrem no primeiro ano de vida. Isso não é um problema que mereceria debate aqui no Senado? O que precisamos fazer? Qual é a legislação que precisa ser mudada?

É um pouco do meu desabafo, Sr. Presidente – peço desculpas –, porque vamos começar uma semana, mais uma semana aqui no Senado da República. Eu venho com toda boa vontade, com toda disposição para realizar o meu trabalho parlamentar. Gostaria, inclusive, de saudar, com muito carinho, a representação do Andes Santa Catarina...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...Associação dos Professores da Universidade Federal. Vamos ver se conseguimos encontrar a solução para o corte da URP do salário dos professores de Santa Catarina nesta semana. Minha vontade mesmo, quando venho para esta tribuna, nesta noite de segunda-feira, é que possamos dar um mínimo de atenção para situações como esta que eu trouxe, aperfeiçoar as saídas do Bolsa Família, aperfeiçoar os processos de crescimento dos setores produtivos, aperfeiçoar o resultado na eficiência educacional, no combate ao trabalho infantil, ou seja, fazer com que a nossa ação efetivamente continue e possa contribuir para que o Brasil e, principalmente, os brasileiros possam viver melhor. Que não estejamos apenas comemorando doze milhões de brasileiros que saíram das classes D e E e vieram para a classe C, mas que possamos, definitivamente, ter neste País um país de oportunidades iguais para todos.

Acho que é este o nosso papel, porque ninguém veio para cá para fazer a não ser aquilo que sirva e reverta para o bem do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador do Democratas Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou obrigado a usar a palavra pela ordem porque me senti aqui numa situação do bem contra o mal.

É preciso que quem esteja nos ouvindo saiba que essa mudança de comportamento da Líder é em homenagem aos professores universitários de Santa Catarina que estão aqui, e não uma atitude cotidiana.

Quero lembrar a todos que quem eleva o debate na Casa geralmente é Governo; quem dá o ritmo das grandes discussões é o Governo. A Oposição debate, a Oposição discorda, mas quem dá o diapásão é exatamente o Governo. O Governo que, por intermédio da Líder, prega o discurso de alto nível é o Governo que vai, na calada da noite, articular os dossiês e que vai às CPIs impedir que os fatos sejam apurados; que monta as tropas de choque e que, com um massacre numérico, impede que a verdade seja tratada. O que impede o debate é a antecipação de candidaturas à presidência da República, feita de maneira precipitada no berço das Comissões.

A Oposição cumpre o seu papel, mas não recebe aula de Governo que não tem autoridade moral para impor pauta nesta Casa!

Se o Governo tem perdido a oportunidade dos grandes temas, ele é única e exclusivamente o causador. O esforço pessoal do Presidente Lula até que pode ser reconhecido, mas o desastre da política feita pela sua tropa de choque e pelos seus aloprados é exatamente o que dificulta esse debate. Pedir grandeza de debate, formando dossiê contra adversários, é no mínimo hilário, é no mínimo cômico.

Se nós temos aqui a possibilidade da proposição de uma agenda positiva, é preciso que as pessoas se imponham dentro desse tema e não façam discursos demagógicos e ajam na calada da noite, exatamente para desmoralizar o Legislativo, que é o que vem sendo feito permanentemente.

Nós ouvimos agora discursos de dois Líderes: o Líder do PMDB e a Líder do PT. São discursos completamente diferentes na sua formatação. Falta humildade, e sobra arrogância.

Ninguém entende mais de popularidade no Brasil, Srs. professores de Santa Catarina, do que o General Emílio Médici. Atingiu 85% de popularidade. Enquanto isso, nos porões, as pessoas eram torturadas, desaparecidas, mortas, banidas. E aí? Popularidade testada, com insistência e com persistência, ela registra o momento, ela registra o episódio. A perseguição constante e alucinada da popularidade muitas vezes não leva a bom caminho, principalmente no caso atual, em que o Presidente segue sozinho, e as pessoas do seu Governo não conseguem acompanhá-lo.

De forma que quero dizer que espero que esta semana seja positiva, seja propositiva e, acima de tudo, seja boa para o Brasil! E o maior exemplo será amanhã, na reunião das duas CPIs. Que não se coloquem

mais aquelas tropas de choque que não levam a lugar algum. Apenas geram crise e desgastam o Parlamento, mas também desgastam o Executivo.

Que as CPIs funcionem como instrumento de apuração, e não com a formação de blocos políticos para blindar Governo, quando não podem e não devem blindar governos, pela clareza e transparência da coisa pública no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, como Senador da República, não posso aceitar esse tipo de discurso próprio do totalitarismo, da virtude contra o mal, do bem contra o mal. Não, senhores! Este Parlamento é composto de 81 Senadores da República. Cada um representando o seu Estado, cada um com sua responsabilidade, cada um com sua consciência. E que cada um faça uso disso como achar conveniente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu gostaria de cumprimentar o Líder Heráclito Fortes, que citou, entre os Presidentes revolucionários, Emílio Garrastazu Médici, com 84%. Pois hoje eu trouxe **Mein Kampf, Minha Luta**, de Hitler. Ele tinha 96%.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– É que está na vez...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO)

– Enquanto o Senador Sibá Machado está se encaminhando para a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Paulo Paim é o “Senhor Paciência” hoje.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu acabei de conversar com o Senhor Paciência, Sr. Presidente. Eu já fui até a mesa e me inscrevi. Mas eu gostaria de mudar a minha inscrição. Gostaria de me inscrever como Líder do Partido da República. Já conversei aqui com o Senador Paulo Paim e houve a benevolência de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu acho que ele está acreditando na assertiva bíblica: “Os últimos serão os primeiros”.

Com a palavra o Senador Sibá Machado,...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– ...Senador do PT que o Piauí emprestou ao Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Gostaria de agradecer ao Senador Paim, que, tão pacientemente, está aqui desde às 14 horas. Já comentou ali a natureza do que pretende expressar e, certamente, haveremos de estar com V. Ex^a, porque o assunto é muito importante.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna hoje é a matéria da revista *Veja* desta semana cujo título é o seguinte: “C a classe dominante”. “Com 86 milhões de brasileiros, a classe C torna-se a maior do País”. “Saiba como esse fenômeno populacional e de mercado vai revolucionar o Brasil”.

Então, Sr. Presidente, antes de mais nada, siga no seguinte comentário. Esta semana se inicia com o Brasil celebrando os bons números da economia divulgados na semana passada: um aumento recorde no número de postos de trabalho com carteira assinada e a redução dos índices de desigualdade de renda – com a ascensão de quase 12 milhões de pessoas das chamadas Classes E e D para a classe C.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o mês de fevereiro de 2008 teve o mais alto nível de formalização do mercado de trabalho nas seis principais regiões metropolitanas do País desde 2002: o percentual de trabalhadores formais no total de ocupados, somando empregados com carteira assinada e funcionários públicos, chegou a 54,6%.

No total, foram criados só em fevereiro, 204.963 novos postos de trabalho com carteira assinada em todo o Brasil.

Entre 2003 e 2008 foram geradas 6.616.552 postos de trabalho. Em 2007, foram gerados 1.617.392 empregos formais com carteira assinada, outra marca recorde, resultante do dinamismo em todos os setores e sub-setores da atividade econômica.

Essa formalização recorde reflete o aprimoramento da economia e a mudança da estrutura no mercado de trabalho, com aumento do poder de compra dos trabalhadores, da contratação de crédito e do consumo.

Vale ressaltar que o interior do País teve importante participação nesses resultados. De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, divulgados na semana passada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o interior foi responsável pela criação de 99.003 novos postos de trabalho, o que revela um aumento de 81% em relação ao número de vagas formais criadas no mês anterior.

Sr. Presidente, não foi apenas o número de postos de emprego formal que aumentou no mês de fevereiro. Também o rendimento médio real de R\$1.189,90 dos ocupados nas seis principais regiões metropolitanas do País é a maior para o mês de fevereiro na série histórica iniciada em março de 2002.

O êxito econômico, por sua vez, produz efeitos sociais igualmente animadores, como se pode verificar da pesquisa “Observador 2008”, encomendada pelo grupo francês BNP.

De acordo com a pesquisa houve um aumento de quase 12 milhões de pessoas na classe C, devido principalmente a uma expressiva ascensão das classes D e E no Brasil. Também verificou-se uma queda na desigualdade de renda entre as classes A e E. A classe C saltou de 36% da população em 2006, para 46% em 2007, dez por cento de crescimento, somando agora cerca de 86%. Já as classes D e E apresentaram uma queda de 46% para 39%, representando aí sete por cento de queda, um total de 73 milhões de pessoas.

Outro ponto apontado pela pesquisa nas classes C, D e E foi a melhoria da renda disponível – aquele valor que sobra depois de consumidos os bens essenciais e nos não essenciais, seria o dinheiro que resta para poupar.

Nas classes D e E, em 2006, o saldo positivo nas cadernetas de poupança era da ordem de R\$ 2,00; e no ano passado atingiu R\$ 22,00.

A pesquisa demonstra também que houve diminuição na desigualdade de renda, com uma ligeira queda da renda média das classes A e B, ascensão de um grande contingente para a classe C e um pequeno aumento da renda média das classes D e E. Já a renda média da classe C permaneceu no mesmo patamar, quando se consideram esses três anos – ou seja, algo em torno de R\$1.100.

Com esses resultados, verifica-se que o Brasil conquista mais uma marca histórica: as classes mais baixas, que são a D e E, deixaram de ser maioria no Brasil, e aumenta a confiança dos brasileiros na economia brasileira, com a inegável contribuição das políticas de inclusão social e de democratização econômica do Governo do Presidente Lula.

Em 2007, o número de brasileiros nas classes mais baixas era de 72,9 milhões, cerca de 39% da população. De acordo com esse estudo, a classe C recebeu tanto das mais baixas (D e E), como das mais altas (A e B), quase dez milhões de integrantes, passando de 66 milhões, em 2006, para 86 milhões, em 2007, o que dá um crescimento aproximado de 46% da população.

Sr. Presidente, como se vê, o desempenho da economia brasileira é bastante animador, principalmente se comparado aos últimos vinte anos. O atual crescimento de 5,4% do Produto Interno Bruto – PIB, é o maior desde 2004 e é liderado pelo mercado interno. E a demanda interna foi impulsionada pelo consumo das famílias, que cresceu 6,5%, e pelos investimentos, que expandiram 13,4%.

A alta verificada no consumo das famílias é outro recorde na nova série histórica do PIB iniciada em 1996. Segundo o IBGE, a demanda das famílias cresce

proporcionalmente ao crescimento da massa salarial, do crédito para a pessoa física e das importações.

Acrescentam-se a esse cenário favorável a inflação mantida sob controle e o volume de reservas do País chegando à casa dos US\$200 bilhões. E ainda há bastante espaço para crescimento das taxas de investimento, assim como se firmam condições políticas para o aprimoramento na qualidade desses investimentos e na definição do modelo de desenvolvimento que o Brasil almeja.

Quanto ao feliz crescimento da massa salarial, vale lembrar, no entanto, que ainda não chegamos ao ponto ideal. Os atuais resultados devem, isto sim, nos animar para o muito que ainda há por fazer, para que se garanta, finalmente, uma justa redistribuição da renda no nosso País.

Igualmente, quero ressaltar que o mundo vive uma grave crise financeira, com muitas turbulências, o que exige que cuidemos de reforçar o crescimento dos salários, do crédito e dos investimentos feitos dentro do Brasil, evitando vincular demasiadamente nossa economia à crise internacional e aos seus efeitos.

Sr. Presidente, volto à matéria da revista **Veja** desta semana. Além da capa, que chama atenção para o assunto que trago na tarde de hoje, a revista traz uma matéria intitulada: “Ela empurra o crescimento”. É a matéria central da revista. O subtítulo: “Em dois anos, 20 milhões de brasileiros saíram da pobreza e emergiram para a classe C. Esse fenômeno catapultou o consumo e expandiu a classe média, deixando o País a um salto do desenvolvimento”.

E ela ainda diz que a classe C compra quatro de cada dez computadores vendidos no País; de cada dez linhas de celulares no Brasil, quatro estão nas mãos da classe C; 70% dos apartamentos e casas financiadas pela Caixa destinam-se à classe C; 34% da classe C tem carro na garagem; e sete em cada dez cartões de crédito emitidos são para os consumidores da classe C.

Sr. Presidente, da pirâmide mostrada da sociedade brasileira, que já foi muito mais íngreme do que estamos vendo agora, apresenta-se: no topo da pirâmide, que foi sempre a chamada elite brasileira, que são as classes A e B, estão apenas 15% da nossa população, com 28 milhões de pessoas, que têm uma renda familiar média de R\$2.217,00. A classe C, que agora engordou bastante, criou e remoldou a pirâmide da sociedade brasileira, é composta de 46% da população, o que equivale a algo em torno de 86 milhões de pessoas, com uma renda avaliada em R\$1.062,00. A base da pirâmide, formada pelas classes D e E, constitui-se de 39% da população, ou seja, de 72 milhões

a 73 milhões de pessoas, cuja renda está avaliada em R\$580,00.

Sr. Presidente, na matéria ainda há dois trechos que eu gostaria de frisar: “Tome-se o exemplo de um banco de grande porte já dotado de estrutura contábil e jurídica. Para uma instituição com esse perfil, é muito mais vantajoso conceder mil empréstimos de R\$1.000,00, sobre os quais incidem taxas e juros maiores, do que um único financiamento de R\$1 milhão, no qual o cliente, por ser preferencial, geralmente paga juros menores e se livra das tarifas.”

Diz mais adiante:

“A classe C, portanto, é uma riquíssima fonte de lucros. Desde, é claro, que consuma bastante, e a crédito – hipótese que só se verifica agora, depois de três décadas de estagnação econômica. Mas não é tão fácil seduzi-la. Até o início do Plano Real, eram raríssimas as pesquisas de mercado voltadas à classe C. Hoje, são maioria. Dessas pesquisas saem lições valiosas. A principal delas: seus integrantes têm ojeriza aos termos “popular” e “pobre”, vetados nas campanhas publicitárias.

Portanto, o que diz a reportagem? Que é muito melhor para qualquer banco que tenha juízo na cabeça fragmentar os empréstimos para essa classe, que paga em dia...

Faço aqui uma pequena comparação: se mil pessoas tomarem empréstimos num mesmo banco e der errado com cem delas, isso representará apenas 10% de erro. Mas se o banco entregar a uma única pessoa o mesmo valor de R\$1 milhão e ela fracassar, perdeu-se, nesse caso, 100% do investimento, Senador Paulo Paim.

É muito importante falar disso agora, porque é estruturação. Tentei um aparte com o Senador Papaléo Paes na tarde de hoje e não consegui. Ele estava, com justa razão, muito entretido no seu pronunciamento.

A preocupação apresentada pelo Senador e que eu gostaria de lembrar. Estamos falando do fato de o Presidente ter feito um comentário que pode ter parecido desnecessário para o ambiente. Considero o Presidente da República, entretanto, em dois momentos de solenidade: aquela na qual ele veste o terno e a gravata vemos o Presidente que costumeiramente fala para determinadas classes sociais. Quando o Presidente está em outra solenidade de camisa de manga, ele coloca-se como aquela pessoa que conviveu com as massas populares durante toda a sua vida. Portanto, as expressões que saem neste momento não são para, digamos, prejudicar a imagem do cargo do Presidente da República ao desrespeitar a autoridade

do Presidente dos Estados Unidos ou coisa parecida, mas, isto sim, uma forma de comunicar-se numa linguagem da população brasileira, que, durante todos esses anos, via os interesses internacionais aportarem sobre o nosso País de maneira muito tristonha. Nós assistimos à vinda de missões do FMI para ditar regras para o nosso País.

Então, creio que cabe, sim. Se foi em tom de brincadeira ou não, o Presidente da República, o Presidente Lula foi correto na sua avaliação até ao tratar carinhosamente o Presidente Bush de “meu filho”. É claro que ele pode dizer isso, porque os grandes sempre olharam para nós de maneira pejorativa, sim, Sr. Presidente. Ao tratar o brasileiro por “meu filho”, não o faziam com respeito. O “meu filho” com que tratavam o Brasil no passado era com desrespeito, sim, porque havia incompetência em tecnologia, era um País cuja economia andava à deriva, com muitas dificuldades, que não sabia de nada, que não tinha comando, que não tinha autoridade internacional ou coisa parecida.

Então, o “meu filho” com o qual o Presidente Lula se reportou a George Bush vale neste momento. E é claro que a orientação para “arrumarem a casa” vale para qualquer país, porque o dever-de-casa que está sendo feito aqui... E aí vou me reportar – desculpe-me, Senador Paim – ao trabalho do Senador Francisco Dornelles naquele precioso documento que ele apresentou à subcomissão da reforma tributária e que não tem nenhum interesse de competir com o documento que está sendo estudado agora pela Câmara dos Deputados.

Em relação ao cenário que envolve a classe C e o engordamento da classe média no Brasil eu atribuo a alguns desses pontos: o aumento real do salário mínimo, bandeira pela qual V. Ex^a sempre luta nesta Casa, por que lutou durante muitos anos na Câmara dos Deputados e quando foi militante sindical; a desoneração da tabela do Imposto de Renda para os trabalhadores, especialmente os trabalhadores com renda de até R\$1.500,00; a desoneração de tributação do material de construção para a casa própria, que atinge, de novo, em cheio, os mais necessitados; o controle da inflação, que protege a renda do trabalhador; o Prouni e o Fies, que financiam o conhecimento para a juventude mais pobre; o Pronaf, que já nasceu, claro, desde o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A diferença agora são os aportes financeiros. A filosofia é igual, mas os aportes financeiros são muito diferenciados, porque, no melhor ano do Presidente Fernando Henrique – eu era sindicalista naquela época –, nós negociamos R\$1,5 bilhão para a agricultura familiar. No primeiro ano do Presidente Lula, chegamos

a R\$4 bilhões para a agricultura familiar, o que chegou a R\$12 bilhões imediatamente, com mais R\$10 bilhões agora para os chamados territórios de cidadania, indo para R\$22 bilhões.

O crédito consignado, fazendo com que aquelas pessoas de mais baixa renda possam acessar um crédito com as suas condições em qualquer instituição financeira que lhes aprovar.

O Bolsa-Família. Nem vou mais discutir sobre isso, pois é do conhecimento público.

A questão do Supersimples, que foi um trabalho deste Congresso Nacional, que deu a sua contribuição para que a gente colocasse o micro e o pequeno empresário na formalidade.

A Redesim, que é outro programa que vem contribuir demais com esse setor, desburocratizando a criação de uma empresa, como também o seu fechamento.

O Fundeb, que unifica todas as iniciativas de financiamentos da educação no Brasil, especialmente o financiamento à educação infantil e à educação de base do nosso País.

E também a criação do emprego formal, com carteira assinada, que faz, inclusive, com que todo trabalhador agora possa ter um planejamento melhor da sua vida.

Para concluir, Sr. Presidente, é um incentivo à assinatura de carteira das pessoas que trabalham em serviços domésticos.

Com tudo isso, a tribuna de hoje, com a complacência de V. Ex^a, tem esta natureza. É preciso, sim, manter a relação do poder de fiscalização da Oposição, porque acho que isso é inerente à Oposição. Nós vivemos todos esses anos na Oposição e fazíamos isso, porque este é o entendimento que se tem da regra da democracia: fazer, sim, a fiscalização rígida, dura e firme. Acho que isso não é nenhum demérito. Isso é crescimento. Isso ajuda, inclusive, no crescimento das nossas relações.

Agora, é possível também – isso é muito salutar – que sobre determinados temas tratemos até sem marca de Partido e de Governo, porque acredito que são marcas do País e que qualquer Governo que passe pela cadeira tem esta finalidade, de ajudar a construir o Brasil para seu futuro.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Portanto, Sr. Presidente – vou já ouvir o aparte de V. Ex^a –, encerro, dizendo que, quando o Ministro Celso Amorim diz que as relações com o tratamento de brasileiros que viajam a qualquer país serão recíprocas, acho que ele está coberto de razão. Digo isso em frente do Presidente

da Comissão de Relações Exteriores. No nosso País, Sr. Presidente, não temos que dar tratamento ruim a pessoa nenhuma, mas também não podemos aceitar que ninguém nos dê tratamento dessa natureza.

Fui, não pessoalmente, mas convivi como vítima de um processo dessa natureza. Ao entrar na Itália, não sei o porquê, pois apresentamos todos os documentos para a chegada, o policial simplesmente olhou para nossa cara, achou que não deveríamos entrar, e mandou que nos recolhessem, que entrássemos de volta no mesmo avião do qual havíamos acabado de desembarcar. Senador Heráclito, mesmo com a pessoa da Embaixada brasileira na Itália ao nosso lado, demorou quase uma hora para que o policial italiano compreendesse que estávamos ali numa missão do Senado Federal, que não estávamos ali para brincadeira ou coisa parecida.

Então, é muito ruim quando ouço falar que o governo americano estipulou que deveríamos tirar a roupa para podermos entrar em território americano.

Nesse caso, não é isso que constrói a solidariedade dos países. O Ministro Celso Amorim está coberto de razão. Damos todo apoio à sua iniciativa e à sua firmeza.

Ouçó com atenção V. Ex^a, para concluir.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero parabenizar V. Ex^a por esse discurso, que é um discurso construtivo. Concorde com V. Ex^a, com alegria de brasileiro, pelos números positivos que a economia brasileira alcança, produto de um trabalho longo e de muita responsabilidade. O Governo Lula teve um mérito que reconheço: foi o de não virar as costas para as políticas iniciadas pelos governos anteriores e de dar continuidade a elas. Daí por que não se constrói um país em apenas um governo. Quando Juscelino disse que faria 50 anos em 5, foi uma simbologia que deu certo. É preciso que haja continuidade administrativa. A gente vê, no próprio Brasil, Estados que tiveram continuidade administrativa crescerem de maneira uniforme, de maneira ordenada. Daí por que me congratulo com V. Ex^a, e concordo com esse bom momento que o Brasil vive. Acho que V. Ex^a, como um dos Senadores de expressão do Governo aqui nesta Casa, tem mais que defender e mais que fazer a sua apologia. É um direito que V. Ex^a tem, de que os seus adversários não discordarão. Não agredimos a verdade. As nossas discussões se dão em outro campo. Fique V. Ex^a absolutamente tranquilo com relação a isso. Quero também concordar com V. Ex^a com relação à questão do mau trato a brasileiro, o que é inaceitável e inadmissível. V. Ex^a veja que procuro ser justo e dizer que o Ministério das Relações Exteriores tomou providências. Houve aquele primeiro episódio, nós tivemos aqui uma audiência, e o

Senador Mão Santa, que nos preside neste momento, participou, V. Ex^a também participou de parte, com o embaixador espanhol. Acho que participou. Tivemos esse encontro, conversamos. Diminuí o número, mas, hoje mesmo, novamente, fui desapontado por novos incidentes ocorridos com brasileiros chegando em Madri. Reconhecemos que hoje o maior portão de entrada de brasileiros na Europa é exatamente Madri. Temos 10, 11 aviões por dia chegando àquela Capital, e aviões com capacidade de pelo menos 250 passageiros. É um volume grande. Mas nada, nada justifica a maneira como os brasileiros estão sendo tratados. Nós não aceitamos. Temos, só na comunidade européia, vários países que recebem brasileiros. E não temos, nos noticiários rotineiros, esses fatos se repetindo. Daí por que V. Ex^a tem toda a razão. Temos que levar esse assunto, que é um assunto envolvendo dois países amigos, que historicamente têm relações... O Brasil abriu as portas para a Espanha no momento da maior crise econômica que a Espanha viveu. E recebemos e acolhemos aqui, com toda a fraternidade, famílias de espanhóis que se espalharam por este Brasil, com núcleos fortes no Nordeste, na Bahia, com núcleos fortes no Sul do País. Temos a tradição da hospitalidade – e os espanhóis sempre tiveram para com o Brasil. Sei, Senador, que essa é uma crise que a Espanha vive no momento. O Governo Zapatero, na sua primeira versão, no seu primeiro mandato, abriu desordenadamente a entrada de estrangeiros em território espanhol. E os espanhóis natos começaram a reclamar, com justa razão. É uma questão que temos que ver que é interna, foi tema da campanha deles. Foi um debate maior e se centrou exatamente nessa questão; os seus adversários o acusando, e ele tentando se defender. Mas volto a repetir: nós brasileiros não podemos conviver nem aceitar isso. Nós não queremos também falar numa crise entre os dois países, mas, sim, num profundo mal-estar. Retaliação, não; reciprocidade, sim! E acho que temos de tratar da mesma maneira. V. Ex^a lembrou o episódio dos americanos – inaceitável. Lembra-se V. Ex^a de que, há cerca de dois anos, se chegou ao ponto em que um comandante de uma companhia de aviação americana fez um gesto obscuro para um policial brasileiro, e foi preso. As autoridades agiram, e voltamos a uma normalidade. Acho que a revista, por conta de precauções antiterroristas, é até aceitável e admissível, em alguns casos – não com preconceito! Porque o que está nos irritando no Brasil – V. Ex^a agora citou um caso – é a maneira preconceituosa como se age em algumas dessas questões. De qualquer maneira, nós, como brasileiros, vamos agir. E a Comissão... Conversei há poucos minutos com V. Ex^a e com o Senador Paim, responsável pela Comissão de Direitos

Humanos, e, se não houver um esclarecimento e uma diminuição nesses fatos, nós vamos, juntamente com a Comissão – Senador Paulo Paim é um homem especialista em direitos humanos –, formar uma comissão para conversar com o parlamento espanhol. Talvez a diplomacia parlamentar funcione onde a diplomacia formal não possa funcionar. Nós os parlamentares temos mais liberdade, nós temos mais amplitude no diálogo e talvez, por aí, possamos encontrar um caminho. O que nós temos de fazer, Senador Sibá, é defender os brasileiros. É nosso dever, e não vamos abrir mão disso. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. E peço ao Presidente que incorpore o aparte do Senador Heráclito Fortes ao meu pronunciamento.

Senador Paulo Paim, se o Presidente permitir, é com muito prazer que lhe concedo um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado, como vou falar em seguida, não ocupei o tempo de V. Ex^a, mas quero cumprimentá-lo por seu pronunciamento afirmativo, positivo, com dados publicados na revista *Veja*, mostrando o quanto está crescendo a economia do País, a distribuição de renda. Falo em meu pronunciamento, efetivamente, sobre esse deslocamento positivo de classes, fazendo com que os trabalhadores possam ter um poder maior de compra. V. Ex^a, no encerramento, faz uma defesa firme – complementada pelo Senador Heráclito Fortes – com relação aos brasileiros no exterior. É lamentável e, de fato, muito grave a forma como os brasileiros são tratados. E falo não só da Espanha - V. Ex^a lembrou agora o caso da Itália. Então, é só isso. Falarei depois, mas não poderia deixar de cumprimentá-lo por seu belíssimo pronunciamento. Meus cumprimentos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, quero aproveitar para, antes de encerrar, dar um abraço no Senador Paulo Paim por seu aniversário. Soubemos que foi uma bonita festa entre pessoas amigas e familiares, que ficaram, por muito tempo, ouvindo tudo do que ouviremos apenas um trecho, que virá materializado no pronunciamento de S. Ex^a. O Senador Paim é um quadro do nosso Partido, um grande batalhador, uma referência para todos nós. E é nesse afã que destino a S. Ex^a, de nossa Bancada – certamente porque os demais não estão aqui –, um abraço de parabéns por seu aniversário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Shakespeare disse que não há bem nem mal, o que vale é a interpretação. Então, queria que V. Ex^a refletisse. Isso aí é fácil...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Sibá Machado, queria que V. Ex^a permitisse, no ocaso desse seu pronunciamento, associar-me aos parabéns e aos cumprimentos que V. Ex^a faz ao Senador Paulo Paim. V. Ex^a me pegou de surpresa e não me preparei para esse abraço fraterno que sempre dou a essa extraordinária figura. Tenho uma convivência com o Senador Paim desde que chegamos aqui. Chegamos quase juntos, eu cheguei um pouquinho antes, ele chegou em seguida, fomos colegas na Mesa da Câmara, sempre divergimos, mas de maneira alta e respeitosa; temos os nossos pontos de vista – ele tem o dele, eu tenho o meu, V. Ex^a tem o seu –, mas o importante é que temos um objetivo comum que é a construção do País. Portanto, quero parabenizá-lo, Senador Paulo Paim, V. Ex^a que tem sido, ao longo de todo esse tempo, um amigo cordato, uma pessoa de posições firmes e que todos admiramos, o Brasil nem se fala. Tenho a impressão de que meu abraço, neste momento, é a interpretação **ipsis litteris** do que lhe desejam todos os brasileiros que nos escutam neste momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá, sei que o Presidente Luiz Inácio disse: ô Bush, resolva o seu problema. Mas Expedito Júnior e Sibá, ele precisa do que Abraham Lincoln ensinou para as sociedades, por isso que os Estados Unidos são ricos: não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado. Ele também precisa aprender, se quer ensinar o Bush, o que ensinou Franklin Delano Roosevelt, que governou quatro vezes os Estados Unidos, pós-guerra, na recessão, que disse aos americanos: busquem um trabalho, trabalhem. Se não der certo, busque outro trabalho. Vou botar um ponto de luz em cada propriedade que tem uma galinha no fogão. Esse país estará, então, rico e salvo.

Temos que olhar o campo com um carinho especial. E disse Franklin Delano Roosevelt: as cidades podem ser destruídas, não o campo, porque as cidades, sendo destruídas, elas ressurgirão do campo. O campo, sendo ameaçado...

Então, eu perguntaria a V. Ex^a. Eu acho um disparate comprar um carro em dez anos. Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado. A escravidão da vida moderna é a dívida, os empréstimos consignados. Isso está provado. Isso é muito bom para os banqueiros. Vamos falar com os velhinhos se eles não estão arrependidos do sofrimento. Quero dizer que não é tão assim. Eu perguntaria: Sibá, como está esse povo da a, b, c, d, e – estão ali os professores – em segurança pública, em educação, em saúde? Essa é a realidade. O essencial é invisível aos olhos.

Usa da palavra agora o Senador Expedito Júnior. Rapaz, no seu aniversário, teve a maior paciência. Cedeu lugar para todo mundo. E já que o Heráclito está aí, ele deveria lhe convidar para ir para o “Piantellinha” para a gente comemorar.

E já que abri para todo mundo, vou deixar que V. Ex^a use o tempo que achar conveniente. Mas, com a inteligência de V. Ex^a, sei que será sintético para homenagearmos o Paim, que está pacientemente esperando.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Serei rápido, porque o homenageado do dia de ontem, no Rio Grande do Sul, certamente fará um relato aqui da homenagem que o povo prestou a esse grande Parlamentar, grande representante do povo gaúcho e de todo o povo brasileiro, principalmente dos aposentados do País, que é o Senador Paulo Paim.

Associo-me aqui a todos aqueles que cumprimentaram S. Ex^a e lhe deram aquele abraço fraterno pela passagem do seu aniversário. Espero que eu possa ver isso se repetindo muitas vezes e, certamente, com S. Ex^a representando o País como o faz com galhardia.

Sr. Presidente, o motivo que me traz à tribuna, já neste começo de noite, é para falar sobre a importância da Proposta de Emenda Constitucional nº 87, de 2007, de minha autoria, que está na pauta de votação da próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já com parecer favorável do Relator, Senador Antônio Carlos Júnior.

Fui informado, por intermédio da sua Liderança nesta Casa, que o Governo é contra a PEC, e, praticamente, quem está fazendo esse trabalho aqui no Senado é o Senador Romero Jucá, que, parece-me, inclusive, deverá apresentar um voto em separado pela sua rejeição.

Por isso, julguei importante vir à tribuna para prestar informações que julgo essenciais para que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compreendam o que é a PEC nº 87.

Essa PEC tem o objetivo de oferecer ao Governo Federal uma alternativa imediata para ajudar na implementação dos programas e das ações sociais para o combate, e até a erradicação, de muitas mazelas sociais.

A PEC nº 87 dá uma abertura constitucional para que as Forças Armadas, a critério do Presidente da República, possam ser incumbidas de ações sociais civis para o desenvolvimento nacional.

E quais seriam estas ações sociais civis? Pode ser a cooperação no combate ao narcotráfico; pode ser a instalação de hospitais de campanha para a ajuda no

combate a epidemias; e, no meu entendimento, pode também ser oferecendo uma esperança às crianças e adolescentes que moram nas ruas.

Apenas para dar um exemplo, desde a semana passada, estamos vendo as Forças Armadas serem convocadas pelo Ministro Jobim para ajudarem no combate ao mosquito da dengue no Rio de Janeiro e que estão fazendo, Sr. Presidente, com certeza, um grande trabalho.

A Nação e esta Casa estão acompanhando – e vários Senadores que têm usado a tribuna têm elogiado – o trabalho das Forças Armadas, principalmente frente à dengue no Rio de Janeiro. A ajuda é sempre bem-vinda, embora atualmente não exista previsão constitucional para essa atividade.

A PEC nº 87 não altera a missão principal das Forças Armadas, nem inova nada nesse aspecto. A PEC apenas traz para o Texto Constitucional um trecho da Lei Complementar nº 97, de 1999, que já autoriza as Forças Armadas Brasileiras a desempenharem as ações sociais civis.

Eu entendo que a apresentação de um voto contrário, principalmente do Líder desta Casa, Senador Romero Jucá, pela rejeição da PEC, é uma clara contradição com o que pretende o Ministro da Defesa na ajuda social ao Rio de Janeiro, porque vai instalar hospitais de campanha para ajudar na recuperação da saúde da população. E também estamos tentando ajudá-lo na construção desse caminho, por intermédio da PEC nº 87.

Eu vou dar um exemplo prático: no ano passado, o Governo Lula editou a Medida Provisória do Pronasci. Todos se lembram de que aqui foi Relator da matéria o Senador Romeu Tuma e de que a emenda incluía as crianças e adolescentes de rua com vistas à ressocialização e a reintegração a suas famílias. É uma emenda que nós apresentamos e que foi acatada pelo Senador Romeu Tuma. O alcance social dessa minha emenda, que foi acolhida pelo Senador Romeu Tuma...

Mas a MP precisou retornar à Câmara, e, lá, todo o aprimoramento feito no Senado foi derrubado, porque na Câmara passa-se um rolo compressor. No início deste ano, o Presidente Lula editou a Medida Provisória nº 416, alterando a Lei do Pronasci. Para minha surpresa, ele praticamente incluiu toda a nossa emenda do texto da PEC, para que possa ser editada nova medida provisória. Talvez essa nossa idéia seja acatada e aprovada agora por esta Casa.

Se o Senador Romero Jucá ler a PEC, a sua justificação, compreenderá que temos nas mãos uma boa sugestão legislativa, que, por exemplo, possibilitaria um convênio entre o Ministério de Combate à Fome e

as Forças Armadas, para tornar efetiva essa diretriz do Pronasci na ajuda às pessoas de rua.

Não se pretende que os militares sejam desviados de sua função principal, ligada à defesa nacional. Li no **Correio Braziliense** que essa é uma preocupação inclusive de alguns Senadores da Casa, e agora há pouco estava aqui o Senador Heráclito Fortes, e essa é uma preocupação de S. Ex^a inclusive.

Mas eu tenho certeza de que toda a sua infraestrutura pode ser aproveitada nessa missão. Nós não estamos desviando nada aqui das Forças Armadas. O que nós estamos tentando é melhorar, de repente até arrumar recursos para que esses projetos sociais sejam feitos pelas Forças Armadas.

As quadras esportivas das bases aéreas podem ser aproveitadas para programas esportivos; as instalações de ensino podem reverter uma parte para programas educativos; as instalações médicas podem ser usadas para programas de saúde e psicológicos.

E o que dizer da área profissionalizante? Por que o Ministério de Combate à Fome não poderia firmar um convênio também com as Forças Armadas para ensinar uma profissão técnica a esses adolescentes? Eles podem ser músicos, eletricitas, motoristas, cozinheiros, torneiros mecânicos, digitadores e tantas outras profissões que abririam um horizonte de esperança e de dignidade a essas crianças e adolescentes que estão ao nosso lado aqui, praticamente, na Rodoviária de Brasília. As Forças Armadas só precisariam emprestar parte da sua infra-estrutura que, com certeza, já usam. E os convênios poderiam ser feitos também, se fosse o caso, com as ONGs.

Eu quero repetir para que fique muito claro: a possibilidade de as Forças Armadas exercerem atividades civis já está prevista na Lei Complementar nº 97, de 1999. Portanto, não é novidade nenhuma, e não estamos mudando nada na Constituição.

E essas ações não serão tarefa de rotina das Forças Armadas; acontecerão somente se o Presidente julgar necessário. Mas é preciso que estejam – já vou concluir, Senador Paulo Paim – no texto constitucional, senão sempre que houver colaboração dos militares, por exemplo, no combate ao narcotráfico no Rio de Janeiro, como a Marinha já está fazendo, essa missão estará sujeita a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Aliás, acho até oportuno lembrar ao Líder do Governo que, no campo da segurança pública, a imprensa noticiou, no início deste ano, que o Governo Federal discutiria, a partir de fevereiro, um modelo jurídico que permita as Forças Armadas intervirem contra o crime organizado.

Ora, Sr. Presidente, se o novo modelo jurídico que o Governo está procurando pode começar a partir da aprovação do texto da PEC nº 87, por que não a aprovarmos nesta Casa? Por isso é que faço um apelo para um debate mais aprofundado.

Até considero natural que aqueles que não tenham lido a PEC possam de repente pensar que a missão social não deveria ser destinada às Forças Armadas. Mas o Brasil inteiro precisa saber que há muitos anos as Forças Armadas desempenham relevante atuação social junto às populações carentes, como no Projeto Rondon, no Programa Calha Norte. São apenas alguns exemplos.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer este apelo ao Senador Romero Jucá, aos Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: que a PEC nº 87 seja aprovada por aquela Comissão.

Tudo isso é apenas uma pequena parte de um grande trabalho social que já é realizado. Ressalto que as Forças Armadas realizam hoje essa tarefa sem receber reforços nas suas dotações orçamentárias, razão pela qual tive o cuidado de prever as fontes de recursos que incluem parte do projeto.

Simplificando, o que hoje elas realizam sem nenhum reforço orçamentário poderão agora continuar realizando e recebendo dotações orçamentárias que não comprometerão as previstas para a área militar.

Portanto, essa PEC trata de somar esforços e estruturas que já estão prontas e não de retirar competência do Ministério do Combate à Fome.

Já estou encerrando o meu discurso, para que a população do Rio Grande do Sul possa ouvir aqui o seu grande Líder, o Senador Paulo Paim.

Um outro ponto fundamental da PEC – para finalizar, Sr. Presidente – é que entre as fontes de recursos para que as Forças Armadas continuem esse trabalho junto às comunidades carentes estará junto ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Ocorre que esse Fundo, que foi criado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães aqui nesta Casa e é uma das fontes de recursos para o Bolsa-Família, terá sua vigência encerrada daqui a dois anos. E na nossa PEC, a PEC nº 87, já tivemos o cuidado de prever a prorrogação do Fundo por mais dez anos, ou seja, até 2020.

Então, Sr. Presidente, veja a importância dessa PEC, cujo parecer favorável, já proferido pelo Senador Antonio Carlos Júnior, está prestes a ser votado na CCJ.

Encerro o meu pronunciamento, pedindo que os membros da CCJ, mais uma vez, aprovem a PEC nº 87, que terá ainda uma longa tramitação neste plenário e,

com certeza, também na Câmara dos Deputados, possibilitando ainda o debate para o seu aprimoramento.

Sr. Presidente, quero registrar aqui uma solicitação do Governador do Estado de Rondônia, Ivo Cassol. S. Ex^a quer aproveitar a presença da Força Nacional que já está trabalhando na Operação Arco de Fogo naquele Estado... Penso que o Brasil assistiu à denúncia feita pela revista **ISTOÉ** na semana passada.

Neste final de semana, a revista publica matéria que fala da existência e ramificação no Estado de Rondônia de um grupo fortemente armado denominado Liga dos Camponeses Pobres – LCP, com grande número de combatentes, possivelmente ligados às Farc, cujas bases principais encontram-se instaladas no distrito de Jacinópolis, a 450 km da capital do meu Estado, que é Porto Velho, ratificando também a matéria editada na revista de circulação nacional **ISTOÉ**, do dia 26 de março de 2008, com o título “O Brasil tem Guerrilha”, fazendo alusão à militância da LCP.

As polícias estaduais reuniram farta documentação, que vão desde a localização precisa de onde estão instalados os grupos e até mesmo o **modus operandi** que faz, utilizando-se de armamentos pesados, como metralhadoras, fuzis AR-15, FAL e AK-47, que aterrorizam, matam e torturam sob o manto da “Revolução Agrária”.

Eu sei que é uma obrigação de Estado, mas o Governador pede o apoio da Força Nacional que já está no Estado de Rondônia. Com certeza, a Operação Arco de Fogo, já em andamento, realizada pela Força Nacional e pela Polícia Federal podia dar o suporte, apoio ao Estado de Rondônia, para que nós pudéssemos exterminar esse movimento guerrilheiro em nosso Estado.

Então, eis a leitura do ofício enviado pelo Governador Ivo Cassol ao Sr. Ministro Tarso Genro. Entregarei o ofício a S. Ex^a amanhã. Espero que tenhamos o apoio do Governo Federal nessa luta que não é só do Estado de Rondônia, mas de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço aqui, mais uma vez, ao Senador Paulo Paim. Estarei agora ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a e participando dele. Certamente que, com certeza, deve estar sendo esperado pelo grande Estado que V. Ex^a representa nesta Casa, que é o Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brilhante pronunciamento do Senador Expedito Júnior, pedindo o apoio do Governo Federal ao extraordinário Governador do seu Estado de Rondônia, Ivo Cassol. Entendo que ele merece todo o apoio porque, pelo que conheço do Brasil, uma das zonas mais difíceis de governar é aquela. Ele foi o primeiro que com-

bateu a corrupção política nesse Estado, com muita coragem, muita bravura.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO)

– Com certeza, Sr. Presidente. Temos lá um grande Governador que faz um grande trabalho pelo nosso Estado. Quando eu falo do Governador Ivo Cassol, eu não posso deixar de registrar também o papel importante, hoje, do Poder Legislativo, da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, com os 24 Deputados Estaduais trabalhando irmanados, junto com o Governador Ivo Cassol, na recuperação e na reconstrução daquele grande Estado de Rondônia, que V. Ex^a conheceu e onde V. Ex^a foi tão bem acolhido pelo povo rondoniense.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Além do trabalho, ele deu exemplo de coragem e honradez a todos os Governadores do Brasil.

Convidamos para usar da palavra, como último orador, ainda numa festa de homenagem, o Senador Paim, que faz aniversário. Pela pessoa que o Paim é, essa festa de aniversário dele não é somente sua, da sua família, da sua Pelotas, do seu Rio Grande do Sul, ela não é do Brasil, ela é de toda a humanidade. Resumindo, eu disse que o Paim é o nosso Martin Luther King. Um sonho, um sonho de felicidade para todos os brasileiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Aproveito para cumprimentar o Senador Expedito Júnior, o Senador Sibá Machado, Senador Demétrius Fernandes Ribeiro, aqui conosco a até esta hora, e o sempre Senador Eurípedes Camargo.

Senador Mão Santa, de fato, ao falar para o Rio Grande e o Brasil neste início de noite, estou na verdade cumprindo a palavra empenhada. No dia de ontem, começou uma atividade em Canoas, no Galpão Crioulo da Ulbra, que se iniciou às 11 horas e terminou às 20 horas, mais ou menos no horário que estou começando a falar. E eu me comprometi com aquela companheirada que lá estava que faria, aqui da tribuna do Senado, o mesmo discurso que fiz lá.

Neste momento, Sr. Presidente, eu passo a discorrer sobre o que falei, o que comentei, como me expressei para aqueles companheiros lá presentes. Cerca de 2.500 pessoas de todos os recantos do meu Estado compraram convite para estar comigo. Estavam lá companheiros não só do Rio Grande, mas companheiros de São Paulo, do Amapá, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia e também aqui de Brasília. Naquele sábado, Sr. Presidente, eu já antevia que o outro dia

seria especial. Eu tinha a certeza de que aquele domingo não seria um dia comum na minha vida.

No domingo, pela manhã, agradei a Deus por estar reunido com meus amigos. Agradei com toda a força do meu coração e – podem crer – da minha alma. Estavam lá, Senador Eurípedes, parceiros de longas jornadas, dos conselhos políticos do meu gabinete, do Cantando as Diferenças, líderes empresariais do Rio Grande, líderes dos aposentados, líderes dos estudantes, líderes dos trabalhadores, líderes partidários, parlamentares de todos os partidos, líderes de todas as matrizes religiosas, homens e mulheres anônimos que, com certeza, também são líderes. Líderes esses, Sr. Presidente, que, da sua forma e no seu tempo, alavancam o que chamo de um movimento imbatível: o movimento social.

Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, acredito que nada acontece de forma simplesmente natural e que nem a superior força divina quer que as coisas aconteçam por si sós. É preciso que nós todos tenhamos vontade, é preciso que tenhamos ternura, é preciso que tenhamos muito sentimento, muita fibra, muita raça e muito carinho.

Cheguei a dizer, naquele evento, Senador Sibá Machado, Senador Mão Santa, Senador Expedito, que, se nos apaixonarmos, a cada segundo, a cada minuto, a cada hora, a cada sol que nasce, a cada lua que ilumina o sonho das nossas vidas, podem ter certeza de que nossos desejos se tornarão verdade. Assim eu creio ou, pelo menos, é assim que procuro marcar os passos da nossa vida.

Quando cheguei ao local da festa, pude abraçar, beijar, apertar as mãos pequenas, as mãos grandes, as mãos novas, as mãos calejadas, as mãos negras, as mãos brancas, as mãos indígenas que estavam lá, as mãos de pessoas com deficiência, as mãos envelhecidas pela saudade e pelo tempo. Quando cheguei ao galpão, fui recebido na entrada principal, lá na porteira, pelos lanceiros negros a cavalo. Estavam lá lanceiros brancos também que fizeram uma embaixada e me levaram até a porta do evento no salão e me entregaram a tocha da liberdade.

Entrei com a tocha da liberdade até o palco. Chegando ao palco, acendi a tocha permanente e, naquele momento, entraram crianças e entregaram flores a mim e às autoridades presentes. As flores foram entregues embaladas pela canção de Ana Carolina “É isso aí”. Ali, naquele momento, quem interpretou a canção foi a Claudinha. E o que diz essa música “É isso aí?” É simplesmente: é isso aí.

Há quem acredite em milagres. Há quem cometa maldades. Há quem não saiba falar a verdade. É isso

aí. Um vendedor de flores ensina seus filhos a escolher seus amores. Quando as crianças, os adolescentes entregavam aos políticos as flores é que os estavam escolhendo para defender a cidadania, a vida, um amanhã melhor para todos. Foi um momento muito bonito. Confesso aos senhores e senhoras que o meu coração, naquele momento, explodiu de orgulho, pois compreendi que estava ali diante de amigos e amigas, de parceiros que crescem dia-a-dia construindo um País mais justo e solidário.

Na minha fala, eu pedi até permissão a eles para lembrar de alguns momentos da nossa infância, da nossa vida. Eu disse: “Quando éramos crianças, tínhamos muitos sonhos, nós vibrávamos como os heróis, o herói do cinema, o herói da televisão, o herói da revista em quadrinhos. Muitas vezes nos imaginávamos naquela arena, naquele espaço, a defender os pobres, os mais fracos, os discriminados, os oprimidos, contra os ladrões e contra os corruptos, contra os preconceituosos.”

Podem até pensar alguns que eu sou ingênuo, mas disse lá e repito aqui que quero continuar, como naquela época, a acreditar nas crianças, nos homens e mulheres deste País, continuando a travar a batalha dos homens de bem. Quero continuar sendo, talvez, Senador Eurípedes, um lanceiro contemporâneo. Quero, quem sabe ser ainda um vendedor de flores, como diz a canção.

Gonzaguinha já disse – e eu gosto muito desta canção dele –: “Eu fico com a pureza da resposta das crianças.”

E diz depois:

“É a vida, é bonita e é bonita
Viver e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar...(e cantar e cantar...) a beleza de
ser um eterno aprendiz [...]”

Também lá, Senador Mão Santa – e sei que desta o Senador Sibá vai gostar, porque conhece a historia dele – estava o Dante Ramon Ledesma, um marco do nosso continente. Para mim, Dante Ramon, é uma das grandes vozes da América Latina e nos ensinou: “Querer bem a um filho não significa obrigá-lo a viver com as nossas verdades. Querer bem a um filho significa apenas ajudá-lo a crescer sem as nossas mentiras”. Grande Dante e, no fim, termina cantando a música América Latina.

Sr. Presidente, afirmo isso, Senador Sibá, e falo dos meus pais. Falei lá. Eles já faleceram. Ele era um negro domador de cavalos, campeiro das lidas tradicionais que não se cansava de pelear, desde Santa Catarina ao interior do Rio Grande. Ela era simplesmente

uma dona-de-casa das mais prendadas, que tinha as asas na mãos e o gosto doce de levantar cedo, com a ousadia de querer acordar o sol.

Com muito orgulho, trago comigo o que meus pais aprenderam com meus avós, que aprenderam com meus bisavós. Lembro aqui de vários líderes que eles me ensinaram a ouvir, fundamentais para minha formação. O primeiro deles, vejam bem, que meus pais me apresentaram foi aquele que eles me diziam: “Um dia, meu filho, você vai entender quem foi o maior revolucionário de todos os tempos.” Nunca esqueci. E quem foi? Foi Jesus Cristo, que eles chamavam de grande espelho da humanidade. Diziam para mim: “Guarda este nome: Jesus Cristo, o grande espelho da humanidade.”

Depois, vieram, é claro, com o conhecimento dos tempos, Senador Mão Santa, não importa em que tempo, mas vieram Martin Luther King, Leonel Brizola, Nelson Mandela, Che Guevara, Zumbi dos Palmares, Mahatma Gandhi, veio também o nosso querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Vieram outros, não nego. Lembro-me: Getúlio Vargas, Luís Carlos Prestes, Mário Quintana, Florestan Fernandes – com quem tive a alegria de ser constituinte – Érico Veríssimo, Hermenegildo de Assis Brasil – um gaúcho que lutou na Guerra Civil Espanhola. E as mulheres inesquecíveis, heroínas do seu e do nosso tempo. Lembrei lá de Anita Garibaldi, Olmira Leal de Oliveira – a guerreira Cabo Toco da Revolução de 23 –, as Anas Terras, as Bibianas, as Margaridas, Maria da Penha – a grande referência na luta contra a violência às mulheres, cuja lei que leva seu nome foi sancionada pelo Presidente Lula.

Mas lembrei também da nossa Ministra-Chefe da Casa Civil – por que não? –, mineira de nascimento e gaúcha de coração, que fez porta de fábrica comigo quando me candidatei, pela primeira vez, a presidente de um sindicato – ela e seu esposo, na época, o advogado Carlos Araújo.

Sr. Presidente, dizia lá e repito aqui: seria injusto com o povo gaúcho se, naquele momento, eu não falasse também que, sob esta pele negra, há também um pouco dos desbravadores da nossa querência.

Escorre em mim, sim, as lágrimas do índio Sepé Tiaraju.

Em muitas e muitas vezes, da minha garganta saem gemidos. Gemidos de dor do João Cândido, o almirante negro, dos lanceiros negros, dos quilombolas, dos sem-terra, dos sem-teto.

Todos estavam naquele ambiente, todos estavam lá e conspiravam junto com a energia do universo! De corpo ou de alma, já que muitos já tombaram e, com certeza, a favor das causas justas do nosso povo.

Trago deles, Sr. Presidente, no sangue, a linha divisória conquistada a ferro e fogo, a ponta de lança e casco de cavalo, pelos heróicos gaúchos campeadores, porque assim fizemos Pátria.

Trago também os calos das mãos dos colonos, italianos e alemães, e o gosto pelo cultivo das flores, dos trigais, dos arrozais, dos parreirais e do tinto da uva.

Trago o cheiro das folhas da erva mate, o cheiro da brisa do meu litoral, e dos campos e montes lá da serra.

Confesso, Sr. Presidente, que não resisti e, naquele momento, falei também das nossas tradições, e de uma especial: o churrasco. O churrasco é um ritual. O churrasco, o fogo de chão e o nosso chimarrão. E ali, para aquela moçada, parceiros e companheiros, eu disse: “A coisa mais linda que acho é atizar o braseiro num fogo de chão, só para sentir o cheiro de uma costela gorda coberta de sal, acompanhada de uma lingüiça campeira. E ali, na volta do fogo amigo, corre de mão em mão, em perfeita harmonia, como celebrando um ritual da amizade e solidariedade, o nosso mate, o chimarrão de cada dia”.

Na minha boca há o gosto do amargo, dos sais, de doces, de poesias e cantorias, de todas as etnias que se entrelaçaram num arrebol de raças para formar a minha querida gente sulista.

Falo aqui de todos, do pêlo duro da pátria mãe, dos queridos portugueses, espanhóis, japoneses, africanos, poloneses, franceses, russos, e daqueles que já havia aqui citado.

Trago comigo a aflição dos judeus perseguidos, como também dos árabes-palestinos. A todos eles, quando me encontram, repito sempre uma frase que é da festa da uva, de Caxias do Sul, cidade onde nasci: “Uma vez imigrante, para sempre brasileiro”.

Foi nos momentos mais difíceis para mim que essas coisas que falei aqui no Senado da República e lá na minha Canoas, para o meu Rio Grande, essas coisas de pele, de sangue e suor, esses atavismos de meus antepassados, de nossos antepassados, acompanharam-me sempre, como se fossem, Senador Mão Santa, toques de clarins guerreiros em estado de alerta.

Mas o que eu espero mesmo é ouvir para sempre – quero ouvir para sempre! – o rufar dos tambores para que eu nunca esqueça as minhas raízes, de onde eu vim, porque estou aqui e para onde vou. Que as batidas dos tambores sejam eternas em meus ouvidos, para que eu nunca negue as minhas origens!

Confesso, senhoras e senhores, que, no ano passado, atravessei um dos momentos mais difíceis

de minha vida ao longo desses 58 anos. E foi a garra gaudéria que me deu forças. Vocês me acompanharam, Senadores – Senador Mão Santa, que é médico –, quando, lá no Espírito Santo, o meu guri, o meu piá, chamado Jean, foi operado. Chegou um momento em que os médicos disseram: “A situação é irreversível. Você quer que ele fique aqui, ou vai levá-lo ao Rio Grande?”

Sabia que era uma decisão difícil. Fui à UTI e disse a ele: “Jean, o pai vai te levar para casa”.

Nunca perdi a esperança. Firmei os garrões, como a gente diz no Rio Grande. Pegamos uma UTI aérea, retornamos. Fomos ao Hospital Mãe de Deus. Fui atendido pelo Dr. Crespo e pelo Dr. Josué. Posso dizer que eles salvaram a vida dele naquele momento mais difícil de toda a minha vida. Estava lá o Dr. Crespo. Entregamos a ele um buquê de rosas. De público, disse-lhe: “Graças à Medicina e a Deus, hoje o Jean está vivo”.

Agradeço a Deus e a todos aqueles que, da tribuna do Senado, independentemente de matriz religiosa, fizeram uma corrente de oração que permitiu que a magia da vida vencesse a linha tênue da morte.

Daquele momento, a recordação que tenho é a de uma frase que Jean me disse, entubado, lá na UTI. Sabia que era um processo quase irreversível. Ele me disse: “Não chore, pai; eu sou como você, nós venceremos esta batalha. Só te peço uma coisa: se algo der errado, cuida de minha filha, a Rafinha.”

Sr. Presidente, foi um momento emocionante. Estou aqui fazendo um agradecimento público a Deus e à Medicina.

Como disse o poeta espanhol Antonio Machado, “o caminho se faz caminhando...”

E assim é a vida, nós todos vamos construindo a nossa caminhada.

Foi assim quando fiz política estudantil e lutava pelo fim do regime ditatorial. Foi assim quando entrei na militância sindical, por acreditar que os trabalhadores têm direito a ter direitos.

Carrego comigo, sei disso, a saga dos desempregados, trago também a marca das greves, mas também das negociações.

Poderia citar aqui o Pólo Petroquímico, Candiota, sapateiros, metalúrgicos, alimentação, construção civil, motoristas, jornalistas, professores e todos os servidores.

Jamais vou esquecer – e eles estavam ali no plenário – a marcha de Canoas a Porto Alegre, com mais de 20 mil trabalhadores, uma greve histórica contra a ditadura.

Essa eu jamais esquecerei. Entramos na capital, numa grande comitiva, os estudantes à frente dizendo “abram alas para a caravana passar”. Das janelas da Avenida Farrapos e dos edifícios vinham palmas e o papel picado. E assim eu diria que foi a nossa participação na luta pela redemocratização do País e nas Diretas Já.

E então veio a Constituinte de 88. Lançamo-nos de corpo e alma naquela empreitada que completa agora 20 anos. Muitos dos companheiros daquela época estavam ali naquela atividade. Lembro aqui Olívio Dutra, Jorge Uequet e o próprio José Pinto, chefe de meu gabinete, hoje meu suplente.

Na Constituinte, tive a satisfação de viver e conviver com Ulysses Guimarães, inesquecível; Mário Covas, inesquecível; Jarbas Passarinho, Bernardo Cabral, Nelson Jobim, Miguel Arraes, Amauri Müller, Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. Todos, todos, todos demarcaram, da sua forma e no seu tempo, a história.

Foi assim, na minha avaliação, e continuará sendo assim, ou seja, assim será.

Sr. Presidente, naquela época e até hoje, não abríamos mão, como não abrimos, de um salário mínimo digno e justo. Por isso, hoje podemos olhar para o horizonte e dizer: queríamos demonstrar, embora muitos nos chamassem de demagogos, que era possível que o salário mínimo ultrapassasse a barreira dos US\$100. E hoje o Senador Sibá Machado mostrou na tribuna a importância de US\$246 para a economia e para a distribuição de renda.

Nunca abrimos mão dos direitos dos aposentados e pensionistas. Peleamos lá e peleamos hoje. Esse debate está dado. Aqui no plenário, estamos dialogando, inclusive, com o Ministro Marinho para termos uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Disse lá e repito aqui: queremos que o famigerado fator previdenciário seja extinto para que ninguém, no ato da aposentadoria, perca mais de 40% dos seus benefícios.

Queremos aqui, no plenário do Congresso Nacional, aprovar a PEC nº 24 para garantir, efetivamente, no texto da Constituição, que os recursos da seguridade social sejam intocáveis.

Aprovamos o Estatuto do Idoso. É lei, é coisa nossa. É lei. O Lula sancionou. Aprovamos aqui, no Senado, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lutamos, no Congresso Nacional. E todos são testemunhas, para que ninguém possa ser discriminado por motivo algum, seja por raça, por cor, por idade, por etnia, por gênero, por

religião, por deficiência, por classe social ou também por orientação sexual.

Lutamos também para mudar a tramitação das medidas provisórias. Todos sabem o meu ponto de vista. As medidas provisórias passaram, ao longo desses 20 anos, por um equívoco nosso, dos Constituintes – eu fui Constituinte. Medida provisória é um instrumento do parlamentarismo. Nas urnas, no plebiscito, passou o presidencialismo e mantivemos as medidas provisórias, que hoje têm mais força do que os decretos-leis da época. Para se ter uma idéia, ao longo desses 20 anos, entre edição e reedição, já foram cerca de sete mil medidas provisórias.

Sr. Presidente, queremos também aprovar as PEC de minha autoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em parceria com o hoje Senador Inácio Arruda, para a redução de jornada, sem redução de salário, o que geraria, mais ou menos, cinco milhões de novos empregos.

Queremos a aprovação do Fundep – Fundo do Ensino Técnico– Profissionalizante que apresentei há quatro anos. O Senador Demóstenes Torres é o Relator e disse que já deu parecer favorável. O Fundep será uma forma de dar uma nova expectativa de vida para a nossa juventude: cerca de R\$6 bilhões estarão à disposição do nosso povo para investir no ensino técnico.

Sr. Presidente, relatamos e aprovamos – com orgulho, assumo aqui –, no Congresso Nacional, projeto que valoriza as centrais sindicais, as confederações, as federações e os sindicatos dos trabalhadores, que, provavelmente, será sancionado nesta semana pelo Presidente Lula.

Quero também dizer que, naquele evento, não estavam lá somente companheiros, líderes das mais variadas sociedades; estavam presentes, naquele domingo, os Deputados Federais Marco Maia, Tarcísio Zimmermann, Maria do Rosário e Manuela D’Ávila.

Sr. Presidente, registrei naquele momento que apresentei recentemente, aqui no Congresso Nacional, um projeto que eu chamo Quilombos do Amanhã, que serão centros sociais para o desenvolvimento da cultura, do esporte, do lazer, recreação, educação e saúde em cada comunidade quilombola. Honrou-me muito a presença nesse evento do nosso Ministro da Seppir, Edson Santos, que se deslocou aqui de Brasília para participar. É claro que, quando eu apresento o Quilombos do Amanhã, Senador Sibá Machado, ao mesmo tempo, no próprio projeto, deixo muito claro que os quilombos serão realidade, se nós aqui no Congresso botarmos verba no Orçamento para sustentar

a proposta do Quilombos do Amanhã, que vem ao encontro à linha adotada pelo Presidente Lula.

Quero dizer também, e repito aqui, que sou totalmente favorável ao pacto federativo, para que efetivamente os Municípios tenham mais condição de investir em saúde, habitação, segurança, saneamento e meio ambiente.

Eu sempre digo: recursos e deveres. Aumentamos os recursos, mas é preciso aumentar também a responsabilidade. É justamente por não cuidarmos do meio ambiente que, hoje, só no Rio Grande do Sul, cerca de 60 cidades estão sofrendo com a seca. É por agredir a natureza que assistimos à dor, ao sofrimento dos peixes no Rio dos Sinos e no próprio Guaíba.

Sr. Presidente, falei também do Orçamento da União, quando eu disse que precisamos fiscalizar, democratizar o Orçamento da União, que, ao longo dos anos, infelizmente, tornou-se foco de debate sobre corrupção e desvio do dinheiro público. Apresentamos projetos que entendemos podem avançar na linha do orçamento participativo, na linha de atender a todos os Municípios gaúchos.

Tomei a decisão ao longo do meu mandato: verbas deste Senador só passam pelo IDH. Só recebem verba os Municípios que mais precisam no Estado do Rio Grande do Sul. Comecei assim do menor para o maior. Trezentos e cinquenta Municípios já foram contemplados!

E por que fiz isso e não o fiz antes como Deputado? Porque antes era uma maneira de brincar de fazer acontecer. Apresentava a emenda e ela era liberada.

Felizmente, no Governo Lula todas as emendas que apresentei foram liberadas para os Municípios do Rio Grande, independentemente da cor partidária. Eu não fico sabendo se a Prefeitura é do PSDB, se é do DEM, se é do PT, se é do PDT ou se é do PMDB. Não importa, é o dinheiro público. E o dinheiro é destinado a atender a população do Município e do Estado.

Nesses 22 anos de Congresso, lá eu disse, apresentei cerca de 1.300 projetos. Uns vitoriosos, outros derrotados. Mas isso faz parte do processo democrático. Foi assim na Previdência, mas aprovamos a PEC paralela; foi assim com os carteiros, mas garantimos o reajuste de 30% para toda a categoria.

Sempre mantive o otimismo, pois entendi sempre que até nas derrotas você tira lições para um dia chegar à vitória.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só um momento. Eu vou permitir ao final, senhoras e senhores.

Eu disse aos Líderes do PT que estavam naquele evento. Estava lá o meu amigo, o Paulo Ferreira, e eu disse a ele que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está fazendo um governo que entra para a história, e não é só para a História do Brasil, entra para a história da humanidade. Os números comprovam – o Senador Sibá Machado, hoje, falou muito desses dados – que vivíamos num País que hoje é totalmente diferente. Ninguém tem dúvidas sobre os números do passado e os do presente.

Repito aqui os dados acumulados. Se retornarmos a 2003, até o momento, mais de oito milhões de trabalhadores com carteira assinada. Nesses cinco anos de Governo Lula, milhões de famílias foram incluídas no mercado de consumo. Senador Sibá falou hoje, mas eu falei ontem também lá. Estudos apontam que nesse período todo, mais ou menos 20 milhões ascenderam da classe D e E para a classe C.

E as nossas reservas internacionais? Já nos dão condição de dizer adeus para a dívida externa, se assim nós entendermos – e a pagaríamos de uma única vez. A minha geração ia para as ruas dizendo “não” ao pagamento da dívida externa, porque isso quebraria o País. Se quiséssemos, hoje nós pagaríamos a dívida externa. E que bom poder aqui da tribuna do Senado dizer: “Adeus, adeus ao FMI!” Nós que andávamos nas ruas com bandeira, com faixa, hoje já podemos dizer, aliás, já dissemos: adeus ao FMI.

Por que não registrar – dizia eu lá, Senador Mão Santa, naquele momento tão bonito – que o Risco Brasil, a inflação, os juros, o desemprego, estão num dos menores patamares de toda a história?

Somos hoje a sexta economia do Planeta. O BNDES se torna o número um do mundo como banco social.

Não vou citar tudo, mas tenho que fazer algumas referências: PAC, PED, ProUni, Luz para Todos, Bolsa-Família, Pronasci, Fundeb, Política de Recuperação do Salário Mínimo Vinculada ao PIB, cotas.

Falei um pouco do meu Rio Grande. E para o Rio Grande eu digo, Sr. Presidente, que recebi na festa também o carinho dos Deputados Estaduais Adão Villaverde, Fabiano Pereira, Elvino Bohn Gass, Raul Carrion, representando a Assembléia Legislativa, aos quais disse que o Governo Federal aplicou, entre 2003 e 2006, cerca de 13,2 bilhões no nosso Estado. E é um Governo do PSDB. Essa não é a questão. É para mostrar que, no nosso Governo, não há discriminação. O PAC prevê investimentos de mais de R\$ 14,5 bilhões entre 2007 e 2010 lá no Estado.

O Governo Federal, pela primeira vez na história, recebeu um aval de US\$1 bilhão do Banco Mundial

para o Governo gaúcho, financiamento inédito nesse montante apresentado no Brasil.

Poderia lembrar também dos empréstimos que o Governo Federal avalizou para Canoas, Pelotas, Rio Grande e Bagé, tudo recentemente.

Destaco a luta que travamos no orçamento. Conseguimos com nossos relatores destinar 10 milhões no orçamento para a Uergs – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, muito bem elaborada e construída no Governo Olívio Dutra.

Informei ainda, no evento, que Canoas – e o digo aqui pela primeira vez – terá canal aberto para a TV Senado, o Canal 38, gerando imagens para Porto Alegre, região metropolitana, conforme conversa que tivemos com o Ministro Hélio Costa, que está autorizando que a TV Senado chegue também ao Rio Grande.

E aí, quando falava de Canoas, com alegria via ali comigo Jairo Jorge, que é nosso pré-candidato a Prefeito de Canoas. Estava ali o Jurandir Maciel, que é de um outro partido, também candidato a Prefeito. Estava o Nelsinho, que foi dirigente do meu sindicato e hoje é Vereador; e estava o Emílio Neto, como estavam lá outras lideranças das entidades sindicais.

Eu poderia falar ainda, Senador Mão Santa, das escolas técnicas pelas quais eu tenho tanto carinho, só dizendo que em Canoas, Senador Sibá, Senador Demétrius, teremos em Canoas uma escola técnica que vai gerar espaços para cinco mil alunos. Formação da nossa juventude. Só foi possível pela dedicação do ex-Ministro substituto da Educação e que hoje é Vice-Reitor da UBRA, em Canoas: o meu amigo Jairo Jorge.

Em Porto Alegre, Senador Mão Santa, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a que conhece bem a nossa capital, em Porto Alegre teremos mais uma escola técnica, a Escola Técnica da Restinga, onde eu estive, em audiência pública, por iniciativa da nossa querida Deputada Federal e candidata a Prefeita de Porto Alegre, a companheira Maria do Rosário. Tivemos também, Senadores, a Universidade da Região da Campanha, com sede em Bagé, e **campus** em Caçapava, em Dom Pedrito, em São Gabriel, em São Borja, Uruguaiana, Jaguarão, Itaqui, Livramento. Já é uma realidade. Cito aqui o empenho de todos os prefeitos da região, mas, sem sombra de dúvida, o do Prefeito de Bagé, companheiro Luiz Fernando Mainardi, do Partido dos Trabalhadores.

Tenho orgulho de dizer que participei desse processo, porque apresentei no Senado – e o Senado aprovou com apoio do MEC – projeto que viabilizou a criação da Unipampa. Já aprovamos também no Senado projeto de nossa autoria que cria a Universidade Federal da Região das Missões, um antigo desejo

dos missioneiros, como o meu amigo, ex-Governador Olívio Dutra, ex-Ministro das Cidades e Presidente do nosso Partido.

Sr. Presidente, Senador Sibá, muitos não falam, mas teriam de falar mais do Pólo Naval do Rio Grande. É outra realidade proporcionada pelo Governo Federal. E o Presidente Lula vai estar lá nessa quarta-feira e nessa quinta-feira. São previstos investimentos de mais de R\$2 bilhões. Se Deus quiser, no Rio Grande, vai cair uma frase que ouvi durante toda a minha infância: que o Sul do Estado é a metade pobre. Esse investimento de R\$2 bilhões naquela região vai alavancar, com certeza, junto com as universidades e o ensino técnico, o sul do meu querido Estado.

Eu podia falar aqui do pólo educacional, projeto que apresentei e aprovei aqui, em parceria com o MEC. Aqui, Sr. Presidente, é importante lembrar, por uma questão de justiça, o belíssimo trabalho que vem fazendo o Secretário de Educação Profissional e Educação Tecnológica do MEC, meu amigo Eliezer Pacheco.

Sr. Presidente, sei que estou na tribuna há quase cinquenta minutos, mas quero dizer que temos obrigação de continuar avançando. Esse movimento não pode parar. Graças a esse movimento estratégico, o crescimento do PIB já ultrapassou a barreira dos 5%. Eu diria mais: os nomes passam, mas um projeto fica. Não esqueçam que um nome pode ser derrotado, mas um movimento, não. Este é imbatível!

Neste ano, todos nós, independentemente de partido, vamos eleger prefeitos e vereadores. Como demonstrei, eu sou um otimista. Sou um otimista com os pés no chão, que luta, de forma leal, para tornar os sonhos realidade. Eu disse lá, naquele fórum, onde estavam todos os partidos, que ainda sonho e acredito que é possível erguermos uma grande frente. Se não for agora, em 2008, que seja em 2010, com a participação efetiva daqueles que são comprometidos com os trabalhadores e com o desenvolvimento sustentável do Rio Grande e do nosso País. Quem sabe uma frente de solidariedade e fraternidade, que reviva, no meu Estado, os tempos de glória da vida política sul-rio-grandense, para que, num futuro próximo, tenhamos, de fato, um Rio Grande para todos, onde as adagas dos maragatos e ximangos não se batam mais numa luta fratricida, numa luta entre irmãos.

Eu quero, meu querido Senador Mão Santa, que as cores dos famosos lenços brancos e vermelhos, verdadeiros emblemas da nossa história, sirvam de aquarela para um outro tempo, onde o povo gaúcho tenha um novo amanhã de harmonia, crescimento e justiça. Que a nossa gente gaúcha tenha os olhos voltados para o horizonte, o horizonte da liberdade, da

igualdade e da prosperidade, para que, nesse dia, Senador Eurípedes Camargo, Senador Demetrius, todos os partidos comprometidos com o nosso povo estejam na mesma trincheira, a trincheira da solidariedade e da fraternidade. Todos nós temos um amor sem limite – podem crer – pelo Rio Grande e pelo Brasil.

Em homenagem aos dois mil e quinhentos amigos que compareceram naquela festa e, principalmente, às bandeiras do Rio Grande e do Brasil, quero terminar com um verso de um poema chamado *Gesta de um Clarim*, de autoria de Guilherme Schutz Filho. O poema é pequeno e eu terei a ousadia de tentar aqui declamá-lo. O que diz o poema?

“Velho lábaro sagrado
da República andarilha
que andejou serra e coxilha
na vanguarda dos heróis!
Das manhãs continentinas
tens o verde das campinas
tens o ouro dos trigais
E o rubro dos ideais
da farrapa-montonera
velha e gloriosa bandeira,
mortalha dos imortais!”

Senador Mão Santa, terminarei dizendo somente o seguinte: um forte abraço a todos.

Lembro-me agora de que, naquele momento, eu disse: “A Pátria que queremos passa pelas vossas mãos”. E disse mais: “Que o velho patrão lá de cima abençoe a todos nós. Viva o Rio Grande! Viva o nosso querido Brasil!”

Foi nesse momento que um lanceiro negro e um lanceiro branco me entregaram uma Bandeira do Brasil e outra do Rio Grande. Beijei ambas e agradei. A emoção, evidentemente, tomou conta do salão e fomos salvos por Dante Ramon, que entrou no recinto e cantou para todos “América Latina”, uma composição de Francisco Alves e Humberto Zanatta. É claro que não vou ler aqui toda a canção “América Latina”, mas quero dizer que essa é uma linda canção. Permitam-me somente recitar um pequeno trecho:

“Talvez um dia o silêncio dos covardes
Nos desperte da inconsciência deste sono
E o grito do sepé na voz do povo
Vai nos lembrar que esta terra ainda tem dono”.

Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero também cumprimentá-lo por seu aniversário de 50 anos e por esta homenagem tão bonita.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cinquenta e oito anos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Foi o que eu disse, não foi? Homenagem em que o Rio Grande do Sul, os companheiros de jornada, de batalhas, estiveram para homenageá-lo e ouviram tão bonito pronunciamento, uma verdadeira prestação de contas de seu trabalho tão belo realizado no Senado e também na Câmara dos Deputados, quando Deputado Federal. Gostaria de transmitir-lhe, caro companheiro Senador Paulo Paim, que, no sábado à noite e no domingo pela manhã, estive no Hotel Sheraton, em São Paulo, no encontro dos agentes pastorais negros de todo o Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eles estavam lá também, representados numa bela delegação. Posso dar esse testemunho, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eles saudaram a maneira como nós dois muitas vezes temos sido companheiros aqui em tantas batalhas. E eu me senti muito bem de, ali, em meio aos pastores negros, agentes pastorais, ter assim sido qualificado. Transmiti a eles a minha disposição de estar onde eles quiserem para falar das batalhas nas quais tanto acredito. Quero, inclusive, reiterar o que já lhe tenho dito – e agora ao próprio Jairo, candidato a Prefeito de Canoas, conforme V. Ex^a anuncia – que me disponho também a ir àquele Município...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Será muito bem-vindo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... e propor que possa fazer de Canoas um exemplo pioneiro e bem-sucedido da implantação ou da transição do Bolsa-Família até a Renda Básica de Cidadania. Eu transmiti a eles que, a partir de janeiro deste ano, justamente no país considerado como o de maior desigualdade no mundo, a Namíbia, que está diminuindo o seu Coeficiente de Gini, lá, a partir de 2002, o bispo luterano Kameeta, que esteve em Porto Alegre por ocasião do Conselho Mundial das Igrejas, em 2006, organizou uma coligação pela instituição da renda básica. A partir dos seus esforços e da reunião de várias entidades civis e religiosas na Namíbia, ele estimulou que uma pequena comunidade, um assentamento de Otjizero, a 100 Km da capital, Windhoek, a partir de janeiro deste ano, começasse a haver a distribuição, para os 1025 habitantes do assentamento em Otjizero, de uma renda básica igual para todos. Para começar, será de US\$100.00 da Namíbia por mês, equivalentes a US\$12,50 – V. Ex^a sabe que isso, num país como a Namíbia, já é um passo relevante –, e a cada seis meses,

nos próximos dois anos dessa experiência, será feita uma avaliação cuidadosa. Eu contei isso para algumas pessoas, em palestras, e eis que surgiu um grupo de jovens em Paranapiacaba, uma reserva ecológica, um patrimônio histórico e ecológico de Santo André, onde eles resolveram fazer uma experiência semelhante para os 1.400 habitantes. Então, quero parabenizá-lo e dizer também dessa boa nova. Que a sua batalha, Senador Paulo Paim, pelos propósitos que aqui anunciou, alcance repercussão em todo o Brasil, como ali pude testemunhar, entre os agentes pastorais negros que, de todo o Brasil, ali estavam representados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito Obrigado, Senador Suplicy.

Senador Sibá Machado, se me permitir, recebi do Senador Simon, que não pôde estar lá por ter ido a um evento do Mercosul, a seguinte mensagem que me passaram às mãos hoje, quando estava vindo ao plenário. Permita-me, Senador Sibá, antes do seu aparte. É uma mensagem pequena, mas justa. Ele me dizia que esta mensagem é no nome dele e do Senador Sérgio Zambiasi, que estão hoje no Mercosul. Diz ele:

“Meu caro amigo e irmão Paulo Paim,
Muito justa e oportuna a homenagem que te prestam neste dia uns poucos milhares dos teus milhões de amigos e admiradores neste País, que conquistaste nessa tua incessante luta em benefício do povo deste País. Fazer parte desse enorme contingente muito me honra e alegra”.

Depois, diz o Senador Simon:

“Como teu homônimo, o Apóstolo de Cristo, soubeste como ninguém propagar a democracia e a justiça e fazê-las concretas nas suas inúmeras proposições ao Congresso Nacional, especialmente em benefício dos mais carentes e humildes cidadãos do nosso País.

Estejas certo de que muito me alegraria abraçar-te pessoalmente. Não podendo fazê-lo, valho-me dessa singela mensagem para te enviar meu abraço de parabéns pelos teus 58 anos de vida, completados neste mês de março corrente”.

Muito obrigado, Senador Simon. Pode ter certeza de que vou guardar com muito carinho a mensagem que recebi de V. Exª e do Senador Sérgio Zambiasi.

Concedo o aparte ao Senador Sibá.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, quero dizer que uma das coisas de que gosto de fazer é provocar as pessoas e a mim mesmo. Diga algo que me faça segui-lo.

Acho que V. Exª vem aqui na tarde de hoje mostrar a liderança nata que é. Pelas suas palavras, traduziu toda a emoção de uma trajetória, de uma história pessoal de vida, profundo conhecimento dos anseios da comunidade gaúcha, dos anseios dessa comunidade chamada Brasil; expressou o sentimento de pai pelo que passou com seu filho; expressou o sentimento de um militante que viveu tantas realidades diferentes; expressou o que foram os percalços de uma pessoa que certamente passou por muitas dificuldades também. Acima de tudo, trouxe aqui esperança e vontade de superar todos esses embaraços. O Senador Paulo Paim revela aquilo que muitos já conheciam, acho que eu também: essa liderança tão profunda. Na tarde de hoje, ganhamos muito, bastante. Acho que este pronunciamento não pode ficar guardado apenas nos Anais do Senado Federal. Seria muito importante que a gente pudesse reproduzi-lo e distribuí-lo para muitas pessoas, pois, com certeza, o interesse vai ser muito grande. O que posso dizer, ao final de tudo isso, não apenas pelo aniversário, mas pela demonstração de profundo conhecimento, segurança e determinação de fazer o que é melhor na sua vida e na militância política que V. Exª representa: um abraço e parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado. V. Exª sabe o respeito e o carinho que tenho não só pelo seu mandato como Senador, mas pela sua história de militante, inclusive, lá no interior do Acre e de todos os outros Estados, porque sei do seu deslocamento, sempre defendendo as causas populares. Então, o aparte de V. Exª, com certeza, é o coroamento – eu diria – desse momento tão bonito que vivi neste domingo e agora no Senado da República.

Quero agradecer também ao Senador Mão Santa, porque ele estava se deslocando. Quando soube do meu pronunciamento, disse que iria presidir e que eu teria todo o tempo necessário para que o Brasil soubesse um pouco dessa caminhada.

Senador Mão Santa, agradeço muito a V. Exª por ter ficado presidindo até às 21h5min.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, a vida, nós podemos dizer, como o Apóstolo Paulo: percorri o meu caminho, preguei minha fé e combati o bom combate.

Nos anos 67/68 deixei o Nordeste em busca de ciência e consciência, para, com ciência e consciência, voltar a servir meu povo como cirurgião. E fui fazer residência num Hospital dos Servidores do Estado, Ipase. Era o hospital de pós-graduados, de residência, padrão. Serviço dos professores Mariano de An-

drade e Paulo Marcos. Muitos médicos residentes de ambos os sexos.

Paim, de todos eles, os meus melhores amigos – repito – eram gaúchos. Jaime Pieta, ginecologista. Trabalhei loucamente para fazê-lo presidente dos médicos residentes. E, graças à sua ação, os primeiros hospitais do Piauí foram legalizados: o Hospital Getúlio Vargas – eu tinha estudado em Fortaleza –, a Maternidade Assis Chateaubriand, do Professor Galba Araújo, e o Hospital das Clínicas. E Léo Gomide, de Dom Pedrito.

Então, na convivência com os gaúchos, homens fortes, aprendi a admirá-los. De todos os médicos residentes, centenas de especialistas, foi com estes com quem mais convivi e aprendi: os gaúchos.

Depois, o destino me mostra aqui outra escola humanitária. Realmente, me desculpem os outros, mas aqui são 81 Senadores, e os de quem mais me aproximo são os gaúchos: Pedro Simon, que eu já conhecia, que é do meu Partido, é terceiro franciscano – a minha mãe é Franciscana; e o Paim aqui. Então, há esse respeito muito grande.

Nós, no Piauí sofrido, temos uma vaidade. Está aí o Sibá. Lá, somos tidos como os gaúchos do Nordeste, pelos princípios cristãos, familiar, coragem na luta. Nós expulsamos os portugueses do Brasil, nós votamos em Rui Barbosa.

Hoje, 31 de março, aqui houve discursos exaltados, mas eu exalto a grandeza dos piauienses. Aqueles homens que, naquele período, participaram com grandeza: Petrônio Portella, incluindo a transição. Eu o vi de lá...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com toda certeza absoluta. Petrônio Portella foi um marco na história do País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...dizer que fecharam este Congresso porque ele deixou aprovar a reforma do Judiciário... Eu estava ao lado dele quando ele disse à imprensa: “Este é o dia mais triste da minha vida”. João Paulo dos Reis Velloso foi o farol, foi a luz, o primeiro... Vinte anos de mando, nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade. Jornalista... Estava aí o Mourão. Cadê? Foi-se embora. Carlos Castelo Branco. Período difícil. A coluna Castelinho... Na Justiça, Evandro Lins e Silva. Foi ele que, no STF, como Presidente, libertou os perseguidos. Miguel Arraes me contou, pessoalmente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Grande Miguel Arraes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Que não esperava, nunca mais. Estava em Fernando de Noronha. Ele já tinha aceito ser comido por um

jacaré, porque lá era prisão. Aí, chegou a ordem. O próprio Flávio Marcílio, que compôs chapa, sabia que ia perder – ele é piauiense e fez política no Ceará –; e, com Paulo Maluf... a transição. Então, é esse Piauí de que nós nos orgulhamos. E o nosso orgulho é este lá: nós somos os gaúchos do Nordeste. E V. Exª...

Acho que defini bem: V. Exª é o nosso Martin Luther King. V. Exª já fez muito, fez uma síntese. Esqueceu até do Quilombo dos Silva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Exª esteve comigo em Porto Alegre e garantimos a titularidade com o apoio do Incra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ontem, estava na minha casa, o Deputado Carlos Augusto. Ele foi deputado, secretário, um homem muito ilustre. Perguntou-me por que eu presidia tanto as sessões. Conte-lhe que quando chegamos aqui V. Exª era o Vice-Presidente. V. Exª, com sua sensibilidade, não tinha interesse de tombar com o Presidente Sarney, mas ficava ali e deixava que começássemos. Eram o Efraim Morais, o Antero Paes de Barros e o Arthur Virgílio. Eu era o mais velho. Logo em seguida, V. Exª, como Vice-Presidente, estava aqui.

Este é um dos melhores Senados da República. Às segundas e sextas-feiras temos V. Exª e sua firmeza. Sei que não era interesse do Governo, mas V. Exª via que esta Casa tinha de ser o tambor de ressonância do povo. V. Exª fez muito.

Trabalhei para Jaime Pieta, fui médico residente. Ganhamos dos paulistas. Gostaria muito de trabalhar para que V. Exª fosse o próximo Presidente da República.

Sibá, já terminamos, mas vou dizer o seguinte: V. Exª é do Piauí, está aqui o jornal do Piauí, nem tudo são flores, eu vi o seu entusiasmo, mas sou mais sofrido, fui prefeitinho e governador.

Este é um grande e extraordinário jornal do Nordeste, *Meio Norte*, de um empresário muito calejado, independente, que faz uma imprensa livre. Atentai bem: “Calazar mata igual à dengue em Teresina”. E dengue, em um editorial muito bonito: “O mosquito é mais competente”.

Então, Sibá Machado, é esta a oposição que queremos fazer: uma oposição que mostre os combates que o Governo tem de enfrentar em benefício do povo do Brasil.

Com a palavra, para encerrar esta sessão, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Vou ler uma nota recente emitida por decisão da Executiva Nacional do meu Partido, o PT, que diz o seguinte, Sr. Presidente:

“Nota de solidariedade à Ministra Dilma Rousseff”.

“Diante das notícias sobre a elaboração e divulgação de um suposto dossiê envolvendo o mau uso de cartões corporativos por membros do Governo de Fernando Henrique Cardoso, a Executiva Nacional do PT manifesta seu repúdio à tentativa de setores oposicionistas e de órgãos da imprensa de envolverem a Ministra Dilma Rousseff no episódio.

No momento em que o Governo do Presidente Lula apresenta os mais altos índices de aceitação e reconhecimento da sociedade, e em que o PT cresce nas pesquisas de opinião, antecipando a possibilidade de importantes vitórias eleitorais em 2008, partidos de Oposição e setores da imprensa tentam, de forma leviana e sem nenhuma prova efetiva, ligar autoridades a especulações fantasiosas. Uma análise dos fatos indica que a divulgação deste suposto dossiê mais parece obra de adversários do Governo Lula do que de seus aliados.

Assim sendo, a Executiva Nacional do PT firma posicionamento no sentido de:

1 – Repudiar toda tentativa de setores oposicionistas e de órgãos de imprensa no sentido de envolver, sem provas e por suposições caluniosas, qualquer autoridade governamental ou militante petista no episódio do vazamento de informações;

2 – Manifestar integral e pública solidariedade à Ministra Dilma Rousseff.

Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Brasília, 31 de março de 2008.”

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Não há mais oradores inscritos.

Deus me permitiu presidir o Senado neste instante. Em nome do Piauí, em nome das brasileiras e brasileiros, quero prestar uma solidariedade àquela mulher extraordinária: Dona Ruth Cardoso. Ouvi atentamente o Paim dissertar sobre os problemas sociais, mas eu acompanhei essa mulher extraordinária, competente e honrada presidir o Programa Comunidade Solidária.

Dona Ruth Cardoso, aceite a solidariedade das brasileiras e dos brasileiros que, como Senador da República, represento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– O Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estudo realizado pela empresa de consultoria MB Associados, baseado em dados de 2006 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que o montante da renda das famílias brasileiras encerrou o ano de 2007 com 1 trilhão 168 bilhões de reais, já considerada a inflação do período.

De acordo com os dados apresentados, entre 2005 e 2007, o total dessa renda sofreu um acréscimo de quase 20%. Vale ressaltar que, em 2005, o conjunto das famílias detinha 975 bilhões de reais. Portanto, como podemos verificar, nos dois anos seguintes, o aumento correspondeu a 193 bilhões de reais. Até o final de 2008, estima-se um crescimento de cerca de 7,9%, o que poderá elevar o valor da renda para algo em torno de 1 trilhão 260 bilhões de reais.

Segundo os analistas econômicos, com o dinamismo desses indicadores, com a estabilidade sob controle, com o crédito em alta, com o reajuste do salário mínimo de 380 reais para 415 reais e com os acordos que foram estabelecidos entre o Governo e os sindicatos para a sua atualização nos próximos anos, a economia brasileira certamente manterá a vitalidade que vem registrando.

Neste momento especial que o País está vivendo, o Governo já tem motivos de sobra para comemorar os resultados positivos alcançados na área econômica e social. O alargamento do mercado interno é um dos mais importantes e se deu com a entrada de milhões de novos consumidores, sobretudo os que se situavam nas classes D e E que ascenderam para a classe C.

Antes, esse novo contingente, que agora faz parte da classe média e que representa cerca de 20 milhões de pessoas, não dispunha de dinheiro suficiente para diversificar as suas compras nos supermercados, viajar de férias, adquirir roupas novas nas lojas, mobiliário, eletrodomésticos, telefone celular, filmadoras, câmeras fotográficas, aparelhos de DVD, computador e outros bens que estavam fora de sua possibilidade até três anos atrás.

Pesquisa divulgada no dia 26 de março passado pela Cetelem, que é uma financeira do banco francês BNP Paribas, estimou que a renda familiar dos que passaram para a classe C nos últimos dois anos é de cerca de 1 mil e 100 reais.

Outro dado sugestivo é que as pessoas que passaram de D/E para C tiveram um aumento médio de renda mensal de 580 reais para 1 mil e 100 reais. Por sua vez, entre 2005 e 2007, a classe C passou de 62 milhões e 700 mil pessoas para 86 milhões e 200 mil pessoas. Ao mesmo tempo, as classes D e E encolheram de 93 milhões de pessoas para 73 milhões. De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (Abep), a classe C é hoje a que mais cresce na pirâmide social e já detém 43% da renda disponível para consumo no País.

Sem dúvida alguma, ninguém pode deixar de reconhecer que as diversas ações colocadas em prática pela equipe econômica estão mudando para melhor a vida dos brasileiros, sobretudo a dos mais pobres que nunca tiveram oportunidades. O resultado também é visível no crescimento saudável e sustentável da economia; na abertura de novos postos de trabalho nas empresas comerciais, industriais e de serviços; no aumento dos lucros dos negócios; nos ganhos de produtividade; na qualidade dos produtos que são oferecidos à sociedade e, enfim, no combate contra a pobreza, contra a miséria e contra a injusta concentração de renda.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, inúmeros analistas econômicos e mesmo aqueles que não simpatizam com o Governo admitem que o Brasil já se tornou um dos maiores mercados de consumo do mundo.

No **ranking** mundial de vendas de automóveis o nosso País ocupa a oitava posição. Em 2007 estávamos em quinto lugar em número de computadores domésticos e foram vendidas 1 milhão 380 mil máquinas no ano passado. Segundo a empresa Positivo, líder do comércio de computadores no País, os membros da classe C foram os responsáveis por essa grande onda de consumo. O universo de pessoas ligadas à *Internet* no Brasil já chega a mais de 22 milhões e 37% pertencem à classe C. As lojas já venderam mais de 124 milhões de aparelhos celulares. As viagens aéreas internas e internacionais apresentam crescimento significativo, a venda de automóveis bate todos os recordes e o mercado financeiro nacional dá um grande salto para o futuro.

No final da semana passada, a integração das atividades da Bovespa Holding e da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BMF) abriu espaços importantes para o Brasil nas principais mídias financeiras internacionais. Vale dizer que, com o fechamento desse negócio, a Nova Bolsa brasileira será a terceira maior do mundo e a segunda das Américas em valor de mercado, atrás

apenas da Bolsa de Chicago. Com a celebração da documentação definitiva, aprovação dos acionistas e dos órgãos reguladores, que deverá acontecer nos próximos dias, haverá grande ganho para os usuários, investidores, empresas e intermediários. Mais importante ainda é que o Brasil deixará de ser visto apenas como uma potência agrícola para ocupar um lugar de alto relevo como referência no mercado mundial de capitais.

Nobres Senadoras e Senadores, ao terminar este pronunciamento gostaria de lembrar que, se os tempos são de esperança em nosso País com os dados brilhantes da economia que acabei de mostrar, é porque, em larga medida, milhões de brasileiros estão podendo fazer as escolhas que antes não podiam.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão de segunda-feira, 31 de março de 2008, coordenada pelos nossos competentes Secretários-Executivos, Dr. José Roberto de Matos e João Pedro Caetano, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 400, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 400, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 13.12.2007)

Prazo final (prorrogado): 8.4.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, que

altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007).

Relator revisor: Senador Adelmir Santana

(Sobrestando a pauta a partir de: 10.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 24.4.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor: Senador Osmar Dias

(Sobrestando a pauta a partir de: 23.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 7.5.2008

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que *altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 22.5.2008

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos

Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição*

Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999***(Tramitando em conjunto com as*

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal,*

reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à

Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais*.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Rodolpho Tourinho.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos*

regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho -CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o*

planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.*

Pareceres sob nºs

– 601, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– 93, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 958, de 2007), Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 -Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a

Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 -COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.*

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.*

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

50

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

51

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciên-*

cia e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob n.ºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

52

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

53

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozerildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

54

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

55

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado n.ºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

56

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n.ºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado n.ºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

57

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

58

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões*

constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

59

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.*

60

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

61

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

62

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

63

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

64

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, da Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, *solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.*

65

REQUERIMENTO Nº 248, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.*

66

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 15 minutos.)

CONVÊNIO Nº
(Processo n.º 013.652/05-2)

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E O BANCO DAYCOVAL
S/A PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E
SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM
FOLHA DE PAGAMENTO.**

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, o **BANCO DAYCOVAL S.A.**, inscrito no CNPJ sob o n.º 62.232.889/0001-90, com sede na Rua Marquês de Itú, n.º 837, Conjuntos 71/74, Higienópolis, São Paulo-SP, CEP 01.223-001, Telefone (11) 3138-0500, Fax (11) 3138-0400, site na internet: www.daycoval.com.br, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 5,00 (cinco reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro – O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará o **CONVENIADO** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

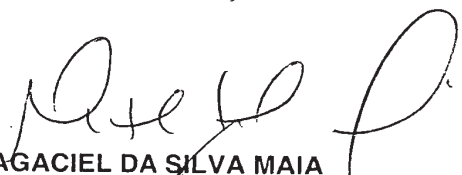
O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

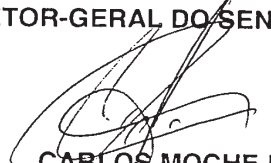
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO


As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 28 de março de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL


CARLOS MOCHE DAYAN
CPF: 252.714.628-70
RG: 15.315.755 SSP/SP
BANCO DAYCOVAL S/A


SALIM DAYAN
CPF: 154.174.598-10
RG: 14.516.400 SSP/SP
BANCO DAYCOVAL S/A


Diretor da SABCON


Diretor da SSPLAC

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Shlessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

- De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
- Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
- Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
- Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
- Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
- Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
- Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
- O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
- Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
- Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

Prazo final: 03/06/2008

TITULARES
Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
VAGO

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/03/2008
Prazo final: 22/12/2008

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: titulares

Leitura: 25/03/2008

TITULARES

VAGO

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. VAGO ⁽¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. Eleito em 8.8.2007.
3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
VAGO ⁽¹⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽³⁾	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽⁴⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Silhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁶⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(2,3)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁵⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁷⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. VAGO ⁽¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(4,8)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽¹⁰⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
4. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
5. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
6. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
7. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
8. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Silhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
VAGO ⁽¹⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁸⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozerildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁶⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(2,3)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽⁴⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. VAGO ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
4. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
VAGO ⁽¹⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
10. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
VAGO ⁽¹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²
Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 8.2.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

² Eleito em 14.8.07, para o biênio 2007-2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-5258 e 3311-4561

scop@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo econômico)

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 176 PÁGINAS